

DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo da ciências sociais aplicadas
1 [recurso eletrônico] / Organizador Carlos Antonio de Souza
Moraes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-945-5

DOI 10.22533/at.ed.455202101

1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social.
I. Moraes, Carlos Antonio de Souza.

CDD 300.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Obra “Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Sociais Aplicadas” objetiva promover o debate científico através de problematizações totalizando 50 capítulos. De forma geral, a obra tem, predominantemente como linha condutora, o tema da desigualdade social e das políticas públicas. A desigualdade abordada, em alguns capítulos, a partir do debate em espaços urbanos e rurais, problematizando nestes espaços, a participação de sujeitos sociais, com destaque para as mulheres, assistentes sociais, profissionais de educação, estudantes, trabalhadores rurais, homossexuais, imigrantes, dentre outros. Tais estudos foram desenvolvidos em instituições de ensino e pesquisa de diferentes regiões do Brasil, que apresentam análises pautadas em relevância acadêmica e impacto social, possibilitando-nos sua categorização em 2 volumes e 10 blocos, a saber:

O primeiro bloco do volume 1, compreendido entre o capítulo 01 e 09, problematiza a desigualdade social, as migrações contemporâneas e as políticas públicas; o segundo, organizado entre os capítulos 10 e 14 aborda temas vinculados ao trabalho precário, suas implicações para a saúde dos trabalhadores, além do exercício profissional de assistentes sociais em hospital. Posteriormente, o bloco 03, problematiza, entre os capítulos 15 e 19, a violência obstétrica, sexual, psicológica e física sofrida por mulheres, bem como, aborda, a qualidade de vida de estomizados. O bloco 04 discute, entre os capítulos 20 e 23, a gestão estratégica e o diagnóstico organizacional centrados no reconhecimento institucional, na eficiência administrativa e no capital psicológico.

O bloco 05 do volume 2, compreendido entre os capítulos 01 e 12 apresenta significativas contribuições sobre o debate da cidade, do planejamento urbano, da mobilidade urbana e da segurança pública. O bloco 06 aborda, entre os capítulos 13 e 16, o rural, as práticas e a produção agrícola. O bloco 07, compreendido entre os capítulos 17 e 18, discute a agroindústria e o agronegócio da avicultura; O bloco 08, problematiza entre os capítulos 19 e 23, elementos vinculados a educação básica, ao ensino médio, técnico e superior. Posteriormente, o bloco 09 apresenta, entre os capítulos 24 a 26, estudos que mediam o debate da educação com a cultura, além daqueles relacionados à arte, a diplomacia midiática e o jornalismo internacional; Por fim, o bloco 10, organizado no capítulo 27, recorre a sociologia da arte, para reconstruir a trajetória de juventude do poeta e intelectual, Ferreira Gullar.

Para construção dos capítulos, metodologicamente, os autores recorreram a pesquisas bibliográficas, empíricas, estudos de caso, dentre outros, a fim de contribuir para descortinar aparências e fundamentar o conhecimento de todos aqueles que se interessam pelos temas ora apresentados.

Por fim, o livro que o leitor tem em mãos, merece sua leitura atenta e cuidadosa,

capaz de germinar novas perguntas de pesquisa e contribuir para construção de novos tempos, por meio do enfrentamento da desigualdade social e do fortalecimento da democracia, da justiça social, dos direitos humanos, da política pública e do empenho no enfrentamento da violência e da discriminação, temas abordados ao longo deste volume e que nos desafiam para a tarefa de repensar o mundo.

Carlos Antonio de Souza Moraes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO REGIONAL DO VALE DO PARANHANA (RIO GRANDE DO SUL, BRASIL)	
Aleteia Hummes Thaines Daniel Luciano Gevehr Dilani Silveira Bassan	
DOI 10.22533/at.ed.4552021011	
CAPÍTULO 2	14
ANÁLISE PADRONIZADA DO IDHM NA AMAZÔNIA LEGAL NO FINAL DO SÉCULO XX E ÍNICIO DO SÉCULO XXI	
Aline dos Santos Pimentel Abner Vilhena de Carvalho Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho Jarsen Luis Castro Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.4552021012	
CAPÍTULO 3	26
UMA COMPARAÇÃO DE POBREZA, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE ENTRE AS MESORREGIÕES METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E ZONA DA MATA	
Stela Rodrigues Lopes Gomes Matheus Gomes do Carmo de Souza Alex Eugênio Altrão de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4552021013	
CAPÍTULO 4	46
A PERSPECTIVA DA POBREZA NA CAMPANHA DE ACM NETO DE 2012 E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO	
Daniele do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4552021014	
CAPÍTULO 5	66
FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO E “CRISE FISCAL” NA RECESSÃO DE 2015 E 2016: UMA ABORDAGEM NEOCARTALISTA	
Luiz Alberto Marques Vieira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.4552021015	
CAPÍTULO 6	88
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Priscilla Paola Severo Clovis Gorczewski	
DOI 10.22533/at.ed.4552021016	

CAPÍTULO 7	101
ACESSO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA /PR, À APOSENTADORIA POR IDADE NA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Huama Maximo Elizete Conceição Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4552021017	
CAPÍTULO 8	112
UNIÃO HOMOAfetiva: DO PATRIARCALISMO À LEGALIZAÇÃO	
Marina Quirino Itaborahy Julie Affoso Novaes Victória Penha de Oliveira Fernanda Lourenço da Silva Gustavo Schaper Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4552021018	
CAPÍTULO 9	126
A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DO CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO “MARIA JÚLIA MARANHÃO” EM JOÃO PESSOA/PB	
Camila Luana Teixeira Freire Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4552021019	
CAPÍTULO 10	137
MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS VALORES CULTURAIS DE UMA ORGANIZAÇÃO ATRATIVOS PARA ÀS MULHERES	
Inácio Ferreira Façanha Neto Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha	
DOI 10.22533/at.ed.45520210110	
CAPÍTULO 11	151
TRABALHO PRECARIZADO: OS EFEITOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva Larissa dos Santos Ferreira Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45520210111	
CAPÍTULO 12	162
O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA FABRIL EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USUÁRIOS DO CEREST/JP	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45520210112	

CAPÍTULO 13 174

COMPLIANCE: ENFRENTAMENTO DAS PATOLOGIAS CORRUPTIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS PELA CADEIA PRODUTIVA NO MUNDO DA MODA

Maira Angélica Dal Conte Tonial
Jacson Bacin Vicente

DOI 10.22533/at.ed.45520210113

CAPÍTULO 14 186

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ: UM ESTUDO DE CASO

Roberta Clévia Malaquias de Oliveira
Anarita de Souza Salvador
Kátia Gerlânia Soares Batista

DOI 10.22533/at.ed.45520210114

CAPÍTULO 15 196

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE JURÍDICA

Edinilza da Silva Machado Medeiros
Andréia de Oliveira Silva
Carlana Faria Rocha
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

DOI 10.22533/at.ed.45520210115

CAPÍTULO 16 205

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA AO LONGO DA VIDA E NOS ÚLTIMOS 12 MESES: ESTUDO EM UMA MATERNIDADE

Bruna Venturin
Franciéle Marabotti Costa Leite
Dherik Fraga Santos
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino
Mariana Zoboli Ambrosim
Luíza Eduarda Portes Ribeiro
Jasmine Cristina Soares Xavier
Maria Luiza Cunha Santos
Joyce Ferreira Reis
Solange Drummond Lanna

DOI 10.22533/at.ed.45520210116

CAPÍTULO 17 215

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA CONTRA MULHER

Mayara Alves Luis
Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Karina Rosa Paiva
Tamires Paulo Ceccon
Karina Fardin Fiorotti
Dherik Fraga Santos
Odelle Mourão Alves
Getúlio Sérgio Souza Pinto

DOI 10.22533/at.ed.45520210117

CAPÍTULO 18 225

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER PERPETRADA PELO PARCEIRO ÍNTIMO NA VIDA E NO ÚLTIMO ANO

Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Mayara Alves Luis
Odelle Mourão Alves
Letícia Peisino Buleriano
Sthéfanie da Penha Silva
Gracielle Pampolim
Márcia Regina de Oliveira Pedroso
Fábio Lúcio Tavares

DOI 10.22533/at.ed.45520210118

CAPÍTULO 19 236

QUALIDADE DE VIDA DE ESTOMIZADOS: UMA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

Maurício Almeida
Mauro Lúcio de Oliveira Júnior
Rodrigo Silva Nascimento
Keveenrick Ferreira Costa
Priscila Figueiredo Campos

DOI 10.22533/at.ed.45520210119

CAPÍTULO 20 251

MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA OPÇÃO À AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Fernanda Schuhli Bourges

DOI 10.22533/at.ed.45520210120

CAPÍTULO 21 266

GESTÃO ESTRATÉGICA E ORGANIZACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE EMPRESAS DOS SETORES FINANCEIRO E CERÂMICO

Andrey Teixeira
César Niero
Eduardo de Sousa Gaspar
Eduardo Pavan Rodrigues
Hildebrando da Rocha de Souza Neto
Ian Nunes
Jean Bergmam
João Vitor Correa Bressan
Larissa Pereira
Lucas Buratto
Marcelo Henrique Antonin
Richardy Willian Felisberto

DOI 10.22533/at.ed.45520210121

CAPÍTULO 22 284

GUIA ELETRÔNICO DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA CURITIBA/PR DESCRIPTIVE ELECTRONIC GUIDE OF DUTIES AND ACTIVITIES IN A PUBLIC INSTITUTION CURITIBA/PR

Patricia de Matos

DOI 10.22533/at.ed.45520210122

CAPÍTULO 23	290
CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE CAPITAL PSICOLÓGICO (<i>PSYCAP</i>)	
Valeria Araujo Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.45520210123	
SOBRE O ORGANIZADOR	309
ÍNDICE REMISSIVO	310

MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO REGIONAL DO VALE DO PARANHANA (RIO GRANDE DO SUL, BRASIL)

Data de aceite: 06/01/2020

Aleteia Hummes Thaines

FACCAT, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)

Taquara – Rio Grande do Sul

Daniel Luciano Gevehr

FACCAT, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)

Taquara – Rio Grande do Sul

Dilani Silveira Bassan

FACCAT, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)

Taquara – Rio Grande do Sul

RESUMO: Propõe-se uma discussão sobre o percurso metodológico da pesquisa sobre as migrações contemporâneas e a inserção dos imigrantes no Vale do Paranhana (RS) a partir da questão dos direitos humanos e sua inserção no Sistema Único de Saúde. Trata-se de um projeto de pesquisa de abordagem qualitativa, exploratório-descritiva, no qual os sujeitos da pesquisa são haitianos, senegaleses, venezuelanos e colombianos, dos municípios de Igrejinha, Taquara e Rolante, localizados no Vale do Paranhana. Para o desenvolvimento, o projeto propõe três fases: a primeira, uma revisão bibliográfica; a segunda, um estudo etnográfico e a terceira fase, entrevistas

semiestruturadas. Com os resultados, se espera aprofundar o estudo acerca dos processos migratórios contemporâneos da região e, como ocorre a dinâmica de acesso dos imigrantes aos serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE:

Migrações contemporâneas. Imigrantes. Saúde pública. Direitos Humanos.

CONTEMPORARY MIGRATIONS: HUMAN RIGHTS AND SOCIAL INSERTION IN THE PARANHANA VALLEY REGIONAL CONTEXT (RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL)

ABSTRACT: It is proposed a discussion about the methodological course of research on contemporary immigration and the insertion of immigrants in the Paranhana Valley (RS) from the issue of human rights and their insertion in the Unified Health System. research project with a qualitative, exploratory and descriptive approach, in which the research subjects are Haitian, Senegalese, Venezuelan and Colombian, from the municipalities of Igrejinha, Taquara and Rolante, located in the Paranhana Valley. For development, the project proposes three phases: the first, a bibliographic review; the second, an ethnographic study and the third phase, semi-structured interviews. With the results, it is expected to deepen the study about

the contemporary migratory processes of the region and, as it happens the dynamics of access of the immigrants to the health services.

KEYWORDS: Contemporary migrations. Immigrants Public health. Human rights.

INTRODUÇÃO

O cenário da imigração internacional contemporânea no Brasil contempla o fluxo de imigrantes haitianos a partir de 2010. Os destinos prioritários têm sido os estados das regiões Sul e Sudeste (CAVALCANTI, 2015). A imigração internacional tem por base fatores econômicos, políticos, sociais e humanitários, ademais esse fluxo de migração se caracteriza pela busca de melhores condições de vida superando a emigração de quem busca ocupar um espaço em centros comerciais, servindo-se como mão de obra. (RODRIGUES, 2013; FERNANDES, 2014).

Ocorre no processo de imigração um contraste de cultura, conseqüentemente pressupõe-se um conflito/crise e uma posterior adaptação ao novo ambiente cultural. Apesar dessa conotação, os imigrantes ainda optam por esse caminho na busca de uma vida melhor (OLIVEIRA, 2016). Apesar das medidas governamentais e do apoio da sociedade civil organizada, a falta de instrumentos legais de uma política migratória adequada faz com que a chegada desses imigrantes ao país se transforme em uma situação única e desafiadora para toda a sociedade brasileira.

Por sua vez, os imigrantes acreditam que a baixa fluência em português e o baixo acesso a bons trabalhos sejam as maiores barreiras para o imigrante. Outras dificuldades estão relacionadas ao processo de adaptação cultural, relações de trabalho, baixa remuneração, custo de vida e distância dos familiares. Para os haitianos, por exemplo, a vinda para o Brasil gerou grande expectativa, imaginavam grandes oportunidades de trabalho e renda. Apesar de não terem alcançado a expectativa em sua plenitude, avaliam que o Brasil oferece melhores condições de moradia, saúde, direitos e trabalho do que a que possuíam no Haiti (ASSIS, 2017).

Os desafios da inclusão desses imigrantes refugiados relacionam-se ao idioma, à cultura diversa da brasileira, à situação de extrema vulnerabilidade social e requer da sociedade brasileira ações humanitárias e de solidariedade entre povos. Essa população precisa integrar-se às comunidades locais e, por isso, torna-se necessário que as cidades forneçam infraestrutura de acolhimento, informações e meios para regularização da estadia destes no Brasil.

No que tange a saúde, apesar do direito à saúde ser um direito fundamental reconhecido pela constituição federal, ao pesquisarmos o tema do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos imigrantes no Brasil percebemos que suas vias se encontram obstaculizadas. Além das barreiras encontradas no idioma, baixos salários, habitação inadequada, baixo acesso a estudo e a dificuldade para validação

de títulos haitianos de graduação e/ou profissionalizantes.

Seguindo o princípio constitucional e doutrinário do SUS de universalidade do acesso à saúde, o primeiro ponto a se esclarecer é que toda a população imigrante tem direito a atenção à saúde de maneira humanizada e qualificada. Além disso, no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), a competência cultural é um aspecto derivativo que envolve o reconhecimento das necessidades de diferentes grupos populacionais, de acordo com suas características étnicas, raciais e culturais, entendendo suas representações sobre o processo saúde-doença. Diante disso, o estudo se questiona: *como transcorre o processo migratório, a inserção social, e o acesso dos imigrantes a Rede de Atenção à Saúde na região do Vale do Paranhana?*

O cenário de pesquisa contempla três municípios do Vale do Paranhana: Igrejinha e Taquara e Rolante, localizados na encosta inferior do nordeste sul-riograndense. A região caracteriza-se, basicamente, pela imigração alemã, que data do século XIX e que fez surgir a indústria do setor coureiro-calçadista, que é a principal atividade econômica da região. Os sujeitos da pesquisa serão os haitianos, senegaleses, venezuelanos e colombianos, por evidências de que são os imigrantes que mais migram para o Brasil. O estudo será desenvolvido em três fases, a primeira fase com a realização revisão bibliográfica acerca do tema foco da pesquisa.

A segunda fase, com o aporte do estudo etnográfico, através de observações participantes e análise documental de prontuários. E por último a terceira fase, através de entrevistas clínicas, cujo a escuta clínica exige ir além do ouvir para escutar aquilo que não é dito, que pode se manifestar, por exemplo, através do silêncio, do vazio ao se falar da situação que vivenciada.

REGIÃO, MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E CULTURA

Tendo em vista que a pesquisa investiga a dinâmica das migrações e as trajetórias dos migrantes, faz-se necessário compreender a relação existente entre o migrante e o território de origem e, principalmente, o de destino, local este em que serão construídas novas relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Por vezes, os migrantes podem sentir-se “estrangeiros” no território de destino. Nesse processo, o migrante é discriminado por carregar ideologias, crenças e culturas diferentes daquelas da sociedade de destino. No entanto, para o migrante, a busca de melhores condições de vida representa a motivação para enfrentar as diversidades da migração.

As migrações representam um fenômeno social complexo, portador de múltiplos sentidos que vão além das expectativas da sociedade receptora do migrante. Todavia, há uma tendência de que as sociedades receptoras aceitem os migrantes apenas como força de trabalho. A migração cria, então, uma situação de desequilíbrio entre

as expectativas e o grande poder que tem o migrante de transformar a sociedade receptora. Dessa forma, a construção de territórios de migração guarda vários sentidos e contradições (PAIVA, 2013).

A dinâmica territorial envolve o deslocamento de pessoas, como citado acima, representado pelas migrações, objeto desta pesquisa, porém os estudos sobre dinâmica territorial ainda contemplam os fluxos de mercadorias, informação e valores. Esses elementos intensificam as relações entre regiões e, ao mesmo tempo, as fazem diferentes umas das outras.

Os fatores responsáveis pelas mudanças no território criam hierarquia de lugares e redefinem a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. As relações que fazem parte da dinâmica territorial são assimétricas, pois tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, aumentando as diferenças existentes, ou seja, transformando os lugares.

Já a discussão acerca do multiculturalismo – que marca as migrações - passa pela ideia de diferença, pois muitas vezes ela é utilizada como resposta para superar as diferenças culturais presentes em nossa sociedade. Vive-se num mundo heterogêneo que possui uma grande diversidade cultural, sendo que a maioria dos países são multiétnicos. Essas diversidades culturais se intensificaram devido ao processo de globalização. Michael Walzer, em sua obra “Da tolerância”, já apontava para a existência, desde a antiguidade, de sociedades plurais. Nesse contexto, seus estudos demonstraram o crescente desenvolvimento dos movimentos multiculturais que tentam chamar a atenção para a necessidade de cuidado com as diferenças para não ocasionarem ódio entre as culturas (OLIVEIRA JUNIOR, 2006, p.163).

Contudo, o termo “multiculturalismo” foi utilizado, pela primeira vez, na década de 1970, no Canadá, visando políticas de identidade nacional, denominadas de polietnicidade. No entanto, nos dias de hoje, esse conceito pode ter inúmeros contornos, muitas vezes distintos do significado original utilizado no Canadá (CORTINA, 2005).

Visando demonstrar as múltiplas faces da conceituação do termo “multiculturalismo” e seus significados, traz-se à baila a existência de quatro formas de multiculturalismo: a) o multiculturalismo conservador, que se encontra presente no discurso sobre a supremacia branca, buscando inferiorizar o povo africano; b) o multiculturalismo humanista liberal, partindo da premissa que todos os seres humanos são iguais intelectualmente, concordando que todos podem buscar os mesmos objetivos na sociedade capitalista, pois “[...] as restrições econômicas e socioculturais existentes podem ser modificadas e reformadas com o objetivo de alcançar uma igualdade relativa” (MCLAREN, 1997, p.119); c) o multiculturalismo liberal de esquerda, que enfatiza a igualdade das raças e reprime as diferenças culturais importantes, uma vez que se deve lutar pelas diferenças culturais; e, d) o

multiculturalismo crítico compreendendo as transformações sociais, institucionais e culturais a partir da representação de seus significados (MCLAREN, 1997).

Contudo, esse conceito é controverso e cercado por tensões, especialmente hoje num mundo globalizados, com grande desigualdade e perseguições de toda a ordem que faz com que as pessoas busquem outros lugares para viverem. Por esse motivo, Boaventura de Souza Santos alerta que o significado de “multiculturalismo” deve possuir sentido emancipatório, devendo articular “[...] as exigências do reconhecimento e da distribuição, de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza desigualdades.” (SANTOS, 2010, p.43).

Entretanto, para que isso ocorra, é essencial assumir a defesa das diferenças culturais, visando promover o acesso a direitos, sobretudo os direitos dos migrantes de ir e vir, tornando este “[...] pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo” (SANTOS, 1997, p.112), efetivando, dessa forma, uma concepção multicultural de Direitos Humanos.

DIREITOS HUMANOS E SUA UNIVERSALIDADE

A utilização do termo “Direitos Humanos” retrata a ideia de um “[...] direito cosmopolita da tradição iluminista, tendo sido utilizada com diferentes conotações políticas e jurídicas” (BARRETO, 2013, p.246). Já, na contemporaneidade, observa-se a tentativa de se caracterizar os direitos humanos fundamentais, como uma “norma mínima” que pode ser aplicada à todos os Estados, desde que esses Estados incorporem esses direitos em seu ordenamento interno, a fim de poder integrar a comunidade internacional (BARRETO, 2013).

Nesse aspecto, se ressalta a importância do pensamento de John Rawls, uma vez que os Direitos Humanos devem se expressar por meio de “[...] normas jurídicas e políticas e [...] compromissos nacionais com valores, destinados a estabelecer uma ordem internacional politicamente justa.” (BARRETO, 2013, p.247). Ao se estudar a teoria dos Direitos Humanos deve-se observá-la sob dois aspectos. Primeiramente, sob a ótica jurídica que analisa as convenções e legislações internacionais visando garantir os direitos fundamentais da pessoa humana; e, em segundo lugar, a contextualização desses em uma perspectiva multicultural (BARRETO, 2004).

Os Direitos Humanos se consolidaram no século XVIII fundado no jusnaturalismo, sendo seu conteúdo anterior ao Estado e ao Direito, uma vez que era inerente ao ser humano (SILVEIRA, s/d). Entretanto, sua proteção ganhou ênfase, somente no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, como resposta

da comunidade internacional às grandes atrocidades e graves violações cometidas naquela época. Nesse momento histórico, ocorreu um grande debate entre diversos Estados visando buscar mecanismos capazes de garantir e proteger a dignidade da pessoa humana.

Muitos autores contemporâneos se utilizam do conceito de dignidade humana como fundamento universal dos Direitos Humanos (SILVEIRA, s/d). No que tange a essa temática, Kant, em sua obra “Fundamentos da Metafísica dos Costumes” (KANT, 1964) constrói um significado para a dignidade humana a partir de uma autonomia ética do ser humano, isto é, a capacidade de determinar a si mesmo ou de agir conforme certas leis.

Para Kant a autonomia é “[...] o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional” (KANT, 1964, p.79). Na visão kantiana, quando este trata do reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade, pois “Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade” (KANT, 1964, p.77). Nesse sentido, a dignidade é algo singular da pessoa humana. Assim, a partir dessa concepção, pode-se formular outro enunciado do imperativo categórico.

Esse princípio do ser humano e de toda natureza racional como fim em si mesmo “[...] é a condição suprema que limita a liberdade das ações de cada homem” (KANT, 1964, 71-72). Assim, se observa que a teoria dos Direitos Humanos teve sua primeira formulação nos textos de Kant (BARRETO, 2013, p.258), onde pauta-se a dignidade da pessoa humana como o pilar que sustenta os direitos humanos em suas múltiplas facetas, assegurando a integral realização da pessoa (BARRETO, 2013, p.260). Nesse contexto, concebe-se a existência de uma dignidade comum a todos os seres humanos, o que justifica a universalização dos Direitos Humanos. Entretanto, tal justificativa não é compartilhada por todos os teóricos e nem tão simples assim, uma vez que essa discussão perpassa pela universalidade desses direitos (Ibidem, p.241).

Além da questão da fundamentação dos Direitos Humanos, existem também outras zonas de tensão e controvérsias a respeito dessa legitimação que estão, de uma forma ou outra, atreladas a temática do multiculturalismo. Uma delas diz respeito ao embate entre as teorias de cunho universalistas e relativista, questionando se os Direitos Humanos podem ser reconhecidos de maneira universal tendo em vista a diversidade cultural ou se eles devem ser relativizados, competindo ao Estado a sua garantia.

A contextualização dos Direitos Humanos numa sociedade multicultural passa pelo debate sobre universalismo e relativismo cultural (BARRETO, 2013). As teorias relativistas não admitem a existência de normas universais, uma vez que,

culturalmente, tudo é relativo. Pois, cada sociedade possui uma cultura própria que determina seus valores, suas práticas sociais e suas normas (SILVEIRA, s/d).

Nesse sentido, Vicente Barreto, ao abordar a questão, ressalta que o multiculturalismo representaria para o relativismo a comprovação da impossibilidade de se estabelecer padrões universais. Contudo, tal corrente possui uma visão redutora desse multiculturalismo encontrado na humanidade. Para o autor, “[...] a ideia central do relativismo consiste em afirmar que nada pode atender ao bem-estar do todo o ser humano, isto porque, os seres humanos, no entendimento relativista, não são semelhantes em nenhum aspecto que comporte generalizações” (BARRETO, 2013, p.243-244).

Dessa forma, os relativistas se agarram ao princípio da tolerância, não admitindo a intervenção nas crenças, hábitos e costumes de determinados grupos, respeitando sempre a sua cultura. Nesse diapasão, ninguém estaria autorizado a impor seus valores à outras comunidades¹, pois o cerne da questão é reconhecer as diferenças.

Entretanto, há quem contraponha essa afirmação enfatizando que essa argumentação é uma armadilha da corrente relativista pois, “[...] se afirmarmos a igualdade de direitos de todas as culturas, estaremos incluindo aí aquelas culturas que não admitem que todas têm iguais direitos” (PIACENTINI, 2007, p.45-47). Nesse sentido, essa tolerância incondicional englobaria as culturas intolerantes que cometem atos ofensivos a dignidade da pessoa humana.

Em contrapartida, a corrente universalista sustenta que todos os seres humanos, independentemente de sua identidade cultural, preservam a noção de Direitos Humanos, pois todos são dignos de respeito e consideração. Vicente Barreto, afirma que a identificação de sentimentos como o afeto e a cooperação é uma condição de convivência do indivíduo na sociedade, sendo que essas características são afeitas à todas as culturas, ultrapassando, assim, os limites fronteiriços (BARRETO, 2013, p.244-245). Dessa maneira, se demonstra que as diferenças culturais não são obstáculos para a universalização dos Direitos Humanos, uma vez que, “[...] a aproximação de valores de outras culturas, que não a cultura ocidental, com valores expressos nos direitos humanos demonstra que os mesmos podem ser universalizáveis, desde que respeitadas às especificidades de cada cultura” (CULLETON *et al*, 2009, p.241).

Porém, essa concepção também possui suas armadilhas, pois a universalização poderia acarretar um imperialismo cultural, uma vez que se procura impor a cultura ocidental a outros povos (FREEMAN, 2001). De qualquer forma, é temerário assumir qualquer uma das correntes de maneira isolada, “[...] a primeira porque quando se diz que ‘tudo é relativo’ está fazendo uma afirmação absoluta. A segunda porque, ao querer tornar universais de uma cultura iguais para todos, acaba marginalizando a

1 Imposição essa questionada, hoje em dia, pela tentativa de imposição da cultura ocidental no oriente.

diversidade cultural” (PIACENTINI, 2007).

Boaventura de Souza Santos, por sua vez, procura superar esse debate, trazendo a concepção emancipatória de Direitos Humanos. Para ele “Todas as culturas são relativas, mas o relativismo cultural enquanto atitude filosófica é incorreto. Todas as culturas aspiram a preocupações e valores universais, mas o universalismo cultural, enquanto atitude filosófica, é incorreto” (SANTOS, 1997, p.113-114). Nesse sentido, o autor propõe uma metodologia que estabeleça o diálogo intercultural, visando colocar os Direitos Humanos a serviço de uma política progressista e emancipatória. Tal política passa, também, pelo reconhecimento dos direitos das minorias, englobando, o direito migratório, garantindo aos migrantes do direito autônomo de ir, vir e permanecer.

SUS E RAS: O ACESSO DOS IMIGRANTES À SAÚDE

É a partir da Constituição Federal de 1988 (CF-88), que a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. Logo foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, que abrange desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país (BRASIL, 2018).

O Sistema Único de Saúde (SUS), portanto iniciou-se no Brasil em 1988 e se instituiu pela a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado (BRASIL, 1990).

Esse Sistema de Saúde embasa-se em três grandes princípios, o primeiro a *universalização*, que diz que a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais. O segundo a *equidade*, que traça por objetivo o princípio de diminuir desigualdades. Já o terceiro traz a *integralidade*, princípio que considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades.

Esses princípios sucedem aos princípios organizativos do SUS, que compreendem na *regionalização e hierarquização, sistematizando* os serviços sendo que devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos, e com definição e conhecimento da população a ser atendida.

A regionalização é um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando o comando unificado dos mesmos. Já a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região (BRASIL, 1990).

Os princípios organizativos contemplam também a *descentralização e comando único*, esses enfatizam que descentralizar é redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo. Com relação à saúde, descentralização objetiva prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos. No SUS, a responsabilidade pela saúde deve ser descentralizada até o município, ou seja, devem ser fornecidas ao município condições gerenciais, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função.

Para que valha o princípio da descentralização, existe a concepção constitucional do mando único, onde cada esfera de governo é autônoma e soberana nas suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade (BRASIL, 1990). E a *participação popular*, onde a sociedade deve participar no dia-a-dia do sistema. Para isto, devem ser criados os Conselhos e as Conferências de Saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde (BRASIL, 1990).

Em relação aos imigrantes, focos da pesquisa, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 1990) estes possuem os mesmos direitos ao acesso à saúde que os demais brasileiros têm. Ressalta-se que a migração internacional é atualmente considerada um dos maiores desafios a nível mundial, surgindo como fonte de reflexão para a generalidade dos países, o que enfatiza a necessidade de compreensão da movimentação da população e do seu impacto, quer para os países de acolhimento, trânsito e origem (CARBALLO, M; NERUKAR, 2001).

Já as diretrizes, que organizam a Rede de Atenção à Saúde (RAS), foram criadas pela Portaria n. 4.279 de 30 de dezembro de 2010, e são definidas como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado.

Essa organização, exige uma dinamicidade na gestão, considerando a regionalização e a descentralização do SUS. Com o intuito de reforçar a organização de ações e serviços integrados por municípios com similaridades regionais, desta forma, garante melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional, e contribui para o avanço do processo de efetivação do SUS (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, as RAS constituem-se de sistemas integrados que se propõem a prestar atenção à saúde adequada para uma população adscrita em um território.

Caracterizam-se pela formação de relações horizontais entre os diversos pontos de atenção - espaços onde se ofertam determinados serviços de saúde -, como os domicílios, as unidades básicas de saúde, os ambulatórios especializados, a policlínicas, as maternidades, os hospitais, entre outros, tendo a Atenção Primária à Saúde (APS) como coordenadora do cuidado e ordenadora do acesso dos usuários aos demais pontos de atenção (BRASIL, 1990; MENDES, 2014)

As RAS são entendidas como arranjos organizativos de unidades funcionais de saúde, pontos de atenção e apoio diagnóstico e terapêutico, onde são desenvolvidos procedimentos de diferentes densidades tecnológicas que, integrados através de sistemas de apoio e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado.

A sua estruturação apresenta-se como um caminho possível de consolidação de sistemas de saúde integrados que favoreçam o acesso dos indivíduos, com ênfase na integralidade e continuidade do cuidado. Esse modelo de redes regionais de atenção à saúde no SUS, é favorecida atualmente pelo Pacto de Gestão e se constitui em uma das estratégias para a regionalização. No entanto, necessita de cooperação solidária entre os municípios de determinada região de saúde e a qualificação da APS como instância organizadora do sistema e coordenadora do cuidado ofertado (LAVRAS, 2011; BRASIL, 2006).

A operacionalização da RAS ocorre pela interação de três elementos constitutivos: a população e região de saúde; a estrutura operacional; e um modelo de atenção à saúde. A definição da população é o ponto de partida para a organização da rede de atenção à saúde. São analisadas as condições de vida, ambiente e de acesso aos serviços de saúde, definindo, assim, o território em uma região de saúde.

Através da análise do território são apontadas as situações problemáticas, as necessidades e a situação em saúde da população em uma determinada região. A região de saúde é formada por agrupamentos de municípios vizinhos e próximos, considerando identidades culturais, econômicas e sociais, de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde (BRASIL, 2011).

A estrutura operacional da RAS constitui-se diferentes pontos de atenção à saúde, ou seja, lugares institucionais onde se ofertam serviços de saúde, que incluem além da APS a Atenção Secundária e Terciária, os sistemas de apoio, logísticos e o sistema de governança. Já o modelo de atenção à saúde é um sistema lógico que organiza o funcionamento das RAS. Articula de forma singular, as relações entre a população e suas subpopulações - grupos de riscos - os focos das intervenções do sistema de atenção à saúde e os diferentes tipos de intervenções sanitárias (BRASIL, 2006; MENDES, 2014; RODRIGUES, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo, espera-se contribuir, na perspectiva teórico-metodológica, para a compreensão sobre os processos migratórios contemporâneos e, como procede a dinâmica do acesso dos imigrantes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Tendo essas questões como referência da análise proposta, acredita-se contribuir, também, para se pensar no potencial da pesquisa empírica, na medida em que se propõe melhor compreender a dinâmica que se associa ao processo de estruturação e implementação de futuras estratégias de melhoria de acesso à saúde pública, gratuita e de qualidade.

Isto tudo, pensado, especialmente, para o atendimento ao imigrante, que chega e se estabelece em um território desconhecido do contexto vivenciado até o momento da partida do território emigrado. Nele, as condições de saúde, podem se apresentar diversas de sua cultura e de seu cotidiano, conflitantes na nova terra recém-chegada.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Neoma Mendes *et al.* Acolhimento de imigrantes haitianos via integração ensino-serviço-pesquisa na atenção primária à saúde: relato de experiência. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 12, n. 39, p. 1-9, 2017.

BARRETO, Vicente de Paulo. *O fetiche dos Direitos Humanos e outros temas*. 2ª ed. Rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013, p. 246.

BARRETO, Vicente de Paulo. Multiculturalismo e direitos humanos: um conflito insolúvel? *In.*: BALDI, César Augusto (Org.). *Direitos Humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BRASIL. Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

BRASIL. Portaria n. 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para organização da rede de atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Princípios do SUS*. Ministério da Saúde: Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Regionalização solidária e cooperativa: orientação para sua implementação no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional da Saúde. *Lei 8.080 de 19/09/1990*. Ministério da Saúde: Brasília, 1990.

CARBALLO, M; NERUKAR, A. Migration, refugees, and health risks. *Emerging Infectious Diseases*, v. 7, n. 3, p. 556 560, 2001.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. *PÉRIPLoS. Revista de Pesquisa sobre Migrações*, v. 1, n. 2, 2015.

- CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, Direito e Justiça distributiva: elementos da filosofia Constitucional contemporânea*. Rio de Janeiro, Lumem Juris, 1999.
- CORTINA, Adela. *Cidadãos do futuro: uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.
- CULLETON, Alfredo; BRAGATO, Fernanda; FAJARDO, Sinara Porto. *Curso de Direitos Humanos*. São Leopoldo: Unisinos, 2009, p. 241.
- FERNANDES, Duval, CASTRO, Maria da Consolação Gomes. A migração haitiana para o Brasil: Resultado da pesquisa no destino. In: La Migración Haitiana Hacia Brasil. OIM, *Cuadernos Migratorios* n. 6, p. 51-66, 2014.
- FREEMAN, Michael. Direitos Humanos universais e particularidades nacionais. Cidadania e Justiça. *Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros*, Brasília, ano 5, n. 11, 2001.
- KANT, Immanuel. *Fundamentos da Metafísica dos costumes*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- LAVRAS, Carmen. Atenção primária à saúde e a organização de redes regionais de atenção à saúde no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 20, p. 867-874, 2011.
- MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.
- MENDES, Eugênio Vilaça. Os modelos de atenção à saúde. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: *Organização Pan-Americana da Saúde*, p. 244-292, 2011
- OLIVEIRA, Micheline Ramos de et al. Ressignificação da identidade no processo de imigração haitiana: uma pesquisa numa cidade do Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, v. 2, n. 2, p. 145-159, 2016.
- OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades. Multiculturalismo: o “olho do furacão” no Direito Pós-moderno. In.: *Direitos Culturais: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito*. Mestrado da URI – Santo Ângelo/Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo, v. 1, n. 1, dez 2006, Santo Angelo: EDIURI, 2006, p. 163.
- PAIVA, Odair da Cruz. *Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.
- PIACENTINI, Dulce de Queiroz. *Direitos humanos e interculturalismo: análise da prática cultural da mutilação genial feminina*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2007, p. 45-46. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp034905.pdf>>. Acesso em 05 fev. 2019.
- RODRIGUES, Ludmila Barbosa Bandeira et al. A atenção primária à saúde na coordenação das redes de atenção: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 343-352, 2014.
- RODRIGUES, Viviane Mozine. *Migrantes Haitianos no Brasil: Mitos e Contradições*. 2013.
- SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o Cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In.: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) *Reconhecer*

para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de Direitos Humanos. *Revista Lua nova*, n. 39, 1997, p. 112. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

SILVEIRA, Mayra. *A problematização dos Direitos Humanos em face do relativismo cultura*. Disponível em: <https://www.ajufesc.org.br/arquivos/3958_Mayra_Silveira__A_PROBLEMATIZACAO_DOS_DIREITOS_HUMANOS_EM_FACE_DO_RELATIVISMO_CULTURAL.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019

ANÁLISE PADRONIZADA DO IDHM NA AMAZÔNIA LEGAL NO FINAL DO SÉCULO XX E ÍNICIO DO SÉCULO XXI

Data de aceite: 06/01/2020

Data de submissão: 14/10/2019

Aline dos Santos Pimentel

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
Programa de Ciências Econômicas e
Desenvolvimento Regional (PCEDR)
Santarém – Pará, Brasil <http://lattes.cnpq.br/4216829959890848>

Abner Vilhena de Carvalho

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
Programa de Ciências Econômicas e
Desenvolvimento Regional (PCEDR)
Santarém – Pará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8971980101556291>

Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
Programa de Pós Graduação em Ciências da
Sociedade (PPGCS)
Santarém – Pará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2521446909903936>

Jarsen Luis Castro Guimarães

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
Programa de Ciências Econômicas e
Desenvolvimento Regional (PCEDR)
Santarém – Pará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2403664119078137>

RESUMO: O presente estudo visa investigar o impacto das dimensões – renda, educação e longevidade – que compõem o IDHM na

formação deste indicador de desenvolvimento humano no território da Amazônia Legal, com o propósito de contribuir na análise e discussão das políticas públicas voltadas para as dimensões que menos impactaram a composição do IDHM, assim como, verificar a evolução e comportamento daquele indicador e suas dimensões na Amazônia Legal. Utilizando-se do instrumental econométrico baseado na modelagem de mensuração de impacto, com os dados de IDHM padronizados na estrutura de painel curto, disponibilizados pelo Atlas do desenvolvimento humano, correspondentes aos períodos censitários de 1991, 2000 e 2010. Dentre os principais resultados, destaca-se que a dimensão Educação do IDHM foi a que menos impactou na composição do IDHM, revelando um impacto de 0,713549 – em termos de desvio-padrão igual a 1, ou seja, esta foi a dimensão que menos contribui para a formação do indicador sintético IDHM, no período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Renda. Longevidade. Educação. Desenvolvimento. Amazônia Legal.

STANDARDIZED ANALYSIS OF IDHM IN THE LEGALAMAZON AT THE END OF THE TWENTIETH CENTURY AND IN THE CENTURY OF THE 21ST CENTURY

ABSTRACT: The present study aims to

investigate the impact of the dimensions - income, education and longevity - that compose the HDI in the formation of this indicator of human development in the territory of the Legal Amazon, with the purpose of contributing to the analysis and discussion of public policies focused on the dimensions that less impacted the composition of the HDI, as well as to verify the evolution and behavior of that indicator and its dimensions in the Legal Amazon. Using the econometric instruments based on the impact measurement modeling, with the standardized HDI data in the short-panel structure, made available by the Human Development Atlas, corresponding to the census periods of 1991, 2000 and 2010. Among the main results, it stands out that the educational dimension of the HDI was the one that had the least impact on the composition of the HDI, showing an impact of 0.713549 - in terms of standard deviation equal to 1, that is, this was the dimension that least contributes to the formation of the indicator in the analyzed period.

KEYWORDS: Income. Longevity. Education. Development. Legal Amazon.

1 | INTRODUÇÃO

Mensurar o bem estar e verificar as condições de vida desempenhadas por uma população é extremamente válidos para alcançar os objetivos de viver melhor, mais feliz e completo além de investigar descompassos existentes entre o quadro existente com o almejado. No contexto mundial essa preocupação ganhou destaque desencadeando uma conceituação de desenvolvimento que nas últimas décadas passou por algumas modificações até chegar ao desenvolvimento humano, cuja ênfase é dada nas pessoas por meio de conquistas legítimas.

Têm-se discutido os caminhos possíveis para ter acesso a melhores desempenhos socioeconômicos de uma sociedade, ou seja, melhora no nível de desenvolvimento humano. Uma das possibilidades referem-se ao acesso a maiores níveis de renda, pois estes estimulariam melhores desempenhos em diversos aspectos sociais, como educação, cultura, saúde e meio ambiente. Contudo, estes podem ou não ser sustentados por essa dimensão (renda).

O desenvolvimento deve ser entendido como um processo de transformação da sociedade, relacionado a mudanças qualitativas significativas, que em geral acontecem de forma cumulativa. Decerto, alterações no nível de expectativa de vida estão associadas a diversas oportunidades sociais que são cruciais como serviços de saúde, desempenho educacional, liberdades políticas que fomentam uma melhor qualidade de vida para a população, mesmo dispondo de baixos níveis de renda, a ênfase nesses serviços é válida, sobretudo em economias pobres, na qual tais disposições contribuíram para o crescimento econômico (VEIGA, 2010).

As principais ênfases que induzem o processo de desenvolvimento de toda e qualquer sociedade, estão relacionadas à liberdade, em todas as suas adjetivações, sejam políticas, econômicas e sociais para os individuais e/ou coletivas. Dentro

dessa perspectiva, Veiga (2010, p. 34) salienta que “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos”.

A fim de que o processo de desenvolvimento seja identificado deve existir harmonia entre os diferentes aspectos sociais, assim, informações sobre a verdadeira situação de localidades são essenciais, como população, economia, meio ambiente dentre outras, para que as autoridades públicas possam construir um planejamento e estratégias visando destacar ou reforçar oportunidades em suas variadas dimensões para a sociedade em geral.

Por essas razões, tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos envolvem o processo de identificação da realidade de determinado local, já que alterações no nível de desenvolvimento são consideradas qualitativas, enquanto que, no crescimento as mudanças são quantitativas.

Da contextualização apresentada, emerge o seguinte questionamento a ser respondido: Quais as dimensões determinantes para os níveis de desenvolvimento humano alcançados Território da Amazônia Legal? Portanto, apresenta-se como objetivo a mensuração do impacto de cada dimensão (renda, educação e longevidade) para formação geral do IDHM no Território da Amazônia Legal, a partir da dinâmica socioeconômica dos municípios que compõem esse território.

2 | O LIMIAR ENTRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO, O DESENVOLVIMENTO HUMANO DE AMARTYA SEN E O IDHM

O fenômeno do desenvolvimento pode ter muitas definições e explicações que a cada dia, inúmeros autores procuram conceituar. A resposta para o que vem a ser desenvolvimento, conforme Veiga (2010) segue três formas básicas de formulações que pode ou não ser a resposta real para a interrogativa: a) primeiramente, a crença de o desenvolvimento ser comparado ao crescimento econômico, encontrando-se brechas para duvidarmos de tal exposição, pois se trata de duas definições totalmente diferentes; b) A segunda resposta é a afirmação de que o desenvolvimento é um grande mito ou uma manipulação da realidade. Aqui, segundo Veiga (2010), as pessoas que seguem esse raciocínio não são passíveis de estudar o desenvolvimento sustentável e; c) A terceira afirmativa diz respeito ao caminho do meio, ou seja, seria a tentativa de contrapor que o desenvolvimento não é reles ilusão e nem se compara ao crescimento. Contudo, alguns estudiosos tendem a encontrar a solução para o verdadeiro significado de desenvolvimento, descartando as hipóteses anteriores e formulando suas próprias teorias desenvolvimentistas (VEIGA, 2010).

A noção de o crescimento ser sinônimo de desenvolvimento tem a ver com a

possível ideia de a distribuição de renda melhorar a vida da população e levar ao desenvolvimento econômico, porém, essa melhoria atinge apenas parte da sociedade, ficando de fora muitas pessoas necessitadas. Para tanto, na premissa de que o desenvolvimento não tem nada a ver com o crescimento econômico, o crescimento vem a ser o aumento na quantidade do produto, enquanto o desenvolvimento tem a ver com qualidade de vida, ou seja, a quantidade *versus* qualidade (SOUZA, 2012).

Essa diferença causa bastante impacto na vida da população, pois, a interdependência gerada é algo necessariamente importante para o progresso. Apesar do aumento da renda *per capita* (que pode ser entendido como facilitador do crescimento econômico) influenciar diretamente no desenvolvimento, não se podem descartar outros elementos importantes como educação e saúde, pressupostos básicos da sociedade e que se correlacionam diretamente com a renda (SOUZA, 2012).

Por isso, é necessário se ter um olhar para os principais serviços sociais destinados às pessoas como educação e saúde, sendo os principais determinantes de uma vida saudável e mais duradoura, de acordo com Veiga (2010), a renda *per capita*, não é pressuposto essencial para se compreender o desenvolvimento.

2.1 Desenvolvimento Humano, a Teoria De Sen e o Idhm

A liberdade atribuída como um dos problemas antigos no mundo moderno é vista por Amartya Sen como um dos acessórios básicos para o desenvolvimento, ou seja, para o autor indiano, ganhador do Nobel de economia de 1998, o qual se dedicou, especialmente, a escrever sobre a teoria do desenvolvimento e a liberdade, ver esta última palavrinha como o suporte essencial para eliminar os limites das escolhas e das oportunidades que o ser humano insiste em obter (VEIGA, 2010).

A busca pela liberdade e o meio de se chegar ao desenvolvimento vem a ser explicado por Sen (2001) na obra “Desenvolvimento *como liberdade*”, devendo este promover a remoção das principais fontes de privação da liberdade – pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos, além de requerer a adição dos elementos necessários para a sobrevivência humana, saúde, educação, direito de participar da vida pública e, porventura, o aumento nas rendas individuais (SEN, 2001).

O processo rumo ao desenvolvimento leva a considerar que a liberdade é fruto desta noção, uma vez que participa como averiguação do aumento da liberdade individual e se torna eficaz ao se tratar da condição de agente do ser humano em buscar o ato do desenvolvimento. Essa interligação entre o indivíduo sendo livre e a busca do desenvolvimento é de grande relevância, pois, as pessoas procuram por

si mesmas as oportunidades de participar de fatos políticos e de lutar por melhorias de vida (SEN, 2001).

Além disso, outro aspecto importante para o desenvolvimento, é a longevidade, vista por Sen (2001) como algo muito além da riqueza, e nos permite repensar a ideia de concentrar riqueza e viver pouco para a possível realização de viver bem e por muito tempo.

O desenvolvimento vem sendo analisado constantemente pelos relatórios anuais do Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD), chegando a conclusão de que as pessoas precisam da liberdade de escolha e qualidade de vida para viver melhor. Na intenção de descartar a hipótese de o desenvolvimento ser igual ao crescimento econômico, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo PNUD para explicar o que vem a ser desenvolvimento (VEIGA, 2010).

O desenvolvimento econômico no Brasil vem sendo almejado constantemente entre todos os atores sociais e cidadãos brasileiros, mas para se chegar a tal feito é necessário muitas mudanças que influenciarão o crescimento econômico do país (ATLAS, 2013). Por isso é importante que os objetivos essenciais sejam traçados para a sociedade, a fim de atribuir o bem-estar social e uma vida digna para a população.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen em 1990, com intuito de proporcionar às pessoas uma vida mais humana. O IDH teve grande importância e serviu de suporte e posteriormente substituído para o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, o qual apresentava algumas falhas no modo de medir o desenvolvimento, como o fato de estabelecer apenas uma dimensão para a análise e, portanto, a necessidade de se ter um indicador que mostrasse a realidade dos seres humanos era extremamente viável (ATLAS, 2013; VIDIGAL, 2014).

O IDH compara a realidade dos indivíduos de acordo com três dimensões analisadas separadamente, correlacionadas entre si, que são: *i)* Longevidade – a qualidade de vida necessária para se viver bem; *ii)* Educação – expansão do conhecimento em detrimento a liberdade de decisão do indivíduo; e, *iii)* Renda – permite o acesso às necessidades básicas e o livre arbítrio (ATLAS, 2013).

O IDH (global) deu as ferramentas necessárias para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) brasileiro, possuindo as mesmas características do IDH global, consideração as três dimensões. O IDHM varia de 0 a 1 sendo analisado (interpretado) na escala da Figura 1:

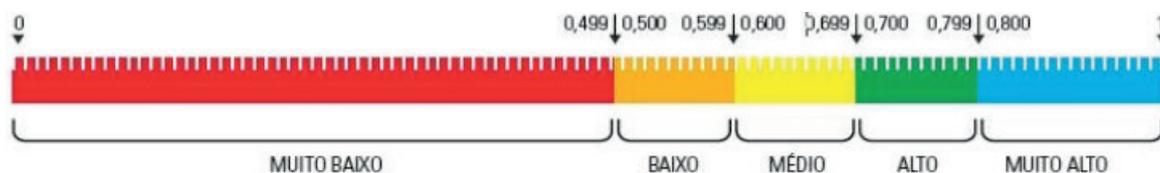


Figura 1: Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal

O IDHM é importante para a população brasileira, pois se limita a entender as reais necessidades das pessoas, e, analisando cautelosamente as três dimensões é capaz de descobrir um número que possa comparar as principais dificuldades de cada região. Apesar disso, este recebe constantemente críticas a respeito da maneira como os três elementos são analisados. O fato de ser uma média entre os três indicadores, descarta as possíveis desigualdades que podemos encontrar em determinado lugar, dependendo das suas peculiaridades, afetando o nível de bem-estar da sociedade (ATLAS, 2013; VIDIGAL, 2014).

Contudo, para se construir um IDHM adequado às necessidades do país é importante à utilização de indicadores brasileiros que demonstrem a realidade dos indivíduos e sejam disponíveis dados comparáveis entre todos os municípios. A forma de cálculo do IDH sofreu mudanças em sua estrutura para melhor compreensão e transparência, antes a construção era feita conforme explica Anand e Sen (1994) *apud* Vidigal (2014, p. 35), realizada em três etapas:

A primeira etapa consistia na estimação de uma medida de privação ou carência relativamente às variáveis que compõem o índice. Elegiam-se limites ideais ou desejados (valores máximos) e limites mínimos (obtidos pelo mais alto valor observado) dos indicadores sociais em questão e, por conseguinte, eram calculados os déficits de cada indicador em relação aos valores limites. Vidigal (2014) acrescenta que para cada resultado era possível atribuir uma medida pra I_{ij} , sendo i cada indicador e j o local, formando a equação abaixo:

$$I_{ij} = \frac{\max(X_{ik}) - X_{ij}}{\max(X_{ik}) - \min(X_{ik})} \quad (2.1), \quad \text{onde } 0 < I_{ij} < 1 \text{ e } j = 1, \dots, k.$$

Na segunda etapa era calculada a média de privação ou carência através na média aritmética simples conforme a equação (2.2) e, a partir de então feita a junção das duas formulas (2.1 e 2.2) chegando à equação (2.3).

$$I_j = \frac{1}{3} \sum_{i=1}^3 I_{ij} \quad (2.2); \quad IDH_j = \frac{1}{3} \sum_{i=1}^3 IDH_{ij} \quad (2.3)$$

Assim, o IDH permaneceu com as três dimensões. A alteração deu-se apenas na medida da educação, avaliando a escolaridade, com peso 1 e o fluxo escolar com peso 2, sendo o resultado da dimensão a média entre as duas variáveis. A medida da longevidade mostra a média de anos que o indivíduo viveria em determinada localidade a partir do seu nascimento. E por fim, a renda *per capita* é a soma de todas as rendas, dividido por todos os habitantes, incluindo as crianças e aqueles que não possuem rendimentos (ATLAS, 2013). A principal mudança ocorrida na construção do IDH foi na forma de cálculo, antes estimada como média aritmética e

agora geométrica:

$$IDH_j = \sqrt[3]{IDH_{ij}} \quad (2.4)$$

Portanto, o índice de desenvolvimento humano de uma localidade j é a raiz cúbica das três dimensões estudadas. O novo cálculo é visto por muitos teóricos como de fácil entendimento, podendo comparar entre regiões os principais elementos que compõem o indicador. Além disso, demonstra aos formuladores de políticas que não somente o crescimento econômico leva ao progresso, as outras variáveis, educação e saúde, também contribuem muito para o incremento do desenvolvimento econômico (VIDIGAL, 2014).

3 | ESPECIFICAÇÕES METODOLÓGICAS - ÁREA DE ABRANGÊNCIA, BASE DE DADOS E A REGRESSÃO COM VARIÁVEIS PADRONIZADAS

A Amazônia é uma região onde se encontra uma biodiversidade rica em recursos naturais e uma população carente de desenvolvimento econômico e social, por isso, a necessidade de realização de pesquisas no âmbito amazônico (BRASIL, 2008).

A pesquisa se dará com ênfase nos estados da Amazônia Legal, o qual permitirá uma visão mais abrangente da realidade econômica da nossa região que necessita de um olhar mais crítico. A Amazônia Legal compreende os estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão (apenas a porção oeste) (FREITAS, 2004).

Serão apresentados dados secundários dos indicadores brasileiros de educação, longevidade e renda *per capita* da população brasileira por meio do Atlas do desenvolvimento humano do Brasil 2013, o qual contém mais de 200 indicadores extraídos do Censo Demográfico dos anos 1990, 2000 e 2010.

O Atlas colabora na consolidação de um diálogo informado e embasado sobre desenvolvimento a partir de uma referência utilizada internacionalmente – o Índice de Desenvolvimento Humano, além de ser um instrumento de estímulo ao uso de dados socioeconômicos para a análise da nossa sociedade, sendo um instrumento de grande importância e transparece as principais realidades do país dentre os mais diversos elementos de análise de uma sociedade, como os de saúde, educação e renda, permitindo direcionar soluções para os déficits existentes a fim de proporcionar um futuro melhor para a população (ATLAS, 2013).

O modelo clássico de regressão é realizado com duas variáveis e a regressão múltipla (a mais simples) é realizada com três, portanto, pode ser expressa da seguinte forma (GUJARATI; PORTER, 2011):

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 X_{1it} + \beta_2 X_{2it} + \beta_3 X_{3it} + \varepsilon_{it} \quad (3.1)$$

Sabemos que “as unidades em que o regressando e regressor(es) estão expressos afetam a interpretação dos coeficientes de regressão. Isso pode ser evitado se nós dispusemos a expressar regressando e regressor como *variáveis padronizadas*” (GUJARATI; PORTER, 2011, p. 175). A padronização das variáveis é realizada subtraindo o valor da média da variável de seus valores individuais e dividindo-se a diferença pelo desvio padrão dessa variável:

$$Y_{it}^* = \frac{Y_{it} - \bar{Y}}{S_Y}; X_{it}^* = \frac{X_{it} - \bar{X}}{S_X} \quad (3.2)$$

Onde:

\bar{Y} = média amostral de Y; S_Y = desvio-padrão amostra de Y; \bar{X} = média amostral de X; S_X = desvio-padrão amostra de X; Y_{it}^* e X_{it}^* são as chamadas *variáveis padronizadas*.

Cabe ressaltar que, uma propriedade interessante das variáveis padronizadas, Gujarati e Porter (2011) é que sua média é sempre zero e seu desvio-padrão é sempre igual a um, não importando, em que unidades se expressem o regressando e os regressores. De posse das variáveis padronizadas, podemos calcular a regressão em termos destas variáveis:

$$Y_{it}^* = \beta_0^* + \beta_1^* X_{1it}^* + \beta_2^* X_{2it}^* + \beta_3^* X_{3it}^* + \varepsilon_{it}^* \quad (3.3)$$

Numa regressão envolvendo regressando e regressor(es) padronizados, o termo de intercepto sempre será zero, e os coeficientes de regressão são conhecidos na literatura como *coeficientes beta* (GUJARATI; PORTER, 2011). Portanto, os coeficientes beta da regressão (3.3) medem:

- β_1^* : o impacto da variável X_{1it}^* em Y_{it}^* , em termos de desvio-padrão.
- β_2^* : o impacto da variável X_{2it}^* em Y_{it}^* , em termos de desvio-padrão.
- β_3^* : o impacto da variável X_{3it}^* em Y_{it}^* , em termos de desvio-padrão.

Assim, se regressor padronizado (X_{1it}^*) aumenta em 1 desvio-padrão, em média, o regressando padronizado (Y_{it}^*) aumenta em (β_1^*) unidades de desvio-padrão. A vantagem do modelo padronizado em relação ao modelo tradicional fica mais aparente quando há mais de um regressor, Gujarati e Porter (2011):

Ao padronizar os regressores, estamos pondo todos eles em uma mesma base e podemos assim, compará-los diretamente. Se o coeficiente de um regressor padronizado for maior que o de outro regressor padronizado que conste do mesmo modelo, então ele contribui mais em relação à explicação do regressando do que o segundo. Em outras palavras, podemos usar os coeficientes beta como medida da força relativa dos vários regressores (GUJARATI; PORTER, 2011, p. 176).

Ou seja, ao estimar os coeficientes da equação de regressão denotada em (3.3.3) estaremos medindo o efeito não em termos das unidades originais em que Y

e os X 's foram expressos, mas em unidades de desvio-padrão.

A modelagem econométrica segue a descrição do modelo de regressão padronizada com parâmetros estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MMQO) tendo o Índice de Desenvolvimento Humano ($IDHM$) como variável dependente e as dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano: Renda ($IDHMRenda$), Longevidade ($IDHlongevidade$) e, Educação ($IDHeducação$) como as variáveis explicativas:

$$IDHM_{it}^* = \beta_0^* + \beta_1^* IDHMrenda_{it}^* + \beta_2^* IDHlongevidade_{it}^* + \beta_3^* IDHeducação_{it}^* + \varepsilon_{it}^* \quad (3.4)$$

Onde: $IDHM_{it}^*$ = IDHM padronizado do município i no tempo t ;
 $IDHMrenda_{it}^*$ = IDHM padronizado da dimensão renda do município i , tempo t ;
 $IDHlongevidade_{it}^*$ = IDHM padronizado da dimensão longevidade do município i , tempo t . $IDHeducação_{it}^*$ = IDHM padronizado da dimensão educação do município i , tempo t .

β_0^* = termo de intercepto da regressão e; ε_{it}^* = termo erro estocástico.

β_1^* = coeficiente beta1; i =municípios (1, ...,12); t = anos (1991, 2000 e 2010).

β_2^* = coeficiente beta2; i =municípios (1, ...,12); t = anos (1991, 2000 e 2010).

β_3^* = coeficiente beta3; i =municípios (1, ...,12); t = anos (1991, 2000 e 2010).

4 | INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS MODELO

O diagnóstico de painel do Gretl para o modelo econométrico apontou pelo teste de Breusch-Pagan (BP) $LM = 11,3082$ com p -valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(1) > 11,3082) = 0,000771668$ contrariando a hipótese nula de que o modelo MQO agrupado (*pooled*) é adequado, validando a hipótese alternativa da existência de efeitos aleatórios. No teste de Hausman, a estatística de teste foi de $H = 2,24204$ com p -valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(3) > 2,24204) = 0,523716$ confirma a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é consistente, invalidando a hipótese alternativa da existência do modelo de efeitos fixos. Isso significa que os coeficientes de efeitos aleatórios são, além de não viesados e consistentes, os mais eficientes para estimação do modelo proposto no estudo.

Os resultados da estimação do modelo de regressão com Efeitos Aleatório (EA) pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MMQO), estão dispostos na Tabela 1:

VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS	IDHMrenda _{it} *	IDHMlongevidade _{it} *	IDHMeducação _{it} *
Coefficientes (Erro Padrão)	0,158058 (0,0149882)	0,151110 (0,0296767)	0,713549 (0,0253996)
T	10,55	5,092	28,09
p-valor	2,78e-010 ***	3,72e-05 ***	2,63e-019 ***

Tabela 1: Resultados do MMQO e teste e da significância das variáveis

Fonte: Resultados do Gretl com base nos dados dos Censos Censitários.

Coefficientes das variáveis explicativas significantes à *0,10p; **0,05p e ***0,01p.

Logo, temos a seguinte equação de regressão estimada:

$$IDHM_{it}^* = 0,0000 + 0,158058 Mrenda_{it}^* + 0,151110 IDHMlongevidade_{it}^* + 0,713549 IDHMeducação_{it}^* + \varepsilon_{it}^* \quad (3.5)$$

Atentando para o sinal dos coeficientes beta da regressão, verifica-se que todos – exceto o intercepto – apresentaram sinal positivo, portanto, a estimação dos coeficientes do modelo (3.5), com base nos seus parâmetros indicaram evidências de que as três dimensões do IDHM (renda, longevidade e educação) provocaram uma variação positiva no IDHM no período analisado.

A interpretação dos coeficientes beta, sugeriram que se os indicadores (IDHMs padronizado) das dimensões renda, longevidade e educação, ao aumentarem de 1 (um) desvio-padrão, em média, o IDMh aumentará em cerca de 15,8058%; 15,1110% e 71,354% em desvio padrão, respectivamente. Contudo, apesar das três dimensões (renda, longevidade e educação) impactarem positivamente para a formação do IDHM, percebe-se que a dimensão educação apresentou maior efeito em termos de desvio-padrão, Portanto, de forma geral, a dimensão educação tem contribuído com a maior impacto na formação do indicador sintético IDMh, no período analisado, sendo esta, portanto, diretamente responsável pela maior variação do indicador de desenvolvimento humano na Amazônia Legal.

Para testar a significância global do modelo, foram utilizados os testes do R^2 e o Teste F , e seu respectivo p -valor, conforme resultados na Tabela 2.

Testes	Valores da Estimação
R²	0,997215
R² Ajustado	0,996852
F (3, 23)	2745,280
P-valor (F)	1,63e-29

Tabela 2: Testes de Significância Global do Modelo pelo MMQO

Fonte: Resultados do Gretl com base nos dados dos Censos Censitários.

Pelo critério do $R^2 = 0,997215$, podemos afirmar que, aproximadamente 99,72%

das variações na variável dependente – *IDMH*, são explicadas pelas variáveis independentes do modelo, *IDHMRenda*, *IDHMLongevidade* e *IDHMeducação*. Testando a significância pelo critério do teste F, para 99% de margem de confiança e 1% de margem de erro, com $F(3, 23) = 2745,280$ e $P\text{-valor}(F) = 1,63e-29$, cujas hipóteses são: $H_0: \beta_1 = \beta_2 = \beta_3 = 0$ e $H_1: \beta_1 = \beta_2 = \beta_3 \neq 0$. Como o F calculado é maior que F tabelado (4,76488), rejeita-se a hipótese nula, ou seja, o modelo é estatisticamente significativo para explicar a variável dependente, a um nível de significância de $\leq 1\%$.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do desenvolvimento humano, os resultados mostraram que tanto para o IDHM geral, quanto para as subdimensões renda, longevidade e educação, ocorreu aumento nos valores absolutos.

Na análise de regressão linear com variáveis padronizadas, foi verificado um impacto positivo por parte de todas as dimensões componentes do IDHM (renda, longevidade e educação) no período analisado. Porém, considerando que esse valor do parâmetro mede o impacto em termos de desvio padrão, a dimensão de educação apresentou impacto em termos de desvio-padrão, de aproximadamente 72%, ou seja, foi a que menos contribuiu para formar o valor total do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Dessa maneira, essa dimensão necessita de uma maior atenção, principalmente de ações governamentais que visem melhorar os níveis educacionais no Território da Amazônia Legal.

Essa pesquisa apresenta procedimentos metodológicos valiosos, pois verifica o impacto de cada dimensão componente do IDHM, em termos de desvio padrão, de modo a investigar se as distribuições dos valores observados tendem a estar mais distantes ou menos do valor total (IDHM), por isso, a metodologia utilizada tem caráter inovador, já que os trabalhos nesse sentido são mínimos.

Essa análise colabora no direcionamento da ênfase que deve ser dada a dimensão que apresenta maior impacto na composição do índice total, no sentido de guiar para formulação de políticas públicas nessas dimensões mais dispersas, e que estrategicamente podem ser priorizadas, já que podem ser as principais responsáveis pela falta de harmonia entre as dimensões, e assim de um bom desempenho do indicador de desenvolvimento humano.

Cabe ressaltar que o IDHM Educação é a composição de dois subíndices que leva em conta a escolaridade da população adulta e jovem, contemplando os ciclos básicos da educação e não o ensino superior, desta forma, deve-se priorizar essas bases para contribuir com melhores comportamentos, e assim direcionar políticas para essas categorias.

A análise deste trabalho contribuiu para enriquecer a compreensão dos

fenômenos do desenvolvimento humano em escala territorial. Para tanto, deve haver uma significação fundamental e teórica da coleta de dados e de sua análise. Conforme orienta Veiga (2010) a análise do índice de desenvolvimento, deve ser feito com cautela para devidas análises, pois não é suficiente para alcançar integralmente toda a realidade socioeconômica. No caso do IDHM, o mesmo conselho é válido, já que disponibiliza uma ideia concisa sobre algumas das questões que merecem destaque na análise do desenvolvimento humano dos municípios. Prontamente, é significativo completá-los com a investigação de outros dados subjacentes, para uma visão mais holística e completa sobre as condições de vida na Amazônia Legal.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. **O índice do desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira** / Presidência da República. Brasília: MMA, 2008.

FREITAS, M. **Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2011.

LEITE, A. D. **Crescimento econômico. Experiência histórica do Brasil e estratégia para o século XXI**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIDIGAL, C. B. R. **Índice de bem estar econômico: uma proposta para os estados brasileiros**. Série BNB Teses e Dissertações nº 36. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014.

UMA COMPARAÇÃO DE POBREZA, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE ENTRE AS MESORREGIÕES METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E ZONA DA MATA

Data de aceite: 06/01/2020

Stela Rodrigues Lopes Gomes

Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada
Mariana - MG

Matheus Gomes do Carmo de Souza

Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada
Mariana - MG

Alex Eugênio Alirão de Moraes

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Economia
Juiz de Fora - MG

RESUMO: Este estudo busca avaliar a relação da incidência de pobreza com o crescimento econômico e a desigualdade de renda entre as mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Zona da Mata do estado de Minas Gerais. Ambas as regiões possuem como característica o grande número de municípios em seu território, mas, com diferenciais na participação da indústria e agropecuária no valor agregado. Foram empregados os Censos utilizando a análise em painel de dados. Os resultados encontrados irão demonstrar como o crescimento econômico em cada região ao longo dos períodos analisados, impactam na redução da pobreza e desigualdade de renda

da população.

PALAVRAS-CHAVE:

Desigualdade, Pobreza.

Crescimento,

ABSTRACT: This study search to evaluate the relationship between the incidence of poverty and economic growth and income inequality between the Mesoregions Metropolitan region of Belo Horizonte and Zona da Mata in the state of Minas Gerais. Both regions have as characteristic the great number of municipalities in their territory, but, with differentials in the participation of industry and agriculture in value added. The Censuses were used as a panel analysis. The results will found how the economic growth in each region during the analyzed periods, impact on the reduction of poverty and the income inequality of the population.

KEYWORDS: Growth. Inequality. Porvety.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Universidade Federal de Ouro Preto pela concessão do curso de Pós-Graduação em Economia e sua fomentação financeira para a participação no evento, assim como para a realização do curso dos autores. Ainda agradecem a Universidade Federal de Juiz de Fora em nome do autor colaborador Alex Eugênio Alirão de Moraes.

1 | INTRODUÇÃO

Ao avaliar os principais motivos para redução da pobreza, tornou-se comum observar o papel tanto do crescimento quanto da distribuição de renda. Para redução da pobreza é necessário mais do que somente o crescimento econômico, é preciso também que exista uma proteção social, pois o crescimento da renda *per capita* pode resultar em um aumento na pobreza quando não associado a uma melhor distribuição (PINTO & OLIVEIRA, 2010).

Sendo assim, segundo Bérenger e Verdier-Chouchane (2007), a utilização de variáveis sociais deveriam ser incorporadas a mensuração da pobreza de modo que, explicassem aquelas informações omitidas quando apenas era utilizada a renda como determinante. Ainda afirmam que, somente os resultados de educação, saúde e o padrão de vida, poderem controlar os casos omissos pelo rendimento baixo da população como um todo.

Para isso, em uma iniciativa de classificar a situação nos países ao redor do mundo como comparativos, a Organização das Nações Unidas em parceria com a Universidade de Oxford, estipulou o Índice Multidimensional da Pobreza, dado esse que captaria as influências sociais em conjunto com as econômicas, para então determinar a proporção específica de cada nação, o que certamente compilaria os dados de maneira que análises internacionais seriam plausíveis (ALKIRE et al., 2011).

Desta maneira, Bourguignon (2004) e Salama (2010), fundamentam a investigação na relação existente entre a pobreza, crescimento e desigualdades, nas economias do mundo. Sendo então examinado, nos estudos de Salvato et al. (2008), Pinto e Oliveira (2010) e Silva e Araujo (2015) no caso Estado brasileiro.

Assim, como argumenta Rocha (2000), mesmo com a expansão econômica que o Brasil apresentou após o Plano Real, possibilitando maior estabilidade para a população e aumento do poder aquisitivo destes, a desigualdade de renda entre os indivíduos permanece, assim como a pobreza que ainda se perpetua em todas as regiões do Brasil, apesar de mais acentuada em algumas.

Minas Gerais tem a terceira maior participação percentual do PIB das Unidades da Federação, representando cerca de 9,3% do Produto Nacional. Sua principal atividade econômica envolve os serviços de comércio, atividades imobiliárias e aluguéis, e administração pública. Sua atividade industrial, em 2010, ocupou quase 34% do Valor Adicionado Bruto, sendo a indústria de transformação a mais representativa. Em relação a evolução do seu cenário social, seguiu o movimento nacional de redução da pobreza, entre 1991 e 2010, o estado passou de um percentual de extremamente pobre de 17,84% para 3,49% (IBGE, 2012).

Avaliando para o mesmo período citado acima, as Mesorregiões Metropolitana

de Belo Horizonte e Zona da Mata, seguiram o movimento de redução da pobreza. A primeira reduziu de 24,3% para 4,6% e a segunda de 29,9% para 5,4%. Apesar dessa redução, essas duas regiões, em 2010, ocuparam somente a sexta e a oitava posição entre as Mesorregiões de Minas Gerais, no Índice de Pobreza Multidimensional criado por Lopes (2003).

Mediante essa problemática, os principais objetivos deste estudo são avaliar quais as principais diferenças econômicas entre as Mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Zona da Mata, de modo a determinar qual o impacto do crescimento econômico destas, nos últimos anos sobre a taxa de pobreza da população assim como a desigualdade de renda.

Além da introdução, o presente estudo possui uma seção destinada a discussão sobre pobreza, crescimento e desigualdade, de modo que encontra-se subdividida em três tópicos, abordando a uma questão teórica de mensuração e classificação de pobreza, a sua relação com o crescimento e as desigualdades sociais e por fim uma abordagem teórica da relação no estado objeto do estudo.

A terceira seção concentra em estruturar a situação econômica e social de Minas Gerais, apresentando o cenário ao longo dos anos censitários, perfazendo uma comparação de elevação ou retração dos indicadores. Para isso utilizou-se as questões de renda e produção, bem como os setores da atividade econômica e características populacionais. Na quarta seção concentra-se na descrição dos dados utilizados e modelo econométrico de dados em painel estimados pela metodologia de Efeitos Fixos e Aleatórios. E por fim, a quinta e sexta seção expressam os resultados e discussões apresentadas pelo modelo estimado.

2 | POBREZA, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE

2.1 Uma questão teórica de Pobreza

No transcorrer da existência de uma sociedade, a preocupação fundamental para pesquisadores e estudiosos, tanto nas áreas econômicas quanto sociais, permanecem no processo de conceituação do fenômeno da pobreza, o que conjugaria um mecanismo de entendimento e correlação central das diretrizes e características de um grupo de pessoas classificadas como pobres ou extremamente pobres em determinadas localidades.

Sendo assim, pode-se considerar que existe pobreza em uma região quando as necessidades humanas não são atendidas de forma apropriada, logo, é possível relacionar pobreza ao bem-estar social, o que permite que a análise deste se dê através do estudo das mudanças nos indicadores de pobreza (ARAÚJO & SILVA, 2015).

Nota-se assim, que situações peculiares são incorporadas ao conceito

multidimensional da pobreza, segundo Jannuzzi *et al.* (2014), a concepção é capaz de integrar o nível baixo de renda ou consumo, as necessidades básicas de sobrevivências não atingidas, as vulnerabilidades, privações, exclusões sociais e principalmente o subdesenvolvimento humano.

Embora seja abordado no cotidiano, que a insuficiência de renda é o principal precursor de estimacão da população vivendo sob condições de subdesenvolvimento, autores como Rocha (2003) e Codes (2008), indicam a ineficiência deste conceito puramente quantitativo, em que estipulam que uma comparação internacional do fenômeno seria fundamentalmente impossível, posto a diferenciação das rendas médias necessárias para a sobrevivência em cada região distinta.

Outras limitações são incorporadas, tais como a concepção de subsistência variável em cada sociedade, a dificuldade de comparar indivíduos distintos em que requerem reposição de energias corporais distintas e finalmente a dificuldade de acompanhamento contínuo de redução ou aumento da sociedade em situações de pobreza (ROCHA, 2001; ROCHA, 2003; CODES, 2008).

Sendo assim, Crespo e Gurovitz (2002) e Sen (2010), expressam que o fenômeno vai muito além. Compactuam assim, que qualquer sociedade ou região é considerada pobre quando claramente apresentam privações ímpares de capacidades básicas na relação do indivíduo com o meio em que vive. Esses explicam conceitos distintos de pobreza absolutas, relativas e subjetivas, as quais caracteristicamente enquadram-se no meio econômico, social, e no processo de “juízo de valor” respectivamente.

Dimensão	Indicador	Característica
Educação	Anos de Escolaridade	Domicílios familiares que nenhum membro tenha completado cinco anos de escolaridade.
	Frequência Escolar	Domicílios com pelo menos uma criança em idade escolar que não frequenta a escola.
Saúde	Mortalidade Infantil	Domicílios com pelo uma criança que tenha falecido.
	Nutrição	Domicílios que tenham crianças ou adultos desnutridos.
Padrão de Vida	Eletricidade	Domicílios que não tem eletricidade.
	Água Potável	Domicílios que não tem acesso a água potável encanada, ou quando a água potável fica a mais de 30 minutos da residência em um percurso de ida de volta.
	Saneamento	Domicílios que os sanitários não estão conectados com a rede de coleta de esgoto, ou sanitários compartilhados.
	Pavimentação	Domicílios situados em ruas pavimentadas ou de chão.
	Combustível de Cozinha	Domicílios que utilizam madeiras, carvão ou outro recurso para cozinhar.
	Bens adquiridos	Domicílios que tenham ao menos um dos seguintes bens: rádio, TV, telefone, geladeira, fogão, computador, bicicleta ou moto, e não possui carro ou trator.

Quadro 1 - As três dimensões e os dez indicadores do índice

Fonte: Elaboração Própria baseado em Alkire et al. (2011) e Fahel et al. (2016).

Conseqüentemente, vários países e estudiosos passaram a desenvolver

métodos para incorporar nas estimações de pobreza diretrizes distintas e não singulares a renda. Para tanto, segundo Vyas e Kumaranayake (2006), Alkire *et al.* (2011), Alkire e Foster (2011) e Fahel *et al.* (2016), fatores como educação, saúde e padrão de vida foram incorporados no pressuposto de mensuração da pobreza nas últimas décadas, diagnosticando o que se chama de Índice Multidimensional de Pobreza (Quadro 1), calculado pela Iniciativa de Desenvolvimento Humano e pelo departamento de Pobreza da Oxford, para o Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo Alkire *et al.* (2011), uma pessoa ou domicílio são considerados multidimensionalmente pobres, caso sejam privados por pelo menos um terço das dimensões reportadas ou mais. Sendo assim, facilmente identificam-se todas as vertentes populacionais de privações diagnosticadas principalmente por Sen (2010), introdutor da mensuração da pobreza dissociado exclusivamente da renda.

Para a educação, os anos de escolaridade, frequência escolar, e outros dados são utilizados por Salvato *et al.* (2010) e Gorski (2012). Para a saúde, trabalhos de Falkingham e Namazie (2002), Bloom e Canning (2003) e Raiz (2006), podem ser citados tratando das questões de nutrição e mortalidade infantil. E finalmente as pesquisas de Jahan (2002) e Bérenger e Verdier-Chouchane (2007), podem bem exemplificar as consequências do padrão de vida para com a mensuração da pobreza na sociedade.

2.2 A relação ponderada da Pobreza com o Crescimento Econômico e a Desigualdade Social

Ao longo dos anos, o conceito de mensuração da pobreza, passou a fazer parte de um arcabouço complexo de métodos e concepções matemáticas, capazes de integrar todas as vertentes multidimensionais da situação em um único dado (FAHEL *et al.*, 2016). Vale lembrar, como argumentado na subseção anterior, a eficiência adquirida na medição quando questões sociais (educação, saúde e padrão de vida) são incorporadas ao pressuposto inicial do fenômeno.

Sendo assim, as privações das necessidades sociais, anteriormente apontadas por Sen (2010), extrapolaram seu conceito puramente qualitativo para ser introduzido nos modelos de verificação da pobreza. Os quais, segundo Alkire *et al.* (2011) e Alkire e Foster (2011), são imprescindíveis para delimitar de maneira concisa as regiões, as sociedades e as pessoas consideradas pobres.

Nestas perspectivas, Bourguignon (2004) e Salama (2010), afirmam que para reduzir a pobreza absoluta, foco principal do desenvolvimento, é necessária uma combinação de políticas que visem o crescimento e a igualdade na distribuição de renda. Os autores denominam essa relação como “*Poverty-Growth-Inequality (PGI)*”

*Triangle*¹. Outros pesquisadores incorporaram essa dinâmica em seus estudos, a qual passa-se a denotar como tripé da pobreza no presente estudo.

Além disso a relação entre o tripé da pobreza, acontece de forma não linear, no qual, regiões com menor renda *per capita*, apresentam uma tendência de maior elasticidade crescimento-pobreza. Autores como Silva e Araujo (2015), Salvato *et al.* (2008), Barreto *et al.*(2009) e Oliveira e Pinto (2010), confirmam essa hipótese ao encontrarem esse resultado para regiões brasileiras distintas.

Silva e Araujo (2015) encontraram uma relação inversa entre a elasticidade renda-pobreza e a desigualdade, como se é esperado, para todos os estados brasileiros entre 2001 e 2012, sendo que, quanto mais concentrada é a distribuição de renda, menor o benefício do aumento da renda destinado aos pobres. Ao investigar a decomposição da variância da pobreza, os autores demonstraram que o crescimento tem sido o principal responsável pela redução da pobreza nos estados Brasileiros, e que conjuntamente, o crescimento e a melhor distribuição foram responsáveis por cerca de 75% da redução da pobreza. Entretanto, a pobreza se apresentou mais sensível a alterações na distribuição de renda do que no crescimento médio.

Apesar desse resultado, Oliveira e Pinto (2010), ao analisarem se o crescimento dos estados brasileiros entre 1995 e 2007 foi pró-pobre², observaram que o padrão de crescimento dessa época contribuiu muito pouco para redução da pobreza, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, demonstrando a ineficiência do crescimento por si só em reduzir a pobreza.

2.3 O Tripé da Pobreza Mineira: da teoria à prática

Alguns eventos impulsionaram o crescimento econômico brasileiro desde a década de 90, possibilitando mudanças na trajetória da economia brasileira, segundo o IPEA (2010),

na última década do século passado, a estabilização monetária, a abertura comercial e financeira, as crises cambiais e a introdução do trinômio “regime de metas de inflação-câmbio flutuante-superávit primário” podem ser considerados os principais eventos que condicionaram esta trajetória. Por sua vez, a partir do ano 2000, o crescimento da economia e do comércio mundiais, a ampliação dos programas de transferência de renda, os aumentos do salário mínimo e a expansão do crédito em geral, assim como, em 2008, a maior crise financeira desde a de 1929, representaram os principais eventos a condicionarem o crescimento econômico (IPEA, 2010, p. 56).

Um dos principais meios para o crescimento econômico de um país é a qualidade de capital humano de sua população, que possibilita assim evolução da tecnologia

1 Triângulo da Pobreza (SALAMA, 2010). Em que, a variação da pobreza ocorre em função das variações na renda e nas desigualdades.

2 O Crescimento pró-pobre pode ser considerado, como a relação da redução da pobreza com o aumento do acesso as oportunidades sociais (OLIVEIRA & PINTO, 2010).

e da capacidade de concorrência com outras economias. Porém o crescimento de uma economia não consegue garantir o desenvolvimento econômico desta, é necessário também que o crescimento impacte a estrutura social da economia e eleve a qualidade de vida da população (VIEIRA, ALBERT & BAGOLIN, 2008).

O estado de Minas Gerais, além de possuir um dos maiores territórios e número de habitantes, é o estado com maior número de municípios, possuindo 853 no total (IBGE, 2017). De acordo com Libânio (2008), desde a colonização do país, o estado mineiro apresentou grande importância para o crescimento da economia nacional especializando-se na extração primária para exportação, como minerais, ouro em maior parte, e café.

O autor realça que, a produção mineira, continuou em sua maior parte, voltada ao setor primário, onde dos *“quinze maiores setores exportadores do Estado, oito podem ser considerados bem primários ou semi-manufaturas baseadas em recursos naturais. Ademais, em 2007, 40% das exportações de Minas Gerais correspondem a apenas duas commodities”* (LIBÂNIO, 2008, p.107-108).

Investimentos do governo, no âmbito estadual ou nacional em infraestrutura, possibilitam o aumento significativo do crescimento econômico, entretanto, este tipo de investimento pode acarretar o aumento das desigualdades regionais. Assim, Minas Gerais apresenta grandes taxas de desigualdade entre suas mesorregiões, de modo que as regiões próximas a capital possuem vantagens devido à localização, e maiores facilidades de comércio e de possibilidade de crescimento. Em contrapartida, as regiões mais afastadas sofrem dificuldades em relação a diversificação de produção, investimentos e outros fatores (DOMINGUES, MAGALHÃES & FARIA, 2009).

Ao realizar um estudo sobre o crescimento da China e os impactos na economia de Minas Gerais, Libânio (2008) conclui que, devido ao significativo crescimento deste país nos últimos anos o estado brasileiro pode se beneficiar dado a sua especialização em exportação de *commodities*, em especial minerais e agricultura.

De acordo com essas características econômicas, Silva e Araújo (2015), ao investigar a relação entre elasticidade renda-pobreza e desigualdade para o estado, de 2001 a 2012, encontraram uma elasticidade renda-pobreza de -1.13, e uma elasticidade renda-distribuição de 1.41. O estudo, portanto, denota que o crescimento econômico foi um dos principais responsáveis pela redução dos números concretos da população em situação de pobreza.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), por sua vez, estudada por Salvato *et al.* (2008), obteve uma elasticidade renda-pobreza de -1.28, sendo a maior dentre localidades abordadas pelo estudo (RMBH, Salvador e os Municípios do Recife e Manaus), e 1,71 para elasticidade redução da indigência. Os autores ainda destacam as curvas de crescimento-pobreza para RMBH que não apresentou crescimento pró-pobre, somente quando se reduz o nível de agregação para

municípios e Unidades de Desenvolvimento Humano. Com destaque para o fato de que, 24,25% dos municípios da RMBH apresentaram este cenário.

Destaca-se, portanto, que o estado é dividido em 12 mesorregiões, das quais as duas escolhidas para análise, Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e Zona da Mata, possuem uns dos maiores PIB e PIB *per capita*. A MMBH possui 105 municípios em sua extensão e a cidade mais populosa é também a capital do estado, Belo Horizonte, que possui quase 2,5 milhões de habitantes. É caracterizada por possuir quase metade de toda população do estado e por sua economia ser baseada na mineração, metalurgia e indústria mecânica (MENDONÇA & CAETANO, 2011).

A Zona da Mata também possui uma das maiores populações do estado, sendo que em seu território possui 142 municípios, de modo que o mais populoso é Juiz de Fora com um pouco mais de 500 mil habitantes, a qual é caracterizada pela indústria têxtil e produção de café (IBGE, 2017).

Em especial, nota-se que ambas as regiões, são especialistas na produção e exportação de *commodities* minerais e agrícolas, entretanto acredita-se que o aumento de exportações e como consequência crescimento da economia não garante isoladamente, como já visto por outros autores, o desenvolvimento econômico e nem mesmo a redução da pobreza.

3 I ANÁLISE ESTRUTURAL COMPARATIVA

Evidenciando uma avaliação regional, o presente estudo selecionou duas mesorregiões do território mineiro, de acordo com a classificação desenvolvida pelo IBGE no ano de 2010, como forma de compactar as homogeneidades dos indicadores nas Mesorregiões da Zona da Mata e MMBH.

	RMBH			Zona da Mata		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
População	4,620,319	5,588,178	6,236,117	1,839,150	2,020,558	2,161,226
Renda per capita (R\$)	R\$ 251.68	R\$ 363.58	R\$ 544.35	R\$ 206.04	R\$ 344.83	R\$ 471.97
Δ% PIB per capita		44%	50%		67%	37%
IDH-M*	0.411	0.565	0.684	0.394	0.548	0.661
Índice de Gini	0.531	0.527	0.471	0.537	0.533	0.469
Δ% Gini		-1%	-11%		-1%	-12%
Índice L de Theil	0.501	0.488	0.409	0.514	0.493	0.401
Incidência de Pobreza	24.336	12.177	4.604	29.982	12.212	5.462
Δ% na incidência de Pobreza		-50%	-62%		-59%	-55%

Tabela 1 – Evolução dos Indicadores Econômicos de Pobreza, crescimento e desigualdade das Mesorregiões da Zona da Mata e MMBH em 1991, 2000 e 2010.

*- Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal

É possível perceber, na Tabela 1, algumas diferenças estruturais entre as regiões. A MMBH, entre 2000 e 2010, obteve tanto uma renda *per capita* quanto um crescimento superior à da Zona da Mata, em que a renda cresceu cerca de 50% para primeira e 37% para segunda. No entanto, a distribuição de renda entre elas é bem semelhante, tendo melhorado de maneira parecida. Entretanto a concentração de renda em ambas as regiões é mediana, não sendo extremamente desigual, porém também não tão igualitária entre a população. Em relação a pobreza, percebe-se nas duas regiões em análise, que houve significativa redução desta, de modo que houve uma média de contração de 50% nos anos de 2000 e 2010 quando comparados com os dados de 1991.

Observando a estrutura produtiva através do Valor Adicionado Bruto (VAB) para as duas regiões, como mostra a tabela 2, as categorias mais expressivas são os serviços e administração pública. Entre 2002 e 2010, a agropecuária e administração pública tiveram redução, em ambas Mesorregiões. Entretanto a agropecuária, mesmo em 2010, possui grande peso no VAB da Zona da Mata em relação a MMBH. Já crescimento da participação da indústria foi três vezes maior na MMBH, enquanto serviços teve pequena queda nesta região e uma queda de quase 3% na Zona da Mata.

A principal diferença na estrutura produtiva das Mesorregiões estudadas, é a participação da indústria e agropecuária. Enquanto que para MMBH a indústria chegou a representar em 2010 cerca de 30% de todo valor adicionado da região, para Zona da Mata, esse percentual não passou de 12%. Já em relação a agropecuária, na Zona da Mata esse percentual atinge cerca de 15%, enquanto que na MMBH não passa de 7%.

	RMBH		Zona da Mata	
	2002	2010	2002	2010
Agropecuária	6.9%	5.1%	17.2%	15.5%
Indústria	24.6%	30.5%	9.0%	11.6%
Serviços	32.0%	32.8%	39.7%	36.8%
Adm. Publica	70.3%	65.1%	74.1%	71.6%

Tabela 2 – Valor Adicionado Bruto para MMBH e Zona da Mata (2002 - 2010)

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Fundação João Pinheiro.

Essa diferença é importante, pois como comenta Grasel *et al.* (2008), uma região mais industrializada possui efeito multiplicador maior, através das interdependências setoriais e da média salarial maior na indústria em comparação com a agropecuária.

Logo a eficiência social do crescimento, medida no estudo como a elasticidade renda-pobreza, é potencializada quanto melhor forem essas condições.

Assim como a MMBH apresentou um maior crescimento, com uma estrutura produtiva mais industrializada, espera-se que a elasticidade renda-pobreza seja maior nessa região do que na Zona da Mata. Em relação a elasticidade distribuição-pobreza, apesar da redução na incidência de pobreza ter sido maior e o coeficiente de GINI ser melhor na Zona da Mata, esses valores são muito próximos para se ter um resultado melhor da Zona da Mata em relação a distribuição-pobreza.

Vale destacar ainda, os avanços conquistados nas duas regiões quando trata-se exclusivamente da pobreza. Como observado nas Figura 1 e 2, ambas apresentam-se sob condições de redução constante da proporção da população em situação de vulnerabilidade e pobreza extrema.

Segundo os dados obtidos em 1991, cerca de 94% das cidades, pertencentes a região da Zona da Mata, demonstravam que a proporção da população extremamente pobre estava em um intervalo de 13,7% a 66%, em 2000 e 2010 a proporção nesse mesmo entremeio reduziu para aproximadamente 32% e 8%, respectivamente.

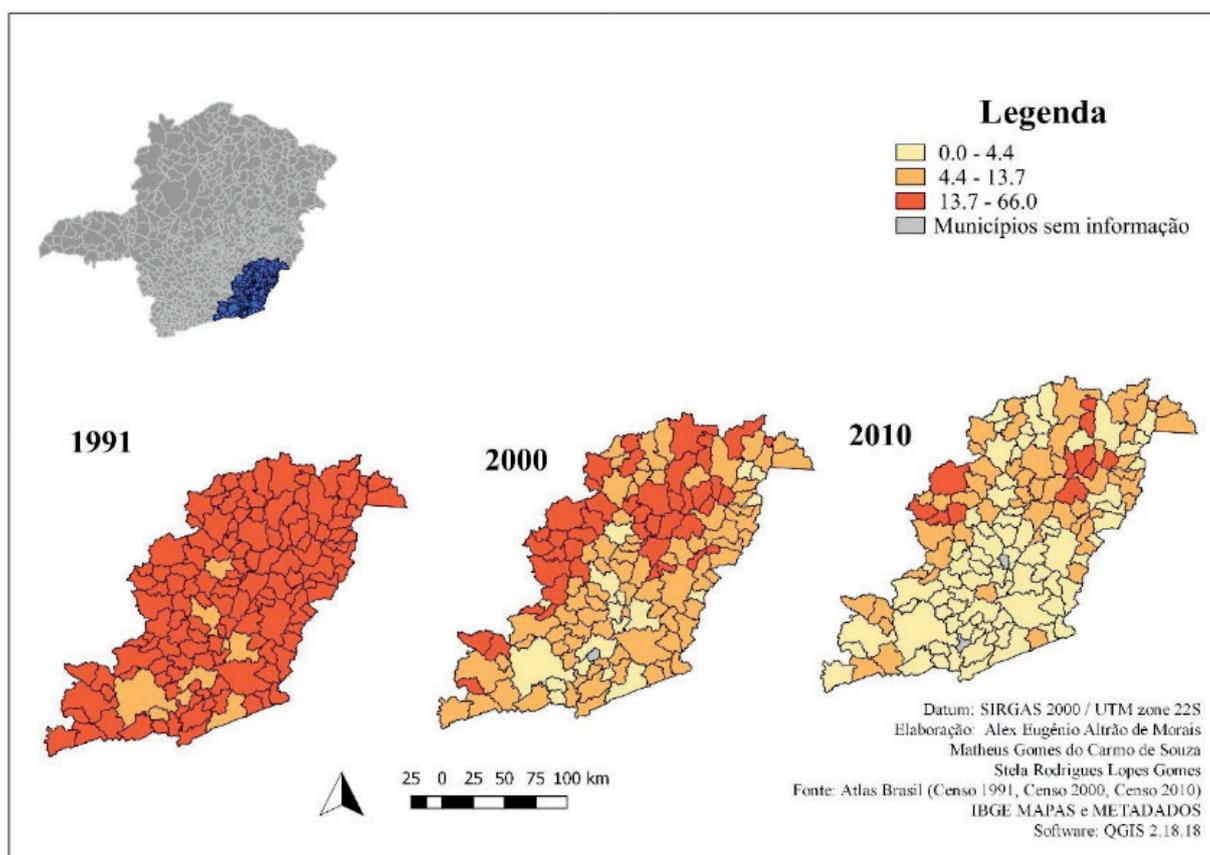


Figura 1 - Redução da Extrema Pobreza na Mesorregião da Zona da Mata

Fonte: Elaboração Própria. Dados retirados do Atlas Brasil (Censo 1991, Censo 2000 e Censo 2010), IBGE MAPAS E METADADOS.

Enquanto que no intervalo da proporção de 4,4% e 13,69% as cidades tiveram um processo de transição. Em 1991 somente 5,9% das cidades, um número baixo

de cidades, se situava nesse intermeio por conta da extremidade superior discutida anteriormente. Já em 2000, a grande maioria dos municípios, 55,10%, passaram a se encaixar na proporção de 4,4% e 13,69%, e finalmente em 2010, esse número se reduziu para 36%, pois muitos municípios passaram a enquadrar-se no hiato inferior.

Em 1991, na última classificação de até 4.39%, não se encaixou nenhum dos municípios. No entanto, em 2000, cerca de 12,5% dos municípios já faziam parte desse intervalo, ao passo que em 2010 aumentou-se para 55,14%, os municípios com uma proporção baixa de pessoas identificadas como extremamente pobres.

Igualmente como ocorre com a Mesorregião da Zona da Mata, a MMBH passou pelo processo de evolução da extrema pobreza. De modo que no ano de 1991, cerca de 70% das cidades faziam parte do intervalo de proporção de extremamente pobres de 13,7% a 76%, o ano de 2000 houve uma redução para 27%, e caiu novamente para 5,8% em 2010.

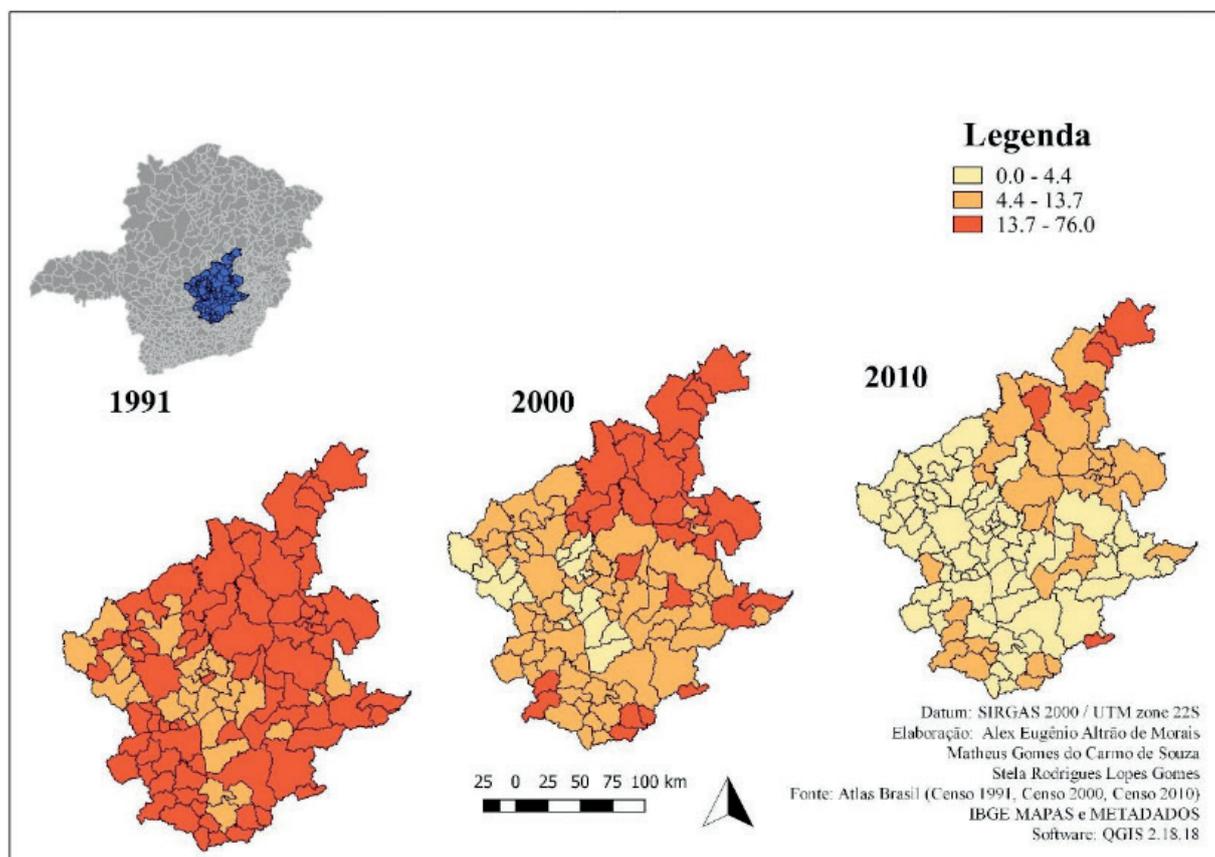


Figura 2 - Redução da Extrema Pobreza na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte

Fonte: Elaboração Própria. Dados retirados do Atlas Brasil (Censo 1991, Censo 2000 e Censo 2010), IBGE MAPAS E METADADOS.

O intermédio de 4,4% a 13,69% passou também pelo processo de transição, com 30,8%, 58,7% e 29,8% nos anos de 1991, 2000 e 2010 respectivamente. E finalmente o menor intervalo (até 4,39%) passou a ter cidades somente 2000, com 14,4% neste ano e 64,4% em 2010.

Sendo assim, nota-se uma certa homogeneidade no transcorrer dos anos entre

ambas as regiões do estado mineiro. Isso acontece, como demonstra Romero (2006), pois existe uma relação de dependência espacial na medida de pobreza IDH-M em Minas Gerais, ou seja, a localização geográfica da região na qual os municípios se encontram tem papel importante sobre a determinação de seu desenvolvimento humano.

Essa homogeneidade ainda estabelece que, uma comparação de pares no tripé da pobreza é mais viável para as duas, posto que as outras Mesorregiões apresentam características diversificadas em relação a Zona da Mata e a MMBH, tais como população, renda *per capita*, PIB, desigualdades e os processos de redução da proporção de pessoas em situação de extrema pobreza.

4 | BASE DE DADOS E METODOLOGIA

4.4 Base de Dados

A base de dados é composta por informações referentes a 105 cidades para a MMBH, e 142 cidades para a Mesorregião da Zona da Mata, nos Censos de 1991, 2000 e 2010. É importante frisar que a obtenção dos dados foi determinada em uma única base, a do Atlas Brasil, o qual compila as informações de modo que todos os anos do Censo sigam as alterações impostas em sua última edição.

Dado o objetivo de avaliar a relação da situação de pobreza com o crescimento econômico e as desigualdades sociais, a utilização das vertentes do Índice Multidimensional da Pobreza foi empregada para determinar suas relações com o fenômeno, em que as hipóteses das variáveis, descrições e fontes são descritas no Quadro 2.

Posteriormente, a mensuração das elasticidades renda-pobreza e distribuição-pobreza foram calculadas com os dados de extrema pobreza, crescimento econômico e desigualdades sociais, sendo mensuradas respectivamente pelas *proxies* de proporção da população extremamente pobre, PIB *per capita* e índice de Gini para cada município, os quais estão descritos no Quadro 2.

Ainda é necessário informar que durante a compactação dos dados alguns municípios foram retirados da amostra, por falta de dados em alguma das variáveis. Desta maneira, o Painel de Dados da MMBH, conta com 105 municípios, totalizando 315 informações³, e o painel da Zona da Mata está composto por 142 municípios, somando 423 observações.

Dado a indicação de Cameron e Trivedi (2005) para painel, o número de observações é composto pelo produto dos indivíduos e tempo. Sendo assim, o “n” da Zona da Mata, deveria ser 426, no entanto, a base de dados conta com 3 municípios

³ Segundo Cameron e Trivedi (2005), a quantidade de informações compostas em um painel de dados é dada pelo produto do número de indivíduos e o tempo de análise. Sendo assim, quando se trata das observações se deve lembrar de que , onde representando os indivíduos e representando o tempo.

com informações faltantes para pelo menos um ano, o que foi desconsiderado no cálculo.

4.5 Modelo

A Metodologia empregada foi Dados em Painel, sendo o modelo utilizado no presente estudo representado por:

$$P_{it} = \beta_1 Y_{it} + \beta_2 GINI_{it} + A'_{it} \delta + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

em que, o subscrito i representa os diferentes indivíduos e o subscrito t representa o período analisado, no caso os anos de Censo (1991, 2000 e 2010). O parâmetro P_i representa o percentual de indivíduos com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00 de agosto de 2010, Y_i representa a Renda *per capita* municipal em valores de agosto de 2010, $GINI_{it}$ é o índice de GINI, que mede a desigualdade de renda domiciliar *per capita* e A_{it} vetor das variáveis de controle utilizadas (Taxa de Frequência Bruta ao Básico, Taxa de Analfabetismo - 15 anos ou mais, Expectativa de Anos de Estudo, Mortalidade Infantil, % da População em Domicílios com Água Encanada, % da População em Domicílios com Coleta de Lixo, % da População em Domicílios com Energia Elétrica).

Entretanto, a relação encontrada na literatura entre pobreza e crescimento é não linear e os controles adicionados não foram significativos para explicar a relação, o que tornou necessário linearizar as variáveis a partir de uma função potência:

$$P_{it} = \beta_{1i} Y_{it}^{\alpha_{1i}} + \beta_{2i} GINI_{it}^{\alpha_{2i}} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Linearizando a função, tem-se:

$$\ln P_{it} = \beta_0 + \alpha_{1i} \ln Y_{it} + \alpha_{2i} \ln GINI_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

sendo $\beta_0 = \ln \beta_{1i} + \ln \beta_{2i}$, α_{1i} , e α_{2i} parâmetros. Como a Equação 3, está na forma funcional linear, *log-log*, os parâmetros representam a medida de elasticidade da variável dependente em relação a variável explicativa, logo α_{1i} representa a elasticidade renda-pobreza e α_{2i} a elasticidade distribuição-pobreza. Sendo a relação esperada entre pobreza e crescimento negativa, e desigualdade e pobreza positiva, $\alpha_{1i} < 0$ e $\alpha_{2i} > 0$ (GRASEL et al., 2008; PINTO & OLIVEIRA, 2010).

Variável	Especificação	Sinal Esperado	Efeito	Autor
Proporção de Extremamente Pobres	Razão de indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$70,00 mensais em valores de agosto de 2010, limitado a domicílios particulares e permanentes.		Dependente	Pinto e Oliveira (2010)
Renda per capita	Razão da renda total dos indivíduos residentes em domicílios permanentes com valores de 01 de agosto de 2010.	-	Quanto maior a variação percentual da renda per capita menor será a percentual da população extremamente pobre.	Pinto e Oliveira (2010)
Índice de GINI	Mede o grau de desigualdade entre os municípios segundo a renda per capita domiciliar. Seu valor varia de 0 a 1, o qual limita-se ao universo daqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.	+	Quanto maior a variação percentual do Gini maior será o percentual da população extremamente pobre.	Pinto e Oliveira (2010)
Taxa de frequência bruta no ensino básico	Razão da frequência de pessoas frequentando o ensino básico (fundamental e médio regular).	-	Quanto maior a variação percentual da frequência dos alunos no ensino básico, tende-se ter menores variações na proporção de extremamente pobres.	Alkire <i>et al.</i> (2011) e Fahel <i>et al.</i> (2016)
Taxa de Analfabetismo	Razão da população de 15 anos ou mais que não sabe ler nem escrever um simples bilhete (papel).	+	Quanto maior a variação percentual da taxa de analfabetismo, tende a aumentar o percentual da população extremamente pobre.	Alkire <i>et al.</i> (2011) e Fahel <i>et al.</i> (2016)
Expectativa de anos de estudo	Número médio de anos de estudo que jovens completariam quando completam 18 anos.	+	Quanto maior a expectativa da variação percentual da expectativa dos anos de estudo, maior será a proporção de pessoas extremamente pobres.	Alkire <i>et al.</i> (2011) e Fahel <i>et al.</i> (2016)
Mortalidade Infantil	Número de crianças que faleceram em seu primeiro ano de vida a cada 1000 crianças nascidas vivas.	+	Quanto maior a variação de mortes infantis, maior será a população extremamente pobre.	Alkire <i>et al.</i> (2011) e Fahel <i>et al.</i> (2016)
Domicílios com água encanada	Razão ds pessoas residentes em domicílios permanentes com água encanada para um ou mais comodas da casa.	-	Quanto maior for a razão de domicílios com água encanada menor será a razão de pessoas extremamente pobres.	Alkire <i>et al.</i> (2011) e Fahel <i>et al.</i> (2016)
Domicílios com coleta de lixo	Razão da população que vive em domicílios particulares e permanentes com coleta de lixo (nota-se que a amostra conta apenas com dados da área urbana).	-	Quanto maior for a razão de domicílios com coleta de lixo menor será a razão de pessoas extremamente pobres.	Alkire <i>et al.</i> (2011) e Fahel <i>et al.</i> (2016)
Domicílios com energia elétrica	Razão da população residente em domicílios particulares e permanentes com iluminação elétrica.	-	Quanto maior for a razão de domicílios com energia elétrica menor será a razão de pessoas extremamente pobres.	Alkire <i>et al.</i> (2011) e Fahel <i>et al.</i> (2016)

Quadro 2 – Descrição das Variáveis

Obs: Todas as variáveis foram disponibilizadas pelo Atlas Brasil e compiladas em mesma mensuração do Censo de 2010 pela plataforma.

Fonte: Elaboração Própria.

Segundo Pinto e Oliveira (2010), torna-se necessário ainda acrescentar um termo de efeito não observado, que possa captar aspectos da cultura e história de cada região, que podem afetar a pobreza, mas que não se alteram de acordo com o tempo. Assim o modelo a ser estimado se torna:

$$\ln P_{it} = \beta_0 + \alpha_{1i} \ln Y_{it} + \alpha_{2i} \ln GINI_{it} + a_i + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

em que a_i representa o efeito não observado variando para cada indivíduo, mas não no tempo. Com o acréscimo dessa variável, o erro se torna correlacionado com as variáveis explicativas pois, como a_i é não observável, o erro da equação 4 se torna $e_{it} = a_i + \varepsilon_{it}$, assim a estimação por MQO apresenta omissão de variável relevante, podendo causar viés nos parâmetros.

Nesse contexto surge a estimação por Dados em Painel, que segundo Baltagi (2005), apresenta algumas vantagens: (i) controla a heterogeneidade individuais; (ii) apresenta dados mais informativos, menor colineariedade entre as variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência; (iii) oferece maior capacidade em estudar a dinâmica de ajustamento; (iv) identifica e mensura efeitos que não seriam detectáveis em modelos *cross-section* ou séries temporais.

Para estimação dos Dados em Painel no estudo, tem-se duas variações, o método por Efeitos Fixos e o método por Efeitos Variáveis. A diferença básica entre os dois é em relação a variável não observada. Apesar dos dois considerarem que este varia entre os indivíduos, mas não durante o tempo, o método por Efeitos Fixos considera o intercepto com parâmetro fixo, já o método por Efeitos Variáveis considera

como variáveis aleatórias e presume que os dados são uma amostra aleatória de uma população maior (DUARTE *et. al*, 2007).

De acordo com, Pinto e Oliveira (2010), o método por Efeitos Fixos considera que a variável não observada é correlacionada com as demais variáveis explicativas e o método por Efeitos Variáveis pressupõe que não existe nenhuma correlação entre as variáveis independentes e o efeito fixo. Os autores ainda demonstraram que na presença de fatores históricos que impactam a distribuição do crescimento, o método por Efeitos Fixos é mais indicado.

Em adição a esta análise, utilizou-se também o Teste de *Chow*, conhecido com Teste F, para observar se o modelo melhor ajustado seria um MQO *Pooled*, ou método de Efeitos Fixos, o Teste de *Breuch-Pagan* para escolher entre MQO *Pooled* e Efeitos Variáveis e também o Teste de *Hausman* para analisar a correlação do efeito fixo com as variáveis independentes, e assim poder escolher entre Efeitos Fixos ou Variáveis. Em relação ao Teste *Chow* e *Breuch-Pagan*, tem-se H0 como MQO *Pooled*, em que a rejeição da hipótese nula, demonstra que a estimação por MQO *Pooled* não é a melhor opção (BALTAGI, 2005). Já o Teste de *Hausman* apresenta o Teste em H0: $\beta_F = \beta_V$, onde β_F é o coeficiente por método de Efeitos Fixos e β_V por método de Efeitos Variáveis. Rejeitar a hipótese nula neste caso, significa que existem diferenças entre os dois métodos, assim o método de Efeitos Fixos se apresenta como mais adequado para a estimação (PINTO & OLIVEIRA, 2010).

Além disso, a aplicação de modelagem em painel de dados implica em utilização de testes referentes a raiz unitária. Os testes são capazes de mensurar um possível resultado da estimativa, sendo este unitário. Contudo, apenas são realizados em séries contínuas de dados, de acordo com Baltagi (2005). Levando em consideração, os gaps existentes nos dados censitário do presente artigo, esta técnica não foi utilizada.

5 | RESULTADOS

Em relação à MMBH, como pode ser observado na Tabela 3 a seguir, pelo Teste de Chow, não se rejeitou a hipótese nula, ou seja, o modelo mais adequado seria o MQO *Pooled* em detrimento do método de Efeitos Fixos. Ao observar agora o Teste de Breusch-Pagan, que testa entre MQO *Pooled* e Efeito Variável, não se rejeitou a hipótese nula, logo o MQO *Pooled* traria o melhor ajustamento.

		RMBH	Zona da Mata
Chow	F(2,206)	1.16	1.1
	Prob > F	0.18	0.25
Breusch-Pagan		0.2035	0.3969
Hausman		0.3576	0.0003

Tabela 3: Testes de hipóteses

Fonte: Elaboração Própria

Como os resultados do teste de Chow e Breusch-Pagan, apontaram para uma estimativa por MQO *Pooled*, estimou-se as elasticidades através deste método. Portanto o Teste de Hausman que testa estimação através de Efeitos Fixos ou Variáveis, não será analisado dado a escolha por MQO *Pooled*.

Para a Mesorregião da Zona da Mata, o Teste Chow apontou para estimação por MQO *Pooled*, e o Teste do *Breuch-Pagan* também, pois ambos não rejeitaram a hipótese nula a 1% de significância. Novamente optou-se então pela estimação por MQO *Pooled*, não sendo necessária a análise do teste de Hausman.

Estimados os modelos para cada Mesorregião, de acordo com o melhor ajustamento encontrado, através do *software* Stata, os resultados encontrados se apresentam resumidos na Tabela 4, que contém os coeficientes de elasticidade crescimento-pobreza e elasticidade desigualdade-pobreza.

Como é esperado que aumentos na renda diminuam a pobreza e que pioras na desigualdade de renda elevem o percentual da população em situação de pobreza, os sinais dos coeficientes foram de acordo com o esperado, sendo negativo para renda-pobreza e positivos para distribuição-pobreza. Para a MMBH, a elasticidade renda-pobreza foi -1.917, demonstrando que aumentos de 1% na renda *per capita*, gera uma redução no percentual de pessoas com renda abaixo de R\$ 70,00⁴, de cerca de 1,91%. Para Zona da Mata esse impacto é um pouco menor, aumentos de 1% na renda *per capita*, geram uma redução de 1.88% no percentual dos extremamente pobres da região.

	MMBH	ZONA DA MATA
renda-pobreza	-1.917* (0.051)	-1.88* (0.042)
distribuição-pobreza	3.07* (0.193)	3.09* (0.168)
Observações	315	423

Tabela 4: Elasticidades Renda-pobreza e Distribuição-pobreza das Mesorregiões da MMBH e Zona da Mata entre 1991 e 2010.

* - significativa a 5% de significancia

Fonte: Elaboração Própria

A elasticidade distribuição-pobreza para MMBH encontrada foi de 3.07, demonstrando que o aumento de 1% no coeficiente de Gini⁵, acarreta em média um aumento de 3,07% na população extremamente pobre. Para a região da Zona da Mata, esse impacto agora é maior do que em relação a MMBH, pois com o coeficiente de 3.09, aumentos de 1% no Gini geram aumentos na população extremamente

4 Valor referente a Agosto de 2010

5 Um aumento no coeficiente de Gini, significa piora na distribuição de renda *per capita*

pobre de 3,09%.

É importante ressaltar, que como demonstram Pinto e Oliveira (2010), a melhora na distribuição parece ter um papel maior para redução da pobreza do que o crescimento, mas esse fato não é necessariamente verdade, pois a renda *per capita* e o Índice de Gini variam em escalas distintas, onde a renda assume qualquer valor acima de zero, e o Índice de Gini varia somente de 0 a 1.

Como pode ser observado, o crescimento no combate a pobreza tem um impacto maior na MMBH do que na Zona da Mata, acontecendo o contrário em relação a distribuição de renda. Esse resultado é compatível com a magnitude de crescimento da renda *per capita* e da melhora na distribuição de renda nas duas Mesorregiões. Entre 1991 e 2010, a renda *per capita*, apesar de ter crescido mais na Zona Mata, ainda é maior na MMBH, que por deter uma renda maior em 1991, aumentou a diferença de renda *per capita* entre as duas regiões, de R\$ 45,64 para R\$ 72,64. O coeficiente de Gini que era maior na Zona da Mata em 1991, passou a menor que o da MMBH em 2010, atingindo 0.469 contra 0.471⁶.

Em comparação com os estudos semelhantes, a elasticidade renda-pobreza das duas mesorregiões se apresentou maior que a de Minas Gerais entre 2001 e 2012, que segundo Silva e Araújo (2015), era -1.13. Em relação somente a RMBH, quando estudada por Salvato *et al.* (2008), este obteve uma elasticidade de -1.28, que é menor em 0.62 pontos ao resultado encontrado.

6 | CONCLUSÃO

As Mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte (MMBH) e Zona da Mata, situadas no centro e mais ao sul do estado de Minas Gerais, entre 1991 e 2010, apresentaram um cenário de crescimento econômico, conjugado com melhor distribuição de renda e redução da pobreza. Como um crescimento econômico sem distribuição não gera por si só condições suficientes para garantir mais igualdades sociais, o presente estudo procurou mensurar a elasticidade renda-pobreza e a elasticidade distribuição-pobreza para as Mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte (MMBH) e Zona da Mata.

Para construção das elasticidades, utilizou-se os dados do Censo de 1991, 2000 e 2010 e as variáveis percentual da população com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00 (extremamente pobres), a renda *per capita* e o índice de Gini. A estimação foi feita por meio de dados em painel, utilizando o método de MQO *Pooled* tanto para Zona da Mata e quanto para MMBH.

As elasticidades encontradas na MMBH foram -1.917 para renda-pobreza e

6 Valores demonstrados na Tabela 1 – Evolução dos Indicadores Econômicos de Pobreza, crescimento e desigualdade das Mesorregiões da Zona da Mata e MMBH em 1991, 2000 e 2010.

3.07 para distribuição-pobreza, já para Zona da Mata, as elasticidades foram -1.88 e 3.09, sendo todas significativas. Como se espera que aumentos na renda reduzam a incidência de pobreza sobre aquela localidade, e que pioras na distribuição de renda (aumento do coeficiente de Gini) aumentem a incidência de pobreza, os sinais encontrados foram iguais aos esperados.

A MMBH obteve uma maior eficiência social com o crescimento da renda, fato que pode ser explicado, apesar de não ser o escopo do estudo, pela maior industrialização da área, que permite um maior efeito multiplicador na economia, possibilitando um melhor resultado sobre a pobreza. Já em relação a distribuição-pobreza, a Zona da Mata é que obteve uma maior elasticidade, e apesar de serem maiores, não necessariamente elas são mais eficientes que o crescimento, pois a escala no qual ambos variam são diferentes. A renda varia para qualquer valor positivo, enquanto o Índice de Gini somente de 0 até 1.

Outros controles foram utilizados, seguindo a perspectiva de incorporação de questões da educação, saúde e padrão de vida social, tal como é feito no cálculo do Índice Multidimensional da pobreza, os quais não obtiveram sinais significantes para serem analisados, de forma que o tripé da pobreza mineira se torna mais eficiente quando relacionado apenas nos seus determinantes.

Por fim o estudo demonstrou, que as regiões estudadas apesar de terem evoluído em seus indicadores, ainda possuem municípios com pessoas em situação de extrema pobreza e as políticas públicas voltadas ao crescimento são mais eficientes na MMBH, e as voltadas a melhor distribuição são mais eficientes na Zona da Mata.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. Journal of Public Economics, v. 95, p. 476-487, 2011.

ALKIRE, Sabina; ROCHE, José Manuel; SANTOS Maria Emma; SETH Suman. **Multidimensional Poverty Index 2011: Research Brief**. Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI), 2011.

BALTAGI, Badi Hani. **Econometric analysis of panel data**. 3 ed. Inglaterra: John Wiley & Sons. 2005.

BARRETO, Flávio Ataliba Flexa Daltro; FRANÇA, João Mário Santos de; OLIVEIRA, Victor Hugo; MANSO, Carlos Alberto. **O que mais impacta a Redução da Pobreza: o Crescimento da renda ou a redução da desigualdade? Estimativas para as Regiões Brasileiras e os setores da atividade econômica**. CAEN - UFC: Laboratório de Estudos da Pobreza, (Ensaio sobre Pesquisa No. 16), 2009.

BÉRENGER, Valérie; VERDIER-CHOUCHANE, Audrey. **Multidimensional Measures of Well-Being: Standard of Living and Quality of Life Across Countries**. World Development, v. 35, n.7, p. 1259-1276, 2007.

BLOOM, David; CANNING, David. **The Health and Poverty of Nations: From theory to practice**, Journal of Human Development, v. 4, n. 1, p. 47-71, 2003.

BOURGUINON, François. **The Poverty-Growth-Inequality Triangle**. Washington D. C.: The World Bank, Dezembro, 2004 (Working Paper Series, n. 1585).

CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge University Press, 2005.

CODES, Ana Luiza Machado de. **Trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1332. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA. 2008.

DOMINGUES, Edson Paulo; MAGALHÃES, Aline Souza; FARIA, Weslem Rodrigues. **Infraestrutura, Crescimento e Desigualdade Regional: Uma Projeção dos Impactos dos Investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais**. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), IPEA. v. 39, n. 1. Abril, 2009.

DUARTE, Patrícia C.; LAMOUNIER, Wagner M.; TAKAMATSU, Renata T. **Modelos econométricos para dados em painel: aspectos teóricos e exemplos de aplicação à pesquisa em contabilidade e finanças**. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 4., 2007, São Paulo. Anais. São Paulo: FEA-USP, 2007.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. **Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, n. 92, p. 02-21, 2016.

FALKINGHAM, Jane; NAMAZIE, Ceema. **Measuring health and poverty: a review of approaches to identifying the poor**, Department for International Development Health Systems Resource Centre, London, 2002.

GRASEL, Dirceu; VIEIRA, Edmar Augusto; MENDES, Marcela Pereira; BERCHIELI, Regiane. **Desigualdade, pobreza e crescimento: uma análise comparativa entre Mato Grosso e Santa Catarina**. Textos de Economia, Florianópolis, v.11, n.1, p.54-78, jan./jun.2008

GORSKI, Paul C. **Perceiving the Problem of Poverty and Schooling: Deconstructing the Class Stereotypes that Mis-Shape Education Practice and Policy**. Equity & Excellence in Education, v. 45, n. 2, p. 302-319, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Contas Regionais do Brasil**. Contas Nacionais, nº 38. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama> >, acesso em 18 de abril de 2018. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Ipea. p. 56-84, v. 1. 2010.

JAHAN Selim. **Measuring living standards and poverty: The human development index as an alternate measure**. Working paper of the programme on Global Labor Standards and Living Wages, University of Massachusetts, 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino; MARTIGNONI, Enrico Moreira; SOUTO, Baiena Feijolo. **Programa bolsa família e sua contribuição para a redução da pobreza no Brasil**. São Pedro (SP): ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais in XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2014.

LIBÂNIO, Gilberto. **Setor externo e a economia internacional: O crescimento da China e seus**

impactos sobre a economia mineira. Economia & Tecnologia. Ano 04, v. 13. Abril/Junho, 2008.

MATIA, Jonathan de Souza. SALVATO, Márcio Antônio. BARRETO, Flávio Ataliba F. D. **Análise da Qualidade do Crescimento Econômico nos Estados Brasileiros de 1995 a 2008: Quão elásticos são os indicadores de pobreza com relação ao crescimento?**. XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. 2010.

MENDONÇA, Jupira; CAETANO, André Junqueira. **Minas Gerais e a Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte no Censo 2010.** Observatório das metrópoles CNPq/INCT; Práticas Sociais no Espaço Urbano, UFMG. Belo Horizonte. 2011.

PINTO, Mauricio Silveira; OLIVEIRA, Julio Cesar de. **Crescimento Pró-pobre: Análise dos Estados Brasileiros entre 1995 e 2007.** Revista Economia contemporânea, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 327-358, maio/ago. 2010.

RAIZ, Lisa. **Health care poverty.** Journal of Sociology and Social Welfare, v. 23, n. 4, p. 87–104, 2006.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 244p.

ROCHA, Sonia. **Alguns consensos sobre a questão da pobreza no Brasil.** In: DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel (Orgs.). Economia Social no Brasil. São Paulo: Senac, 2001. p. 71-88.

ROMERO, Julio A. Racchumi. **Análise espacial da pobreza municipal no estado de Minas Gerais - 1991 – 2000.** XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Setembro de 2006.

SALAMA, Pierre. **Pobreza: Luz no fim do túnel?**. Tradução de: MENEZES, Wilson F. Nexus Econômicos. Bahia, v. 4, n. 6, 2010.

SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José Mont'Alverne. **O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda.** Estudos Econômicos, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 753-791, 2010.

SALVATO, Márcio Antônio; MESQUITA, Leonardo Almeida; ARAÚJO Jr., Ari Francisco de. **Crescimento pró-pobre: uma análise usando unidades de desenvolvimento humano selecionadas.** IBMEC/MG, 2008.

SILVA, Janaina Cabral da; ARAUJO, Jair Andrade. **Estudo Sobre a Decomposição dos Determinantes da Variação da Pobreza nos Estados Brasileiros no Período 2001 a 2012.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 53, n. 04, p. 627-644, 2015.

VIEIRA, Cilane da Rosa; ALBERT, Carla Estefania; BAGOLIN, Izete Pengo. **Crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: uma análise comparativa entre o PIB per capita e os níveis educacionais.** Análise, Revista de Administração da PUCRS. Porto Alegre v. 19 n. 1 p. 28-50. Jan./jun, 2008.

VYAS, Seema; KUMARANAYAKE, Lilani. **Constructing socio-economic status indices: how to use principal components analysis,** *Health Policy and Planning*, v. 21, n. 6, p. 459-468, 2006.

A PERSPECTIVA DA POBREZA NA CAMPANHA DE ACM NETO DE 2012 E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO

Data de aceite: 06/01/2020

Data de submissão: 14/10/2019

Daniele do Nascimento Silva

Escola Municipal Vale das Pedrinhas

Salvador –Bahia

<http://lattes.cnpq.br/2819278225607760>

RESUMO: Este artigo visa discutir como o agente público Antônio Carlos de Magalhães Neto (ACM Neto), atual prefeito de Salvador, aborda a política social de combate à pobreza na sua campanha eleitoral de 2012. O trabalho analisa também as políticas públicas de enfrentamento da pobreza que foram adotadas em sua gestão. Para tanto discute o conceito de pobreza, a partir das teorias sociais culturalista e marxista. Além disso, discute brevemente o chamado “Carlismo” e a tipologia de políticas públicas. Como metodologia foi realizada a análise qualitativa das vinhetas de campanha, seguida da análise de dois programas apresentados pela Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza, o programa municipal de educação Primeiro Passo e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Percebe-se na abordagem da pobreza na campanha carlista e nas políticas públicas para seu enfrentamento que ACM Neto tem uma perspectiva culturalista e neoliberal da pobreza, a qual é reduzida a

carência de renda, além disso, o sujeito nesta condição é o responsável por seu estado e o reprodutor de sua pobreza. Conclui-se que para o eficaz combate a pobreza faz-se necessário ampliar o seu conceito, entendendo-a como a incapacidade do indivíduo viver todo o seu potencial humano, assim as políticas públicas de enfrentamento devem ser baseadas na perspectiva do desenvolvimento para a liberdade do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; ACM Neto; Enfrentamento da pobreza.

PERSPECTIVE OF POVERTY AT ACM NETO 2012 ELECTORAL CAMPAIGN AND FACING POLICIES

ABSTRACT: This article aims to discuss how Antônio Carlos de Magalhães Neto (ACM Neto), current mayor of Salvador, addresses the social policy of fighting poverty in his 2012 electoral campaign. This study also analyzes the public policies for confronting the poverty that were adopted in his management, discussing the concept of poverty through the culturalist and Marxist social theories. In addition, it briefly discusses the so-called “Carlismo” and the typology of public policies. The chosen methodology was the qualitative analysis of the electoral campaign & mottos, followed by the analysis of two programs presented by

the Secretariat for Social Promotion and Poverty Alleviation, the Municipal First Step Education Program and the National Program for Access to Technical Education and Employment - PRONATEC. It is clear according to the approach of poverty in the Carlista campaign and in the public policies for its confrontation that ACM Neto has a culturalist and neoliberal perspective of poverty, which reduces the lack of income, besides, the individual in this condition is responsible for his / her own state and the responsible of their poverty. The conclusion highlights that for the effective fight against poverty it is necessary to broaden its concept, understanding it as the inability of the individual to live their full human potential, so public policies of poverty confrontation must be based on the perspective of development for freedom of the individual.

KEYWORDS: Poverty; ACM Neto; Addressing poverty.

1 | INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade brasileira marcado pelo passado colonial escravocrata reverberou numa sociedade marcada pela desigualdade, sendo a pobreza uma questão latente na nossa realidade, sendo facilmente visíveis nas ruas as marcas deste grande problema social, a pobreza. De acordo com dados oficiais do Plano Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2014), uma pessoa é considerada pobre se sua renda mensal for inferior a R\$140,00, já a extrema pobreza é caracterizada por uma renda mensal inferior a R\$70,00. Ainda segundo o PNAD (2014), pouco mais de 12 % da população está nesta situação, cerca de 22 milhões de pessoas, contudo há um contingente bem maior de pessoas que a renda mensal não possibilita vida digna, mas que não consta no critério oficial, por possuírem renda superior a R\$140,00.

A pobreza não pode ser compreendida apenas como carência, é preciso entender os processos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais que a constituem e que geram uma dicotomia abissal entre os sujeitos: produzindo um sujeito como desigual, incapaz, inferior, subalterno e o outro sujeito como culto, superior, capaz. O teórico Sen (1999) afirma que a pobreza é a falta de liberdade de ser e viver dignamente todo o seu potencial humano. Ser pobre não é somente não ter, mas ser cerceado de ter. É uma expressão direta das relações econômicas e de classe de nossa sociedade, fruto de um sistema que para ter reproduz a pobreza, onde acumulação e miséria vivem juntas. Os sujeitos pobres são o resultado dessas relações, que perpetuam a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural.

Tendo como pressuposto que a pobreza é um problema estrutural e que os sujeitos nesta condição não são responsáveis pela sua manutenção e entendendo a responsabilidade do governo no seu enfrentamento, este estudo tem como objetivo compreender o (s) conceito (s) de pobreza expresso na campanha eleitoral de ACM

Neto, em 2012, e as propostas de políticas públicas para o seu enfrentamento. Para tanto, faz-se necessário a compreensão dos conceitos de pobreza, pois estes norteiam as práticas políticas para o seu enfrentamento e para uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento das políticas públicas adotadas.

2 | CONCEPÇÕES DE POBREZA

A percepção acerca da pobreza e dos sujeitos que estão nessa condição é oriunda de uma construção sócio-histórica sobre este fenômeno. Esta concepção permeia o trato que estes sujeitos recebem de outros sujeitos que não estão nesta condição, além de nortear as políticas públicas que são adotadas para o enfrentamento da pobreza. As abordagens de concepção da pobreza, que servirá como base para o desenvolvimento deste trabalho serão a abordagem culturalista, abordagem liberal/neoliberal e a marxista.

A abordagem culturalista explica a pobreza a partir de fatores internos, coloca o foco sobre os sujeitos, destacando comportamentos, posturas morais tradicionais, a “falta” de valores, mentalidade antiquada em relação ao trabalho classifica estes indivíduos como diferentes e inferiores, suas origens e ações são consideradas reprodutoras de sua pobreza e seus descendentes transformando num restrito mundo, fechado em si mesmo (SILVA, 2002). O limite desta concepção consiste que ao separar fundamentos econômicos e políticos das questões sociais, considera que a pobreza está vinculada a aspectos culturais, morais e comportamentais dos próprios sujeitos que vivenciam esta situação. Atribuindo a pobreza a causas individuais e psicológicas, jamais a fatores estruturais do sistema societal.

O pensamento liberal tem com premissa a livre concorrência de mercado sem qualquer interferência do Estado, isto é, o crescimento econômico será regido pela “mão invisível”, as leis do mercado, o qual se autorregularia. Afirmava também que os indivíduos visando lucrar ao máximo suscitariam o bem-estar da sociedade, assim o único caminho para o crescimento para os países emergentes seria a defesa do mercado enquanto regulador da economia, desta forma a livre iniciativa levaria a um maior rendimento do capital. O papel do Estado na economia seria apenas de zelar e proteger a sociedade, através da manutenção das instituições financeiras e de não intervir nas relações de produção e práticas econômicas do mercado, não tendo responsabilidade com questões de ordem social como a pobreza.

A explicação da pobreza no paradigma liberal tem assumido distintas matrizes. Mas apesar das variações teóricas liberais há um aspecto central sobre a explicação da pobreza, é a identificação dos fatores da pobreza no próprio sujeito e a indicação do mercado como o meio natural para atender suas necessidades econômicas e sociais. A concepção de pobreza no liberalismo está permeada pela teoria do capital

humano desenvolvida por Schultz (1973), que afirma que as diferenças de rendas entre os indivíduos são influenciadas pelo capital humano que cada um investe em si mesmo, principalmente através da educação, ou seja, é a soma dos investimentos do indivíduo em aquisição de conhecimento, que possibilita desenvolver os seus potenciais e habilidades, tornando-o mais apto para o mercado de trabalho. Assim, estes investimentos poderão reverter-se em benefícios econômicos para o próprio indivíduo. Este capital, não poderá ser roubado ou transferido, sendo um bem pessoal que o sujeito terá durante toda a sua vida e que influenciará em sua trajetória social e econômica.

Desta forma, Gazier apud Silva (2002) afirma que este paradigma define como pobre, o sujeito que possui renda insuficiente para realizar investimentos em capital humano necessários a uma inserção normal nas demandas coletivas. A explicação da pobreza se orienta pela premissa da defesa do mercado, pois permitirá o desenvolvimento da produção e eficiência máxima de cada sujeito e eliminará as vantagens previamente adquiridas, assim a pobreza e a desigualdade serão superadas pelo livre funcionamento do mercado.

A perspectiva neoliberal sobre a pobreza é evidente no relatório do Banco Mundial de Combate a Pobreza (instituição financeira atua desde 1980 como importante formuladora de recomendações políticas para os países periféricos e como disseminadora das políticas de cunho neoliberal, seus relatórios preconizam e pressupõem esta ordem societal) define a pobreza como a incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo (Ugá, 2004). Diante disso, duas questões vêm à tona: o que é um padrão de vida mínimo? O que se entende por incapacidade? O padrão de vida mínimo deve ser avaliado pelo consumo, ou seja, a despesa necessária para se obter um padrão mínimo de nutrição e outras necessidades básicas além de, uma quantia que possibilite a participação do sujeito na vida cotidiana da sociedade. O termo “incapacidade” refere-se a duas questões: oportunidades econômicas e prestação de serviços sociais, o enfrentamento da situação de pobreza de um indivíduo, passa pela implementação de políticas nessas duas áreas. Portanto, o conceito de pobreza neste modelo econômico compreende o pobre como o indivíduo incapaz, que não consegue, não garante, o seu emprego e nem mesmo a sua subsistência. Portanto, a pobreza passa a ser vista como um fracasso pessoal daquele que não consegue ser competitivo, assim atribui a filantropia individual ou organizacional a responsabilidade pela intervenção social. Desta forma, a autoajuda, a solidariedade local, o benefício e a filantropia substituí a responsabilidade estatal de garantir os direitos constitucionais dos cidadãos.

Assim, o atendimento ao pobre pelo Estado é extremamente focalizado, assim o Estado se exime de atender aos outros sujeitos em condição de pobreza, mas que não estão neste perfil sem renda, pois estes são aptos de garantir seu próprio

sustento, pois os pobres são vistos como os incapazes de se inserir no mercado. Sobre esta questão, Ugá afirma

A política social da “neo-sociedade” do liberalismo assume um caráter assistencialista, focalizando e restringindo seus serviços apenas àqueles que conseguem enquadrar-se na categoria “pobre”, que acaba sendo, no final das contas, oca e bastante variável. (2012, p.7)

Desta forma, as políticas de combate à pobreza, limitam-se a transformação do sujeito de incapaz, inapto, em um sujeito capaz e competitivo, apto para o mercado, através do aumento de seu capital humano. Para tanto, faz-se necessário que o Estado canalize toda sua capacidade de arrecadação para este fim. Ao invés de estimular políticas redistributivas (esse tipo de política tem o objetivo de redistribuir a renda em forma de financiamento em serviços e equipamentos e por meio de recursos. Nesta política, as camadas mais altas da sociedade são as responsáveis por financiar as pessoas de renda inferior, os beneficiários), o Estado estimula o capital a investir, garantindo e preservando o lucro, mesmo diante de oscilações do mercado, em contexto de crise.

A abordagem marxista entende a desigualdade na sociedade capitalista como resultado do próprio desenvolvimento das forças produtivas e não resultado do seu desenvolvimento deficitário, como argumenta liberais/ neoliberais, a desigualdade é vista como corolário do processo que mesmo em fartura de mercadorias, articula acumulação e empobrecimento. O fundamento deste paradigma é de que a exploração é inerente a constituição do sistema de produção capitalista que se assenta na perda de acesso aos meios de produção pelo trabalhador, tais meios concentram-se nas mãos dos proprietários, os capitalistas, assim, os trabalhadores vendem sua força de trabalho aos proprietários. Durante um dia de trabalho, o trabalhador produz um valor excedente que não lhe é repassado, pertence ao capitalista, quanto maior este excedente maior o lucro obtido pelo capitalista (MARX, 2011).

No modo de produção capitalista a pobreza é gerada pela acumulação privada de capital, por meio da exploração da mais-valia (valor excedente de trabalho) na relação entre donos de meios de produção e donos da força de trabalho. Neste modo de produção não é precário o desenvolvimento, mas o próprio desenvolvimento que produz a desigualdade e a pobreza, pois quanto mais excedente o trabalhador produz, mais riqueza lhe é expropriada e apropriada pelo capital. A acumulação do capital em poucas mãos produz a desigualdade e a pobreza e a subalternização das massas pelos ditames econômicos, político e cultural do capital.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA SOCIAL E POBREZA

A complexa vida em sociedade, marcada por distintas cosmovisões, valores, interesses e volições, maneiras de ser, pensar, se organizar no mundo, além das distinções de gênero, etnia, classe social, escolaridade dos sujeitos compõem a amálgama das relações societais. Para que estas relações não cheguem sempre a conflitos derradeiros, devido à busca de privilégios e interesses privados, instituiu-se a política.

Souza (2007) ao traçar o estado da arte dos principais conceitos e modelos de análise de políticas públicas sintetiza que políticas públicas são ações ou intervenções do Estado (ou de um determinado governo) demarcado por um momento histórico que visam atender demandas prioritárias da sociedade. Essas demandas podem ser social, econômica, de gestão para que as ações do governo funcionem no sentido de atender as necessidades da sociedade brasileira. São decisões do governo que visam garantir o funcionamento do estado no cumprimento de deveres, funcionamento da máquina pública em prol de interesses prioritários da sociedade.

Compondo o rol das políticas públicas estão as políticas sociais que começou desenvolvendo seus estudos sobre o estado de bem-estar social - origem e consequências. Inicialmente, esta política visa atender as necessidades sociais trazendo bem-estar social aos cidadãos, elas são implementadas por meio de programas e ações do Estado para atender direitos sociais e cobrir riscos. Estas políticas são transversais, pois são compostas pelas áreas de segurança alimentar e nutricional, assistência social, saúde, previdência social, habitação, educação, trabalho, emprego e desenvolvimento agrário. As políticas sociais no Brasil se consolidaram a partir da Constituição de 88, que efetivou o reconhecimento de direitos sociais básicos e a ampliação da cidadania dos brasileiros, regulada pelas gramáticas do clientelismo ou cooperativismo.

Abranches (1994) afirma que a política social interfere na lacuna oriunda dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade. Esta deve ser uma ação redistributiva, uma ação estatal de alocação e distribuição de valores, assim seu objeto é a reapropriação de recursos extraídos de distintos segmentos sociais, com diferentes proporções, por meio da tributação. Esta política é uma obrigação permanente do Estado e deve ter duas faces distintas, uma voltada para as questões que determinam a redução da capacidade das pessoas de obter renda suficiente e outra para circunstâncias temporárias, coletivas ou individuais.

O autor salienta que esta política não pode ser submetida aos ditames definidos pelos mecanismos de preços, nem avaliada em sua eficácia por critérios de mercado, pois se assim ocorre, privatiza-se, retirando o foco de seus objetivos, comprometendo-

se o qualificativo que a caracteriza ser voltada para o social. Esta política como ação pública deve corresponder a um sistema de transferência unilateral de recursos e valores, sob variadas modalidades, não seguindo a lógica do mercado que espera trocas recíprocas. A intervenção unilateral do Estado visa dirimir as desigualdades sociais e garantia dos direitos sociais dos cidadãos. Abranches (1994) também destaca que a política social não pode ficar restrita aos problemas sociais, ela requer uma nova política econômica que suscite mudanças que permitam elevar o patamar de renda das populações pobres e redirecionar o padrão de produção/ consumo, garantindo melhores condições de acesso ao conjunto de bens e serviços essenciais.

4 | CARLISMO

O estudo das políticas sociais do governo de ACM Neto requisita a contextualização deste ator político que está inserido numa forte tradição política, denominada Carlismo. Por Carlismo entende-se que é o termo utilizado para denominar o grupo político constituído no estado da Bahia, desde o começo dos anos 70 em torno da liderança de Antônio Carlos Magalhães, ACM. A relevância deste grupo perdurou por décadas, sendo um dos mais importantes do estado e influentes do país. O percurso histórico do Carlismo estrutura-se na construção de alianças político-partidárias de maneira que fortaleça sua base local pela sua inserção no cenário nacional, normalmente concatenado a elite política dominante. Alinhado a isso, há um perfil político carismático modernizante e autocrático, com um líder que comanda de modo vertical e chama para si a responsabilidade política (DANTAS NETO, 2006).

O perfil carismático personalista de ACM, de defensor de povo é uma marca de sua estratégia modernizante. O caráter autocrático é a marca de uma liderança despótica, com concepção vertical da política pela qual processos decisórios são atribuições restritas a elite dirigente, esta atitude pode, assim como a trajetória de ACM demonstra, adaptar-se tanto a contextos institucionais autocráticos quanto de competição democrática, no regime democrático ao povo caberia somente escolher e depois aclamar a elite governante. Também é típico desta característica o consenso que o líder poderia usar de qualquer método, ainda que seja de truculência e autoritarismo, agindo sem escrúpulos éticos diante de “inimigos”, sejam eles adversários políticos ou grupos sociais que não pertencessem a suas redes de lealdade.

O maior herdeiro do capital simbólico do Carlismo é o atual prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto. A jornada política de ACM Neto inicia em 1999, como assessor da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, função que ocupa até 2002, ano em que é eleito pela primeira vez como deputado federal, em 2006

tem seu segundo mandato como deputado. Em 2010 candidatou-se a prefeitura de Salvador, contudo perdeu. Este resultado será exitoso na campanha de 2012 a prefeitura de Salvador, a qual será o objeto de análise deste sucinto estudo. Em 2016, foi eleito pelo terceiro ano consecutivo o melhor prefeito do país, segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Paraná. Neste mesmo ano foi eleito novamente para o executivo municipal com 74% de votos válidos no primeiro turno.

Pereira (2014) ao estudar a trajetória política do atual prefeito, desde seu começo em 2002 como deputado federal a 2012, afirma que sua carreira começa fortemente ligada à imagem de seu avô, bastante vinculado aos recursos políticos disponíveis ao bloco carlista, sendo eleito devido, em grande parte, aos espólios da tradição carlista, ao seu repertório simbólico. De acordo a teórica, seu segundo mandato como deputado em 2006, assumiu uma estratégia política mais independente, mesclando vinculação ao grupo carlista à ênfase em sua atuação. ACM Neto consolida a imagem de Carlismo renovado, contudo não perde a característica autocrática. A manutenção desta tradição política ao longo dos anos evidencia um grupo político maduro, capaz de extrair vantagens de diferentes circunstâncias políticas beligerantes que tem marcado a história política brasileira e baiana.

5 | ANÁLISE DA CAMPANHA ELEITORAL

O objetivo deste estudo foi compreender o conceito de pobreza e a sua caracterização expressa na campanha eleitoral de ACM Neto em 2012 e as propostas de políticas sociais para o seu enfrentamento, com a metodologia de pesquisa qualitativa, através da análise dos vídeos de campanha eleitoral do candidato ACM Neto, através da grade de análise: o que é dito sobre a pobreza, como a pobreza é apresentada e as propostas de combate à pobreza. Seguido de uma pesquisa documental das propostas de combate a pobreza da Secretária de Combate à Pobreza e Promoção Social, com enfoque no programa PRONATEC e Primeiro Passo.

A fim de realizar esta pesquisa foram assistidos cerca de 40 vídeos da campanha eleitoral a prefeitura de Salvador em 2012 o candidato ACM Neto e de seu principal adversário na época, o candidato Nelson Pelegrino, do PT, além de entrevistas a rede de TV e debates, cujo tempo variam em média de 5 a 10 minutos. Contudo, o foco está sobre quatro vídeos onde ocorreram a visita a quatro bairros populares de Salvador, a Massaranduba, na localidade de Baixa do Petróleo, a visita aos bairros de Arenoso e Periperi, a comunidade Cidade de Plástico, Zé Ferina de Periperi e Nova Constituinte A análise destes vídeos se estruturou em três categorias de análise: os sujeitos falam sobre sua condição de pobreza, como a pobreza é apresentada e as propostas de combate à pobreza, explanadas, a seguir.

5.1 Discurso carlista: cuidado e esperança

Nesta seção será exposto a fala dos moradores e do candidato sobre a pobreza e as necessidades apresentadas pelos populares. Serão apresentados os discursos de campanha, de quatro vídeos de campanha onde o candidato visitou a comunidades pobres de Salvador, focando na temática pobreza.

A proposta do candidato para melhorar as condições de vida dos moradores de Arenoso foi melhorar o cadastramento do Bolsa Família. Na comunidade da Baixa do Petróleo, caminhando pelo local em meio a palafitas e lixo no chão uma moradora relata “a gente é um povo esquecido”, o candidato pergunta não tem coleta de lixo, vocês moram aqui no meio do lixo? A moradora segue falando “a gente mora no meio do lixo, no meio dos ratos que destrói tudo da gente”. ACM continua falando “ninguém pode morar com dignidade em cima das palafitas e prossegue a CONDER (órgão do governo do Estado) começou a fazer umas obras aqui e parou se a CONDER assumisse seu compromisso com a comunidade, quantas pessoas poderiam estar vivendo com dignidade? Vivendo fora do lixo, fora do meio dos ratos.” Como proposta apresenta o projeto Prefeitura bairro com intuito de atender as necessidades do bairro. Na comunidade Zé Ferina de Periperi, um morador local traz que a principal necessidade deles “a uma boca só”, há um consenso é o saneamento básico, água, rede de esgoto, energia. O prefeito responde dizendo que a comunidade é um exemplo da ausência do poder público. Outra moradora reclama da falta de infraestrutura, de creches, pois eles precisam se deslocar para Paripe, como proposta haverá um aumento das creches e melhoria de infraestrutura das creches comunitárias. Além disso, haverá a assistência a saúde, e ele melhorará a iluminação e enfrentará o problema do saneamento básico.

Uma prática comum do Carlismo é a construção de uma imagem do ator político como o salvador dos pobres, há um perfil político carismático e autocrático, com um líder que comanda de modo vertical e chama para si a responsabilidade política. O caráter autocrático do Carlismo é uma característica de uma liderança despótica, que tem uma compreensão vertical da política pela qual os processos decisórios são atribuições restritas a elite dirigente, ao povo lhe é legado apenas escolher e depois aclamar a elite governante (PEREIRA, 2014). O candidato carlista ao executivo municipal em 2012, visitou quatro comunidades e em todas, ele mantém o mesmo discurso para combater a pobreza: melhorar o cadastramento da prefeitura para dar o Bolsa Família à uma quantidade maior de pessoas. Diz querer governar de perto, junto com o povo, juntamente a prefeitura bairro. Apenas em uma comunidade esta proposta é ampliada, na Comunidade Zé Ferina o candidato afirma que haverá um aumento das creches e melhoria de infraestrutura das creches comunitárias, prestando assistência à saúde, melhorará a iluminação e enfrentando o problema do

saneamento básico.

Percebe-se nas visitas de ACM aos bairros periféricos uma percepção alienada de toda a pobreza do ambiente, da ausência de infraestrutura e condições básicas de vida dos moradores, expresso em falas de cuidado e esperança que não problematizam tal situação, como “o que a gente precisa em Salvador é uma esperança nova” ou “a prefeitura tem o dever de cuidar das pessoas”. O que é reproduzido na fala de uma das moradoras destas comunidades “a gente precisa de uma pessoa que lute pela gente, que cuide da gente”. O discurso do cuidado presente nas falas acima esvazia a ação dos sujeitos destas localidades como atores políticos, pois estes estarão recebendo por benevolência e não por dever do candidato, o que de direito cabe aos cidadãos. Além das promessas de executar o que já é direito desses cidadãos como saneamento básico, escola e moradia o candidato se apresenta como o salvador que resolverá todas as necessidades destes moradores.

Desta forma, candidato e moradores reproduzem e se beneficiam da condição de pobreza política (de ambos os atores) descrita por Demo (1996), onde os sujeitos em situação de pobreza são tratados como massa de manobra nas mãos do Estado e das elites, cabendo ao povo só deveres, sem direitos. É angustiante o quadro de pobreza política onde o povo não exige, não luta por seus direitos, mas pede, suplica ou espera passivamente, vendo o Estado como patrão ou tutela e o serviço público como caridade governamental, figura paternalista.

Pereira ao estudar a nova fase do Carlismo em ACM Neto relata sobre a campanha dele a prefeitura em 2012 que “a estratégia de construir sua imagem como uma alternativa de mudança para Salvador parece ter cativado os eleitores. De alguma forma, ACM Neto conseguiu se apresentar como candidato ao resgate da autoestima de Salvador” (2017, p.13). Uma perspectiva assistencialista do pobre oriundo da visão culturalista da pobreza norteia estes discursos de cuidado que ao não evidenciar os fatores da pobreza, enxerga como um fenômeno que começa e se encerra em si mesmo, como um problema do indivíduo, como déficit educativo, despreparo para o mercado do trabalho, a culpabilização da pobreza recai sobre o próprio sujeito e suas ações. Desta forma as questões sociais são tratadas de maneira fragmentadas, não tendo a atenção necessária para o enfrentamento desta questão.

Uma questão presente nos discursos de campanha e que perpetua nos seus projetos de enfrentamento a pobreza, é o esvaziamento da pobreza, a pobreza não é pensada de forma estrutural, como um problema sistêmico de falta de acesso a bens e serviços fruto de um modelo econômico que a reproduz, (a pobreza) nem é vista como a falta de liberdade de ser e viver dignamente todo o seu potencial humano cerceado, contudo apenas é apresentado seu resultado e não as suas causas. Em suma, o candidato ACM Neto se beneficia da pobreza política dos cidadãos apelando

para um discurso de cuidado para mantê-los presos a sua pessoa. Além disso, seu sensacionalismo político esgota a imagem da miséria, mas que não problematiza realmente esta condição.

5.2 Espetacularização da pobreza:

A exploração da imagem através de sua alienação da vida cotidiana é denominado pelo teórico Derbot (2003), na sua obra Sociedade do Espetáculo, como espetacularização da vida, segundo o autor, a sociedade capitalista se estrutura numa acumulação de espetáculos, tudo que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação, desta forma as imagens fluem desligadas dos reais aspectos da vida. O espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda vida humana, numa simplificação e esvaziamento das vicissitudes da vida como simples aparência. Desta forma a realidade é compreendida parcialmente e reflete em sua própria unidade geral à parte, objeto de pura contemplação, um falso retrato da realidade.

As imagens apresentam as moradias e ambiente de convivência dos sujeitos residentes destas localidades. Mas a abordagem, a caracterização da temática pobreza através das imagens exploradas na campanha, além de expor a condição de vulnerabilidade destes sujeitos, de forma sensacionalista e vexatória, ridiculariza e afronta a dignidade do indivíduo, por residir de forma tão primária, em palafitas, barracões ou estruturas feitas de lonas; estando próximo ao lixo, ratos e esgoto ao céu aberto. Não porque estes sujeitos são inferiores ou sem dignidade por viverem nestas condições, mas por reduzir o ser sujeito ao ter. Na campanha de ACM Neto há a espetacularização da pobreza através da superexposição da carência e miséria extrema dos sujeitos, a pobreza é exposta separadamente dos fatores que produz e reproduz neste quadro social. Como explica Vanderlei de Castro (2013, p.147),

O que as campanhas eleitorais mostram vem sempre isolado do ambiente real e do passado das coisas – não convém discutir a origem, nem como a miséria se perpetua – também não são declaradas as intenções, e menos ainda as consequências reais da ajuda prometida pelos candidatos.

O teórico explica o que pode ser objeto de contestação e crítica ao sistema, se torna em imagens que entretêm (unilateralmente) a própria sociedade. Há uma pobreza “construída”, fragmentada, alienada da realidade, conectada as contradições do mundo, um olhar iludido e limitado, dos espectadores sobre o fenômeno produzindo uma falsa interpretação da realidade. Esta imagem construída passar a ser a principal ligação e visão do sujeito do mundo real, sem espaço para o sujeito e sua interação e vivências com o meio, tudo se torna representação. Debord afirma que o indivíduo deixa de refletir sobre sua realidade e torna-se espectador de sua

própria vida, o qual está aprisionado pela consciência espectadora a um universo achatado e restrito mediado pela produção midiática do espetáculo, que absorve sua própria vida cotidiana. O mundo real se converte em simples imagens, tais imagens como numa hipnose faz com que o sujeito veja por diferentes mediações seu mundo, numa abstração generalizada da sociedade atual, onde a vida concreta de todos se degradou em universo especulativo.

O discurso do candidato de indignação com as condições de sobrevivência dos sujeitos das comunidades visitadas alimenta-se da condição de miséria destes indivíduos, explorando as múltiplas ausências destes sujeitos, transformando num espetáculo. ACM Neto norteado pela lógica da sociedade espetacular de degradação do ser em ter, que busca de forma generalizada “ter” e “parecer”, ao expor as carências destes sujeitos expõe essas comunidades a esta lógica cruel do “ter” e do “parecer” que enxerga a pobreza como o local onde não ter é igual não ser.

Esta lógica *Ter versus Ser* reforça a visão culturalista da pobreza, que explica esta condição, a partir de fatores internos aos sujeitos, destacando comportamentos, posturas morais tradicionais, a “falta” de valores, a mentalidade atrasada e a falta de disposição para o trabalho. Estes indivíduos são estereotipados como inferiores, criminosos, preguiçosos e suas origens, suas ações são consideradas as reprodutoras de sua pobreza e de seus descendentes transformando a pobreza num restrito mundo, fechado em si mesmo. A abordagem adotada por ACM Neto pouco contribui para que os sujeitos moradores destas comunidades carentes reflitam sobre a sua condição de pobreza e questionem sobre as condições sócio-históricas que possibilitou esta condição. Ao contrário, ao evidenciar sua carência perpetua visão do Ter em detrimento do Ser, onde a pobreza é o lugar das ausências e o não ter é igual a não ser. Assim, estes indivíduos são pobres, por fatores intrínsecos a ele e continuarão nesta condição.

5.3 Análises das Políticas Públicas

A Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza – SEMPS do município de Salvador oferece 14 programas de enfrentamento a pobreza, porém este estudo destacará os programas Pronatec Brasil sem Miséria e o Programa Primeiro Passo. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec é um programa criado pelo governo federal, em 2011, para proporcionar que mais pessoas tenham acesso ao ensino técnico profissionalizante. O programa visa retorno ao sistema educacional de pessoas que estão há muito tempo distantes das salas de aula e que necessitam de qualificação profissional elevando chances de inclusão produtiva ou melhorando condição de inserção no trabalho (PRONATEC, 2017). Os cursos serão ofertados em instituições de ensino técnico e tecnológico, como as

unidades do sistema nacional de aprendizagem (SENAC e SENAI) e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O público alvo são pessoas inscritas ou em processo de inscrição no CadÚnico (programa de cadastro de famílias com renda familiar de até três salários mínimos ou ½ salário mínimo per capita mensal, visando o acesso aos Programas Sociais do Governo Federal: Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, PRONATEC, Carteira do Idoso, entre outros), com idade a partir de 16 anos, tem prioridade os cadastrados em situação de extrema pobreza (com renda familiar per capita de até R\$70) e os beneficiários de programas federais de transferência de renda.

O Programa Primeiro Passo tem objetivo de atender a primeira infância, que vai de zero até os cinco anos de idade com um auxílio financeiro de R\$50,00 para as famílias que recebem o Bolsa Família e não conseguiram vagas nas creches ou pré-escolas municipais e conveniadas pela prefeitura de seu bairro. O limite do auxílio é de três crianças por família, podendo ultrapassar este limite somente no caso de gêmeos (PRIMEIRO PASSO, 2017). De acordo o decreto nº 26.283/2015, as famílias beneficiárias do Projeto Primeiro Passo deverão participar de encontros periódicos organizados pelas Secretarias Municipais da Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPS), da Educação (SMED) e da Saúde (SMS) e voltados para o desenvolvimento da primeira infância. Além disso, as famílias beneficiárias do programa serão assistidas por meio de visitas técnicas bimestrais, realizadas por agentes de desenvolvimento infantil, a fim de acompanhar o desenvolvimento da criança e garantir o efetivo cumprimento das condicionalidades do projeto.

Dos 14 programas apresentados pela Secretária de Combate à Pobreza 6 são financiados por recursos do governo federal, em outros programas não foi possível constatar se o financiamento é federal ou municipal. Assim, apesar da proposta original do trabalho ser de fazer uma análise das políticas públicas municipais de combate à pobreza, devido à baixa descentralização ainda presente no governo de ACM Neto frente as políticas sociais será analisado o PRONATEC, programa federal fortemente difundido pelo município. Além do programa Primeiro Passo, projeto municipal.

5.3.1 PRONATEC, Neoliberalismo e o Capital Cultural

As perspectivas (neo)liberal norteiam algumas medidas da gestão de carlista. Onde o Estado é mínimo, e não deve intervir na economia, possibilitando o livre comércio. O sujeito pobre neste paradigma é o indivíduo incapaz de produzir, que não garante, o seu emprego e nem mesmo a sua subsistência. Assim, a pobreza é vista como um fracasso do indivíduo, pois não consegue ser competitivo, o qual é responsável pela manutenção de sua condição de pobreza.

Esta corrente (neo)liberal dialoga com a teoria do Capital Humano que compreende que a educação e o treinamento potencializam o trabalho, sendo um investimento social ou individual igual ou superior ao capital monetário. Uma educação precária corresponderia a uma produtividade precária, ineficiente. O investimento em educação acarretaria em retornos pessoais e sociais. Há uma relação direta entre educação e produção, a educação e a qualificação profissional seria a solução para superar as desigualdades sociais e a pobreza (FRIGOTTO, 1993).

A ideia é que, ao educar-se, qualificar-se mais, o indivíduo torna-se mais apto a competir com os outros por um emprego melhor no mercado e, portanto, a obter uma renda maior. Logo, há uma contínua necessidade de ele procurar ser mais competente que os outros, a fim de garantir o aumento de sua empregabilidade. O sujeito que faz parte do mercado é o que possui capital humano, educação e saúde. Aqueles que não têm esse tipo de capital não são aptos para atuar no mercado, ou seja, não tem autonomia para competir com os outros. Esses indivíduos são os “pobres”, com os quais o Estado compensa com políticas sociais.

O programa PRONATEC apresenta um viés neoliberal e aproxima-se da concepção do capital humano, devido seu objetivo tecnicista de qualificação profissional para elevar as chances de inclusão produtiva ou melhorar a condição de inserção no mundo do trabalho. Na teoria do capital humano o fortalecimento da economia possibilitará uma redistribuição de renda. O crescimento econômico suscitaria um decréscimo nos níveis de desemprego, levaria a uma crescente transferência de renda; por isso o governo oferta os cursos a fim de dinamizar a economia, pois a educação é o capital humano basilar, pois produz a capacidade de trabalho. Os cursos profissionalizantes não possibilitam que estas pessoas suplantem a condição de subalternidade, pois a oferta de cursos concentra-se na área de comércio de bens, serviços, turismo e construção civil. Esta visão econômica reduz e transfigura o conceito de homem, de classe, de capital e de educação, numa perspectiva genérica e a-histórica, que não compreende que o sujeito não se limita ao econômico sendo um ser histórico, político, social.

Nesta perspectiva neoliberal, a pobreza não é vista como um problema estrutural, mas num viés limitado, em que a expropriação, a exploração e a opressão social não existem. A pobreza é explicada pelo viés culturalista, por motivos pessoais, focada no sujeito, ela é fruto de sua inaptidão, de sua preguiça, de sua incapacidade de se inserir e competir no mercado livre. As desigualdades sociais e a pobreza só serão suplantadas a longo prazo, com o progresso social, consequência do desenvolvimento econômico das políticas de combate à pobreza com foco na diminuição da extrema pobreza, não mexendo nas estruturas sociais que a reproduzem. As políticas sócias de enfrentamento a pobreza tem uma ação focalizada para os indivíduos que não estão no processo produtivo.

5.3.2 Um Primeiro Passo a frente e outros tantos atrás

O Programa Primeiro Passo foi amplamente difundido na campanha de ACM Neto à prefeitura em 2012, como alternativa as crianças que não estavam sendo assistidas por creches ou pré-escolas, o projeto ganhou dimensão que tornou-se a lei municipal N° 8651/2014. O censo do IBGE, de 2010 revelou que no município de Salvador na época havia 12.312 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 5.897 na faixa entre 4 e 5 anos. Os dados do IBGE também constataram que no município havia 9.643 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 78,3% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária fora da escola. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 1.531 crianças fora da escola, 26% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária.

Sintetizando, na primeira infância há 18.209 crianças na extrema pobreza, deste contingente 11.174 crianças estão fora da escola, apenas 7.035 que se encontram na extrema pobreza estão na escola, o montante que não está deve ser atendido pelo programa Primeiro Passo. Tais dados evidenciam a relevância e emergência deste programa, cujo um dos objetivos é melhorar os indicadores municipais de saúde e educação na primeira infância de Salvador; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza no Município de Salvador (Decreto n° 26.283/2015).

Contudo, os objetivos propostos de melhorar os indicadores de saúde e educação e a emancipação das famílias que vivem na pobreza extrema são deveras exacerbados para um auxílio tão limitado de R\$50,00. Este benefício não possibilita que estas crianças sejam matriculadas em creches particulares, nem que os sujeitos que estão na pobreza extrema suplantem esta condição, porque esta é uma política pública distributiva, de alocação de recursos, que caracteriza-se por não gerar grandes conflitos. Isso se deve, pois segundo Lowi (1964, 1972) A política distributiva parte do princípio de que é adequado que cada um procure benefícios ou favorecimentos para si, mas é inadequado e injusto opor-se aos favorecimentos ou benefícios buscados e alcançados por outros. O teórico afirma que para enfrentar a pobreza, as desigualdades, é preciso elaborar, implementar e executar políticas redistributivas, pois estas questionam a distribuição do poder na sociedade. Nesse tipo de política pública uma parte da população paga mais em impostos do que recebe em serviços, o que gera impacto nas classes sociais, pois cria dois polos, um beneficiado e outro prejudicado.

Velloso (1991) como Lowi, afirma que as políticas redistributivas são as únicas capazes de diminuir as desigualdades tão gritantes que há no Brasil. Velloso defende a reorientação dos objetivos dos programas e a redefinição do público a ser atendido, priorizando a população pobre. Assim, deveria ter mais ensino básico gratuito, para

os pobres, e menos ensino universitário gratuito, para as classes média-alta e alta, o que é bem diferente dos dados trazidos pelo IBGE, onde mais de 11 mil crianças na extrema pobreza que estão fora da escola. Além disso, o autor defende a ideia de priorizar ações no Nordeste e nas periferias das regiões metropolitanas, em uma tentativa de reverter as desigualdades regionais.

A lei que regulamenta o programa Primeiro Passo afirma que os beneficiários devem ter reuniões periódicas organizadas pelas secretárias de educação, combate à pobreza e saúde, como afirma o artigo abaixo

Art. 9º II - As famílias beneficiárias do Projeto Primeiro Passo deverão participar de encontros periódicos organizados pelas Secretarias Municipais da Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPS), da Educação (SMED) e da Saúde (SMS) e voltados para o desenvolvimento da primeira infância. (SALVADOR, 2015)

A proposta é inovadora, pois pensa um atendimento plural as pessoas em condição de pobreza, rompendo na letra da lei com a limitada concepção de pobreza como carência de recursos, através de encontros onde as secretarias trabalhariam juntas, compreendendo estes sujeitos como um todo complexo. Mas, a realização destes encontros são semestrais, o que impossibilita um acompanhamento próximo e contínuo dos beneficiários, resignando-os a contínua condição de dependentes de auxílio estatal. É preciso destacar que este estudo não coloca e nem enxerga os sujeitos em condição de pobreza como passivo recebedores das políticas estatais, contudo a execução do programa conforma-os a esta condição e não suscita a emancipação.

De acordo o artigo 6º desta mesma lei municipal, o poder executivo está outorgado a abrir crédito especial, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a fim de atender as despesas do projeto, tal quantia poderia ser usado nas construções de novas escolas, contudo, é preferível ao líder do executivo municipal manter programas como este em que é repassado aos beneficiários R\$50 e os mantém ligado diretamente a sua pessoa, tal programa, atua pontualmente e faz-se necessário diante da grande necessidade destes sujeitos, mas não promove a autonomia deles, nem possibilita que estes suplantem a condição de pobreza, mas é lucrativo eleitoralmente retornando em votos ao político.

Entendendo a pobreza como um problema complexo e multifacetado, que se constitui como um cenário de privação de aspectos essenciais, como o bem-estar, saúde, educação, saneamento básico e moradia. A proposta de um projeto, cuja finalidade é o atendimento a primeira infância para melhorar os indicadores municipais de saúde e educação de Salvador e estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza no Município de Salvador através de um benefício irrisório, é um claro fato de omissão do Estado,

que reduz a pobreza ao fator econômico e se limita a dar o benefício, deixando o sujeito por sua própria conta.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm” Creso e Gurovitz (2002, p. 6). As abordagens da pobreza apresentadas compreendem este problema social pelo viés culturalista, pelo liberal / neoliberal e pelo marxista. Apesar de serem distintas e entenderem as causas da pobreza diferentemente, estas perspectivas têm um cerne comum, elas analisam a pobreza como deficiência econômica dos sujeitos que estão nesta situação.

Sen (1999) amplia o conceito de pobreza, como privação de capacidades elementares que varia desde ser adequadamente nutrido, estar livre de doenças evitáveis, ter acesso a educação, a saúde, ao transporte público, ter condições adequadas de moradia, a atividades como, possibilidade de participar da vida da comunidade e ter respeito próprio. Essa definição não ignora o fato da pobreza está caracterizada também com uma renda inferior. Os moradores das comunidades visitadas não são pobres apenas por uma questão de renda, mas porque tem suas possibilidades de se desenvolver plenamente cerceada, diante da ausência de creches e escolas na comunidade, condições de moradia elementar nas palafitas, barracões ou lonas, ausência de infraestrutura de saneamento básico, sem coleta regular de lixo, numa situação onde o esgoto corre à céu aberto na frente de suas casas, onde crianças e adultos dividem espaços de convivência com roedores e insetos, suscitando doenças endêmicas que poderiam ser evitadas em outras condições. Eles são pobres porque lhe é roubada a oportunidade de viver, travando uma luta diária na subcidadania.

As políticas sociais de combate à pobreza devem pensar a expansão das capacidades humanas, ampliar as possibilidades dos indivíduos que são destinatários. O aumento das capacidades dos sujeitos normalmente possibilita a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Este conceito começa a ser vislumbrado no projeto de lei que estrutura o programa Primeiro Passo, ao propor encontros periódicos realizados conjuntamente pela secretaria de promoção social, esporte e combate a pobreza, secretaria de saúde e de educação, contudo a periodicidade destes encontros têm sido semestrais, o que torna muito difícil a ampliação da capacidade destes sujeitos.

Políticas sociais de combate à pobreza setORIZADA e que não a compreendem de forma multidimensional não atende completamente as necessidades das pessoas e possibilitando que elas superem a condição de pobreza. Logo, não é suficiente o

aumento no cadastro do Bolsa Família, a capacitação do sujeito para o mercado de trabalho, criação do Programa Primeiro Passo programas de transferência de renda, pois dirimir a pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. As políticas sociais devem garantir a todos os cidadãos educação, saneamento básico, saúde, segurança, mas a ausência ou precariedade destes serviços públicos leva o sujeito ao consumo privatizado destes. O Estado cada vez mais enxuto oferece programas específicos para os sujeitos em situação de pobreza. Assim, o aumento da renda é insuficiente, pois deixa o indivíduo eternamente cativo na busca individualizada por uma renda maior para atender necessidades onde o Estado não cumpre o seu papel com políticas clientelistas.

O viés culturalista da pobreza que coloca a culpa no pobre por seu estado permeia a campanha eleitoral, pois não evidencia os fatores sociais e econômicos da pobreza encerrando este fenômeno em si mesmo e pouco contribui para que os sujeitos, moradores das comunidades carentes questionem acerca de seu estado pobreza e sobre as condições sócio-históricas que reproduzem esta condição. Nos vídeos de campanha e políticas de ACM Neto há uma espetacularização da imagem da pobreza, que expõe as condições precárias e de extrema carência de moradia dos sujeitos, mas que não problematiza as causas que a produzem e reproduzem apenas a coloca como o local das ausências, do não ter que facilmente na nossa sociedade é confundido com o não ser. Assim, os sujeitos nessa condição social tem a visão sobre si a-histórica e acrítica, sem refletir e questionar sobre os fatores que levaram a este quadro. Percebe-se também um discurso de cuidado e esperança que constrói a imagem do ator político em questão como benevolente, tutor dos pobres, esta visão dilui o papel do cidadão como sujeito de direitos e deveres, resignando-o ao papel de beneficiário que vê o serviço público como caridade governamental e não como dever do Estado. Assim, ACM Neto renovando a tradição carlista de líder autocrático, chama para si de modo vertical a responsabilidade pela ação política esvaziando o papel do cidadão neste processo.

Políticas de combate a pobreza que não a entendem de forma multidimensional não atende as demandas das pessoas e nem possibilitará que elas superem a condição de pobreza. Dirimir a pobreza de renda não pode ser o único foco destas políticas sociais. O seu enfrentamento deve ser pautado num desenvolvimento para a liberdade dos sujeitos, a qual expande as capacidades das pessoas de levarem o tipo de vida que desejam, ampliando possibilidades dos sujeitos serem e estarem no mundo como melhor lhes apraz, possibilitando que estes sejam seres sociais completos, exercendo suas volições, interagindo na sociedade em que vivem e influenciando sobre seu mundo.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sergio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos. **Política social e combate a pobreza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. São Paulo, SP: FAPESP; Rio de Janeiro, RJ: Revan, 1999 .
- BRASIL. IBGE. – **Pesquisa nacional por amostragem em domicílio**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151230_nota_tecnica_pnad2014.pdf Acesso em 2 de setembro de 2017
- BRASIL. IBGE 2010: Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/dados%20extrema%20pobreza.pdf>
- BRASIL. Ministério Público Federal. **PRONATEC**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/inscricao/> Acesso em: 1 de setembro de 2017.
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz and GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. *RAE electron*. [online]. 2002, vol.1, n.2 [cited 2017-11-30], pp.02-12. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 nov. 2017.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma**: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte, MG: UFMG; Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, 2006.
- DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 6. ed. . Campinas, SP: Autores Associados, c1996.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1997.
- EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1968.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo, SP : Cortez, 1993.
- GAZIER, Bernad. **La pauvreté unidimensionnelle**. Paris: Economica, 1981.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.
- MONTAÑO, C. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento**. In: Serviço Social & Sociedade, n. 110, p. 270-287, 2012.
- PEREIRA, Carla Galvão; DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Renovação como estratégia de preservação**: ACM Neto e a tradição carlista.2014. 240 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014 conceituais. Rev. Pol. Pub, 2002.
- PEREIRA, Carla Galvão. **O JOGO ENTRE ELITES E INSTITUIÇÕES**: as estratégias políticas de ACM Neto e a tradição carlista. **Cad. CRH**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 237-255, maio 2017 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000200237&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 nov. 2017.
- SALVADOR (Município). **Decreto nº N° 25.822**, de 11 de fevereiro de 2015. Regulamenta a lei nº 8651/2014, que cria o projeto primeiro passo, e dá outras providências.

<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2015/2582/25822/decreto-n-25822-2015-regulamenta-a-lei-n-86512014-que-cria-o-projeto-primeiro-passo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 19/ 10/ 2017

SCHULTZ, T. 1973. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro : Zahar.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Maria Ozanira Silva. **O debate sobre a pobreza**: questões teórico-

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. IN: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007

UGÁ, Vivian Domigues. **A categoria “pobreza” nas formulações de política social do banco mundial**. *Rev. Sciol. Polit.*, Curitiba, N. 23, p. 55-62, nov. 2004.

VANDERLEI DE CASTRO, E. (2013). **Promessas de campanha: espetacularização da questão social na eleição presidencial brasileira de 2010** [en línea], Colección, 23. Disponible en: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/promessas-campanha-espetacularizacao.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2017

Programa de TV: Salvador não aceita a discriminação política I ACM NETO 25. ACM Neto. Salvador: 2012. 5' 30" Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QjioUY4aUmA&t=119s>

Programa TV: Quando o povo quer, ninguém segura I ACM NETO 25. ACM Neto. Salvador: 2012. 10' Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AwzsxXVE7cg&t=116s>

Programa TV: A candidatura que nasceu das ruas, com o povo I ACM NETO 25. ACM Neto. Salvador: 2012. 5'14" Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5XUZYXdcm2Y>

FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO E “CRISE FISCAL” NA RECESSÃO DE 2015 E 2016: UMA ABORDAGEM NEOCHARTALISTA

Data de aceite: 06/01/2020

Luiz Alberto Marques Vieira Filho

RESUMO: Este capítulo questiona a versão convencional de que o Brasil viveria desde 2014 uma crise fiscal e o processo de consolidação fiscal seria inevitável. Autores neochartalistas ligados a Modern Money Theory (MMT) mostram que não existe restrição ao financiamento da dívida pública em países emissores de moeda soberana, tese que tem sido corroborada por artigos que analisam a institucionalidade da economia brasileira. O capítulo mostra que a relação estabelecida entre o Tesouro Nacional e o Banco Central no mercado interbancário cria demanda ilimitada pelos títulos que financiarão a despesa pública. Empiricamente, os dados mostram expressivos aumentos dos depósitos do Tesouro Nacional na Conta Única e melhora no perfil da dívida pública, evidenciando a facilidade que esta vem sendo refinanciada.

PUBLIC FINANCING IN BRAZIL: A NEO-CHARTALIST APPROACH TO THE 'FISCAL CRISIS' OF 2015 AND 2016

ABSTRACT: This chapter questions the conventional wisdom that argues the existence of a fiscal crisis in Brazil since 2014 and that fiscal

consolidation would then be inevitable. Neo-chartalist authors aligned with Modern Money Theory (MMT) show there is no restriction to the financing of public debt in the context of sovereign currencies, a thesis proven correct by studies on the Brazilian economic institutions. The chapter shows how the relations established between the National Treasury and the Central Bank in money markets leads to unlimited demand for public debt securities. Empirical data shows substantial expansions in the National Treasury Central Account balance and an improvement on debt profile in the period, which was financed with relative ease.

1 | INTRODUÇÃO

O biênio 2015/2016 registrou a maior recessão da história brasileira. Neste período, a necessidade de financiamento do Governo Federal aumentou consideravelmente, passando de R\$ 294,2 bilhões em 2014 para R\$ 481,72 bilhões em 2016. A dívida líquida do setor público subiu de 32,59% do PIB para 46,01%. A leitura predominante entre economistas, inclusive em setores importantes na heterodoxia, é a de que vivemos uma grave crise fiscal.

Neste contexto, o objetivo deste capítulo

é contrapor a visão convencional de que não haveria espaço fiscal para manutenção das políticas anticíclicas, opinião partilhada inclusive pela ex-Presidente Dilma Rousseff para justificar a guinada conservadora e recessiva na política econômica em seu segundo governo. Assim, será mostrado que os saldos do Tesouro Nacional na Conta Única apresentaram expressivo aumento no período recessivo, inclusive com a emissão líquida R\$ 129 bilhões de títulos públicos pelo Tesouro e o colchão de liquidez atingindo um saldo de R\$ 1,05 trilhão na Conta Única em dezembro de 2016, enquanto alguns indicadores de dívida como prazo médio e a proporção de títulos vencendo em 12 meses também apresentaram melhora. Contrariando o senso comum, o Tesouro Nacional encontrou facilidade no financiamento de suas obrigações e conseguiu ampliar fortemente o seu caixa.

Para muitos autores do mainstream e até mesmo da heterodoxia, uma recuperação fiscal é condição premente para a melhora da confiança dos agentes econômicos e, conseqüentemente, para retomada do crescimento econômico. Numa versão fiscalista mais radical, alguns autores chegam a afirmar que há uma tendência de longo prazo para o desequilíbrio fiscal, o que exigiria uma agenda de reformas estruturais. No entanto, o conceitual analítico tradicional foi incapaz de explicar a higidez do financiamento das contas públicas durante a atual crise. Uma resposta parcial foi obtida por economistas do mainstream nacional ao aprofundar os estudos sobre a relação Tesouro-Banco Central, especialmente os mecanismos de transferências de recursos decorrentes dos efeitos contábeis da variação cambial sobre as reservas internacionais. No entanto, sem um arcabouço teórico adequado e uma investigação profunda sobre a relação Tesouro, Banco Central e mercado interbancário essas análises não adentram o cerne da questão e muitas vezes se perdem em pontos irrelevantes ou até mesmo equivocados.

As finanças funcionais de Abba Lerner, os trabalhos sobre finanças públicas de James Tobin e os desenvolvimentos recentes dos neocartelistas da Modern Money Theory (doravante MMT) foram solenemente ignorados pela ortodoxia nacional. É exatamente esta lacuna que este capítulo pretende começar a preencher, ligando a prática das operações de Tesouro, Banco Central e bancos comerciais com o único aparato teórico capaz de dar coerência à análise. Como será mostrado pela MMT, crises fiscais em países emissores de moeda soberana não são factíveis, nem no curto prazo e nem no longo prazo.

O arcabouço teórico será utilizado neste capítulo para refutarmos a hipótese de que o Brasil vive uma crise fiscal, o que será robustecido com dados sobre o colchão de liquidez do Tesouro Nacional e as condições com que vem refinanciando sua dívida, que são muito mais favoráveis que os defensores da tese da crise fiscal tentam fazer parecer.

Na primeira seção deste capítulo, será feita uma breve exposição da visão

convencional sobre a recessão dos anos 2015 e 2016 que colocam a suposta “crise fiscal” no cerne dos problemas econômicos nacionais e suas diferentes versões, que inclusive apontam para a correção de desequilíbrios fiscais de longo prazo como condição necessária para a retomada da trajetória de crescimento. Também serão apresentadas versões moderadas da chamada crise fiscal, inclusive de alguns autores da heterodoxia.

Dentro do mainstream, alguns autores perceberam que as condições financeiras do Tesouro Nacional são melhores do que as esperadas. De certa forma, corroboram involuntariamente as hipóteses neocartalistas sobre o financiamento das despesas públicas em países com moeda soberana. Assim, será apresentada criticamente as explicações da ortodoxia nacional sobre a tranquilidade com que o Tesouro Nacional vem enfrentando a crise econômica, com a melhora de diversos indicadores da gestão da dívida. A ausência de instrumental teórico adequado para análise se depara com a realidade empírica da inexistência de dificuldades ao financiamento das despesas pública, o que obriga aos economistas ortodoxos a adotarem hipóteses ad hoc para lidar com o fenômeno.

Na segunda seção, será feita uma sucinta resenha dos conceitos principais das finanças funcionais e da Modern Money Theory necessários para a análise deste capítulo e como se articulam o funcionamento das finanças públicas, as atividades do Banco Central e dos bancos. Nesta seção, será possível compreender como a própria despesa pública gera a demanda privada por seu financiamento a “Lei de Say do Financiamento da Despesa Pública” dentro da institucionalidade do Tesouro Nacional e o Banco Central e suas relações com o mercado interbancário. É uma hipótese mais restrita do que as apresentadas pelas finanças funcionais e MMT, que consideram que não há limites para a despesa pública em moeda doméstica, mas suficiente para os fins deste trabalho.

Por fim, será mostrada a enorme hígidez das finanças públicas durante a recessão do biênio 2015/2016, com a ampliação de caixa e dos prazos da dívida pública, mesmo quando desconsideradas os depósitos do Banco Central na Conta Única do Tesouro Nacional decorrentes da equalização cambial das reservas.

2 | A ORTODOXIA NACIONAL, O DEBATE SOBRE RELAÇÃO TESOURO-BC E AS HIPÓTESES AD HOC

Nesta seção, fazemos uma breve análise crítica de artigos que apontam para a existência de uma crise fiscal brasileira. Além disso, há um resumo do debate da relação Tesouro-Banco Central no âmbito da ortodoxia brasileira. Percebe-se que o debate é centrado na hipótese teórica da restrição financeira às despesas do Tesouro. No entanto, a constatação empírica é da inexistência de tais restrições, o que os

obriga a elaboração de hipóteses ad hoc para explicar o fenômeno, na ausência de instrumental teórico adequado para analisar o funcionamento do Tesouro Nacional e do Banco Central.

Almeida Jr, Lisboa e Pessoa (2015) apontam que a “crise fiscal” é um problema estrutural, muito mais grave que o desequilíbrio de curto prazo, o que exigiria reformas estruturais:

“Ao contrário da visão dominante, no entanto, a crise fiscal não decorre apenas do descontrole das contas públicas nos últimos anos. Não se trata de um desequilíbrio de curto prazo entre receita e despesa e a discussão sobre medidas de ajuste fiscal no próximo ano de modo a permitir a retomada do crescimento. A crise é mais profunda e requer um ajuste mais severo e estrutural. Medidas de aumento da receita para viabilizar um maior superávit primário neste ano são insuficientes para superar os graves desafios enfrentados pelo país e apenas adiam o enfrentamento dos problemas, que se tornam ainda mais graves com o tempo.” (Almeida Jr., et al., 2015 p. 1)

Almeida Jr, Lisboa e Pessoa (2015) justificam sua tese com a tendência de crescimento acima do PIB da despesa primária entre 1991 a 2014, o que seria inviável dada a carga tributária acima da média dos demais países em desenvolvimento. Desta forma, nesta análise a única forma de financiamento do gasto público seria através da cobrança de impostos, o que este trabalho refuta cabalmente.

Salto, Afonso, Biasoto Jr e Köhler (2015) defendem que a recuperação da credibilidade com a política fiscal só poderá ser alcançada com o melhor desenho das políticas econômicas, especialmente as vinculadas ao câmbio, que geram custos expressivos ao erário. Apesar desses autores não poderem ser enquadrados como membros da ortodoxia nacional, tratam o gasto público de forma pejorativa:

“Por maior que seja a crença amadora do governo em um keynesianismo de almanaque, que tem fé no gasto público ilimitado como moto contínuo gerador de riqueza.” (Salto, et al., 2015 p. 3)

Salto, Afonso, Biasoto Jr. e Köhler (2015) também explicitam a possibilidade de faltar dinheiro para o Tesouro Nacional pagar as despesas públicas:

“Existem problemas conceituais antigos e nunca enfrentados. O Brasil é o único país em que o Banco Central é tratado como parte integrante do setor público não-financeiro e as reservas internacionais são equiparadas ao caixa único do Tesouro. Cabe perguntar: se por acaso este último entrar em default e lhe faltarem reais para honrar com o serviço da dívida vincenda ou mesmo a folha salarial ou ainda a conta de fornecedores, o Tesouro Nacional poderia lançar mão dos dólares, ouro e outras moedas do cofre do Banco Central para quitar aqueles compromissos?” (Salto, et al., 2015 p. 15)

Este capítulo se contrapõe a estas duas questões apontadas por Salto, Afonso, Biasoto Jr e Köhler (2015). Primeiramente, a questão colocada não é se o gasto

público gera riquezas ou não, mas de que um sistema instável como o capitalista requer políticas fiscais ativas para manter o pleno emprego. Nesse sentido, talvez o próprio Keynes possa ser considerado um “keynesiano de almanaque” nos casos de insuficiência crônica de demanda efetiva:

“I recently read an interesting article by Lerner [1943] on deficit budgeting, in which he shows that, in fact, this does not mean an infinite increase in the national debt, since in course of time the interest on the previous debt takes the place of the new debt which would otherwise be required. (He, of course, is thinking of a chronic deficiency of purchasing power rather than an intermittent one.) His argument is impeccable. But heaven help anyone who tries to put it across (to) the plain man at this stage of the evolution of our ideas”. (KEYNES APUD COLANDER, 1984, p. 1573-1574)

Como apontou Colander (1984), o próprio Keynes contribuiu para essa confusão em relação ao debate sobre o déficit público e dívida pública. Keynes tinha a intenção de influenciar a política econômica, assim, suas opiniões públicas levavam em conta a correlação de forças políticas do momento. Por outro lado, no debate acadêmico com discípulos e o próprio Lerner, suas opiniões se aproximavam daquelas defendidas pelas Finanças Funcionais de Lerner.

Ademais, Palley (2014), num texto com críticas pesadas à MMT, mostra que a inexistência de restrição orçamentária para a despesa pública foi bem compreendida por décadas pelos velhos Keynesianos, o que incluía nomes como o Nobel James Tobin. Palley (2014) chega a afirmar que a MMT não traz nada de novo nesse debate, uma vez que a ausência de restrição orçamentária ao gasto pública já estava plenamente compreendida pelos velhos keynesianos.

Mas fundamentalmente, não é possível tecer comentários apriorísticos sobre endividamento público sem analisar sob quais condições o crédito bancário é gestado, especialmente no mercado interbancário, lugar onde o Tesouro Nacional e o Banco Central possuem atuação central.

Paula e Pires (2017) consideram necessárias regras que limitem a expansão do gasto público no longo prazo, para reforçar a confiança dos agentes, redução dos prêmios de risco e permitir algum espaço fiscal no curto prazo. Nesse sentido, avaliam positivamente o aumento dos limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias para déficit primário em 2016 e a Emenda Constitucional 95, que impede aumentos reais nos gastos públicos, que traria fôlego no curto prazo ao mesmo tempo que permitiria a redução dos prêmios de risco, apesar de uma regra tão rígida implicar em redução dos graus de liberdade da política fiscal e na insustentabilidade da recuperação econômica no longo prazo.

Cysne (1990) foi um dos primeiros economistas brasileiros a analisar a relação entre Tesouro e Banco Central, ainda nos tempos da inflação alta, com a queda acentuada das reservas livres dos bancos comerciais. Neste trabalho, mostra como

as oscilações no saldo da Conta Única do Tesouro Nacional dificultavam a fixação da taxa de juros diária na economia.

“O quarto problema é que o Banco Central não tem independência administrativa do Executivo. Isto faz como que ele tenha que “correr atrás” dos saques (na prática, ilimitados) do Tesouro.” (Depósitos do Tesouro: no Banco Central ou em bancos comerciais?, 1990 p. 8)

Neste trabalho, Cysne (1990) conclui pela não restrição financeira às despesas do Tesouro. Mas sem instrumental analítico adequado, a atribuiu a problemas de independência administrativa do Banco Central.

Leister e Medeiros (2016) mostram a adequação do arcabouço institucional brasileiro na relação entre Tesouro Nacional e Banco Central às práticas e literatura internacional. Os autores apontam para um certo consenso na centralização dos recursos em uma única conta ou em poucas delas para facilitar a gestão dos recursos. Além disso, a maior parte da literatura recomenda a utilização dos títulos do Tesouro para operacionalização da política monetária ao permitir o aprofundamento dos mercados financeiros e visão integrada do financiamento do setor público.

Quanto ao depósito das disponibilidades financeiras da União, que tanto podem ser depositadas nos bancos centrais como em bancos comerciais, há falta de consenso na literatura. Enquanto os depósitos no banco central permitem maior facilidade no controle dos recursos, menores custos de manutenção, garantem a neutralidade competitiva entre as instituições financeiras e minimizam o risco de crédito, o depósito em instituições privadas não implica alterações na base monetária conforme o fluxo de receitas e despesas do governo. (Leister, et al., 2016)

Apesar de concordarem na adequação do arcabouço institucional da relação entre o Tesouro Nacional e o Banco Central no Brasil, Leister e Medeiros (2016) sugerem que os recursos provenientes do resultado do Banco Central sejam utilizados obrigatoriamente no resgate de títulos na carteira do Banco Central. Apesar desta prática impactar as estatísticas da dívida bruta do governo geral, que parte da fantasia de separar as contas do Governo Federal e Banco Central, ela é absolutamente inócua para reduzir a dívida pública consolidada do setor pública, que costuma balizar os debates sobre política fiscal no Brasil. Mais grave, ao reduzir o espaço de manobra do Tesouro Nacional, esta medida pode facilitar que o mercado consiga ver atendidas suas demandas por títulos de características indesejáveis como indexados à Selic e de prazos curtos.

Mendes (2016) analisa alterações decorrentes do acúmulo das reservas internacionais nos pagamentos e recebimentos de lucros ou prejuízos patrimoniais do Banco Central para o Tesouro Nacional. Historicamente, as variações patrimoniais nos bancos centrais teriam pouca importância, o que permitia a autoridade monetária

a geração constante de lucros, uma vez que seu principal passivo era a base monetária que não pagava juros, enquanto cobrava taxas punitivas ao sistema bancário para o fornecimento de liquidez e mantinha em sua carteira títulos do tesouro, papéis geralmente de baixo risco, baixa oscilação e que rendem juros. Desta forma, os bancos centrais produziam lucros praticamente constantes.

No entanto, nas últimas décadas ocorreram mudanças na forma de operação dos bancos centrais tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Após a crise financeira de 2008, o Federal Reserve e o Banco Central Europeu efetuaram uma política ativa para recuperação do setor privado financeiro e não-financeiro, acumulando expressivos ativos contra o setor privado. Nos países em desenvolvimento produtores de commodities, houve o acúmulo de importantes reservas em moedas estrangeiras nos ativos dos bancos centrais.

Esse acúmulo de reservas internacionais implica em lucros e prejuízos que são contabilizados conforme o regime de competência, ou seja, registrados mesmo que os ativos não sejam vendidos. Diante, da elevada volatilidade cambial brasileira os lucros e prejuízos do Banco Central do Brasil costumam ser expressivos. Os lucros são depositados em espécie pelo Banco Central e os prejuízos cobertos por emissões de títulos de dívida do Tesouro Nacional. Mendes (2016) considera que esse mecanismo é um favorecimento do Tesouro em detrimento do Banco Central.

O que está subjacente a análise de Mendes (2016) é a crença da possibilidade das despesas do Tesouro Nacional ser limitada pelo financiamento.

“Outro aspecto da diferença relevante da diferença entre lucros efetivamente realizados e não realizados é que estes podem constituir um financiamento implícito do banco central ao Tesouro, afrouxando a restrição fiscal imposta ao Tesouro e estimulando a geração de déficit público.” (Mendes, 2016 p. 215)

Entretanto, como será demonstrado na última seção, a restrição financeira em reais ao Tesouro Nacional não foi uma realidade durante todo o período do real, e como será demonstrado na próxima seção, diante do arcabouço institucional brasileiro sequer é uma possibilidade factível.

3 | A LEI DE SAY DO FINANCIAMENTO DA DESPESA PÚBLICA, AS FINANÇAS FUNCIONAIS E A MODERN MONEY THEORY

A Teoria das Finanças Funcionais, que foi desenvolvida pioneiramente pelo economista russo-britânico Abba Lerner, considera que as políticas monetárias e fiscais devem ser avaliadas conforme seus resultados econômicos. De acordo com Lerner:

“A ideia central é que a política fiscal do governo, seu dispêndio e tributação, sua

tomada e repagamento de empréstimos, sua emissão nova e sua retirada de moeda [do mercado] serão todos tratados tendo exclusivamente em vista os resultados destas ações na economia, e não em alguma doutrina tradicional estabelecida sobre o que é ou não saudável” (Lerner, 1943 p. 9)

Na concepção de Lerner, a variável chave do Estado para controlar o nível de demanda agregada é o gasto público, mantendo a sustentação dos gastos num patamar capaz de sustentar à compra de toda produção possível. A partir do controle da demanda agregada, o Estado pode atingir os objetivos macroeconômicos de redução do desemprego e controle da inflação.

Na década de 40, a Revolução Keynesiana encontrava resistência da doutrina que Lerner denominou de “Finanças Saudáveis”, que preconizavam que os governos deveriam ter como objetivos orçamentos equilibrados e limites ao endividamento. Contudo, para Lerner não há níveis de endividamento ou do déficit público máximos definidos a priori. Seguindo os preceitos das Finanças Funcionais, a política fiscal deve seguir o objetivo de obter o pleno emprego e controlar a inflação, em contraponto às “Finanças Saudáveis”.

Os limites para o endividamento e para o déficit público seriam dados pelo próprio pleno emprego ou pelo aumento da inflação, quando a economia se aproximasse do pleno emprego. Desta forma, é a obtenção dos objetivos de política econômica que define os limites para a política fiscal.

“Esse limite automático ao crescimento da dívida pública decorre da dívida pública ser uma riqueza nas mãos de quem a possui. Se a dívida for realmente muito grande, é possível que os detentores de títulos de dívida se sintam tão ricos que seu consumo sozinho seja capaz de levar a economia para o pleno emprego. Isso pode acontecer apenas com o consumo de parte da renda de juros ou, via a utilização do próprio estoque de títulos, caso prefiram em algum momento consumir a acumular, a partir de certo ponto.

Nessa situação, seguindo os princípios das finanças funcionais o governo, para impedir que seja ultrapassado o nível de pleno emprego, é obrigado a eliminar o déficit público. A dívida governamental, portanto, pararia de crescer e talvez até cairia”. (Dos Santos, 2005 pp. 44-45)

Para Lerner (1943) o primeiro princípio das Finanças Funcionais é que o Estado possui responsabilidade em buscar manter a taxa total de dispêndio aos preços correntes no qual é possível produzir. Quando o dispêndio é muito alto, o governo deve reduzir as despesas ou aumentar impostos, o que reduziria o dispêndio total da economia. Por outro lado, quando o dispêndio total é muito baixo, o governo deveria aumentar os gastos ou reduzir impostos, aumentando o dispêndio total na economia. A compra e a venda de títulos públicos buscam calibrar a taxa de juros para o nível de juros adequado para que os investimentos sejam alcançados. Desta forma, o governo deve emitir títulos para elevar a taxa de juros, reduzindo os investimentos, ou comprar títulos para reduzir os juros e elevar os investimentos.

“Finanças Funcionais rejeitam completamente doutrinas tradicionais de “finanças saudáveis” e o princípio de tentar equilibrar o orçamento durante um ano solar ou qualquer outro período arbitrário. Em seu lugar, prescreve: primeiro, o ajustamento do dispêndio total (por todos na economia, incluindo o governo) a fim de eliminar tanto o desemprego como a inflação, usando o dispêndio governamental quando o dispêndio total é muito baixo e a tributação quando o dispêndio total é muito alto; segundo, o ajustamento da quantidade de dinheiro ou títulos governamentais em poder do público, pela tomada de empréstimo ou pagamento de dívida, a fim de alcançar a taxa de juros que resulta no nível mais desejável de investimento; e, terceiro, a impressão, armazenamento ou destruição de moeda à medida que for necessário para implementar as duas primeiras partes do programa. (Lerner, 1943 p. 41)

Nas Finanças Funcionais, assim como em outras vertentes da Escola Pós-keynesiana, não há um mecanismo similar ao crowding-out, quando aumento nos gastos públicos implicam alta nos juros e redução nos investimentos privados.

Um sistema econômico marcado pela incerteza, com a moeda exercendo papel fundamental para preservar o poder de compra e liquidez para o futuro não possui qualquer tendência a atingir o pleno emprego automaticamente. Desta forma, o dispêndio público ocupa lugar central nas políticas públicas ao permitir ao Estado buscar o pleno emprego, o que muitas vezes pode implicar inclusive a elevação dos investimentos privados.

A Modern Money Theory (MMT) surgiu dentro da Escola Pós-keynesiana e explicita a lógica de financiamento do Estado, mostrando que Estados que emitem uma moeda soberana não estão sujeitos a restrições ao financiamento das despesas públicas.

“One of the main contributions of Modern Money Theory (MMT) has been to explain why monetarily sovereign governments have a very flexible policy space that is unencumbered by hard financial constraints. Not only can they issue their own currency to meet commitments denominated in their own unit of account, but also any self-imposed constraint on their budgetary operations can be by-passed by changing rules. As such, this type of government is not financially constrained in the way that non-sovereign units are, so that it can focus on issues such as full employment and price stability”. (Modern Money Theory 101: A Reply to Critics, 2013)

A MMT promove uma análise detalhada da institucionalidade das políticas fiscais e monetárias, explicitando as relações entre Banco Central e Tesouro, que serão fundamentais para os fins deste capítulo. Assim, a MMT vai além dos trabalhos pioneiros de Abba Lerner sobre as “Finanças Funcionais”, mostrando a validade deste arcabouço analítico na economia contemporânea, tanto em economias como em moedas soberanas e não-soberanas. (Bell, 2000); (Bell, et al., 2002); (Fullwiler, 2006); (Rezende, 2009); (Modern Money Theory 101: A Reply to Critics, 2013); (Wray, 2002); (Wray, 2003) e (Wray, 2015).

O funcionamento da MMT para o Brasil mereceu os trabalhos de Rezende (2009) e Pimentel e Serrano (2016). Rezende (2009) utiliza o arcabouço da MMT para analisar a institucionalidade do financiamento das despesas públicas para o Brasil e conclui que os limites financeiros são auto impostos e como nos demais de moeda soberana não há restrição para o endividamento público:

“The rules of the game under which the Brazilian federal government is operating are mostly self-imposed. The rules of the game are completely different or should be completely different with a nonconvertible currency. Within this monetary framework, it does not make sense to balance the government budget because a sovereign government cannot become insolvent on its own currency. Self-imposed constraints on government spending should be removed. The government spends by crediting bank accounts, and when taxes are paid, reserves are eliminated.” (Rezende, 2009 p. 95)

Pimentel & Serrano (2016) em trabalho apresentado no IX Encontro da AKB mostram a validade para a economia brasileira dos princípios da MMT e que as taxas de juros de longo prazo estão intimamente ligadas as taxas de juros de curto prazo como a SELIC. Neste trabalho, Pimentel e Serrano (2016) concluem que não havia necessidade de realizar um forte ajuste fiscal e outras medidas recessivas para controlar o nível de endividamento da economia. Além disso, mostram que a alta no custo da dívida estava relacionada ao ciclo de alta dos juros de curto prazo promovido pelo Banco Central.

A Modern Money Theory admite explicitamente a inspiração nas Finanças Funcionais de Lerner, acrescentando o papel desempenhado pelos tributos no direcionamento da moeda, um exame explícito das reservas bancárias na institucionalidade dos modernos bancos centrais da aplicação das Finanças Funcionais e a análise de um programa de dispêndio governamental para obtenção do pleno emprego. (Modern Money Theory 101: A Reply to Critics, 2013)

Na abordagem das Finanças Funcionais, ocupam um lugar central as abordagens cartalistas da moeda que consideram o dinheiro uma criatura estatal, especialmente os trabalhos de Knapp. Esta capacidade do Estado em realizar gastos conforme as necessidades macroeconômicas decorrem da concepção cartalista da moeda, ou seja, da capacidade estatal em emitilas.

“Na abordagem cartalista, o dinheiro é uma criatura do Estado; ao menos no caso do dinheiro moderno, sendo difícil de ocorrer exemplos de dinheiro sem Estado. O Estado define dinheiro como aquilo que se aceita nos guichês públicos de pagamento (principalmente em pagamento de tributos). Isto tem importantes implicações políticas. Uma vez que o Estado impõe um tributo aos seus cidadãos, pagável numa moeda sobre a qual tem um monopólio de emissão, ele pode influenciar o valor daquela moeda estabelecendo as condições sob as quais a população pode obtê-la. O governo não tem 'necessidade' do dinheiro do público para gastar; ao contrário, o público necessita do dinheiro do governo para pagar tributos. Isso significa que o governo pode 'comprar' qualquer coisa que esteja à venda em termos de seu dinheiro, apenas pelo fornecimento desse dinheiro.” (Wray, 2003 p. 38)

As abordagens cartalistas da moeda se opõem às concepções metalistas, nas quais o valor da moeda é oriundo do padrão metálico adotado e, posteriormente, da quantidade de mercadorias que pode comprar, no caso da moeda fiduciária.

George Friedrich Knapp elaborou uma teoria estatal da moeda, de modo similar às abordagens cartalistas. Em sua teoria, a moeda de um estado é aquela aceita pelo estado nos pagamentos públicos, indo muito além da imposição de leis de curso forçado da moeda.

Conforme Aggio (2008), a moeda-convenção aceita de forma generalizada nas economias capitalistas é a moeda do Estado. Quando a comunidade de pagamentos abrange todos os agentes da economia, pode-se afirmar que as demais comunidades de pagamentos estão inseridas na comunidade de pagamento estatal. Neste caso, moedas privadas como os cheques bancários podem ser definidas em termos da unidade de conta da moeda do Estado, podendo inclusive ser convertida na moeda do Estado em algum período do tempo a alguma taxa de desconto.

Na concepção de Knapp, os pagamentos que envolvem o Estado seriam os “cêntricos”, nos quais os “epicêntricos” são aqueles que têm o Estado como receptor e “apocêntricos” aqueles que têm o Estado como pagador, enquanto os pagamentos entre agentes privados seriam os “paracêntricos”. (Wray, 2003)

“Na abordagem cartalista, o público demanda a moeda do governo porque esta é a forma pela qual se pagam tributos. Não é uma coincidência que o Estado moderno use a mesma moeda valuta que aceita em pagamentos epicêntricos em seus pagamentos apocêntricos – ele usa os tributos como um meio de induzir a população a fornecer bens e serviços ao Estado, fornecendo em troca a moeda que será usada para quitar a obrigação tributária. Na economia moderna, parece que esses pagamentos de tributos são pagos usando moeda bancária, mas a análise da conta de reserva mostra que esses pagamentos de tributos sempre levam a uma drenagem de reserva (isto é, reduzem as exigibilidades do banco central), de modo que, na realidade, somente a moeda do governo é definitiva (liquida as obrigações tributárias em última instância).” (Wray, 2003 pp. 57-58)

Desta forma, a concepção de moeda na MMT e dos demais Pós-keynesianos divergem radicalmente das teorias ortodoxas, que frisam o papel da moeda como mera facilitadora das relações de troca. Ao contrário, os Pós-keynesianos enfatizam o papel do crédito da economia e o caráter estatal da moeda são fundamentais para compreender os fenômenos econômicos:

“The Money originated as a vehicle to settle debts. A proof of the above is that most of the so-called modern financial innovations, based on scriptural manipulations, were known since antiquity and were in practice just before and during the Renaissance. In the post-Keynesian approach, money is a social relation, with two somewhat different justifications. The first one says that credit money requires a property-based society, where pledges based on legal property – collateral – permit the expansion of loan contracts (Heinsohn and Steiger, 1983; de Soto, 2000). The second justification is based on the tax-driven approach, also called the chartalist view following Knapp (1973), which is at the heart of the MMT reconstruction of

monetary theory. It says that the general acceptance of a non-metallic form of money is due to the fact that the state requires taxes to be paid in this medium (Wray, 2000). The usefulness of chartal money is derived from the state's authority to impose and collect taxes. (Lavoie, 2014 p. 188)

Assim, a MMT mostra o caráter eminentemente estatal da emissão monetária e da consolidação de sua aceitabilidade mediante a aceitação nos guichês do Estado para o pagamento de impostos, contribuições e taxas ou qualquer outra forma de pagamento. A compreensão do caráter estatal da moeda permite a MMT mostrar o lado fundamentalmente monetário da despesa estatal. Nesse sentido, uma das principais contribuições da MMT é mostrar a validade dos princípios das Finanças Funcionais dentro da moderna institucionalidade dos bancos centrais e tesouros nacionais, especialmente que o Estado é sempre solvente em sua própria moeda quando emite uma moeda soberana.

“Perhaps the most important original contribution of MMT has been the detailed study of the coordination of operations between the treasury and the central bank. The procedures involved can obscure how the government “really spends”. (Wray, 2015 p. 2)

A MMT mostra o papel desempenhado pelo tesouro na política monetária, a forma como os bancos centrais implementam a política monetária, a importância das identidades contábeis nacionais e a irrelevância econômica de restrições auto impostas ao financiamento das despesas públicas. Para a MMT, a divisão entre Banco Central e Tesouro é artificial e esconde o verdadeiro caráter das emissões de títulos do Tesouro, que muito mais do que operações de financiamento, é uma operação de política monetária (Modern Money Theory 101: A Reply to Critics, 2013).

De modo geral, o Estado emite moeda nas seguintes situações:

Tesouro:

- i. Pagam uma despesa pública e
- ii. Resgatam um título em poder do público

Banco Central:

- iii. Compram um título público em definitivo,
- iv. Emitem uma compromissada reversa ou resgatam uma compromissada,
- vi. Realizam um empréstimo aos bancos no redesconto,
- vii. Reduzem os depósitos compulsórios do sistema bancário,
- viii. Quando um banco saca reservas voluntárias depositadas no Banco Central,
- ix. Adquire reservas cambiais e
- x. Realiza o pagamento de um prejuízo numa operação com derivativos.

Quando o tesouro realiza o pagamento por uma despesa pública, o valor é debitado em sua conta no banco central e creditado nas reservas bancárias do banco comercial que operacionalizará o pagamento. Desta forma, a despesa pública resulta em ampliação da base monetária. Caso a conta a que se destina o pagamento esteja em outro banco comercial, aquele banco operador financeiro do Estado fará um depósito na conta de reservas do banco comercial destinatário no banco central.

É importante lembrar que a base monetária é constituída de papel moeda em poder do público e das reservas dos bancos comerciais depositadas no banco central. Nas modernas economias capitalistas, o papel moeda em poder do público possui uma função secundária em relação aos depósitos bancários. Mas de qualquer forma, essas reservas bancárias poderão ser convertidas em papel moeda conforme o desejo do depositante.

A despesa pública é uma emissão de moeda e aumenta a oferta de liquidez ao mercado, ajudando a satisfazer a demanda por ativos líquidos. Por isso, o resultado imediato é uma redução nas taxas de juros no mercado interbancário, uma vez que os bancos passam a ofertar o excesso de liquidez em operações no overnight. Desta forma, para a taxa de juros não ficar abaixo da meta definida pelo banco central, o próprio tesouro poderá recompor seu colchão de liquidez com a emissão de títulos ou o banco central será obrigado a vender títulos do tesouro que estão em seu portfólio ou realizar operações compromissadas, que são operações temporárias de redução da liquidez. Menos usuais nas atuais práticas dos bancos centrais, a redução da liquidez poderá ser feita pela pelo aumento da exigência de depósitos compulsórios ou pela redução dos empréstimos na janela de redesconto.

Ao realizar um pagamento, o governo recebe um bem ou serviço e o agente privado será detentor de papel moeda ou de depósitos num banco comercial, que terá o valor correspondente em depósitos nas reservas do banco central. As reservas bancárias e o papel moeda em poder do público são passivos do banco central, enquanto o governo já recebeu como ativos bens ou serviços prestados. O banco comercial terá as reservas do banco central, mas o passivo correspondente referente ao depósito bancário. Já o depositante terá o depósito bancário sem qualquer correspondência em seu passivo para terceiros. Desta forma, apenas o governo pode ser criador de riqueza financeira líquida do setor privado.

“A sovereign government operating under a nonconvertible currency does not really “borrow.” Government deficits allow positive net savings by the nongovernment sector. When the government runs a deficit, it is spending more than it taxes, thereby allowing positive net savings in the form of government liabilities. Government deficits increase savings in a particular form: either reserves or government bonds. Note that this saving is in the safest and most liquid asset one can have.” (Rezende, 2009, p. 94)

Desta forma, o gasto público é uma forma de ofertar a liquidez demandada pelos agentes privados para mitigar os efeitos da incerteza.

“Se acrescentarmos o governo, então seu dispêndio deficitário permite poupança líquida (externo) pelo setor famílias (ignorando, de novo, o setor externo). Neste caso, quando o setor famílias deseja poupar mais que o setor empresarial deseja investir, o dispêndio governamental pode proporcionar a renda extra que as famílias não desejem gastar. Nesta economia ampliada, a poupança das famílias iguala o investimento empresarial mais o déficit do governo”. (Wray L., 2003, p. 103)

Os dispêndios do banco central como a compra de títulos, moedas estrangeiras ou quaisquer outros ativos de propriedade do mercado e o pagamento de perdas com derivativos resultam em aumentos das reservas bancárias depositadas no próprio banco central de propriedade dos bancos comerciais, podendo eventualmente ser convertidas em papel moeda. Além do dispêndio público, os bancos centrais também podem conceder empréstimos ao sistema financeiro por meio da janela de redesconto. No entanto, com a tendência às taxas de juros proibitivas, esse mecanismo é utilizado de forma cada vez mais esporádica. Outra alternativa aos bancos centrais para ofertar moeda ao mercado é reduzir os depósitos compulsórios das reservas dos bancos. Assim, mais recursos ficam livres para o sistema ofertar liquidez ao mercado.

Em sentido oposto, a arrecadação de tributos, a venda de títulos pelo tesouro ou banco central, o recebimento de empréstimos da janela de redesconto e o aumento dos depósitos compulsórios de reservas reduzem a quantidade de moeda em circulação e, portanto, a liquidez disponível na economia. Por outro lado, o dispêndio público aumenta a quantidade de moeda em circulação, ou mais especificamente, as reservas dos bancos depositadas no banco central.

As condições de equilíbrio entre oferta e demanda por liquidez no mercado interbancário a uma determinada taxa de juros são alteradas com o dispêndio público, que aumenta a oferta dos recursos líquidos depositados pelos bancos centrais. Desta forma, a oferta de liquidez aumenta e as taxas de juros tendem a cair até que um novo equilíbrio seja encontrado. O gasto público aumenta a oferta de liquidez na mesma quantidade de seu valor. Assim, é como se houvesse uma Lei de Say no financiamento das despesas públicas, com a sua própria realização criando a demanda para seu financiamento.

“O dispêndio governamental nunca é limitado pela quantidade de títulos que os mercados estão querendo comprar; antes, as vendas de títulos são realizadas para proporcionar uma alternativa rentável às reservas excessivas e ao dinheiro mantido em caixa. O dispêndio governamental é limitado apenas pelo desejo do setor privado em fornecer bens, serviços e ativos ao governo em troca de moeda governamental, que é, em última instância, decorrente do desejo do público por moeda para pagar tributos e manter uma poupança líquida. Qualquer coisa que esteja à venda em termos do dinheiro doméstico pode ser obtida pela criação de

De forma estrita, adeptos da MMT como Wray negam que as operações de venda de título tenham caráter de financiamento do gasto público, pela questão lógica de que o Estado deve antes emitir a moeda, antes que retorne sob a forma de receitas tributárias ou sob a venda de títulos. No entanto, para a discussão deste capítulo é mais importante compreender que o gasto público gerará a demanda necessária para a emissão de títulos e a recomposição do colchão de liquidez do Tesouro, o que é mais adequado à institucionalidade brasileira.

A maioria dos bancos centrais modernos trabalha com meta de taxa de juros de curto prazo para orientar a política monetária. Desta forma, o dispêndio estatal gera a necessidade de emissão ou pelo banco central ou pelo próprio tesouro para recompor seu colchão de liquidez. Caso a emissão não seja enxugada, a taxa de juros cai abaixo da meta estipulada pelo banco central.

De fato, não há a uma relação necessária entre o gasto público e o seu financiamento e a inexistência de limites para o gasto público. Como Keynes (2012) mostrou na Teoria Geral, a moeda possui a propriedade do prêmio de liquidez e quanto a maior a incerteza, menor a predisposição dos agentes em abrir mão de sua liquidez. Por isso, aqui adotamos a hipótese da “Lei de Say do Financiamento da Despesa Pública”, uma vez que a demanda potencial é criada pela própria despesa pública, mas a efetivação desse financiamento pode depender das estratégias de mercados financeiros oligopolizados e das alternativas de aplicações criadas pelos bancos centrais como compromissadas ou demais instrumentos financeiros.

No entanto, a criação da demanda pelo financiamento da despesa pública pela própria despesa pública tem sido suficiente para garantir as condições de realização da despesa pública sob as mais diversas condições como as da inflação dos anos 80, das crises cambiais dos anos 90 e da recessão do biênio 2015/2016, a mais profunda da história brasileira.

4 | O TESOURO NACIONAL E A CRISE DO BIÊNIO 2015/2016

A maior recessão da história brasileira não criou maiores problemas para o Tesouro Nacional no financiamento da despesa pública. Contrariando o senso comum e o discurso da crise fiscal, em muitos aspectos os indicadores da dívida pública apresentaram sensível melhora.

De fato, jamais houve problema algum de caixa na Conta Única do Tesouro Nacional, como pode ser verificado na Tabela 1, nesta ou em qualquer outra crise desde o início do Plano Real. Eventuais reduções de caixa, longe de serem relevantes e dramáticas, costumam ser provocadas pela gestão do perfil da dívida e não de

dificuldades de rolagem. De maneira geral, os saldos da Conta Única do Tesouro Nacional apresentam sistemáticos aumentos e a crise do biênio 2015/2016 até o momento não conseguiu impedir que os saldos aumentassem R\$ 433,9 bilhões.

	Valores Nominais	Reais de Dez/2017	% PIB
1994	12.094.252	58.486.660	3,463%
1995	22.239.182	87.857.678	3,150%
1996	25.143.391	90.663.554	2,942%
1997	41.135.318	140.969.595	4,321%
1998	50.402.341	169.923.685	5,028%
1999	75.779.217	234.512.476	6,967%
2000	88.380.288	258.100.185	7,371%
2001	82.205.875	222.967.234	6,248%
2002	88.526.786	213.375.508	5,946%
2003	120.189.562	265.043.075	6,996%
2004	158.231.716	324.288.073	8,082%
2005	208.476.268	404.259.435	9,605%
2006	226.047.319	424.987.125	9,382%
2007	275.843.164	496.464.978	10,140%
2008	255.216.723	433.750.072	8,207%
2009	406.354.420	662.078.483	12,192%
2010	404.516.398	622.305.515	10,410%
2011	475.622.276	687.036.954	10,868%
2012	620.401.291	846.721.860	12,885%
2013	655.965.327	845.302.192	12,303%
2014	605.920.552	733.777.433	10,485%
2015	881.932.081	965.059.074	14,709%
2016	1.039.821.680	1.070.496.420	16,613%

Tabela 1: Saldo da Conta Única do Tesouro Nacional (R\$ mil)

Fonte: Demonstrações Financeiras do Banco Central/IPEADData/BCBElaboração Própria*Dados de 1994 a 1997 incluem empréstimos compulsórios

A análise mais usual da ortodoxia nacional é sobre os repasses do Banco Central ao Tesouro Nacional decorrentes da variação patrimonial das reservas cambiais. Como as reservas cambiais eram marcadas a mercado, a legislação previa que os ganhos obtidos com a valorização dessas reservas deveriam ser depositados pelo Banco Central na Conta Única do Tesouro Nacional em espécie. Já as perdas eram compensadas com títulos do Tesouro Nacional para o Banco Central. A análise dos dados mostra a indubitável relevância desse mecanismo para ampliar os saldos da Conta Única do Tesouro Nacional, conforme tabela 2.

	Resultado das operações cambiais	Resultado do BCB	Transferências BCB/Tesouro Nacional
	A	B	c = a+b
2008	126.618	13.345	139.963
2009	-147.719	5.609	-142.110
2010	-48.530	15.730	-32.800
2011	44.041	23.471	67.512
2012	22.309	24.615	46.924
2013	31.685	31.956	63.641
2014	13.950	30.927	44.877
2015	157.345	76.706	234.051
2016	-240.320	-9.528	-249.847

Fonte: BCB Elaboração Própria

Tabela 2: Transferências do BCB para o Tesouro Nacional - R\$ milhões

No entanto, a intenção dos economistas ortodoxos em restringir o acesso do Tesouro Nacional ao financiamento e limitar os gastos públicos esbarra na enorme facilidade encontrada na emissão de títulos em 2015, quando o saldo líquido de emissões chegou a R\$ 129,43 bilhões. Este elevado montante de emissões líquidas alongando o perfil da dívida pública, assim como a alta da SELIC apontada por Pimentel e Serrano (2016), explicam a elevação no custo do financiamento da dívida pública no período.

Emissões Líquidas	
2007	-37.774
2008	-132.201
2009	-13.956
2010	27.548
2011	-39.201
2012	-66.353
2013	-103.197
2014	-70.229
2015	129.433
2016	-10.792

Fonte: Relatório Mensal da Dívida/STN

Elaboração Própria

Tabela 3: Emissões Líquidas de Títulos pelo Tesouro – R\$ milhões

Em alguns anos, as emissões líquidas foram negativas. Todavia, tal fato não deve ser superestimado. Como o saldo na Conta Única sempre esteve em patamares elevados e este é remunerado pela SELIC, o Tesouro Nacional pode realizar uma

estratégia agressiva de resgates para forçar a melhora no perfil da dívida pública. Por outro lado, fica claro que um elevado colchão liquidez é parte essencial para que o Tesouro possa alongar e prefixar a dívida, conforme suas metas de gestão da dívida pública.

Ademais, essas emissões do Tesouro Nacional foram exitosas em manter o alongamento do prazo médio da dívida pública mobiliária federal interna. Em dezembro de 2014 e o mesmo mês de 2016, o prazo médio da DPMFi aumentou de 4,28 anos para 4,44 anos.

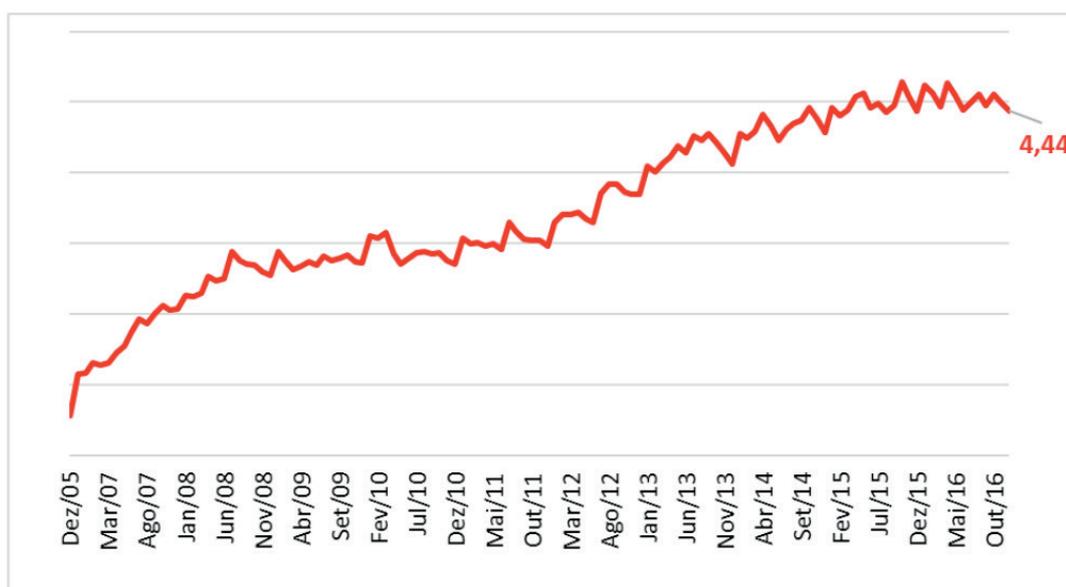


Gráfico 1: Prazo Médio da DPMFi - Em Anos

Fonte: STN Elaboração Própria

Os vencimentos da DPF em até 12 meses também apresentaram melhora durante a crise. A proporção de títulos com vencimento em 12 meses passou de 24,03% em dezembro de 2014 para 16,80% em dezembro de 2016.

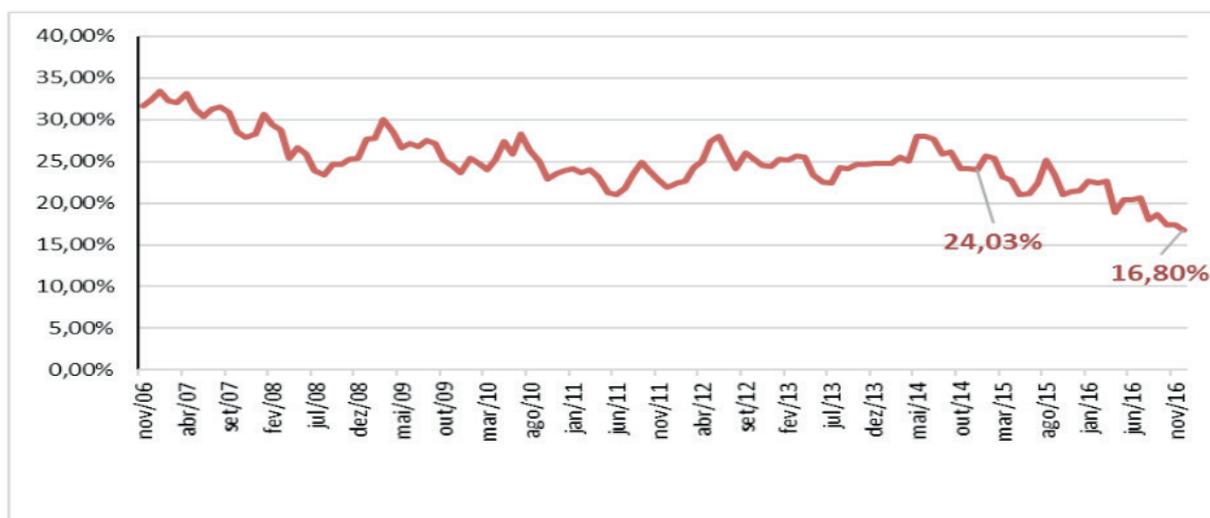


Gráfico 2: Vencimentos da Dívida Pública em até 12 meses - em %

Fonte: STN Elaboração Própria

Em contraposição a melhora do perfil da dívida pública durante o biênio recessivo de 2015/2016, a proporção de títulos vinculados a Selic subiu de 19,62% para 29,43%. Este é um problema importante, uma vez que a elevada proporção de títulos de indexação financeira reduz a eficácia da política monetária, aumenta a imprevisibilidade na gestão da dívida pública e dificulta a criação de um referencial para o mercado de crédito privado de longo prazo.

O maior problema da dívida pública brasileira, o elevado custo médio da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), piorou a longo do biênio recessivo, tendência que já se manifestava desde o início do ciclo de aperto monetário em 2013 e que se manifestou de forma mais intensa após 2015. Ao final de 2016, com o início do afrouxamento da política monetária, o custo médio da DPMFi começa a cair. De qualquer forma, a alta dos juros foi bem abaixo das registradas da década de 90, quando chegaram a patamares próximos de 50% e guarda estreita relação com a política monetária. Não há nenhum indício de que a chamada “crise fiscal” e a perda do “investment grade” tenha causado aumento persistentes nos custos da dívida acima daqueles provocados pela política monetária.

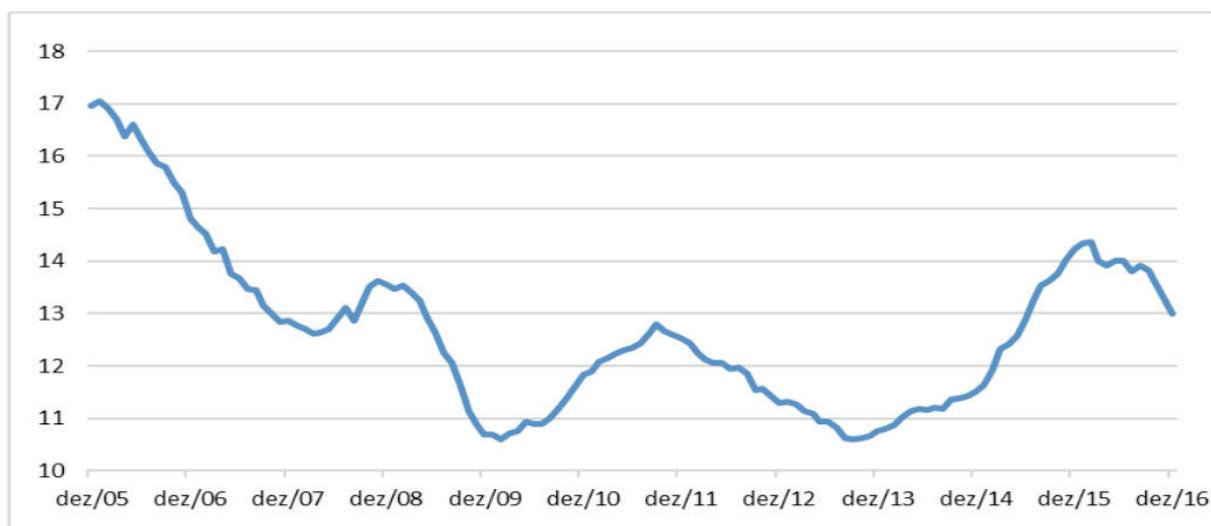


Gráfico 3: Custo Médio da DPMFi - % a.a.

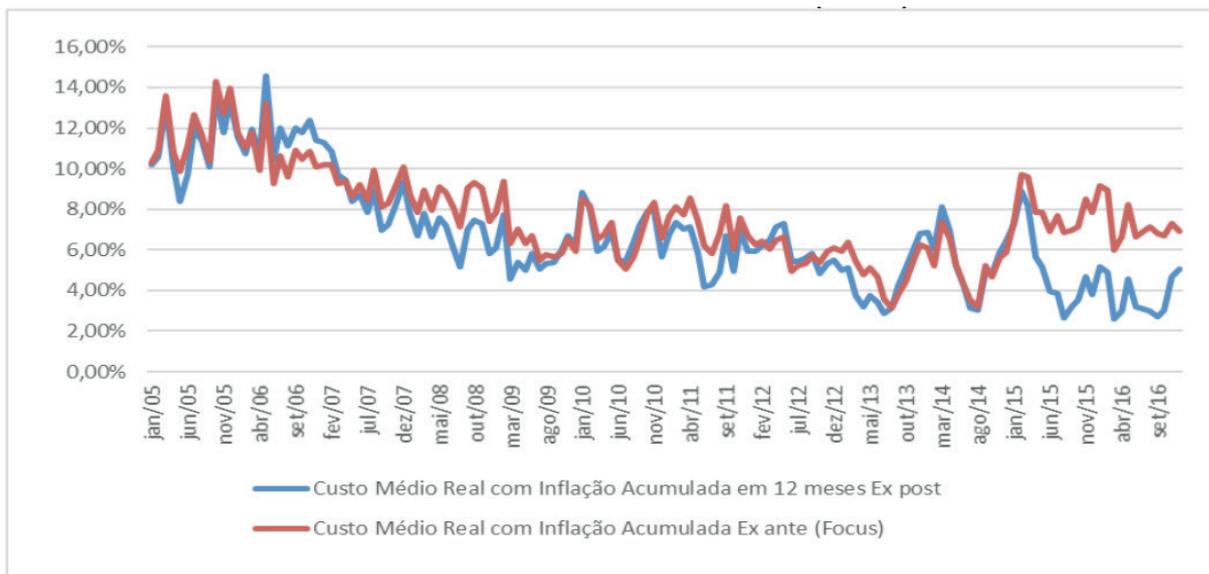


Gráfico 4: Custo Médio Real da DPMFi – IPCA em 12 meses (% a.a.)

Fonte: STN, BCB, IBGE e IPEADData Elaboração Própria

O relevante é compreender que o Tesouro Nacional registrou ao longo dos anos um consistente aumento dos depósitos na Conta Única, que jamais foi um empecilho para a expansão dos gastos públicos. Com ou sem transferências do Banco Central ao Tesouro, a autoridade fiscal registrou facilidade para refinaranciar sua dívida, o que permitiu a melhora de seu perfil em diversos aspectos e os custos flutuando suavemente conforme os ciclos da política monetária, em que pese a maior recessão da história e perda do “investment grade” pelas agências de rating.

5 | CONCLUSÃO

Este capítulo mostrou que a recessão do biênio 2015/2016 não implicou em dificuldades para o financiamento da dívida pública. A famigerada “crise fiscal” veio acompanhada de forte expansão dos depósitos da Conta Única do Tesouro Nacional. Além disso, diversos aspectos da dívida pública melhoraram ao longo da crise como o prazo médio e a proporção de vencimentos em até meses, enquanto o custo médio da dívida não apresentou a explosão que costumavam ocorrer durante as crises cambiais dos anos 90.

Os dados mostram o quanto é falaciosa a tese da crise fiscal e da inevitabilidade da consolidação fiscal. O saldo na Conta Única do Tesouro Nacional chegou a impressionante R\$ 1,04 trilhão em dezembro de 2016, valor R\$ 434 bilhões acima daquele registrado 2 anos antes. Em 2015, as emissões líquidas do Tesouro Nacional chegaram 129 bilhões. Se o Tesouro Nacional conseguiu levantar enormes quantias de recursos financeiros facilmente, diversos aspectos do perfil da dívida pública registraram melhoras no período. A proporção de títulos com vencimento em 12 meses

passou de 24,03% em dezembro de 2014 para 16,80% em dezembro de 2016 e o prazo médio da DPMFi aumentou de 4,28 anos para 4,44 anos.

A ortodoxia nacional vem buscando entender o fenômeno da hígidez das contas públicas nos mais diversos cenários como a inflação dos anos 90 e na recessão atual. Contudo, sem um instrumental teórico adequado são obrigados a recorrer a hipóteses ad hoc, como a falta de independência do Banco Central e as transferências do Banco Central ao Tesouro decorrentes dos efeitos da variação cambial sobre patrimônio da autoridade monetária.

A questão pode ser melhor compreendida com os conceitos teóricos criados pelas Finanças Funcionais e pela Modern Money Theory, que mostram as condições de financiamento da despesa pública, que é em sua essência uma emissão monetária e cria a demanda para o seu próprio financiamento, a Lei de Say das Despesas Públicas apresentada neste capítulo.

De fato, a limitação financeira à despesa pública é uma quimera. A questão central é estabelecer as condições de financiamento para criar um referencial para o desenvolvimento de um mercado de capitais privados de longo prazo, melhorar a eficácia da política monetária e previsibilidade da gestão da dívida pública. Além disso, a despesa pública deve ser compreendida como elemento essencial para atingir objetivos macroeconômicos como níveis de emprego e inflação adequados.

REFERÊNCIAS

- Almeida Jr., M., Lisboa, M. e Pessoa, S. 2015.** O AJUSTE INEVITÁVEL ou o país que ficou velho antes de se tornar desenvolvido. Julho de 2015.
- Bell, S.A e Wray, L.R. 2002.** Fiscal Effects on Reserves and the Independence of the Fed. *Journal of Post Keynesian Economics*. 2002, pp. 263-271.
- Bell, S.A. 2000.** Do Taxes and Bonds Finance Government Spending? *Journal of Economic Issues*. 2000, pp. 603-620.
- Colander, D. 1984.** Was Keynes a Keynesian or a Lernerian? *Journal of Economic Literature*. 1984, Vol. 22, pp. 1572-1575.
- Depósitos do Tesouro: no Banco Central ou em bancos comerciais?* **Cysne, R. 1990.** 1990, EPGE - Ensaios Econômicos .
- Dos Santos, Gustavo. 2005.** *Uma Releitura das Finanças Funcionais*. Rio de Janeiro : Tese de Doutorado, 2005.
- Financiamento do setor público e “crise fiscal” na recessão de 2015 e 2016: uma abordagem.* **Vieira Filho, L.A.M. 2017.** Brasília : AKB, 2017. Anais do X Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira.
- Fullwiler, S.T. 2006.** Setting Interest Rates in the Modern Money Era. *Journal of Post Keynesian Economics*. 3 de 2006, pp. 495–525.

Keynes, John Maynard. 2012. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo : Saraiva , 2012.

Lavoie, Marc. 2014. *Post-Keynesian Economics: New Foundations*. Northampton : Edward Elgar Publishing, 2014.

Leister, M. D. e Medeiros, O. L. 2016. Relacionamento entre autoridade fiscal e autoridade monetária: a experiência internacional e o caso brasileiro. [A. do livro] E. Bacha. *A crise fiscal e monetária brasileira*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2016, pp. 119-152.

Lerner, Abba. 1943. Function Finance and Federal Debt. *Social Research*. Fev de 1943, pp. 38-51.

Mendes, M. 2016. A Lei 11.803/2008 e a Relação Financeira Entre o Tesouro Nacional e Banco Central. [A. do livro] E. Bacha. *A Crise Fiscal e Monetária Brasileira*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2016, pp. 205-239.

Modern Money Theory 101: A Reply to Critics. **Wray, L. Randall e Tymoigne, Éric. 2013.** Novembro de 2013, Working Paper No. 778 - Levy Economics Institute.

Palley, T. 2014. Modern money theory (MMT): the emperor still has no clothes . *Thomas Palley*. [Online] Fevereiro de 2014. http://www.thomaspalley.com/docs/articles/macro_theory/mmt_response_to_wray.pdf.

Paula, L.F. e Pires, M. 2017. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*. 2017, pp. 125-144.

Rezende, Felipe. 2009. The Nature of Government Finance in Brazil. *International Journal of Political Economy*. 2009, pp. 81-104.

Salto, F., et al. 2015. As duas dimensões do ajuste fiscal. *Texto para Discussão - Instituto de Economia-Unicamp*. Dezembro de 2015.

Vieira Filho, L.A.M. 2019. *Gestão da dívida pública e a política monetária nos EUA e no Brasil*. Campinas, SP : Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2019.

Wray, L.R. 2003a. Functional finance and US government budget surpluses in the new millennium. [A. do livro] E.J. Nell e M. Forstater. *Reinventing Functional Finance: Transformational Growth and Full Employment*. Northampton : Edward Elgar, 2003a, pp. 141–159.

—. **2015.** *Modern Money Theory: A Primer on Macroeconomics for Sovereign Monetary Systems*. 2ª Edição. Nova Iorque : Palgrave, 2015.

—. **2002.** Senhoriação ou soberania. *Economia e Sociedade*. jul./dez de 2002, pp. 193-211.

—. **2003.** *Trabalho e Moeda Hoje*. Rio de Janeiro : Editora UFRJ / Contraponto Editora, 2003.

* As opiniões expressas neste capítulo são de exclusiva responsabilidade do autor, não expressando necessariamente a opinião da Secretaria do Tesouro Nacional.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Data de aceite: 06/01/2020

Priscilla Paola Severo

Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito Mestrado/Doutorado
Santa Cruz do Sul – RS

Clovis Gorczewski

Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito Mestrado/Doutorado
Santa Cruz do Sul - RS

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo ressaltar a importância da criação do Auxílio-Doença Parental, face a inexistência de proteção a este risco social que afeta a dignidade da pessoa humana, uma vez que atinge direito fundamental ao trabalho e a proteção integral da criança, ambos assegurados expressamente pela atual Constituição Federal. A problemática consiste em demonstrar qual a importância da criação do benefício previdenciário de Auxílio-Doença Parental na efetivação dos direitos humanos, como uma política pública de Seguridade Social. Para tanto, inicialmente discorreu-se sobre as conquistas dos direitos humanos, em especial dos direitos humanos de segunda geração cujo direito à seguridade social, destacado pela previdência está inserido. Posteriormente, foi abordado o conceito do benefício previdenciário de Auxílio-Doença

Parental e estabelecido uma comparação com o Auxílio-Doença propriamente dito. Por fim, demonstrou-se o risco social envolvido ante a falta de regulamentação legal no Regime Geral da Previdência Social.

PALAVRAS-CHAVE: Previdência Social; Políticas Públicas; Criança; Auxílio-doença Parental.

PUBLIC SOCIAL SECURITY POLICIES: THE NEED FOR EXTENSION OF SOCIAL PROTECTION AS A FORM OF HUMAN RIGHTS CONSTRUCTION

ABSTRACT: The present essay tries to present the importance of the creation of the Parental Aid-Disease as a form of realization of the Human Rights as Public Policy of Social Security, due to the lack of protection to this social risk that affects the dignity of the human person, since it reaches right fundamental to the work and the integral protection of the child, both expressly assured by the current Federal Constitution. In order to do so, the concept and evolution of human rights was initially discussed, seeking to establish a connection between second generation of human rights and the social security system. Subsequently, the concept of the social security benefit discussed in this research and a comparison with the Sickness Aid itself was approached. Finally, the social

risk involved in the lack of legal regulation in the General Social Security System was demonstrated.

KEYWORDS: Social Security; Public policy; Child; Parental Aid-Disease.

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 traz de forma inequívoca a necessidade de proteção social e construção de políticas públicas capazes de satisfazer o bem-estar social idealizado pelo constituinte. Essa proteção fica ainda mais evidente quando verificada a existência do risco e da proteção social inexistente. É nesse sentido que o estudo dos direitos humanos se mostra importante na leitura da necessidade de ampliação da proteção social, pois estes representam o direito à pessoa humana ao desenvolvimento de uma vida digna, com direito à evolução das suas qualidades e consciência. Como meio de concretizar e assegurar a dignidade da pessoa humana encontram-se os direitos sociais e direito à previdência que integram uma conquista histórica relacionada à segunda geração de direitos humanos.

Partindo deste pressuposto, a presente abordagem resulta da pesquisa da necessidade da criação de um novo benefício previdenciário, o chamado Auxílio-Doença Parental, estabelecendo a sua criação como uma forma de política pública de Seguridade Social capaz de concretizar os direitos humanos, em razão da garantia ao de uma vida digna, além da bem como assegurar o direito fundamental à família e a proteção integral às crianças.

A partir disso, no primeiro capítulo estudou-se as conquistas dos direitos humanos, até a conquista histórica dos direitos humanos de segunda geração, em destaque os direitos sociais e direito à previdência, que intimamente encontram-se relacionados ao benefício cuja criação é defendida pela presente pesquisa. Após estabelecer a conexão entre direitos humanos e necessidade de ampliação da proteção social, via criação de novo benefício previdenciário, este utilizado como argumento capaz de concretizar aquele, buscou-se conceituar, no segundo capítulo, o Auxílio-Doença Parental, além de demonstrar de que forma este se estabelece no Sistema de Seguridade Social.

No terceiro capítulo, estudou-se onde encontra-se os riscos sociais envolvidos ante a falta de regulamentação deste benefício e conseqüentemente, demonstrou-se as conseqüências positivas na sua inserção junto ao Regime Geral da Previdência Social. Para tanto, utiliza-se a metodologia dedutiva e como técnica de pesquisa a bibliográfica que consiste, basicamente, na pesquisa e interpretação doutrinária.

2 | EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS SOCIAIS

A efetivação dos Direitos Humanos propostos desde seus primórdios está intimamente ligado à Seguridade Social de um país, que por sua vez conecta-se com a ideia de proteção social, sendo esta uma grande e eficaz fonte geradora do idealizado bem-estar social via políticas públicas de inclusão social. Olhando sob uma perspectiva geral, é possível afirmar que os direitos humanos representam direitos intrínsecos à pessoa humana em prol de uma vida digna, sendo que, uma das formas de concretizá-los, é mediante a criação de políticas públicas de Seguridade Social. Mais precisamente, são o que os direitos humanos de segunda geração representam, o direito ao bem-estar social.

Para tanto, inicialmente, faz-se necessário o aprofundamento no estudo acerca dos direitos humanos a fim de relacionar a sua efetivação com a ampliação da proteção social via políticas públicas de Seguridade Social. Dessa forma, tem-se que os direitos humanos

são direitos inerentes ao ser humano. Inerentes no sentido de que não são meras concessões da sociedade política, mas nascem com o homem, fazem parte da própria natureza humana e da dignidade que lhe é intrínseca; e são fundamentais, porque sem eles o homem não é capaz de existir, de se desenvolver e participar plenamente da vida; e são universais, porque exigíveis de qualquer autoridade política em qualquer lugar (GORCZEVSKI, 2005).

Considerando a sua condição intrínseca aos homens, os direitos humanos deixam de se limitar aos direitos positivados e representam valores superiores que permanecem geração após geração, moldando-se à evolução da sociedade, mantendo, contudo, o seu conteúdo basilar de proteção à dignidade da pessoa humana. É nesta concepção que se encontra a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, muitas vezes utilizados de forma equivocada como sinônimos. Os primeiros se referem a valores superiores enquanto os segundos encontram-se positivados pelo mundo jurídico (GORCZEVSKI, 2016).

Em se tratando de direitos humanos, conforme o próprio nome já diz, são direitos “humanos”, bastando possuir a condição de humano para ser titular destes direitos ditos universais, uma vez que não se faz distinção de nacionalidade, gênero, etnia ou religião, embora a sua efetiva aplicação prática enfrente dificuldade em razão do relativismo cultural (COSTA; MARTÍN, 2008).

Dentre as três gerações de direitos mais conhecidas, a segunda geração é a que mais se aproxima dos direitos humanos a que o objeto da presente pesquisa se atenta. Isto porque, a primeira geração, que surge ao longo do século XVIII e XIX, remete-se à atuação negativa do estado, que apenas deve abster-se de atuar de forma que pudesse violar o direito à liberdade, a segunda geração, logo em seguida, no século XX, é marcada pela exigência positiva do estado, cuja responsabilidade

é de garantir o bem-estar social, com destaque aos direitos sociais, culturais e econômicos (GORCZEWSKI, 2016).

Direitos sociais representam uma conquista histórica e foram recepcionados pela atual Constituição Federal de forma clara e determinante no seu texto:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, www.planalto.gov.br)

Ao longo das conquistas dos direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de 1948 é considerada o marco na condução do direito social em nível mundial, ao declarar forte proteção dos direitos humanos, firmando valores como democracia e cidadania, além de evidenciar a importância da participação dos cidadãos na busca pela igualdade e solidariedade na sociedade (GORCZEWSKI; KONRAD, 2013)

Nos dias atuais, é possível observar uma certa distância entre o conteúdo material de direitos humanos e fundamentais como essência protetiva e sua efetiva aplicação prática. Embora a existência e, principalmente, a importância dos direitos humanos seja, de fato, reconhecida, a falta de garantias e acesso a estes direitos gera a sua descrença na aplicabilidade prática, isto porque, não são todas as pessoas que desfrutam de direitos ditos fundamentais e humanos. Esta é a situação vivida na maioria dos países da América Latina, considerando o abismo entre o discurso normativo e sua efetivação e, é partindo dessas situações que a universalidade destes direitos deixa de ser absoluta, possuindo caráter, na verdade, relativo (RUBIO, 2010).

Embora tenha se observado este distanciamento entre o conteúdo material e sua efetivação prática, ao analisar sua condição inerente à pessoa, os direitos humanos transformam-se junto aos clamores da sociedade, que além de cobrar pela efetivação de políticas públicas já integradas, anseia por novas propostas, políticas e atores sociais. Por esta razão, os direitos humanos permanecem no horizonte como uma utopia, pois se aproximar deles, estes se afastam, possibilitando a descoberta de novos direitos ainda não pensados e conseqüentemente, a ampliação da tutela protetiva (ANNONI, 2013).

Nesse contexto, é possível afirmar que a Seguridade Social, representando um sistema de proteção social, é uma das formas de concretizar os direitos humanos, via criação e ampliação de políticas públicas de proteção e inclusão social em favor das pessoas que sofrem de infortúnios capazes de impossibilitá-las ao acesso à proteção básica: o direito a uma vida digna. E conforme destaca Gorczevski (2016, p. 138) os direitos humanos de segunda geração, “[...] só podem ser desfrutados

com o auxílio do Estado, portanto se lhe impõe o dever de propiciar as necessárias condições [...]. São direitos que exigem do Estado uma participação, uma ação”. É por esta razão que se faz necessária a cobrança da atuação positiva do Estado, em se tratando de direitos de segunda geração, em destaque, de Previdência Social.

3.1 A CRIAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA PARENTAL COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O estudo em conteúdo objetiva a análise da necessidade de criação de políticas públicas de Seguridade Social para efetivação dos direitos humanos, a partir de uma análise teórico metodológica da proteção integral à família e à criança. É neste contexto que se defende a criação deste benefício aos segurados do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

De início, é importante mencionar que a presente pesquisa é direcionada ao estudo em relação à necessidade e ao risco social que existe em razão da falta de regulamentação legal do benefício previdenciário que ora se analisa. Não se atém, portanto, a se aprofundar acerca da determinação quanto à necessidade de Preexistência do Custeio em relação à criação ou extensão de um benefício da Seguridade Social, conforme determina expressamente a Constituição Federal em seu art. 195, § 5º (BRASIL, 1988, www.planalto.gov.br).

Conforme já mencionado, destaca-se que direitos humanos estão dispostos em um plano superior e, portanto, somente poderão ser exigidos pela legislação pátria, quando houver necessidade da sociedade política e esta optar por positivá-los, inserindo-os no ordenamento jurídico (GORCZEVSKI, 2016).

O presente estudo se atém a demonstrar a necessidade de ampliação da proteção social aos segurados do Regime Geral - RGPS. Para tanto, necessário indicar que a Previdência Social é organizada sob a forma de RGPS, de caráter contributivo e compulsório, na medida em que o artigo 201 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, www.planalto.gov.br) prevê a filiação obrigatória ao regime daqueles que auferem renda.

Muito embora o RGPS seja utilizado como sinônimo de Previdência Social – em razão de abranger a maioria dos trabalhadores – existe dois regimes básicos previdenciários brasileiros: o já mencionado RGPS, e o Regime Próprio da Previdência Social – RPPS, ambos com a característica da filiação compulsória (IBRAHIM, 2012).

A Previdência Social é, portanto, uma forma de proteção social aos segurados ou dependentes destes que de alguma forma necessitam de tal proteção, em razão da perda total ou parcial, permanente ou temporária, das condições de manter sua própria subsistência, seja por invalidez, morte – nos casos dos dependentes –, prisão ou gestação.

A razão de ser do nome “Auxílio-Doença Parental” é em função de se tratar de um auxílio para o familiar e não ao doente propriamente dito, ou seja, decorre das situações em que o segurado ou a segurada torna-se, temporariamente, incapaz para realizar as atividades laborativas em razão da enfermidade de um membro familiar, seja este, mãe, pai, cônjuge, filho ou afins que a lei determinar.

Atualmente, os benefícios garantidos aos segurados da Previdência Social, ainda que consideráveis, carecem de ampliação da proteção frente a certas necessidades urgentes e recorrentes que a população enfrenta, razão pela qual se propõe a ampliação do rol dos benefícios no RGPS, mediante ampliação do rol dos atuais benefícios garantidos, abaixo colacionados:

Segurados	a) Aposentadoria por Idade b) Aposentadoria por Idade da Pessoa com Deficiência c) Aposentadoria por Tempo de Contribuição d) Aposentadoria por Tempo de Contribuição da Pessoa com Deficiência e) Aposentadoria por Tempo de Contribuição do Professor f) Aposentadoria por Invalidez (1) g) Aposentadoria Especial
	a) Auxílio-doença b) Auxílio-acidente c) Salário-família d) Salário-maternidade
Dependentes	a) Pensão por Morte b) Auxílio-reclusão
Segurados e Dependentes	a) Serviço social b) Reabilitação profissional

Tabela elaborada pelos autores com dados de Santos, 2016 / Previdência Social (2016, www.previdencia.gov.br).

(1) O art. 45 da Lei 8.213/91 ainda faz menção à majoração de 25% do benefício de Aposentadoria por Invalidez aos segurados que necessitarem da assistência permanente de outra pessoa (BRASIL, 1991, www.planalto.gov.br).

Dentre os benefícios assegurados pelo RGPS, na sua essência, o Auxílio-Doença é o que mais se assemelha ao benefício abordado pelo presente trabalho, conforme o próprio nome já demonstra, pois é o benefício que atualmente ampara os segurados com incapacidade temporária para o trabalho, nos moldes previstos pelo art. 59 da Lei 8.213/91, que abaixo se colaciona:

Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. Parágrafo único. Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão (BRASIL, 1991, www.planalto.gov.br).

Contudo, conforme se pode observar, o artigo acima não faz qualquer menção à

incapacidade do segurado ou a possibilidade do segurado de afastar-se do trabalho para cuidados de familiar enfermo. Nesse sentido, embora a Previdência Social tenha expressiva cobertura aos infortúnios que atingem a população brasileira, ainda é escassa no que diz respeito aos encargos familiares, motivo pelo qual a falta de regulamentação legal do benefício do Auxílio-Doença Parental limita a proteção concedida pelo RGPS, tornando pertinente a análise dos riscos sociais que afetam os segurados acometidos deste tipo específico de incapacidade e que atualmente encontram-se desamparados pelo sistema.

Ademais, além do nítido desamparo ao segurado do Regime Geral, este está submetido a tratamento diferenciado e prejudicial frente aos segurados do Regime Próprio, o que corrobora a necessidade de regulamentação legal do Auxílio-doença Parental na proteção previdenciária do RGPS, uma vez que aqueles são amparados por Lei em situações semelhantes à proteção pretendida pelo benefício referido, com a garantia de concessão da “Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família” previsto na Lei 8.112/90 que os rege, conforme abaixo:

Art. 83. Poderá ser concedida **licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente** que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

§ 1o A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma do disposto no inciso II do art. 44.

§ 2o A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida **a cada período de doze meses** nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3o O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4o A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3o, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º (BRASIL, 1990, www.planalto.gov.br, grifo próprio).

Conforme se pode observar, os servidores públicos civis da União, das autarquias e fundações públicas federais são contemplados com licença em caso de doença de familiar, com abrangência ampla de familiares desde a criação da Lei em 1990, estendida, inclusive, ao padrasto, à madrasta ou ao enteado. Ao comparar a licença dos servidores públicos com o Auxílio-Doença concedido aos segurados do RGPS, é perceptível que em ambos os benefícios há a pretensão de amparar os segurados que se encontram impossibilitados de exercer o seu exercício pleno do trabalho, sendo dever do Estado promover a proteção social nestas situações.

Deste modo, diante da existência de licença remunerada concedida ao

contribuinte do RPPS que esteja necessitando de afastamento do trabalho em razão da enfermidade de familiar doente, a essência e o conceito do benefício que ora se expõe já existe, faltando apenas regulamentação legal e amparo aos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social.

4 | DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS À CRIANÇA E À FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DE UMA VIDA DIGNA

Com o desenvolvimento da sociedade e dos direitos humanos e fundamentais, as crianças que antes não eram consideradas detentoras de direito, passaram a ser vistas com outro olhar capaz de torná-las titulares de direitos que antes alcançava apenas os adultos. Não apenas tornaram-se protegidas por direitos já instituídos, mas também alcançaram uma esfera de tutela integral aos direitos. Como forma de assegurar e efetivas a proteção integral às crianças, a Constituição Federal de 1988 determina a tríplice responsabilidade compartilhada em seu art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, www.planalto.gov.br).

Nesse processo de ampliação da proteção às crianças, a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, por meio do Decreto nº 99.710/1990 representa um marco importante na garantia da tutela especial às crianças, indo de encontro também ao conteúdo material dos direitos humanos, uma vez que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, abrangendo, por óbvio, as crianças.

Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente complementa a proteção constitucional absoluta às crianças, positivando o conceito de proteção integral, além de disciplinar formas de concretização de tais direitos, mediante implementação de políticas públicas capazes de promover a proteção, o atendimento e o desenvolvimento das crianças e adolescentes (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2015).

Assim, a teoria da proteção integral foi adotada como princípio fundamental que por meio de instrumentos normativos e políticos promove estratégias de aplicação e concretização dos direitos às crianças e adolescentes que merecem proteção especial frente a condição de vulnerabilidade que os atinge em razão de estarem em processo de desenvolvimento (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2015).

Nesse sentido, é possível afirmar que a ampliação da proteção social, via políticas públicas de Seguridade Social representa uma forma de concretização desta

proteção especial às crianças, em situações que estas encontram-se acometidas de enfermidades que as tiram, ainda que temporariamente, do seio da sociedade, em uma internação hospitalar, por exemplo. Em situações como esta, mais do que direito ao familiar, é direito absoluto da criança o acompanhamento de um ente familiar.

O próprio Preâmbulo da Convenção sobre os Direitos da Criança menciona a necessidade da assistência necessária que a criança demandar, da mesma forma que o art. 18 do mesmo diploma legal assegura o dever do Estado a prestar a assistência adequada e necessária aos pais com o fim de proteção e cuidado das crianças (BRASIL, 1991, www.planalto.gov.br).

Nesse sentido, estudos revelam que a presença de um familiar, principalmente nos casos de doentes mais vulneráveis, como crianças e idosos, muitas vezes atinge positivamente a recuperação que se torna mais ágil e menos dolorida ao paciente enfermo. Abaixo trecho da pesquisa realizada nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) pediátrica e neonatal no Hospital do Paraná:

O estresse da criança é inevitável durante o período de internação na UTI, visto que vários são os fatores causadores deste distúrbio, entre os quais o medo, a dor, os longos períodos de vigília, a mudança do ambiente e a ausência da família. Os resultados encontrados mostram que os profissionais têm conhecimento do estresse e do sofrimento que a criança vivencia diante da à (sic) internação, pois **a mudança de ambiente lhe causa desequilíbrio emocional, principalmente quando não pode compartilhar com a família esta nova situação vivencial.** A retirada da criança do ambiente em que ela vive gera angústia e dor, que a criança tem dificuldade em trabalhar. (M 6) Em contrapartida, **a presença da família**, em especial a da mãe, geralmente promove e mantém a inter-relação criança/ família/ equipe, neutraliza os efeitos negativos decorrentes da separação, melhora sua adaptação ao hospital, **facilita a aceitação do tratamento e ameniza os fatores estressantes da doença, dos procedimentos e da hospitalização** (MOLINA et al, 2006, p. 440, grifo próprio).

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 12, determina que os estabelecimentos de atendimento à saúde proporcionem a um dos pais ou responsável condições para permanência em tempo integral no estabelecimento nos casos de internação de criança ou adolescente (BRASIL, 1990, www.planalto.gov.br).

Desta forma, pessoas acometidas de doenças graves estão expostas a inúmeras situações desagradáveis e procedimentos dolorosos, que os tornam inseguros e angustiados, especialmente às crianças. Na medida em que a enfermidade de alguns possa se tornar mais eficaz na presença e com os cuidados de um familiar, a viabilidade jurídica na criação do benefício representa uma forma de concretizar a proteção integral assegurada às crianças pelo texto constitucional e legislação infraconstitucional, que preveem a absoluta prioridade na efetivação dos direitos destes.

Assim, “partindo do pressuposto que a criança e o adolescente estão em

condição peculiar de desenvolvimento, o princípio da prioridade absoluta é um mecanismo de proteção e prevalência do melhor interesse da criança” (CUSTÓDIO; SOUZA, 2011, p. 85).

Ademais, a ampliação da proteção à família é expressamente amparada pela Constituição Federal que determina, em seu artigo 226 (BRASIL, 1988, www.planalto.gov.br), proteção especial do Estado para com ela. Da mesma forma, o artigo 1º da Lei nº 8.213/91 ao dispor dos Planos e Benefícios da Previdência Social, prevê a proteção previdenciária aos encargos familiares (BRASIL, 1991, www.planalto.gov.br).

A viabilidade jurídica para a criação do benefício encontra respaldo nos preceitos básicos assegurados constitucionalmente aos cidadãos, dentre eles, a dignidade da pessoa humana, a proteção à família e a promoção da justiça social. Imagina-se uma mãe que precisa deixar o emprego para cuidar de um filho com câncer. Ou uma filha, que precisa deixar suas atividades laborativas para cuidar da sua mãe em estado grave de saúde. Ambas estariam vivenciando o estado crítico da saúde de um ente querido, além da redução drástica do capital financeiro, essencial nesses casos.

Neste sentido, a escassa doutrina e a mínima provocação que o Poder Judiciário possui para decidir sobre o assunto, contribuem para que ainda não haja consideráveis decisões e consequentes jurisprudências a respeito. Ainda assim, há precedente sobre a matéria, conforme se observa na decisão da Turma Recursal de Santa Catarina sob o n.º 2006.72090007861, transitada em julgado em 09/11/2006, que confirmou, de forma unânime, a concessão do benefício de Auxílio-Doença à mãe que, apesar de fisicamente possuir todas as condições para exercer seu trabalho, encontrava-se impossibilitada de trabalhar do ponto de vista psicológico em razão da doença sem possível cura da filha de pouco mais de um ano de idade na época, conforme trecho da decisão abaixo:

[...] Pelo que se extrai dos documentos juntados com a inicial e da análise da perícia judicial realizada, a enfermidade que acomete a filha da postulante bem como a expectativa de sobrevivência é o limite de 1 ano de idade, em razão de complicações pulmonares, sendo que no caso a criança já conta 1 ano e 3 meses de vida, criando para a autora um quadro tal em que, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de recuperação da filha, também tem conhecimento de que não existe possibilidade médica de cura e o pior, que a cada dia passa mais próximo esta de uma notícia desalentadora. Evidente assim que, apesar de fisicamente a postulante não ter qualquer limitação para o trabalho, sob o ponto de vista psicológico, conforme destacado pela perícia judicial, não vislumbra qualquer possibilidade de que a autora possa desenvolver atividade profissional. No caso, não se pode desconsiderar o fato de que a criança necessita de um acompanhamento individualizado que é feito pela mãe já que a UTI tem apenas atendimento coletivo, conforme consta da perícia. Já a contratação de uma enfermeira para atendimento individualizado até poderia suprir a necessidade médica da criança, mas sem o contato afetivo mãe-filha que, nos termos da perícia médica, gera à criança “maior possibilidade de sobrevivência, segurança e conforto familiar”. Dessa forma, tanto pelo lado psicológico da mãe, que não conseguiria qualquer rendimento satisfatório

indo trabalhar e deixando a vida de sua filha esvair-se no hospital, quanto pelo lado da criança, que tem maior expectativa de vida ao receber o atendimento materno, verifica-se que não existe a mínima capacidade laboral por parte da requerente [...]. Em sendo assim, a conclusão desse juízo é que existe direito à concessão do benefício auxílio-doença, a ser mantido enquanto persistir o quadro fático noticiado nos autos [...] (GOUVEIA, 2012, citado por COSTA; NUNES, 2016, p. 15)

Não bastasse o drama de conviver com um ente da família acometido de doença grave, o segurado se encontra totalmente desamparado da Previdência Social, que é de responsabilidade do Estado. Configura dever do Estado a garantia e a proteção social, como a promoção de políticas públicas que auxiliem os segurados acometidos de infortúnios, sendo imprescindível e de direito a atuação ativa do Estado, por meio da Seguridade Social, neste caso, da Previdência Social.

Neste sentido, há consideráveis consequências ao segurado que se encontra ativo no mercado de trabalho quando se tem um membro da família enfermo por grande período de tempo. Dentre todos os cuidados, o acometimento de doença grave traduz o periódico e necessário descolamento ao hospital para realização de quimioterapia ou radioterapia, como é o caso do câncer, ou outros cuidados específicos que cada doença requer. E, não rara as vezes, a família que reside em cidade pequena não vê alternativa senão deslocar-se de cidade para dar continuidade ao tratamento.

Deste modo, a ampliação da proteção social mediante a regulamentação legal do Auxílio-Doença Parental, além de aumentar a cobertura social e previdenciária, traduz a aplicação dos direitos humanos e fortalece o direito fundamental à família e a proteção integral à criança, promovendo o bem-estar e a justiça social determinada pelo texto constitucional.

5 | CONCLUSÃO

Direitos humanos são inerentes à pessoa humana e encontram-se além do ordenamento jurídico. Nesse sentido, a conquista do direito à previdência, dentre tantos outros progressos, é uma transformação de um direito humano em direito fundamental, pois positivado e inserido na Magna Carta, e desde então, exigível.

É possível observar que os riscos sociais existem e podem ser amparados pela Previdência Social via criação do Auxílio-doença Parental. Dentre as consequências positivas mediante a ampliação da proteção social, está o direito ao desenvolvimento de uma vida digna, com proteção especial à família e às crianças, além de vantagens de cunho psicológico e afetivo em se tratando de doenças graves. Isto porque, as pesquisas confirmam que a presença de um ente próximo da família, além de atenuar a dor do paciente, contribui no tratamento, facilitando, em alguns casos, à cura ou

melhora do quadro.

A Constituição Federal de 1988 determina os direitos sociais de forma expressa. A forma de concretizar a proteção social é via construção de políticas públicas capazes de satisfazer o bem-estar social idealizado pelo constituinte. Para tanto, a criação do benefício previdenciário do Auxílio-Doença Parental representa uma política pública de Seguridade Social capaz de concretizar os direitos humanos, bem como assegurar às famílias e a proteção integral às crianças, assegurando a garantia ao desenvolvimento de uma vida digna.

REFERÊNCIAS

ANNONI, Danielle. Prefácio. ***Direitos humanos, constituição e políticas públicas***. In: CUSTÓDIO, A. V.; COSTA, M. M. M.; STAHLHÖFER, I. S. (Org.). Curitiba: Multideia, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> . Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais**. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 abr. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acesso em: 20 mar. 2019.

COSTA, M.M.M. da; NUNES, J.B.A. **Auxílio doença parental: Viabilidade e necessidade de sua criação com o fito de garantir a dignidade da pessoa humana, o bem estar e justiça social**. In: XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMAN DAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2016, Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15852/3749>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

COSTA, M. M. M. da; MARTÍN, Beloso Núria. **Diálogos Jurídicos entre o Brasil e Espanha: da exclusão social aos direitos sociais**. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2008.

CUSTÓDIO, André Viana; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. **A garantia do direito à educação de crianças e adolescentes no contexto das políticas públicas brasileiras**. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 5, nº 1, 2015 p. 223-245.

CUSTÓDIO, André Viana; SOUZA, Ismael Francisco de. **O direito ao não trabalho: a proteção jurídica contra a exploração de crianças e adolescentes**. In: Marli M. Moraes da Costa, Rosane B. Mariano da Rocha B. Terra, Suzéte da Silva Reis. (Org.). *Direitos Sociais, Trabalho e Educação*. 1ed.

Curitiba: Multidéia, 2011, v. 1, p. 71-91.

GORCZEWSKI, C.; KONRAD, L. R. **A educação e o plano nacional de educação em direitos humanos: efetivando os direitos fundamentais no Brasil**. Revista do Direito (UNISC. Impresso), v. 39, p. 18-42, 2013.

GORCZEWSKI, Clóvis. **Direitos humanos, educação e cidadania: conhecer, educar, praticar**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2016.

_____. **Direitos humanos: dos primórdios da humanidade ao Brasil de hoje**. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Niteroi: Impetus, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **Benefícios**. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MOLINA, R. C. M. et al. **Presença da Família nas Unidades de Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal: Visão da Equipe Multidisciplinar**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v11n3/v11n3a07>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

RUBIO, David Sánchez. **Fazendo e desfazendo direitos humanos**. Tradução de Clóvis Gorcevski. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ACESSO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA /PR, À APOSENTADORIA POR IDADE NA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Data de aceite: 06/01/2020

Huama Maximo

Universidade Estadual de Maringá, UEM, Mestranda em Ciências Sociais. Maringá – Paraná, Brasil.

Elizete Conceição Silva

Universidade Estadual de Maringá, UEM, Docente adjunto do departamento de Ciências Sociais, Câmpus Regional Vale do Ivaí, CRV. Maringá, Paraná, Brasil.

RESUMO: O presente artigo é fruto de uma das discussões realizadas no trabalho de iniciação científica, o qual objetivou compreender o acesso do trabalhador rural do município de Godoy Moreira/PR, à aposentadoria por idade na condição de segurado especial no regime geral da previdência social. O mundo rural é um representante importante ao desenvolvimento nacional, porém, apesar da relevância e do reconhecimento histórico, foi na vigência da Autocracia Burguesa, que sobreveio às políticas sociais previdenciárias voltadas ao setor agrário. A análise dos dados teóricos e empíricos desenvolveu-se a partir de uma perspectiva crítica. Para obter um olhar amplo sobre a realidade social de modo qualitativo, adotou-se o procedimento metodológico exploratório, por meio da aplicação junto à

pequenos produtores rurais em idade apta ao acesso ao benefício previdenciário, bem como entrevista com o gerente da agência do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS do município de Ivaiporã/PR. Na maioria das vezes, o trabalhador rural, quando no momento de acesso a previdência social enquanto segurado especial, encontra dificuldades devido a falta de conhecimento sobre as exigências, os critérios e a documentação comprobatória exigida pelo órgão responsável.

PALAVRAS-CHAVE: Mundo rural; Trabalhador rural; Seguro social.

THE ACCESS OF THE SMALL RURAL PRODUCER TO THE RETIREMENT BY AGE IN THE CONDITION OF SPECIAL INSURED, WITH EMPHASIS IN THE MUNICIPALITY OF GODOY MOREIRA/PR

ABSTRACT: This article is result of one of the discussions carried out in the scientific initiation work, which aimed to understand the Access of the rural worker of the municipality of Godoy Moreira/PR, to the retirement by age in the condition of special insured in the general regime of social security. The rural world is an important representative of national development. However, despite its relevance and historical recognition, it was during the influence of the

Bourgeois Autocracy that happened the social welfare policies directed to the agrarian sector. The analysis of the theoretical and empirical data has developed from a critical perspective. In order to obtain a broad view of the social reality in a qualitative way, the exploratory methodological procedure was adopted, with the small rural producers of the age suitable for Access to the social security benefit, as well as an interview with the agency manager of the National Institute of Social Security – INSS of the municipality of Ivaiporã/PR. In most cases, the rural worker, when at the time of access to the social security as a special insured, face with difficulties due to lack of knowledge about the requirements, criteria and the documentation required by the responsible body.

KEYWORDS: Rural world; Rural worker; Social security.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo reflete o acesso do trabalhador rural do município de Godoy Moreira/PR, à aposentadoria por idade na condição de segurado especial no regime geral da previdência social. A pesquisa empírica transcorreu no supracitado município nos meses de fevereiro à março de 2017, com o intuito de obter um olhar amplo da realidade social, bem como, das principais dificuldades encontradas pelos pequenos produtores rurais no momento de acesso ao benefício previdenciário rural por idade na condição de segurado especial e, adotou a perspectiva histórico crítica.

O município de Godoy Moreira localiza-se no Estado do Paraná, na região norte central e na microrregião de Ivaiporã/PR, sendo a mesma, marcada significativamente pelo trabalho rural. A pesquisa qualitativa adotou o procedimento metodológico exploratório, por meio da aplicação de questionário composto de questões fechadas e uma aberta junto a pequenos produtores rurais de ambos os sexos, escolhidos aleatoriamente e na faixa etária apta ao acesso à aposentadoria por idade na condição de segurado especial, bem como, foi realizada entrevista com o gerente da agência do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, do município de Ivaiporã/PR, em 22 de junho de 2017, a qual, foi gravada e posteriormente transcrita. Também foi realizado levantamento de dados junto a sites oficiais do governo, normativas previdenciárias, aos institutos de pesquisas, bem como, de livros, artigos, revistas científicas, documentos e outras fontes disponíveis.

Na década de (19)70 durante o período da Autocracia Burguesa (1964-1985), os trabalhadores rurais por meio de reivindicações e lutas sociais conquistaram os primeiros direitos previdenciários, no entanto, não equiparou aos direitos dos trabalhadores urbanos conquistados a mais de quatro décadas.

A Constituição Federal de 1988 propiciou ao setor agrário a mais relevante política social da contemporaneidade, com a equiparação, uniformização e a igualdade dos trabalhadores urbanos e rurais no tocante aos direitos previdenciários. Com a inserção dos trabalhadores rurais de ambos os sexos, ao direito fundamental

subjetivo previdenciário, foi possibilitado o acesso à aposentadoria por idade na condição de segurado especial, por meio das leis infraconstitucionais n.º 8.212/91 e n.º 8.213/91, as quais criaram mecanismos sobre as normas e os critérios, bem como, um regime diferenciado de contribuição com o seguro social, “[...] aderentes à realidade das condições de vida e trabalho rural e às diferenças de Gênero [...]” (IPEA, 2016).

2 | HISTÓRICO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO RURAL NO BRASIL

No início do século XX, a classe trabalhadora ao intensificar as lutas e as reivindicações sociais, conquistam os primeiros direitos previdenciários no ano de 1923, por meio da Lei Eloy Chaves, propiciando a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões – CAPs. Essas, fruto de um projeto liberal e sem a intervenção do Estado, voltado apenas a algumas categorias de trabalhadores urbanos vitais ao setor de agro exportação, setor este, estratégico à economia à época.

No Regime Militar (1964-1985), houve a unificação e centralização dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs criados em 1933 pelo governo de Vargas (1930-1945), por meio do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, o que proporcionou a ampliação dos direitos sociais a algumas categorias de trabalhadores desassistidos, como por exemplo, os trabalhadores rurais. Assim, os trabalhadores rurais arrimo de família foram incluídos ao direito previdenciário no valor de meio salário mínimo, por meio da Lei Complementar n.º11 em 1971. A concessão do benefício ocorreu por meio da criação do Fundo de Assistência Rural - FUNRURAL, o qual proporcionou a ampliação de benefícios previdenciários e serviços médicos aos trabalhadores rurais. Na década de (19)70, apesar do êxodo rural, os trabalhadores rurais ativos no campo ainda representavam quase a metade dos trabalhadores ativos no país (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 136).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2016), a promulgação da Constituição Federal em 1988, propiciou ao setor agrário a mais relevante política social da contemporaneidade, “[...] aderentes à realidade das condições de vida e trabalho rural e às diferenças de Gênero, foram responsáveis pela construção da mais importante política social voltada para a população do campo [...]” (IPEA, 2016).

O IPEA (2016), afirma que com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, o sistema de proteção social, por meio da política previdenciária reconheceu o modo diferenciado de labuta do trabalhador rural no campo e, incluiu as trabalhadoras rurais ao direito previdenciário, o qual veio a ser regulamentado na década de (19)90, por meio das Leis Federais n.º 8.212 e n.º 8.213, ambas datadas de 24 de julho de 1991, as quais criaram dispositivos sobre as normas e os critérios de acesso ao benefício

previdenciário, além de um regime diferenciado de contribuição.

3 | LABOR RURAL E AS PARTICULARIDADES DA CONTRIBUIÇÃO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGs e Sindicato dos Trabalhadores Rurais STTRs (2016), os trabalhadores rurais, também contribuem com o custeio da previdência social, porém, de forma diferenciada dos trabalhadores urbanos, em razão das singularidades existentes nas condições de trabalho no meio rural. “Antes de pontuarmos algumas questões envolvendo o rural é bom que se diga que nenhuma aposentadoria do RGPS é um benefício assistencial, como muitos afirmam ser as do subsistema rural [...]” (p. 13).

Como ressalta a CONTAG, FETAGs e o STTRs (2016), os trabalhadores rurais dedicam-se às atividades laborativas por um período superior de tempo, em relação aos trabalhadores urbanos, para obterem o acesso à aposentadoria, “[...] para um trabalhador rural e uma trabalhadora rural que começaram a trabalhar, em média, aos 12 anos, a tendência é a de terem que trabalhar, respectivamente, 48 e 43 anos contínuos para ter acesso à aposentadoria [...]” (p. 17). Os trabalhadores rurais para assegurarem o acesso ao benefício previdenciário por idade, na condição de segurado especial, executam suas atividades laborativas em condições precárias e prejudiciais a saúde, por um período maior de tempo que os trabalhadores do setor urbano. A precocidade e as condições prejudiciais de trabalho no campo foram levadas em consideração na promulgação da Constituição Federal em 1988, que ao reconhecer as particularidades do trabalho rural, reduziu em cinco anos, em relação aos trabalhadores urbanos, a idade mínima para o acesso a aposentadoria por idade aos trabalhadores rurais de ambos os sexos.

Deve-se considerar que a maioria dos trabalhadores rurais inicia precocemente, em relação aos trabalhadores urbanos, o desempenho das atividades laborativas, “[...] diferentemente do urbano, o (a) trabalhador (a) rural, em sua maioria (78% homem e 70% mulher para o ano de 2014), ingressa ao mercado antes dos 14 anos de idade [...]” (CONTAG; FETAG; STTRs, 2016, p. 16). Em decorrência do início precoce ao mundo do trabalho, os trabalhadores rurais realizam atividades laborativas por mais tempo, que os trabalhadores urbanos, para assegurarem o direito ao acesso à aposentadoria por idade na condição de segurado especial. “[...] No universo urbano há uma situação contrária, com cerca de 34% das mulheres e 46% dos homens ingressando na faixa até 14 anos de idade [...]” (CONTAG; FETAG; STTRs, 2016, p. 16). O prematuro e desgastante ingresso ao trabalho no campo faz com que os trabalhadores rurais trabalhem por mais tempo em condições prejudiciais

à saúde, em índice desproporcional em relação aos trabalhadores urbanos.

De acordo com o IPEA (2016), o modo diferenciado e singular de realização das atividades laborativas desempenhadas pelos pequenos produtores rurais, meeiros, arrendatários, posseiros e parceiros entre outros produtores rurais, é um labor reconhecido, “[...] embora não se consubstancie necessariamente em insalubre ou perigosa, causa incômodo, sofrimento, desgaste e/ou dor, o que torna sua execução árdua – física ou mentalmente [...]”. Sendo precocemente iniciadas as atividades laborativas em condições adversas e desgastantes na zona rural, com remuneração mediante a comercialização da produção agrícola e, sujeita às intempéries climáticas, apresenta uma remuneração diferenciada de trabalho, se comparado ao sistema de remuneração dos trabalhadores urbanos, o qual ocorre, por meio do provento mensal.

Segundo a CONTAG; FETAG e o STTRs (2016, p. 13), os trabalhadores rurais contribuem com o seguro social, para assegurarem o direito de acesso ao benefício previdenciário na condição de segurado especial, e o sistema de contribuição com o custeio do seguro social é efetuado de maneira diferenciada, de acordo com as condições de vida e as singularidades do campo. “[...] É um erro achar que esse contingente deva ser custeado por verbas orçamentárias, integradas às despesas relativas à assistência social da União” (2016, p. 13). Observa que alguns indivíduos baseados em opiniões deturpadas, afirmam por meio de suposições e hipóteses que a aposentadoria por idade na condição de segurado especial é um benefício assistencial concedido pela política de assistência social, entretanto, é uma afirmação inverídica baseada simplesmente em pressupostos.

O regime geral da previdência social em 1991 estabeleceu como um dos critérios a comprovação e a contribuição relativa ao exercício da atividade rural, por um período de 15 anos, além da idade mínima de 60 anos aos trabalhadores rurais e 55 as trabalhadoras rurais, para o acesso à aposentadoria por idade na condição de segurado especial. O regime geral da previdência social exige a comprovação e a contribuição com o custeio do seguro social, referente a um período de quinze anos dos trabalhadores que executam a atividade rural, por meio de alíquota de 2,1% sobre a comercialização da produção agrícola, ficando a contribuição previdenciária sobre a responsabilidade do adquirente da produção agrícola o recolhimento da alíquota. Entretanto, em decorrência das intempéries climáticas que provocam a redução ou a não produção da safra agrícola, impedindo à produção e a comercialização da mesma, em alguns períodos atípicos, devidos a estiagem prolongada, a fortes geadas, e aos temporais entre outros fenômenos naturais, o trabalhador rural não consegue realizar a colheita da produção agrícola, que é uma das maneiras de comprovação da atividade rural, por meio da comercialização da produção (IPEA, 2016).

Quando em situação de intempéries climáticas, a alternativa de comprovação da documentação comprobatória da atividade rural pode ser realizada pelo trabalhador rural, por meio de declaração expedida pelo mesmo e/ou sindicato rural referente ao período e homologada pelo INSS, a documentação da propriedade rural ou contrato de uso da terra, tais como: parceria, comodato entre outros, legitimado em cartório. Em alguns casos na falta de documentação comprobatória, poderá valer-se da oitiva de testemunhas que conheçam o trabalhador rural no desempenho de suas funções laborativas no campo, entre outros, além das notas da venda da produção agrícola (bloco de notas do produtor rural) (IPEA, 2016).

4 | LIMITES E DIMENSÃO DA ÁREA CULTIVADA COMO CONCESSÃO AO ACESSO DO BENEFÍCIO

O IPEA (2016) ressalta que, a lei de n.º 8.212/91, que assegurou aos trabalhadores rurais aposentadoria por idade na condição de segurado especial, sofreu alterações Constitucionais no século XXI, por meio da lei 11.718/2008. A referida lei com o intuito de restringir o acesso ao benefício previdenciário por idade na condição de segurado especial tornou as normas e os critérios rigorosos. Ressalta-se ainda, que a lei infraconstitucional n.º 11.326/06 impôs limites na dimensão da área explorada pela atividade agropecuária em relação aos limites e a extensão da área rural cultivada, como condição de critérios ao acesso do benefício previdenciário na condição de segurado especial.

A lei n.º 11.718/2008 estabeleceu um conjunto de medidas legais sobre os direitos previdenciários dos trabalhadores rurais que executavam suas atividades laborativas de forma “individual ou em regime de economia familiar”, com normas e critérios mais rigorosos ao acesso a aposentadoria por idade, na condição de produtor, seja ele: proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro, comodatário, arrendatário ou meeiro autorizado, por meio de contrato de uso da terra lavrado e reconhecido em cartório, sendo permitido aos mesmos, a utilização do trabalho sazonal em épocas de colheita e/ou plantio de safra (IPEA, 2016).

O trabalhador rural passou a poder residir na propriedade rural cultivada ou na zona urbana próxima a mesma, e ainda, a ser considerado segurado especial, o seu cônjuge e os trabalhadores rurais com idade acima de 16 anos, desde que os mesmos comprovem o exercício da atividade laborativa em regime de economia familiar. Um dos critérios de acesso e concessão da aposentadoria por idade passou a estar relacionado ao tamanho da área explorada pela atividade agropecuária, estabelecido por meio da lei n.º 11.326/06.

Em decorrência da negação de acesso ao benefício previdenciário, em razão da ausência de documentação comprobatória necessária ao acesso do

direito previdenciário, ampliou-se o acesso à aposentadoria por idade por meio da judicialização. “O INSS/Ministério da Previdência Social compreende o fenômeno da judicialização como uma evidência da necessidade de estabelecer novos regramentos para a concessão da Previdência Rural [...]” (IPEA, 2016), faz com que as instituições federais considerem a necessidade de instituir regras e normas mais rígidas, com o propósito de evitar brecha na normativa previdenciária, e assim, impedir o acesso ao benefício previdenciário por meio judicial, visto que, o aumento das exigências e das normas dificulta o acesso (IPEA, 2016). Fato vivenciado por alguns dos pequenos produtores rurais do município de Godoy Moreira/PR, que contribuíram com a pesquisa empírica realizada.

5 | APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA E ANÁLISE DE DADOS EMPÍRICOS

5.1 Do Município de Godoy Moreira/PR

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), o município de Godoy Moreira no Estado do Paraná, localiza-se na região norte central microrregião de Ivaiporã, a qual integra o município mencionado, região marcada significativamente pelo trabalho rural, este desempenhado por um número expressivo de pequenos produtores rurais. Conforme o IBGE, na última contagem realizada pelo órgão, referente ao ano de 2010, o município possuía uma população de 3.337 habitantes, com 1.790 habitantes residindo na zona rural, e no perímetro urbano 1.547 habitantes, é considerado um município de pequeno porte com área de 131,012 km² e, conta com uma economia predominantemente agropecuária. Segundo dados obtidos do Departamento de Tributação e Cadastros em 20 de dezembro de 2016, o município de Godoy Moreira, no período de 01/01/2008 à 20/12/2016, contava com 650 famílias de pequenos produtores rurais cadastradas no sistema eletrônico de cadastro de produtor rural (CAD/PRO). Cumpre ressaltar que a economia agropecuária local é marcada pela pequena produção desenvolvida por trabalhadores rurais em regime de economia familiar, a qual contribui sobremaneira para com o índice do Produto Interno Bruto – PIB municipal. Município considerado de economia agrária.

5.2 Apresentação e Análise dos Dados

Ao questionar os trabalhadores rurais se encontraram dificuldades para iniciar o acesso à aposentadoria por idade na condição de segurado especial, dos doze entrevistados, seis afirmaram que sim.

Para o gerente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da cidade de

Ivaiporã/PR, dentre as dificuldades encontradas pelo trabalhador rural no tocante a apresentação da documentação comprobatória necessária para o acesso à aposentadoria por idade na condição de segurado especial, apontou algumas, tais como:

As dificuldades que nós mais percebemos, é vinculada muitas vezes a falta de acesso a informação, dos documentos necessários, muitas reclamações que nós ouvimos dos próprios segurados. Ai, eu tinha essa documentação, mas fiz uma limpeza em minha casa, pensamos que não ia utilizar mais para nada e, queimamos ou jogamos fora a documentação [...].

Ressaltou, ainda que a falta de formalização e regularização do exercício da atividade rural, do trabalhador rural na condição de pequeno produtor rural apresenta outra dificuldade. Mencionou que alguns não fazem o [...] *contrato e se preocupando em fazer uma documentação, ou uma nota fiscal ao vender a produção, depois esse documento vem fazer falta futuramente para conseguir comprovar a atividade rural [...]*. A falta de regularização do exercício da atividade rural, por meio do contrato de uso da terra, como o comodato, arrendatário, parceria, entre outros, o pequeno produtor rural é impedido de se inscrever no sistema eletrônico de cadastro de produtor rural (CAD/PRO), para a emissão de nota fiscal de produtor rural, que são utilizadas para a venda da produção agrícola, a qual permite ao trabalhador rural realizar a contribuição de 2,1% com o custeio da previdência social rural, sendo, este documento de prova plena exigido como documentação comprobatória ao acesso da aposentadoria por idade.

Outra questão levantada que dificulta o acesso da aposentadoria, é a formação de um novo grupo familiar, e a falta de regularização do mesmo. “[...] *A questão do grupo familiar também, às vezes o filho que é solteiro e tem que estar trabalhando na propriedade do pai, e se casa, e permanece na propriedade dos pais, porém, não formaliza a documentação posterior ao casamento [...]*” Em razão, da falta de informação e de esclarecimento, quando um membro da família se casa e constitui um novo grupo familiar e, por falta de informação, não regulariza a situação do novo grupo familiar, permanecendo no exercício da atividade rural, e efetuando a comercialização da produção agrícola em nome do grupo familiar do pai, quando, no momento de solicitação ao acesso ao benefício previdenciário tem a sua solicitação indeferida por falta de documentação comprobatória que comprove a atividade rural do novo grupo familiar constituído. Isso ocorre, devido que, ao se casar, o membro familiar perde a condição de segurado especial e fica descaracterizado e não pertencente ao grupo familiar dos pais.

De acordo com o servidor do INSS, alguns trabalhadores rurais afastam-se do meio rural e, “[...] *às vezes não tem informação de que é necessário a comprovação documental do retorno, então muitas vezes, tem dificuldades de comprovar que*

retornou a atividade rural com documentos [...]”, seja por qualquer motivo, afasta-se da atividade rural, por determinado tempo e, posteriormente retoma o exercício da atividade rural, porém, não regulariza sua condição de trabalhador rural, é uma das dificuldades apresentadas ao iniciar o acesso à aposentadoria por idade, e causa de indeferimento ao acesso. O servidor ainda ressalta a “[...] necessidade de guardar essa documentação e, ou preocupar em formalizar a situação de trabalho dela na lavoura, na condição de segurado especial.”

Apesar da maioria dos entrevistados, alegarem conhecimento sobre as normas, os critérios e as exigências comprobatórias, o gerente da instituição INSS, afirma que na agência de Ivaiporã/PR, a falta de informação sobre os critérios de documentação comprobatória e a informalidade da situação de trabalhador rural no campo, são as causas de indeferimentos na concessão dos benefícios previdenciários dos trabalhadores rurais.

As normativas e os critérios previdenciários garantem que seja cumprida a legislação social e que seja aplicada aos trabalhadores rurais, os quais devem comprovar e atender as normas. Quando o trabalhador rural exerce a atividade laborativa, mas por falta de conhecimento sobre as normas e as exigências documentais, não consegue comprovar o exercício da atividade rural, e tem sua solicitação indeferida, o acesso ao direito previdenciário poderá ser realizado, por meio da judicialização para que se assegure o direito fundamental subjetivo individual previdenciário garantido com a promulgação da Constituição Federal em 1988.

No entanto ao indagar o gerente sobre se o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS realiza nos municípios palestras que esclareçam e possibilitam a compreensão a respeito dos critérios e exigências comprobatórias ao acesso à aposentadoria por idade na condição de segurado especial. Ressaltou que “[...] embora pelo problema que a gente enfrenta por falta de servidores, tem uma certa dificuldade para gente fazer estas atividades. Mas existe na previdência social um programa chamado PEP, que é o Programa de Educação Previdenciário [...]”. Contudo as assistentes sociais, também desenvolvem projetos com o pressuposto de socialização de informações referentes aos deveres e direitos previdenciários, porém não abrangem a todos, em virtude do número reduzido de servidores públicos.

Por meio dos dados empíricos coletados dos trabalhadores rurais entrevistados, assim como na entrevista com o gerente da agência do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS do município de Ivaiporã/PR, os trabalhadores rurais no momento de acessar o direito ao benefício previdenciário por idade rural encontram dificuldades, devido ao desconhecimento das exigências de documentação comprobatória exigida para o acesso.

6 | CONCLUSÃO

Na década de (19)20, algumas categorias de trabalhadores urbanos inseridos ao mercado formal de trabalho de setores estratégicos para a economia conquistaram os primeiros direitos sociais previdenciários, por meio de um projeto liberal e sem a participação do Estado, permanecendo excluídos os trabalhadores rurais, mesmo sendo reconhecido o seu labor como fundamental a macroeconomia na época. Após mais de quatro décadas, no Regime Militar (1964-1985), como forma de legitimar o governo autoritário, foram concedidos os primeiros direitos previdenciários aos trabalhadores rurais arrimo de família, por meio da lei complementar n.º 11 em 1971, porém, estes não foram equiparados aos direitos dos trabalhadores urbanos.

Na década de (19)80, os movimentos sociais da classe trabalhadora por meio da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, apresentaram diversas reivindicações, das quais, algumas foram acatadas e promulgadas na Constituição Federal de 1988, como por exemplo, a conquista dos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais de ambos os sexos, com a equiparação aos direitos dos trabalhadores urbanos. Na década de (19)90, por meio das leis infraconstitucionais n.º 8.212/91 e n.º 8.213/91, foi propiciado aos trabalhadores do campo o acesso ao direito fundamental subjetivo previdenciário com um sistema contributivo diferenciado conforme as particularidades do mundo rural, bem como, a redução de cinco anos para a solicitação de acesso ao direito de aposentadoria por idade rural em relação aos trabalhadores urbanos, por reconhecer que o trabalho iniciado em idade precoce é nocivo à saúde.

No entanto, ainda hoje, o homem do campo apresenta dificuldades de compreensão das normas, dos critérios, e das exigências de documentação comprobatória para o acesso a aposentadoria por idade na condição de segurado especial.

Conforme retratado nas falas dos trabalhadores rurais residentes na zona rural no município de Godoy Moreira/PR, bem como na entrevista realizada com o gerente da agência do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, da cidade de Ivaiporã/PR, as principais causas por parte dos trabalhadores rurais do município de Godoy Moreira/PR de indeferimento ao acesso à aposentadoria por idade na condição de segurado especial ser a não formalização da atividade rural e, o desconhecimento das normas e documentação necessária para acessar o benefício previdenciário rural na condição de segurado especial.

Frente a essa realidade constata-se a necessidade de intensificar a realização de campanhas de conscientização sobre a necessidade de formalização do trabalho rural, bem como da importância de se guardar a documentação comprobatória necessária exigida ao acesso ao benefício previdenciário rural. Considera-se que os órgãos públicos competentes, as entidades representativas da categoria e, os meios

de comunicação social ao realizar campanhas e/ou divulgação devem utilizar uma linguagem de fácil compreensão levando em consideração a simplicidade da maioria dos trabalhadores rurais em razão do baixo grau de escolaridade.

Deste modo, faz-se necessário que os órgãos representantes da categoria de trabalhadores rurais, considerem as particularidades do público alvo ao realizar campanhas de conscientização sobre os direitos sociais e a forma de acesso aos mesmos. Do mesmo modo, o Instituto Nacional de Seguro Social, por meio do Programa de Educação Previdenciário – PEP, ao realizar as campanhas estratégicas de conscientização sobre os direitos e deveres previdenciários, considerem a possibilidade de utilizarem os meios de comunicação de massa, como a televisão, os jornais e principalmente as emissoras de rádios, por este ser o veículo que alcança mesmo os trabalhadores rurais mais distantes da zona urbana. O acesso à informação sobre os direitos sociais é primordial para a garantia de acesso aos direitos sociais previdenciários.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **POLÍTICA SOCIAL: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: editora Cortez, 2008. Disponível em: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/godoy-moreira/panorama>> Acessado em: 14 abr. de 2018

CONTAG FETAGS STTRs. **PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS. EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL**. Brasília/DF: 2016.

GODOY MOREIRA. Prefeitura Municipal. **CERTIDÃO**. Departamento de Tributação e Cadastros, Godoy Moreira, 2016.

VALADARES, Alexandre Arbex; GALIZA Marcelo. **PREVIDÊNCIA SOCIAL: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE EM TORNO DO FINANCIAMENTO E DAS REGRAS DE ACESSO**. IPEA. Brasília/DF: 2016.

UNIÃO HOMOAFETIVA: DO PATRIARCALISMO À LEGALIZAÇÃO

Data de aceite: 06/01/2020

Marina Quirino Itaborahy

Faculdades Integradas Vianna Júnior, Juiz de Fora – MG.

Julie Affonso Novaes

Faculdades Integradas Vianna Júnior, Juiz de Fora – MG.

Victória Penha de Oliveira

Faculdades Integradas Vianna Júnior, Juiz de Fora – MG.

Fernanda Lourenço da Silva

Faculdades Integradas Vianna Júnior, Juiz de Fora – MG.

Gustavo Schaper Lima

Faculdades Integradas Vianna Júnior, Juiz de Fora – MG.

RESUMO: Pretende-se nesse artigo analisar a legalização das uniões homoafetivas no território brasileiro, abordando desde a evolução do conceito de família, até as posições adotadas pelo judiciário acerca do assunto, visando a entender as dificuldades do reconhecimento prerrogativas fundamentais que os casais homossexuais enfrentam, pois até mesmo dentro do judiciário, o qual é o poder que deve assegurar que os princípios fundamentais, constitucionalmente positivados, sejam respeitados e exercidos por qualquer

cidadão brasileiro, demonstra algumas posições desfavoráveis em relação ao tema. Para desenvolver esse estudo, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental, consultando livros, revistas, artigos e jurisprudências, além da realização de entrevistas, com o fim de reforçar as informações pesquisadas.

PALAVRAS CHAVE: UNIÃO HOMOAFETIVA. LEGALIZAÇÃO. PATRIARCALISMO

HOMOAFETIVE UNION: FROM PATRIARCHALISM TO LEGALIZATION

ABSTRACT: Intends in this article analyze the legalization of homoaffective unions in the Brazilian territory, approaching since of the evolution of the family concept, even the positions adopted by judiciary about this subject, to understand the difficulties of recognition fundamental prerogatives that homosexual couples face/confront (?), because even the judiciary, that is the power that must ensure the fundamental principles, constitutionally positive, respected and exercised by any Brazilian citizen, demonstrates some unfavorable positions on the subject. To develop this study, a bibliographic and documentary research was conducted, consulting books, magazines, articles and jurisprudences, as well as conducting interviews, in order to reinforce the researched information.

KEYWORDS: HOMOAFECTIVE UNION.

1 | INTRODUÇÃO

A situação dos homossexuais no país é marcada por diversas supressões a prerrogativas fundamentais, como o fato de, anteriormente à legalização do casamento civil e da união estável homoafetivas, não lhes serem assegurado o direito de constituir família. Analisando o posicionamento da sociedade brasileira em relação aos direitos dos homossexuais, percebe-se que, por mais que tenha havido um avanço no pensamento de muitos, uma parcela considerável da sociedade ainda não aceita que o Direito reconheça as necessidades daquele grupo e as legalize, de forma que busque garantir a todos o que possa chegar mais próximo de um sentimento de igualdade entre os cidadãos de um país.

O objetivo do estudo é analisar a evolução do conceito de família dentro da legislação brasileira, comparando essa evolução em relação à mudança do olhar da sociedade sobre o entendimento do que seja a entidade familiar e, logo após essa análise, discutir a conquista do direito ao casamento civil e da união estável pelos casais homossexuais e, ainda, apontar as posições dentro do judiciário que são favoráveis e as desfavoráveis, em relação ao avanço do reconhecimento da união homoafetiva.

O presente estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e documental, fazendo o uso de jurisprudências sobre o tema, livros, artigos e revistas, com o fim de reunir diversos posicionamentos sobre a legalização das uniões homoafetivas e a trajetória dessa conquista. Foram realizadas entrevistas, sendo uma delas com um casal que consolidou sua união homoafetiva, na vigência da legalização, feita através de uma rede social, e a outra com o Presidente da OAB, da subseção judiciária de Juiz de Fora, realizadas através de e-mail.

O trabalho conta com três itens. O primeiro traça a trajetória histórica do conceito de família e em como ele foi se modificando de acordo com os costumes sociais, até chegar ao entendimento que se tem hoje em dia sobre. O segundo tópico expõe como ocorreu a conquista da legalização das uniões homoafetivas, a trajetória percorrida para se alcançar o reconhecimento desse direito. No terceiro e último item, são analisadas as posições do judiciário acerca do assunto, apontando tanto as favoráveis, quanto as desfavoráveis.

2 | A EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA DENTRO DO ORDENAMENTO JURÍDICO

O significado de "família" apresentado atualmente se diferencia do adotado antigamente, na medida em que os modelos predominantes eram o patriarcal e o

patrimonial. No tipo patriarcal era presente a figura do "chefe de família", sendo representado pelo pai, responsável por todas as decisões, enquanto no modelo patrimonial as relações afetivas não eram baseadas na afeição que possuíam com as outras, e sim pelas escolhas dos patriarcas, com o intuito de aumentar o patrimônio de suas famílias, segundo Luis Fernando Augusto (2015).

De acordo com Maria Helena Diniz (2008), entende-se por família como "todos os indivíduos que estiverem ligados pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade, chegando a incluir estranhos. No sentido restrito, é o conjunto de pessoas unidas pelos laços do matrimônio e da filiação, ou seja, unicamente os cônjuges e a prole". No Código Civil de 1916, o único vínculo legítimo para que se pudesse constituir uma família era somente pelo casamento, livre de impedimentos e cumprindo as formalidades legais. Mas, como tudo que o Direito normaliza é regulado pelos costumes e também pela imposição da sociedade, com a implantação da Constituição Federal (1988), surgiu uma nova concepção de família. Conforme Jéssica Cristina dos Anjos Locks (2012), o que antes era considerado como fora do padrão da moralidade tem se transformado em costume entre as pessoas, tendo em vista que o ser humano precisa conviver em sociedade e precisa apropriar o seu ponto de vista. Sendo assim, a legislação deve acompanhar essas mudanças ocorridas na sociedade para não ser considerada retrógrada.

Segundo o artigo 226 do Código Civil (2002), foi estabelecido para nossa sociedade o reconhecimento da família sem a união pelo casamento, sendo que passou a ser aceita a união estável como entidade familiar. No Ordenamento Jurídico Brasileiro, estão presentes várias espécies de família, sendo algumas delas a família matrimonial, monoparental, união estável e a recente união homoafetiva. De acordo com Leonardo Barreto Ferraz Gominho (2016), a família matrimonial, que era a única existente até o ano de 1988, é aquela realizada através do casamento, por vontade própria, sendo considerada inexistente se constituída através da coação. A família monoparental é aquela formada por um dos pais e seus procedentes, ou seja, só o pai ou só a mãe convivendo com seus filhos.

Sobre essa união, explica Vianna apud VIANA (2012) que:

A Constituição Federal limita-se a dizer que reconhece como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Não faz qualquer distinção, o que inibe o intérprete. Nesse conceito está inserida qualquer situação em que um adulto seja responsável por um ou vários menores. Isso permite concluir que ela pode ser estabelecida desde sua origem, ou decorre do fim de uma família constituída pelo casamento. Neste diapasão é possível que ela estabeleça porque a mãe teve um filho, mas a paternidade não foi apurada, ou porque houve adoção, ou pode resultar da separação judicial ou do divórcio.

Outro tipo é a união estável, segundo Leonardo Barreto Ferraz Gominho (2016), que diz respeito à união entre pessoas, em um mesmo local, sem a presença de

formalidades, como o registro, por exemplo. No Brasil, apesar de ainda não fazer parte da Constituição Federal e do Código Civil Brasileiro, que prevê apenas a união entre casais heterossexuais, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo está garantido por decisão unânime dos ministros do Supremo Tribunal Federal, julgamento realizado no dia 05 de maio de 2011, após o julgamento da ADIN 4277, e com a resolução nº 175 do CNJ no dia 14 de maio de 2013, que obriga os cartórios a efetivarem o ato. A união homoafetiva, considerada a mais recente modalidade de família, é constituída por pessoas do mesmo sexo, através de laços afetivos, embora não esteja devidamente presente na legislação.

Conforme o artigo 1723 do Código Civil brasileiro (2002), "é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família", mas, segundo entendimento da Corte Suprema, ao julgar procedente pedido formulado em duas ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas, respectivamente, pelo Procurador-Geral da República e pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, em 5 de maio de 2011, isso não impede que a união de pessoas do mesmo sexo possa ser reconhecida como sociedade familiar apta a merecer proteção estatal, obtendo os mesmos direitos concedidos aos casais heterossexuais.

Dia 5 de maio de 2011 foi um grande marco para a comunidade LGBT e também para a sociedade brasileira, através da ADIN 4277 decidida pelos ministros do STF, que finalmente considerou como família a união homoafetiva, colocando em prática o princípio da igualdade previsto no artigo 5º da Constituição Federal (1988), e deixando de lado o preconceito que existia com a ausência dessa interpretação do artigo 1723 do Código Civil.

Sendo assim, está claro que o novo estereótipo de família adotado atualmente, no caso a união homoafetiva, foi uma conquista muito importante para a população LGBT, a qual lutou por esse direito durante vários anos, e finalmente foi reconhecido, embora ainda apresentem alguns desafios na questão social. No próximo tópico iremos abordar mais sobre essa conquista do casamento civil e da união estável pelos casais homossexuais.

3 | A CONQUISTA DO CASAMENTO CIVIL E DA UNIÃO ESTÁVEL PELOS CASAIS HOMOSSEXUAIS

Os homossexuais, assim como quaisquer outros seres humanos, são detentores de direitos e no âmbito das relações afetivas, assim como qualquer outro casal, o homoafetivo também tem direito a garantias jurídicas. Ainda no século XXI os arranjos familiares apareçam de diversas formas, inclusive homoafetiva, sendo o cotidiano

dessas famílias ainda marcado por dificuldades, pois os direitos que esse grupo social possui muitas das vezes não são vistos e respeitados, tanto na parte jurídica quanto social, fazendo com que a discriminação e o preconceito perpetuem em suas vidas. Apesar da atual e grande conquista do reconhecimento da união estável e do casamento civil pelos casais homossexuais, eles continuam lutando diariamente pela aceitação social de tal acontecimento e por mais implementações políticas na busca de liberdade e respeito diante de sua constituição familiar e orientação sexual que, por eles, na maioria das vezes, não são vistas (COSTA, 2011).

Família ou casamento nem sempre foram sinônimos de afeto. Tal como retrata Engels (apud VECCHIATTI, 2012), o termo, utilizado inicialmente pelos Romanos, designava o conjunto de escravos pertencentes ao mesmo homem. Permanecendo a família como um mero núcleo de produção, a mulher e os filhos foram incluídos nesse meio. O afeto nesse ambiente familiar era algo ignorado e, dessa maneira, esse conceito, que se estendeu até meados do século XX, foi o que influenciou a família jurídica descrita no Código Civil de 1916, a qual só era considerada se constituída por um casamento civil. A noção de afeto surgiu a partir de uma visão minimista da igreja. Contudo, conforme Vecchiatti (2012), em 1988 a Constituição Federal superou a abstração do antigo conceito de família ao inserir em seu conteúdo legislativo o artigo 226.

Todavia, o casamento perpetuou como uma relação de afeto. Assim destacou Rios (apud VECCHIATTI, 2012):

Como visto, o direito de família caminha cada vez mais em direção ao reconhecimento da natureza familiar de relações humanas, estáveis e duradouras, fundadas na sexualidade e no afeto, com a intenção de estabelecer-se uma plena comunhão de vida.

Dessa forma, é observado que todos os casais, sejam heterossexuais ou homossexuais, têm um conjunto de razões pelas quais querem se casar e, entre elas, a vontade de fazer uma declaração pública.

Diante desse fato, entra em questão os entraves para o reconhecimento dos casais homoafetivos, entraves esses causados pela falta de normas reguladoras. Conforme o Ministro Relator Ayres Britto (2011) expressou sobre o vazio do legislativo e sobrepôs a ele “Tudo que não está juridicamente proibido, está juridicamente permitido. A ausência de lei não é ausência de direito, até porque o direito é maior do que a lei”.

Conforme Mariano (2009) apresenta, os casais homossexuais ao longo dos anos vieram montando sua trajetória e ganhando espaço na sociedade no que diz respeito à sua estrutura familiar, que apesar das dificuldades e resistências enfrentadas, passaram a ostentar de forma mais clara e pública uma união de afeto

e amor. Seguindo essa linha de raciocínio, Dias (apud MARIANO, 2009):

Se duas pessoas passam a ter vida em comum, cumprindo os deveres de assistência mútua, em um verdadeiro convívio estável caracterizado pelo amor e respeito mútuo, com o objetivo de construir um lar, inquestionável que tal vínculo, independentemente do sexo de seus participantes, gera direitos e obrigações que não podem ficar à margem da lei.

Sendo assim, essa realidade mudou no Brasil em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal, através da ADPF 132 e da ADI nº 4277 reconheceu a união homoafetiva, consistindo assim em dar uma nova interpretação ao artigo 1723 do Código Civil, que antes era visto como discriminatório ao reconhecer somente o homem e a mulher no que tange como entidade familiar a união estável (SANTANA, 2012).

Portanto, apesar das críticas, a decisão do Supremo Tribunal Federal, também foi reconhecida por grande parte da população como um valioso direito conquistado, que trouxe consigo a esperança de que o Brasil caminha para um grande avanço jurídico e social em prol do grupo LGBT. Pois é fundamental que a sociedade aceite que mais do que uma realidade de fato, essa é uma realidade de afeto e que não cabe à população julgar como certo ou errado a liberdade individual de cada um, no que diz respeito à sua escolha de vida (MARIANO, 2009).

Porém, na própria Constituição Federal de 1988, ainda são vistos sinais de discriminação e exclusão sexual ao não considerar em seus artigos os casais homoafetivos em relação à entidade familiar. É sim um grande avanço reconhecer a união estável como status familiar, porém é falho quando se restringe a heterossexualidade ao dizer em seu texto do art. 226, parágrafo 3º que “para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Contudo, em seu art. 5º a Constituição expressa isso de outra maneira ao consagrar o bem de todos através do princípio da igualdade perante as leis, sem distinção de origem, raça, sexo, cor, idade e nem quaisquer outras formas de discriminação (BRUNET, 2001).

Segundo a autora citada, é possível ver que uma vez que a Constituição de 1988 propõe uma nova visão acerca de importantes temas da realidade e evolução social em seu parâmetro familiar, outrora a mesma é estratificada pela doutrina tradicional. No entanto, de acordo com Praxedes (2014), mesmo com as falhas, é possível ver uma evolução dentro do âmbito jurídico, que pode partir então da ideia de que a união de pessoas homossexuais é sim uma conquista no que diz respeito ao núcleo familiar, portanto, dessa união homoafetiva, sucedem efeitos jurídicos, tanto pessoais, que são os direitos e deveres recíprocos, quanto patrimoniais como: alimentos, regime de bens e direitos sucessórios como em qualquer outra união.

Com base na necessidade de progresso dentro do ordenamento jurídico para a regularização da união civil entre casais homoafetivos, a Senadora Marta Suplicy propôs o projeto de lei 1151/95. Este alegava que as relações homossexuais não podiam mais ser negadas e os direitos desses casais deviam ser garantidos sem a discriminação de sua orientação sexual. O projeto foi apreciado por uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados. Contudo, na avaliação feita por essa Comissão foi sugerido pelo atual ministro Luiz Edson Fachin, e entendida como correta, a substituição do termo "união" para "parceria". Dessa forma, assim como entende Álvaro Villaça de Azevedo “existindo constituição desse estadocivil de parceiro ou de parceria, sua desconstituição judicial pode levar muito tempo, sobrecarregando o Poder Judiciário de ações e de processos dessa ordem" visto que seria o início de um novo estado civil só alterável com a intervenção do Judiciário. Esse foi um dos entraves do projeto de lei da Senadora, o qual nunca foi votado (AZEVEDO, 2008).

Segundo Vecchiatti (2013), a conquista do casamento civil pelos homossexuais se instaurou primeiramente no Rio Grande do Sul em 2004, após a publicação de uma norma administrativa da Corregedoria de Justiça do estado, determinando que os cartórios de Títulos e Documentos registrassem contratos de União Civil de pessoas do mesmo sexo, influenciando que outros estados também adotassem normas semelhantes a esta. Em 2007, houve a primeira Conferência Nacional LGBT, como parte das comemorações dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que também serviu para demonstrar como a discussão quanto à causa estava evoluindo. No entanto, só em 2013, a resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dispôs sobre a “Habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo”. A resolução considerou os julgamentos da ADPF 132/RJ e da ADI 4277/DF, relativas à união estável. Anterior ao ano de 2013, os casamentos só eram realizados através da interpretação analógica e extensiva do Direito brasileiro, em razão da dignidade da pessoa humana e do princípio de isonomia. Dessa forma, conforme citado por Tetti (2017) a aprovação da resolução pelo CNJ foi simplificadora, uma vez que os cartórios do Brasil não podem recusar a celebração desses casamentos, e os homossexuais podem usufruir dos mecanismos legais que eram exclusivamente dos casais héteros.

Embora o registro de casamento homoafetivo seja obrigatório hoje em dia pelos cartórios, ainda há muitos entraves, principalmente em relação à falta de informação dos responsáveis pela emissão dessa certidão. Sendo assim, é possível observar essa dificuldade com o Entrevistado, o qual, após três anos de união estável, se casou há um ano e quatro meses nos conformes da lei, sob a escolha do regime universal de bens, que relatou sobre suas maiores dificuldades enfrentadas na

oficialização do casamento, ressaltando que:

Há duas facetas. Na parte burocrática ainda existem algumas dificuldades. Tendo em conta nosso primeiro contato realizado de nossa parte com um dos cartórios regionais de Cláudio – MG, nos foram questionadas algumas dúvidas de direitos sobre a união. Tendo em vista que a falta de informação de alguns oficiais ainda existe, e em decorrência da falta de informação por parte oficial, recorremos a outro cartório do Distrito de Monsenhor João Alexandre- Cláudio, MG, que por vez fomos maravilhosamente bem recebidos e atendidos com todos os direitos e deveres, com muito respeito e orgulho da parte dos oficiais do mesmo, por termos sido o primeiro casal homossexual a oficializar em Cláudio-MG o casamento homoafetivo. A segunda faceta é a dificuldade de entendimento da parte social. Em nosso caso, havia um grande número de pessoas que não tinham conhecimento dos direitos oficiais para o casamento. Conforme citado acima, fomos o primeiro casal a oficializar a união, em decorrência disso, foi bem grande a repercussão por parte da população. E para evitar maiores problemas, pedimos que apenas fossem feitas as divulgações obrigatórias pela lei, para que tivéssemos mais privacidade familiar e preservar possíveis distorções alheias e retaliações religiosas. Nesse ponto, o preconceito ainda é grande por ideologias pouco fundamentadas na sociedade.

Essa falta de informação, muitas das vezes, reflete na sociedade agravando o preconceito já existente, criando, dessa maneira, barreiras na inserção social dos casais homossexuais, tal como retratado na entrevista realizada, na qual o Entrevistado completa sua resposta dizendo:

Nossa maior dificuldade foi unicamente com o preconceito de familiares por falta de informação sobre o assunto e aceitação, principalmente envolvendo mitos religiosos impostos na sociedade. As pessoas confundem respeito ao próximo, como se nossa oficialização atingisse a eles particularmente. Tivemos de deixar claro que a União seria unicamente íntima e pessoal entre nós e não queríamos nos casar com eles, por exemplo. Por surpresa, nosso maior apoio veio de pessoas mais velhas, no nosso caso, tivemos um aceitação sem quaisquer questionamentos íntimos de pessoas de 80 anos (como por exemplo os pais do meu companheiro) que nunca tiveram quaisquer estereótipos criados pela sociedade em relação à homossexualidade. Já os mal informados nos questionaram coisas do tipo: “Quem é o homem e a mulher da relação?” “Podem casar, mas desde que seja longe de nós”. Outros não permitiram a presença dos filhos, dizendo ser uma influência negativa. Ainda houve os que rejeitaram completamente, em todos os aspectos.

Em vista do que foi apresentado, pode-se concluir que a conquista exposta foi gradual no decorrer dos anos. Conduzida pelas modificações da sociedade e seus novos conceitos de família, a legalização do casamento homoafetivo manifestou respeito aos princípios constitucionais, e tentativa de combate ao preconceito diante de tanta intolerância, ao provar que todos são detentores de direitos e vistos da mesma maneira perante a lei.

4 | AS POSIÇÕES DO JUDICIÁRIO EM RELAÇÃO ÀS UNIÕES HOMOAFETIVAS

A Carta Magna traz como um de seus princípios mais valiosos a igualdade, sendo esses apresentados no artigo 5º, logo em seu caput, expondo que “todos

são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Sendo assim, a Constituição Federal (1988) é clara quanto à sua posição em relação a preconceitos e discriminações (BARROSO, 2011).

Indo ao encontro do princípio constitucional acima citado, o Supremo Tribunal Federal emitiu uma resolução quanto à “habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo”, como é exposto na Resolução N° 175, de 14 de maio de 2013, decidida pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça, na qual o STF assume posição favorável ao reconhecimento dos direitos dos casais homoafetivos, fazendo valer o princípio da igualdade, previsto constitucionalmente, como é apontado por Aurélio (2015). Adotando a mesma linha de pensamento, o Presidente da OAB, da subseção judiciária de Juiz de Fora, quando questionado sobre o posicionamento da Ordem sobre a questão da oficialização das uniões homoafetivas, emitiu o seguinte parecer:

A OAB não só é favorável à oficialização destas uniões, como trabalha ativamente a seu favor, tanto que protocolizou pedido junto ao STF de ingresso como *amicus curiae* na ADI n° 4966, interposta pelo Partido Social Cristão – PSC, que pleiteia a declaração de inconstitucionalidade da Resolução n° 175 do Conselho Nacional de Justiça, que proibiu a recusa de habilitação de casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Segundo Rosa e Mendes (2014), o STF adotou uma posição contra majoritária ao defender os direitos de uma minoria (os casais homossexuais), pois o Tribunal decidiu levar em conta os preceitos fundamentais contidos na Constituição do país e assim atuar de forma que vá de encontro ao pensamento da maioria, pois, entende-se, que aqueles que compõe o legislativo representam a vontade da maior parte da população, já que são por ela escolhidos, portanto, quando o judiciário decide por defender os direitos de um grupo minoritário, ele estará confrontando o pensamento da maior parte da sociedade e, também, legislando negativamente, conforme é exposto por Santos (2011):

As atividades legislativa e executiva são exercidas pelos representantes diretamente eleitos pelo povo e, por isso, parecem representar a vontade da maioria [...] é a que em regra prevalece, porém deve-se observar que uma maioria parlamentar ocasional pode ser na verdade uma minoria dominante.

O ministro do STF, Luís Roberto Barroso (2011), reforça a ideia de que os princípios constitucionais devem estar presentes nas discussões acerca das questões ligadas às uniões homoafetivas, como explicita em sua fala:

As uniões entre pessoas do mesmo sexo são lícitas e continuarão a existir, ainda que persistam as dúvidas a respeito do seu enquadramento jurídico. Esse quadro de incerteza – alimentado por manifestações díspares do Poder Público, inclusive decisões judiciais conflitantes –afeta o princípio da segurança jurídica, tanto do

ponto de vista das relações entre os parceiros quanto das relações com terceiros. Vale dizer: criam-se problemas para as pessoas diretamente envolvidas e para a sociedade.

No entanto, apesar da decisão final do STF e da CNJ se apresentar favorável ao reconhecimento dos direitos dos casais homoafetivos, na Resolução N° 175, de 14 de maio de 2013, houve algumas posições que foram contrárias a esse reconhecimento, como a do representante do Ministério Público, Francisco Sanseveriano, a qual ele justificou ser contrário, devido ao fato de que a questão do casamento não havia sido requerida na ação decidida no STF e que houve divergência entre Ministros. Acompanhando Sanseveriano, a conselheira Maria Cristina Peduzzi, também discordou dos demais, alegando que a CNJ não teria competência para discutir aquela questão, visto que é uma atribuição ligada ao legislativo e, dessa forma, o Conselho estaria violando a separação de poderes. Tais argumentos foram todos refutados pelo Ministro Joaquim Barbosa, em que alega que a questão debatida é matéria constitucional, então deve ser discutida pelo STF e que as divergências entre Ministros ocorreram de forma marginal, não podendo ser óbices de futuras decisões.

De acordo com André Molinar Veloso (2013), os operadores do Direito, atuante no Brasil, foram, em grande parte, educados no período ditatorial que o país sofreu, em vista disso, o Estado de direito e o direito das minorias, por vez, sofrem ataques desses juristas, os quais ainda estão apegados ao pensamento kelseniano e à redução do direito a texto. Essa forma de pensar apresentada pelos juristas brasileiros, tem reflexos diretos na argumentação utilizada daqueles que são contra o casamento até mesmo o reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo.

A sociedade na qual vivemos acompanha em grande escala as ideias de um judiciário conservador e, ainda, é composta por pensamentos preconceituosos e resistentes, os quais exigem que se tenha cautela quanto a esses ganhos (PASSOS, 2011). Tais pensamentos podem ser ilustrados por uma pesquisa feita pela Fundação PerseuAbramo e pela Fundação Rosa, a qual aponta que 99% dos brasileiros tem preconceito contra homossexuais, como Maria Berenice Dias (apud ROSA e MENDES, 2014) aponta em seu estudo. Em seu blog, Reinaldo Azevedo (2017) também apresenta uma pesquisa, feita pelo Ibope Inteligência entre 14 e 18 de julho de 2017, que contribui para a afirmação do fato antes citado, a qual demonstra que 55% das pessoas de um grupo de dois mil brasileiros, de diversas partes do país, diversas idades, sexo e classes de consumo, foram contra a decisão tomada pelo STF de tornar legal a união estável entre casais do mesmo sexo, sendo mais uma informação reforçadora da ideia de Maria Consuelo Passos, de que nossa sociedade ainda está imersa em ideias preconceituosas.

Apesar das posições contrárias apresentadas, Vecchiatti (2011) afirma que o

ordenamento jurídico brasileiro permite que o poder judiciário atue, exercendo uma função atípica de legislar, quando houver lacunas na lei deixadas pelo legislativo, sendo que o próprio investiu o judiciário desse poder, através do artigo 4º da LINDB e do art. 126 do CPC. Os operadores do Direito exercem essa função através de analogias e interpretações extensivas, visando à integração efetiva no ordenamento jurídico daquelas situações que antes não eram abarcadas por ele. Portanto, investido desse poder, o judiciário não fere o princípio da tripartição dos poderes, ao preencher as falhas legislativas deixadas no ordenamento jurídico.

Acrescentando às ideias expostas por Vecchiatti acima citadas, o Ministro Luís Roberto Barroso (2011), acredita também na solução de falhas no ordenamento através do preenchimento de lacunas pelo judiciário, aplicando a analogia e a interpretação extensiva, além de defender ferrenhamente que as uniões homoafetivas são totalmente lícitas e ligadas a vida privada do indivíduo, sendo reservado ao Direito o papel de tolerar, respeitar e contribuir para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e discriminações. Maria Berenice Dias (2010), também contribui para as questões das relações entre casais de mesma identidade sexual, quando defende que o silêncio da lei não deve ser um artifício utilizado para se negar direitos àqueles que a moral conservadora considera menos merecedores de garantias jurídicas, pois, em um dado momento, o judiciário terá de exercer a função atípica do legislador em questões das quais ele foi omissos. De acordo com essa questão, o Presidente da OAB, subseção judiciária de Juiz de Fora, expôs a seguinte opinião:

Está longe de ser o ideal esta "legislação" feita pelo STF, porém, também não há como se deixar sem amparo legal estas minorias, que cada vez mais encontram obstáculos em nosso Congresso Nacional, pois muitos dos projetos de lei que visam a resguardar seus direitos estão há anos com suas tramitações paralisadas por falta de vontade política.

Em vista de toda essa análise, pode-se concluir, apoiando-se nas ideias de Vecchiatti (2011), que a legalização das uniões de casais homoafetivos vai além de discussões entre juristas e seus ideias, pois o direito de se unirem afetivamente é um direito humano, que, por motivos arbitrários e preconceituosos, é negado a uma parcela da sociedade pelo simples fato da sua orientação sexual, configurando uma afronta à Constituição, pois, como afirma o autor acima citado: “o casamento civil é um direito humano, não um privilégio heterossexual”.

5 | CONCLUSÃO

Ao fazer uma análise da trajetória da legalização das uniões homoafetivas, juntamente com a exposição de diversas opiniões dentro do judiciário acerca do assunto, é possível identificar que ainda existem opiniões um tanto quanto

retrógradas na esfera social e jurídica, quanto ao reconhecimento dos direitos dos casais homossexuais.

Em relação à abordagem histórica sobre a evolução do conceito de família, anteriormente à Constituição de 1988, predominava o modelo patriarcal e patrimonial, o qual não levava em consideração a afetividade como base das relações, mas sim a subordinação ao patriarca. A Constituição trouxe um novo conceito de família e, a partir deste, tornou-se possível que o pensamento social, acerca da concepção de família, se modificasse e adotasse como modelo aquele que antes era considerado imoral, a partir da modificação dos costumes sociais.

Quanto à conquista da legalização das uniões homoafetivas pelo grupo LGBT, esta se desenvolveu de forma gradual, por meio da modificação dos conceitos sociais, levando ao maior reconhecimento dos princípios constitucionais, através da legalização do casamento civil e da união estável homoafetiva.

As posições do judiciário em relação ao tema, embora o entendimento majoritário seja favorável à legalização das uniões homoafetivas, apresentam divergências entre alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal. Apesar desse choque de posicionamentos, o judiciário vem atuando em prol desta causa minoritária.

Portanto, ao analisar a trajetória da conquista dos direitos de união dos casais homoafetivos, percebe-se que, apesar do posicionamento do judiciário se apresentar favorável ao reconhecimento dos direitos desse grupo, ainda há uma parcela minoritária que se demonstra contra esse entendimento, o que reflete negativamente na esfera de reconhecimento das prerrogativas fundamentais dos casais homossexuais.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO, A. ADI 4277: o conceito de Família para o Supremo Tribunal Federal e a sua correspondência com a Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça. In: **Sociedade Brasileira de Direito Público**. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/276_AmandaCabral_versao_final.pdf>. Acesso: 03 set 2017.

AZEVEDO, A. União entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em:<https://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Alvaro_Villaca_Azevedo/Unioesmesmosexo.pdf>. Acesso em: 04 set 2017.

AZEVEDO, R. União civil de homossexuais contraria 55% dos brasileiros, revela pesquisa. In: **Veja**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/uniao-civil-de-homossexuais-contraria-55-dos-brasileiros-revela-pesquisa/>>. Acesso em: 10 set 2017.

BARROSO, L. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Direito Constitucional**. n.17, 2011. Disponível em: <<http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-17/RBDC-17-007-INDICE.htm>>. Acesso: 05 set 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1998). Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 175, 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus>>.

br/images/resol_gp_175_2013.pdf>. Acesso em: 10 set 2017.

BRASIL. Minicódigo Civil e Constituição Federal. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRUNET, K. A união entre homossexuais como entidade familiar: uma questão de cidadania. Disponível em: <<http://brunet.adv.br/wp-content/uploads/2012/05/Unia%CC%83oHomoafetiva.pdf>> Acesso em: 24 ago 2017.

COSTA, W. A união estável entre homossexuais e o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277. In: **Âmbito Jurídico**, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9748>. Acesso em: 23 ago 2017.

DE SANTANA, R. Casamento civil e união homoafetiva. In: **DireitoNet**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7262/Casamento-civil-e-uniao-homoafetiva>> Acesso em: 23 ago 2017.

DIAS, M. B. A constitucionalização das uniões homoafetivas. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_641\)43__a_constitucionalizacao_das_unioes_homoafetivas.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_641)43__a_constitucionalizacao_das_unioes_homoafetivas.pdf)>. Acesso: 10 set 2017.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro**. Direito de família. 23.ed.rev., atual. e ampl. v.5. São Paulo: Saraiva, 2008.p.9-10.

GOMINHO, L. A evolução dos direitos dos casais homoafetivos e o Direito Sucessório. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51612/a-evolucao-dos-direitos-dos-casais-homoafetivos-e-o-direito-sucessorio>>. Acesso em: 22 ago 2017.

LOCKS, J. As novas modalidades de família. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2728>>. Acesso em: 22 ago 2017.

MARIANO, A. B. As mudanças no modelo família tradicional e o afeto como pilar de sustentação destas novas entidades familiares. In: **E-Gov**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/as_mudancas_no_modelo_familiar_tradicional_e_o_afeto.pdf>. Acesso em: 23 ago 2017.

PASSOS, M. Relações Homoafetivas: avanços e resistências. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/relacoes_homoafetivas_avancos_e_resistencias.html>. Acesso: 09 set 2017.

PRAXEDES, Y. União estável, casamento e adoção homoafetiva. In: **JUS**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/35114/uniao-estavel-casamento-e-adoacao-homoafetiva/1>>. Acesso em: 22 ago 2017.

ROSA, I; MENDES, R. O Poder Judiciário e o princípio contramajoritário: uma análise do posicionamento do Supremo Tribunal Federal em relação aos casais homoafetivos. In: **Revista da Faculdade de Direito – UFU**. v.42. n.2, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/27346/16332>>. Acesso: 04 set 2017.

SANTOS, B. O princípio contramajoritário como característica do controle de constitucionalidade. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/view/2804/2583>>. Acesso: 05 set 2017.

SUPLICY, M. Projeto de lei do senado nº 612. In: **Legis Senado**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=6118220>>. Acesso em: 23 ago 2017.

TETTI, P. União estável x casamento civil pessoas do mesmo sexo. In: **Portal Morada**. Disponível em: <<http://www.portalmorada.com.br/blog/paulo-tetti/33/uniao-estavel-x-casamento-civil-pessoas-do-mesmo-sexo>>. Acesso em: 23 ago 2017.

VELOSO, A. União Homoafetiva: a diferente realidade enfrentada por casais homossexuais no Brasil e no mundo. In: **Conteúdo Jurídico**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.41819&seo=1>>. Acesso em: 09 set 2017.

VIANA, M. **Curso de direito civil: direito de família**. V. 2. 2. ed. revista e atualizada. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

VIANNA, R. O Instituto da família e a valorização do afeto como princípio norteador das novas espécies da Instituição do Ordenamento Jurídico Brasileiro. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=novas%20modalidades%20de%20familia&source=web&cd=8&cad=rja&ved=0CEwQFjAH&url=http://revista.esmesc.org.br/re/article/download/41/45&ei=QYZsUOSzL4am8QTryYGwBg&usg=AFQjCNH1SSftEzhEWE4-NQOE_qykaTdnvA>. Acesso em: 22 ago 2017.

VECCHIATTI, P. R. **Manual da Homoafetividade: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos**. - 2. ed. rev. e atual – Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2012.

A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DO CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO “MARIA JÚLIA MARANHÃO” EM JOÃO PESSOA/PB

Data de aceite: 06/01/2020

Camila Luana Teixeira Freire

Mestranda em Serviço Social- PPGSS/UFPB.

E-mail: camila.luanatx@gmail.com.

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Professora Dr^a do PPGSS/UFPB.

E-mail: blfalmeida@uol.com.br

RESUMO: O presente estudo consiste em uma análise do sistema penitenciário como instrumento fundamental à ordem capitalista, em uma sociedade marcada pela criminalização da “questão social”, cujos determinantes sociais tornam-se fatores de inserção das mulheres na criminalidade e dos altos índices de encarceramento feminino no Brasil. A finalidade desse estudo é analisar as dimensões particulares do processo de criminalização da “questão social” na perspectiva das políticas penitenciárias dirigidas a setores historicamente excluídos no Brasil, em especial do encarceramento feminino, a partir de autores que discutem a questão em tela. Trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica em torno da realidade do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão, em João Pessoa/ Paraíba, realizado em julho e agosto de 2017.

PALAVRAS-CHAVE: “Questão social”. Determinantes Sociais. Encarceramento feminino.

ABSTRACT: The present study consists of an analysis of the penitentiary system as a fundamental instrument for the capitalist order, in a society marked by the criminalization of the “social question”, whose social determinants become factors for the insertion of women in crime and the high rates of female incarceration in the state. Brazil. The purpose of this study is to analyze the particular dimensions of the criminalization process of the “social question” from the perspective of prison policies directed to historically excluded sectors in Brazil, especially female incarceration, from authors who discuss the issue at hand. This is a documentary and bibliographical research around the reality of the Maria Júlia Maranhão Female Reeducação Center, in João Pessoa / Paraíba, held in July and August 2017.

KEYWORDS: “Social Question”. Social Determinants. Female incarceration.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo denominado “A “questão social” e o encarceramento feminino: uma análise a partir do Centro de Reeducação

Feminino Maria Júlia Maranhão em João Pessoa/PB” representa uma síntese modificada do trabalho de conclusão de curso “As prisões femininas e as mulheres presas: a materialidade de uma expressão da questão social”, apresentado enquanto uma exigência acadêmica do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Resulta de um processo investigativo realizado no Centro de Reeducação Feminino “Maria Júlia Maranhão”, em João Pessoa/Paraíba, no período de julho a agosto de 2017.

A totalidade de problemas do encarceramento feminino é uma realidade subentendida e ainda pouco discutida no cenário nacional. Nos últimos anos, os índices crescentes de mulheres presas no quadro das penitenciárias do país traduz um contexto de criminalização da “questão social” permeado por múltiplas desigualdades e violações dos direitos humanos. De acordo com dados publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), por meio do documento Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) Mulheres 2018, as mulheres que estão no sistema prisional- uma população de 42.355 mulheres presas- são jovens, negras, mães e com baixa escolaridade. Esse número remete a análise dos determinantes sociais como uma porta de entrada para compreender a relação das mulheres com a criminalidade.

Em torno desse cenário, formulou-se o estudo investigativo que aborda a criminalização da “questão social” como fator dos altos índices de encarceramento feminino no país, mais especificamente no CRFMJM, com a finalidade de promover a discussão sobre o perfil socioeconômico das mulheres em privação de liberdade. Objetiva-se analisar as dimensões particulares do processo de criminalização da “questão social” na perspectiva das políticas penitenciárias dirigidas a setores historicamente excluídos no Brasil, com recorte no Centro de Reeducação Feminino “Maria Júlia Maranhão”, em João Pessoa/Paraíba. Parte-se da hipótese de que o sistema prisional materializa-se como uma das expressões da “questão social”, uma vez que os indivíduos que estão presos são aqueles que já sofrem o processo de exclusão social na sociedade capitalista.

Este estudo configura-se como uma análise histórico-crítica de cariz marxista do sistema penitenciário enquanto instrumento fundamental à ordem capitalista. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, realizada em torno da realidade do Centro de Reeducação Feminino “Maria Júlia Maranhão”, em João Pessoa/ Paraíba. O universo da pesquisa é composto por 413 mulheres presas, contudo, formulou-se uma amostra em torno das 125 fichas das mulheres que cumprem pena em regime fechado, para traçar os dados identitários, socioeconômicos e os crimes cometidos pelas mulheres presas.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa cuja metodologia se efetivou por meio de uma abordagem quali-quantitativa. A análise documental desenvolveu-se em

três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados e a interpretação. Após a coleta dos dados, procedeu-se à pré-análise dos dados mediante a organização e sistematização das informações obtidas em torno do perfil situacional, categorizando nas temáticas investigativas com a finalidade de apontar os conteúdos mais relevantes de forma mais clara e de fácil compreensão através da descrição das categorias. Essas análises foram fundamentadas criticamente mediante a consulta a autores que estudam a questão em tela, bem como se recorreu a pesquisas realizadas pelo Infopen.

2 | ANÁLISE DA “QUESTÃO SOCIAL” COM RECORTE ANALÍTICO DO SISTEMA PRISIONAL

Constata-se que no desenvolvimento capitalista, a classe dominante realizou um processo que modificou o comportamento da classe pauperizada, ao passar da condição de proletariado para classes perigosas. De fato, o sistema prisional no contexto capitalista, é o registro das expressões da “questão social”, uma vez que os indivíduos que estão presos são aqueles que já sofrem o processo de exclusão social e a realidade atual do sistema prisional brasileiro não oferece condições de dignidade humana, estigmatizando as pessoas em situação de privação de liberdade.

Na contemporaneidade, no início do século XX, a legitimidade da prisão ganhou variações para o controle da sociedade. São destacadas as causas sociais do crime, ocorrendo um estreitamento entre crime e pobreza. Pobreza e desigualdade são apontadas como causas fundamentais da criminalidade. Zaluar (2004) atenta para a importância dessa discussão, no intuito de problematizar as causas da criminalidade, não associando apenas à pobreza, mas compreendendo em seus múltiplos determinantes.

Nessa lógica, as classes dominantes, lideradas pelas ideias neoliberais, empreendem três principais transformações na esfera do Estado que estão intimamente ligadas à: remoção do Estado econômico, a desconstrução do Estado social e fortalecimento do Estado penal (WACQUANT, 2001). Esses elementos combinados complementam-se e, com isso, a prisão retoma a frente das instituições responsáveis pela manutenção da ordem (ibid, 2001). Por consequência, o objetivo da punição, no sistema penal perpassa a questão do castigo e se constitui uma forma de controle e pacificação das populações marginalizadas.

A “questão social” é um fenômeno identificado a partir do século XIX, período no qual era clara a extensão do pauperismo e das demais desigualdades sociais, provocadas pelos impactos da Revolução Industrial. Nesse contexto, a pobreza se intensificava na medida em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Segundo Netto, a expressão “questão social” e os seus desdobramentos

“[...] surge [m] para dar conta do fenômeno mais evidente da história de uma Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra [...] trata-se do fenômeno do pauperismo” (NETTO, 2010, p.4).

Dessa maneira, resultado de uma sociedade desigual, a “questão social” é despolitizada, bem como os conflitos que sua condição produz é desqualificada enquanto questão política e social. O efeito da ideologia neoliberal no Brasil, na década de 1990, intensificou ainda mais esse processo, dada à fragilidade das instituições políticas e a solidez das desigualdades existentes.

Há um agravamento da pobreza absoluta e relativa de grande parte de trabalhadores, contribuindo para o aumento das expressões da “questão social”. As propostas de redução das funções do Estado ao mínimo, em termos de políticas sociais, vêm sendo potencializadas na agenda dos governos. Vale salientar que a pobreza, expressão da “questão social”, existente nas sociedades pré-capitalistas não tem relação com a pobreza vivenciada nessa conjuntura. O fenômeno da pauperização e das expressões da “questão social” a qual se refere “[...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2011, p. 159).

A conceituação da “questão social” para Santos (2012) se dá em duas bases importantes: a primeira base é a compreensão que esta não corresponde à desigualdade e pobreza indistintamente, mas sim “[...] àquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista” (2012, p. 28), corresponde a uma pobreza e escassez que crescem à medida que a riqueza aumenta. A segunda base de conceituação é que a escassez socialmente produzida, que gera o pauperismo, não comporta a totalidade da expressão da “questão social” (SANTOS, 2012). Ela também é reflexo das relações sociais estabelecidas e seus desdobramentos sociopolíticos. Partir para uma análise que desconsidere essas duas bases, tornariam os processos históricos em meras descrições que minimizam o papel dos “[...] sujeitos políticos organizados neste tipo de transformação social” (SANTOS, 2012, p. 49). Dessa maneira, essa visão reduziria a possibilidade de superação do modelo de exploração vigente, retirando dos homens sua capacidade de construtores da história.

As expressões da “questão social” aparecem cada vez mais pela sua face violenta e demandante de um controle social punitivo, segundo as intervenções do Estado. As instituições prisionais e a privação de liberdade são notoriamente um espaço de grande contradição, tendo em vista que a pessoa presa está sendo punida pelo Estado por não ter tido acesso aos direitos sociais. Neste sentido, Pedrosa (1997) afirma que a história das prisões no Brasil, símbolo da exclusão social, reflete as particularidades da formação histórica da sociabilidade brasileira.

Os determinantes que caracterizam a problemática do sistema penitenciário

nacional vêm se intensificando nas últimas décadas, expresso no encarceramento em massa, na violação de direitos e da sua adequada conformação aos objetivos do sistema capitalista para a população mais vulnerabilizada. No que se refere ao encarceramento feminino, há uma omissão dos poderes públicos que se manifesta na ausência de políticas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos, bem como as suas especificidades biológicas advindas das questões de gênero.

2.1 Os determinantes sociais da prisão e o encarceramento feminino

Os determinantes sociais que resultam no encarceramento feminino é uma categoria importante para análise da criminalização das mulheres e um debate urgente diante dos números de encarceramento de mulheres no país. Para tanto, as dimensões macro e micro são fundamentais para essa análise em sua totalidade.

Faz-se mister discutir criticamente a dimensão macro, que consiste em investigar o encarceramento feminino dentro de uma dialética mais ampla de encarceramento, levando em considerações elementos comuns a prisão, bem como os determinantes sociais que resultam no encarceramento; e a micro, que leva em conta as particularidades de encarcerar mulheres, considerando-se as características biológicas assinalado com o sexo feminino quanto da identidade de gênero, que atribui à mulher o papel social atribuído de esposa, dona do lar e mãe.

A partir de uma análise macro, um ponto crucial para discussão é de que a lógica da prisão enquanto espaço de cumprimento de pena e de privação de liberdade é válida para o sistema como um todo, seja no encarceramento feminino ou masculino. Trata-se de um local de privação de liberdade, no qual, direitos humanos são igualmente violados, como a convivência familiar, o direito à educação, saúde e ao trabalho (mesmo havendo algumas iniciativas nesse sentido, tais direitos não abarcam toda população prisional) e a dignidade da pessoa humana, quando se considera a deficiência estrutural dos espaços de encarceramento no país e o não cumprimento das legislações vigentes. Isso sem contar as inúmeras violações processuais, como a morosidade do judiciário, o excesso de prisão provisória e o tempo de aprisionamento maior que o estipulado na pena.

Tais legislações como a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984), a Constituição Federal de 1988 e de tratados e normativas internacionais assinados pelo Brasil, como as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos e as Regras de Bangkok, da Organização das Nações Unidas (ONU), têm a finalidade de estabelecer princípios de tratamento e condições mínimas aceitas pela ONU no que diz respeito ao tratamento de pessoas presas.

É inquestionável a existência particularidades no encarceramento de homens

e mulheres, seja em razão da estrutura que distingue os sexos em duas categorias, atribuindo-lhes papéis sociais, dos efeitos sociais dessa divisão ou mesmo das características físicas e biológicas próprias do corpo feminino. Nesse determinado campo entre sexo e gênero é que residem os principais elementos que tecem a análise micro do aprisionamento de mulheres. Cumpre destacar, neste sentido, a questão da maternidade na prisão. Nesta nuance ressalta-se a necessidade de um tratamento diferenciado devido aos impactos econômicos, sociais e psicológicos na estrutura familiar dessas mulheres e crianças.

A categoria gênero é compreendida neste trabalho como construção histórica e analítica e, refere-se à construção social do masculino e do feminino, entendida como uma relação de poder construídos entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2004). Nessa concepção, a violência de gênero está intimamente relacionada à violência contra mulher, enfatizando o contexto social, cultural e econômico de desigualdade de poder entre os sexos. A violência de gênero é a forma de dominação masculina em relação às mulheres, que é basilar ao patriarcado.

A partir dessa breve análise dos determinantes sociais do encarceramento feminino, é correto afirmar que as informações sobre as primeiras prisões femininas no país são insuficientes. Há indícios de que já havia mulheres presas desde o período Imperial, no ano de 1870, na Casa de Correção da Costa, no Rio de Janeiro. Nela, havia um calabouço, que conforme os documentos foram aprisionadas 187 mulheres escravas (SOARES; ILGENFRITZ apud HELPES, 2014). A partir desses dados, as primeiras mulheres presas no Brasil que se tem informação eram negras e escravas, o que não mudou muito com o passar dos anos.

Em 1924 foi apresentado um projeto para a construção de penitenciárias femininas, visto que as mulheres ficavam em prisões mistas. Considera-se pertinente uma reflexão acerca do fato das prisões mistas que datam a gênese das prisões femininas, pois estas mulheres eram expostas a todo tipo de violência, seja ela física ou psicológica. A preocupação inicial não estava voltada para as mulheres, mas apenas pelo elemento perturbador que elas representavam aos homens presos.

Atualmente, conforme o Infopen Mulheres 2018, a maior parte dos estabelecimentos penais foi projetada para o público masculino. 74% das unidades prisionais destinam-se aos homens, 7% a população feminina e outros 16% são caracterizados como mistos, o que significa que podem contar com alas/celas específicas para o aprisionamento de mulheres dentro de um estabelecimento originalmente masculino.

Em 1929, as mulheres já ocupavam um espaço separado dos homens na Casa da Corte. A população prisional feminina era constituída por mulheres que cometeram crimes como furto, infanticídio ou aborto, e vadiagem. As mulheres presas por vadiagem eram as prostitutas. Ainda nesse sentido, Helpes (2014) afirma

que nos relatórios do Conselho Penitenciário do Distrito Federal de 1929, não havia registro dos julgamentos das mulheres presas por vadiagem, já que no Brasil a prostituição nunca foi considerada crime. A referida autora revela que as mulheres que cometeram crimes como infanticídio ou aborto ficavam juntas com as prostitutas, já que elas eram vistas como as piores criminosas pela sociedade, enquanto umas não estavam voltadas à satisfação sexual do marido, as outras não garantiam a procriação.

As primeiras prisões destinadas às mulheres no Brasil surgem na década de 1940, mais especificamente em 1941, com o Presídio de Mulheres em São Paulo, e 1942 no Rio de Janeiro, a Penitenciária das Mulheres. Nesse contexto, além de presídios separados, as mulheres recebiam tratamento diferenciado quanto aos métodos de recuperação. Concernente à afirmação acima citada, vale destacar que elas (as presas) “[...] deveriam ser *recuperadas em prol do lar, no sentido de recuperar a figura doméstica atribuída ao sexo feminino*, ou seja, a mãe, a esposa, a dona de casa” (SOUZA; FERREIRA, 2012, p.139, grifo nosso), enquanto os homens eram “*recuperados*” em benefício da sociedade.

Para essa finalidade, a administração interna do presídio passou a ser feita por religiosas da entidade Irmã do Bom Pastor. Na rotina das presas havia normas pedagógicas que visavam à domesticação, transformando-as em mulheres dóceis e educadas, aptas para voltar ao seio familiar e/ou a seguir a vida religiosa. Entretanto, esse método não supriu as expectativas do Estado que alegou a ineficiência do método e passou a administração do presídio novamente para a Penitenciária Central.

Em 1966, a Penitenciária das Mulheres recebeu o nome de “Talavera Bruce”, a única penitenciária de segurança máxima feminina do Rio de Janeiro. Considera-se pertinente destacar a história do Talavera Bruce, por ser a primeira penitenciária de mulheres construída no Brasil e por apresentar concepções e aspectos históricos importantes no que diz respeito ao encarceramento feminino.

Esse tratamento dado às mulheres na gênese das prisões femininas reforça a visão de submissão, reafirmando a concepção histórica patriarcal de que as mulheres são inferiores aos homens, devendo desenvolver apenas funções domésticas voltadas para o lar; a ela (mulher) é atribuído à função de boa mãe e boa dona de casa, e nisso ela é benéfica para toda sociedade.

3 | A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO CRFMJM

Com base nos dados coletados no CRFMJM, foi possível traçar o perfil das mulheres presas nessa instituição, levando em consideração os dados referentes à faixa etária, escolaridade, etnia e o crime cometido. A partir dos dados coletados,

evidencia-se a problemática social que se tornou o sistema prisional brasileiro, no qual o aumento da população carcerária deve-se a uma política repressiva, discriminatória e de criminalização da pobreza. O que se observa é que a realidade social das mulheres privadas de liberdade é atravessada por um histórico de educação precária, inserção precoce na criminalidade e envolvimento com o tráfico de drogas.

Evidencia-se que as mulheres que estão presas em regime fechado no CRFMJM são em sua maioria negras, cerca de 88%. Para fins de comparação, instituem-se mulheres negras e pardas em uma mesma categoria. Merece chamar atenção para o número mínimo de mulheres brancas, em 9%, o que reforça a afirmativa de que o sistema prisional é constituído por pessoas negras.

Conforme o Infopen Mulheres (2018), em relação à etnia, ressalta-se a proporção de mulheres presas negras em nível nacional, correspondendo a 62% da população carcerária feminina no Brasil, enquanto 37% são brancas. Esse aspecto se efetiva enquanto violação aos Direitos Humanos, uma vez que as mulheres negras sofrem com o racismo institucionalizado, revelando o abismo existente entre pessoas negras e não negras.

A realidade socioeconômica do país evidencia uma escala de segregação racial elevada, em que grande parcela da população negra vive em situação de exclusão social. Tal situação se agudiza quando se realiza o entrelaçamento entre gênero, classe social e etnia, ou seja, para as mulheres negras e pobres, as desigualdades são potencializadas.

Os dados sobre a faixa etária indicam que o CRFMJM é constituído por maioria jovem, são mulheres de 18 a 24 anos que correspondem a 16%, 25 a 29 anos que representam 23% da população carcerária, 26% para mulheres de 35 a 45 anos e 3% representa a faixa etária de 46 a 65 anos. Essa realidade revela a ausência de políticas públicas voltadas para a juventude que constantemente sofrem com as desigualdades sociais.

Dessa forma, a negação ao acesso de jovens a bens e direitos básicos restringe a capacidade de formação, uso e reprodução dos recursos materiais e simbólicos, tornando-se fonte de vulnerabilidade e contribuindo para a precária inclusão dos jovens na sociedade e a facilidade de acesso ao crime.

De acordo com dados coletados acerca do nível de escolaridade das presas que cumprem pena em regime fechado, detecta-se que a maioria das mulheres encarceradas é de baixa escolaridade. São 82% que não concluíram o ensino fundamental e 3% concluíram; 9% têm o ensino médio incompleto e 6% têm o médio completo. Dados do levantamento realizado pelo Infopen Mulheres (2018) destacam os estados de Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte pelos mais altos índices de mulheres analfabetas privadas de liberdade no país. Por outro lado, destacam-se

os estados da Bahia e Espírito Santo, pelos maiores índices de mulheres privadas de liberdade que acessaram ou já concluíram o ensino médio.

Esses dados apontam para o déficit da Política de Educação no Brasil, principalmente no que se refere à educação pública. Mesmo sendo um direito assegurado a todos os cidadãos, verifica-se que a educação é um privilégio de uma pequena parcela da população.

Em conformidade com dados coletados no CRFMJM, assevera-se que os crimes mais cometidos pelas mulheres que cumprem pena em regime fechado no CRFMJM são os de tráfico de drogas e associação ao tráfico com 66% dos casos. Para além das acusações relacionadas ao tráfico de drogas, os crimes contra o patrimônio, roubo e furto, 17% e 5% respectivamente, são os que mais conduzem as mulheres à prisão, em seguida vem o crime de homicídio com 5%. Há também outros crimes praticados em menor expressão: crimes contra criança e adolescentes, 3%; porte ilegal de armas, 2%; formação de quadrilha e estupro com 1% cada.

Os problemas estruturais da sociedade, sejam eles socioeconômicos e/ou políticos, devem ser considerados fundantes para a compreensão dos alarmantes índices¹ do encarceramento de mulheres em nível mundial. Nessa realidade, é possível apontar uma entrada cada vez maior das mulheres nos mercados de trabalho formal e/ou informal. No entanto, ao que se refere às mulheres de baixa renda e jovens, destaca-se que a inclusão no mercado de trabalho não vem acompanhada da superação da exclusão social. Dessa maneira, persistem nas camadas periféricas a exclusão social e desigualdade econômica, somadas a questões estruturais mais amplas, como a violência e o racismo.

Atesta-se que as atividades desenvolvidas por essas mulheres se caracterizam como trabalhos precarizados/subemprego e desqualificados, além de considerados extensão do trabalho doméstico que historicamente é atribuído ao sexo feminino. Essa questão remete à divisão sexual do trabalho que é muito latente na sociedade capitalista, que em síntese “[...] segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos” (CISNE, 2009, p. 109).

Declaradamente, a necessidade de complementação de renda é apontada como uma das principais razões de envolvimento das mulheres com o mercado ilícito, mais especificamente o tráfico de drogas, no qual cabe as mulheres ocupar postos precários e arriscados, como o transporte de drogas (mulas), bem como outras atividades na linha de frente, em espaços de maior visibilidade do sistema de segurança pública. Nesse cenário, as mulheres pobres e negras, em sua maioria,

¹ O Brasil ocupa a quarta colocação no ranking mundial, ficando atrás dos Estados Unidos (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478), conforme o Infopen Mulheres 2018.

passaram a fazer parte de forma cada vez mais clara da seletividade do sistema penal e da criminalização da pobreza.

O rigor punitivo do judiciário com a questão das drogas - sob a luz da Lei nº 11.343/2006 de maneira subjetiva, seletiva e desigual - é um importante elemento no encarceramento exorbitante de pessoas julgadas como traficantes, o que afeta diretamente as mulheres. Como o artigo 33 da referida lei não especifica quantidade para que se configure tráfico, tal interpretação fica a critério do sistema de justiça criminal, facilitando ações arbitrárias por parte dos policiais e de interpretações subjetivas dos juízes promovendo um boom nos índices de encarceramento por tráfico de drogas no país.

Para o pesquisador da *Human Rights Watch Brasil*, César Muñoz, tal lei tem contribuído para o aumento da população carcerária no país nas últimas décadas. Nesse sentido, a população absoluta de mulheres presas cresceu 567% entre os anos 2000 e 2014, dentre esse número, 68% das mulheres estão presas por tráfico de drogas.

Afere-se, que tanto os resultados de pesquisas realizadas em nível nacional como a pesquisa no CRFMJM indicam que as mulheres em situação de privação de liberdade nos presídios femininos vivem uma realidade de negação de direitos, expostas a todos os tipos de violência. A realidade carcerária brasileira é a expressão da violência institucionalizada e seletiva, visto que atinge grupos específicos da sociedade e que nas últimas décadas vem aumentando consideravelmente o número de mulheres presas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados do CRFMJM, da atual conjuntura da crise do capital e do processo de despolitização e criminalização da “questão social” aponta para emergência do Estado penal em detrimento do Estado social, tanto nos países centrais, como nos periféricos. As particularidades da formação sócio-histórica do país aprofunda a criminalização das classes mais baixas. Emerge como consequência o processo de criminalização dos pobres regulado pela ideologia das classes dominantes e a falácia do encarceramento de jovens como alternativa no combate a violência.

A análise do perfil socioeconômico das mulheres presas em regime fechado do CRFMJM permitiu identificar que essas mulheres estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade social. Comprova-se que a maioria das mulheres presas, que cumprem pena em regime fechado no CRFMJM, apresenta uma relação com o tráfico de drogas e/ou associação ao tráfico, inserção precoce na criminalidade, associado com baixa escolaridade e qualificação profissional de menor *status* econômico. Os

resultados revelam também para o racismo institucionalizado, em que a maior parte da população prisional do CRFMJM é negra, trazendo à tona as diversas violações sofridas por essas mulheres.

Esses resultados afirmam a hipótese desta pesquisa de que o sistema prisional materializa-se como uma das expressões da “questão social”, uma vez que os indivíduos que estão presos são aqueles que já sofrem o processo de exclusão social na sociedade capitalista. Destarte, faz-se necessária a intervenção do Estado para que as mulheres não cheguem à realidade prisional, possibilitando-lhes subsídios e acesso as políticas sociais na perspectiva de garantia de direitos.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Infopen Mulheres–2018. Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf (Acesso em 15 de Julho de 2018)

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

HELPES, Sintia Soares. *Vidas em Jogos: Um Estudo Sobre Mulheres Envolvidas com o Tráfico de Drogas*. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/808/1/sintiasoareshelpes.pdf>. (Acesso em 20 de outubro de 2017).

MELO, Juliana Gonçalves. *Percepções Sobre o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro a Partir de Narrativas de Mulheres Inseridas na Prisão Como Mulas de Tráfico*. In: **Revista Direito**. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/10550>. (Acesso em 22 de outubro de 2017)

MUÑOZ, César. **Dez anos do fracasso da lei de drogas no Brasil**. Disponível em <https://www.hrw.org/pt/news/2016/08/28/293489>. (Acesso em 10 de outubro de 2017).

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: Anais, **Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie"**, 3., Serpa, 30-31, 1º nov. 2010.

PEDROSO, Regina Célia. **Utopias penitenciárias projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil**. In: *Revista de História* 136, FFLCH-USP, 1º Semestre, 1997, p. 121-137.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Joseane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social)

SOUZA, Raissa Gabriela Costa de; FERREIRA, Ana Mônica Medeiros. **O amor atrás das grades: um estudo sócio-jurídico sobre a maturidade nas prisões**. Disponível em <http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/297/25>. (Acesso em 20 de setembro de 2017).

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS VALORES CULTURAIS DE UMA ORGANIZAÇÃO ATRATIVOS PARA ÀS MULHERES

Data de aceite: 06/01/2020

Inácio Ferreira Façanha Neto

Universidade Estadual do Maranhão,
Departamento de Administração
São Luís/MA

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha

Faculdade Pitágoras de São Luís/MA, Curso de
Direito
São Luís/MA

RESUMO: Este artigo tem por objetivo investigar quais os valores culturais de uma empresa são atrativos às mulheres. Tomando-se por base uma pesquisa divulgada pela empresa Love Mondays (2016), que ouviu mais de 25 mil profissionais do gênero feminino e que destacou as 20 melhores empresas para trabalhar, buscou-se o que cada empresa possui enquanto valores organizacionais, bem como os benefícios que proporcionam a seus funcionários de modo a se tornarem mais atraentes que as demais, justificando-se a pesquisa pela possibilidade de contribuir para reflexão e discussão sobre esses valores culturais. Paratanto, desenvolveu-se a pesquisa a partir de uma metodologia descritiva, qualitativa, bibliográfica e documental, utilizando-se como amostra as empresas indicadas na pesquisa já mencionada.

PALAVRAS-CHAVE: Empresas atrativas. Mulheres no mercado de trabalho. Valores culturais.

ABSTRACT: This article aims to investigate which cultural values of a company are attractive to women. Based on a survey released by the company Love Mondays (2016), which listened to over 25,000 female professionals and highlighted the 20 best companies to work for, we sought what each company has as organizational values, as well as the benefits they provide to their employees in order to become more attractive than the others, justifying the research by the possibility of contributing to reflection and discussion about these cultural values. To this end, the research was developed from a descriptive methodology, qualitative, bibliographic and documentary, using as a sample the companies indicated in the research mentioned above.

KEYWORDS: Attractive companies. Women in the job market. Cultural values.

1 | INTRODUÇÃO

A partir da inserção das mulheres no espaço organizacional, as relações de trabalho ganham novos significados e complexidades. A disputa no ambiente de

trabalho busca igualdade de oportunidades quanto à cargos, posições hierárquicas e reconhecimento profissional. No processo de construção de uma nova identidade, as mulheres procuram desconstruir estereótipos sociais e culturais, há tempos construídos para que seja possível a transposição de barreiras, principalmente de natureza psicológica, que ainda permanecem e que se mostram como as mais difíceis de serem superadas.

Belle (1993) acredita que não mais existem espaços reservados, papéis atribuídos em caráter definitivo, separações estritas ou muros intransponíveis entre o feminino e o masculino. De acordo com Cintra (2015), muitas empresas mudaram desde a década de 1990, tendo em vista a cobrança da própria sociedade por políticas igualitárias, por responsabilidade social e ambiental, entre outras, sendo que nesse mesmo período, diversas mídias passaram a divulgar pesquisas, listas e rankings que apontam quais as empresas são mais atrativas para o trabalho ('as melhores empresas para você trabalhar'). Segundo a autora (2015), uma das pesquisas publicada entre 1990 e 2003 ganhou um tópico especial – as melhores empresas para as mulheres trabalharem.

Em virtude dessa mudança de visão organizacional, existem empresas que valorizam a mão de obra feminina, aprimorando os valores de modo a se tornarem mais atrativas às mulheres. Dessa forma, o presente artigo tem enquanto **questão de pesquisa**: *Que valores culturais atraem as mulheres em uma organização?*

Desse modo, o presente artigo tem como **objetivo geral** analisar os valores culturais apresentados pelas empresas em que as mulheres preferem trabalhar, e como **objetivos específicos**: **I)** identificar postura isomórfica nos valores culturais apresentados pelas empresas em que as mulheres preferem trabalhar e **II)** associar os valores culturais e as características das empresas (setor, participação feminina na gestão etc).

Conforme com os dados divulgados pela Love Mondays (2016), os setores de atuação preferidos por profissionais do gênero feminino, ficando o segmento de energia, mineração e saneamento em 1º lugar, seguido dos setores de serviços financeiros e manufatura industrial. Além disso, as mulheres entrevistadas pela empresa indicaram a cultura organizacional como um dos elementos que mais traz satisfação para as brasileiras (3,30), seguida por remuneração e benefícios (3,29), qualidade de vida (3,23) e oportunidades de carreira (2,89).

Como **proposta metodológica**, realizou-se pesquisa documental e bibliográfica, uma vez que utilizados os dados divulgados pela empresa Love Mondays (2016), bem como diversos artigos científicos, monografias, dissertações e teses acerca do tema.

A coleta dos dados teve como base um estudo divulgado pela comunidade de carreiras Love Mondays (2016), que revela os 20 empregadores mais bem avaliados

pelas mulheres em 2016. De acordo com a pesquisa o Nubank conquistou o 1º lugar do ranking, que analisou opiniões de mais de 25 mil profissionais do gênero feminino no período indicado. O período em que a pesquisa foi realizada compreendeu os meses de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017.

A pesquisa a ser desenvolvida possui um caráter exploratório, descritivo e qualitativo, isso porque teve por objetivo principal investigar e proporcionar maior entendimento acerca da temática, qual seja, os valores culturais que mais atraem às mulheres em uma organização.

Para a elaboração da presente pesquisa, realizou-se estudos das obras de diversos autores que abordam as categorias gênero e mercado de trabalho, sendo consultados sítios na internet a respeito do tema, em especial o da Revista Exame S/A, IBGE, entre outros.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como **justificativa** a possibilidade de contribuir para reflexão e discussão sobre os valores culturais de uma empresa que despertam interesse de trabalhar nas mulheres, por meio da identificação da postura isomórfica presentes nos valores dessas empresas e da associação destes com as principais características das organizações listadas no estudo da Love Mondays (2016).

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mulher e mercado de trabalho

A luta pela isonomia entre homens e mulheres não é recente e os avanços e conquistas na diminuição das diferenças têm sido marcadas pela perseverança feminina quanto ao reconhecimento de seus direitos e garantias fundamentais.

A Convenção da ONU sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, foi ratificada pelo Brasil e assegurou a não-discriminação da mulher quanto à emprego e profissão. Mais: pretendeu impedir a discriminação da mulher devido casamento ou maternidade. No mais, a referida Convenção da ONU, de 1979, também prescreveu a igualdade de salário entre homem e mulher por trabalho de igual valor (MARTINS, 2009, p. 582/583).

No Brasil, o Decreto 21.417-A, de 1932, foi a primeira norma que regulamentou o trabalho da mulher na indústria e no comércio. Tal norma proibia o trabalho da mulher a noite (das 22 horas de um dia às 5h do dia seguinte), remoção de pesos, trabalho nas minas e em lugares insalubres e perigosos. Aqui, o período de gestação e de amamentação passou a ser considerado e concedia às mulheres pequenas prerrogativas como: quatro semanas antes e quatro semanas depois do parto, a mulher não podia se expor a trabalhos perigosos e tinha dois períodos de meia hora cada um para amamentação nos primeiros seis meses de vida de seus filhos

(MARTINS, 2009).

É notória a influência desse Decreto no texto do Capítulo III da CLT, mormente no que se refere aos artigos 391, 392, parágrafos 1º e 2º, 393, 394, 395 e 396. Atualmente, a proteção do trabalho da mulher é disciplinada nesse capítulo, o qual não se estende às oficinas em que sirvam, exclusivamente, pessoas da família da mulher e estejam sob a direção do esposo, pai, mãe, tutor ou filho (artigo 372, parágrafo único, da CLT).

A Constituição Federal brasileira de 1988 posicionou-se no sentido de repudiar a estigmatização da mulher enquanto propriedade ou objeto, consolidando o princípio da igualdade entre todos, sem distinção quanto a raça, sexo, cor, crença ou classe social, ou gênero.

O vocábulo “gênero” está relacionado ao processo de produção de lugares, competitivos e/ou complementares, plenos de significação, a serem ocupados em uma dada sociedade, por homens e mulheres integrantes das diferentes frações de classe e raça/ etnia, que os disputam de forma estratégica (ALMEIDA, 1998).

A discussão acerca da ideia de gênero foi iniciada nos anos 70, a partir do termo “gender”, objeto de estudo de grupos feministas anglo saxões e utilizado para compreender as relações estabelecidas entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. De acordo com Hillman (1984), a discussão sobre o conceito de gênero, inicialmente vinculada aos papéis sexuais, apresenta atualmente uma visão mais ampla, buscando a compreensão de relações sociais construídas ao longo da história, e que se firmaram entre os seres sociais.

Indicadores econômicos e sociais apontados por diversos autores (CAVERSAN, 2000; TEIXEIRA, 1998; PADILLA, 1998), demonstram o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho em diversos segmentos. No Brasil e em outros países, o aumento da participação feminina nas organizações, em função da sua capacitação e desempenho, tem sido conquistado com dificuldades, como relata Loden (1988, p. 05), ao mencionar que *“numa disputa lenta e silenciosa e até certo ponto, sacrificante para um pequeno número de mulheres que se dispuseram a fazer valer a sua competência e preparo, para derrubar os tabus e a resistência, sempre negada, de uma sociedade dominada pelos homens”*.

A participação das mulheres, no Estado de São Paulo, por exemplo, também ganhou expressão no segmento de serviços especializados (de 12,8% para 13,6%, entre 2000 e 2010), com forte presença de advogadas, contadoras, engenheiras e profissões assemelhadas. Desse modo, juntamente dos tradicionais segmentos econômicos ocupados pelas mulheres, como educação e saúde, outras oportunidades de inserção produtiva estão se abrindo para as mulheres com maior escolaridade. Estudos do Dieese (2010) indicou a expressividade da presença de mão de obra feminina no comércio em relação ao total de mulheres ocupadas. De acordo

com o estudo mencionado, a mão de obra masculina predomina na construção civil e indústria, ao passo que as mulheres são maioria no comércio. Além disso, aproximadamente a metade do número de assalariados no comércio são mulheres.

2.2 Empresas que as mulheres preferem trabalhar

Para Spector (2002), a satisfação no trabalho é uma diversidade de atitudes que indica como a pessoa se sente em relação a seu emprego de forma geral e a seus diferentes aspectos ou dimensões. Dentre as dimensões do trabalho, o autor destaca as recompensas (salário, benefícios e oportunidades de promoção) e o relacionamento com outras pessoas no ambiente de trabalho (supervisores e colegas), além das condições de trabalho e da natureza do trabalho em si.

Estudos demonstram que os empregados se identificam com organizações com maior prestígio e imagem positiva (MAEL; ASHFORTH, 1992), entretanto esse processo de identificação depende de percepções positivas a respeito da organização e da correlação entre os traços centrais da empresa e os que compõem o autoconceito de um indivíduo (ELSBACH, 1999). Da mesma forma, a qualidade da relação entre empresa e empregado também tem reflexos sobre o processo (MAEL; ASHFORTH, 1992), em particular as experiências de orgulho e respeito vivenciadas nessa relação.

Considerando a mudança de visão organizacional, algumas empresas voltaram seu foco para as mulheres, destacando dentre seus valores culturais de modo a despertar o interesse do gênero feminino em trabalhar nessas empresas.

Cintra (2015) menciona em relação às pesquisas divulgadas anteriormente acerca das melhores empresas para as mulheres trabalharem. Uma dessas pesquisas, publicada desde a década de 1990 e em 2003, ganhou um tópico especial: as melhores empresas para as mulheres trabalharem. A partir desse momento, as metodologias mudaram, muitas consultorias e empresas entraram neste ramo, mas o que normalmente chama a atenção no mercado de trabalho são os pontos positivos de se trabalhar em uma determinada empresa, principalmente levando-se em consideração a cultura organizacional.

Assim, não é recente o interesse em pesquisar qual a preferência das mulheres em relação as empresas que trabalham ou pretendem trabalhar. As pesquisas realizadas até hoje foram indispensáveis ao desenvolvimento e aprimoramento de valores organizacionais voltados a atrair as mulheres ao mercado de trabalho, de modo a proporcionar a satisfação (felicidade) no desempenho de suas funções.

Para Barbosa (1996), a cultura organizacional consiste em um conjunto de normas, crenças, valores e padrões centrais que compõem a estrutura da uma organização, ou seja, toda e qualquer organização, seja qual for seu ramo de

atividade ou área de atuação, possui uma cultura que delimita suas relações interna e externamente.

Morgan (1996), por sua vez, entende a cultura organizacional como um processo de construção e compartilhamento da realidade organizacional, por meio do qual eventos, expressões e manifestações culturais são constituídos pelos empregados. Scott (1998) e Schein (1992) afirmam que as variáveis organizacionais (estrutura organizacional, regras, políticas, objetivos, missão, descrições de cargos e procedimentos operacionais padronizados) são fatores que demarcam e baseiam a cultura de uma organização formal, além de definir sua percepção em relação aos empregados.

Freitas (1991) compreende a cultura organizacional a partir de duas perspectivas: uma cognitiva e outra simbólica de análise. A primeira avalia as regras constitutivas e reguladoras que organizam as crenças e percepções repartidas pelos empregados, fundamentando-se na autoimagem que cada um recria para si. Já a segunda, preocupa-se com o estudo das interpretações, das leituras e de aspectos a se decifram na organização, considerando a avaliação de cada trabalhador sobre o significado do trabalho para eles próprios.

Os valores organizacionais, portanto, podem ser definidos como as preferências em relação ao que é desejado enquanto procedimentos e resultados da ação organizacional, motivo pelo qual os dirigentes, baseados nos seus próprios valores, são propensos a justificar como indispensáveis as suas ações, ao apresentarem propostas para o alcance dos objetivos organizacionais (ENZ, 1988).

Quanto aos processos de mudança da cultura organizacional, especialmente em relação aos valores introduzidos por pressão externa ou originários na própria organização, estes, são, por vezes, conferidos a partir do contexto simbólico-cultural em vigor. Neste caso, em decorrência das mudanças nas interações organizacionais, os padrões de aceções compartilhadas nos diferentes níveis podem estar sujeitos a situações de convergência ou de divergência, dependendo de como os novos pressupostos, sob a forma de valores e interesses, são apresentados pelos dirigentes e interpretados pelos integrantes organizacionais.

Este fenômeno de mudança na cultura organizacional e nos valores culturais ocorreu nas empresas apresentadas pela pesquisa da Love Mondays, de modo que se tornaram mais atrativas às mulheres. É o que se passa a demonstrar nos próximos itens.

Os primeiros artigos sobre mulheres publicados no Brasil na área de administração datam o início da década de 1990. Nesses primeiros artigos, as discussões apresentadas referem-se às diferenças de carreira e seus significados para homens e mulheres (BETIOL; TONELLI, 1991), conflitos entre família e trabalho e teto de vidro (STEIL, 1997) e apresentação, políticas e práticas de RH implantadas

para as mulheres (ARRUDA, 1996).

Cintra (2015, p. 35) afirma que a partir dos anos 2000, o número de artigos publicados na área de administração a respeito do crescimento das mulheres no mercado de trabalho. Dentre os estudos empíricos realizados sobre a temática “empresas que as mulheres preferem trabalhar”, Cintra (2015) revela que uma das primeiras pesquisas publicadas abordando esse tema, foi publicada desde a década de 1990 e 2003, ganhou um tópico especial – as melhores empresas para as mulheres trabalharem.

Observa-se que o foco de análise destacado pelas pesquisas realizadas consiste não apenas na satisfação das mulheres em relação ao ambiente de trabalho, como também a não-discriminação, práticas específicas para as mulheres, benefícios concedidos e o número de mulheres em cargos de comando. Logo, todos esses fatores são importantes para a composição do ranking de empresas que as mulheres preferem trabalhar.

3 | METODOLOGIA

3.3 Tipologia ou classificação da pesquisa

A pesquisa a ser desenvolvida será qualitativa, que de acordo com Creswell (2010), apresenta diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados, fundamentando-se em dados de texto e imagem, motivo pelo qual as estratégias de investigação de um projeto qualitativo possuem grande influência sobre procedimentos não uniformes.

Na pesquisa qualitativa, o investigador é envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes, sendo indispensável a inclusão de declarações sobre experiências passadas, comentários sobre conexões entre o pesquisador e os participantes e sobre os locais da pesquisa, indicação dos passos seguidos na obtenção de permissão do Conselho da Revisão Institucional, discussão sobre os passos seguidos para conseguir ingressar no local e para obter permissão para estudar os participantes ou a situação (CRESWELL, 2010).

Além disso, a pesquisa em questão se configura como descritiva, uma vez que se realiza o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico, sem a interferência do pesquisador. Isso porque o objetivo da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos. Ademais, a pesquisa em questão é bibliográfica e documental, utilizando obras de diversos autores sobre o tema, bem como consultas aos sites das empresas listadas no ranking da Love Mondays (2016).

3.4 Amostra e coleta de dados

A presente pesquisa tomou por base um estudo divulgado pela empresa Love Mondays, que ouviu 25 mil profissionais do gênero feminino, que indicaram 20 empresas enquanto as mulheres para trabalharem, bem como os setores que preferem nas referidas empresas. O período analisado vai de janeiro de 2016 a fevereiro de 2017, em todo o Brasil.

Considerando as 20 empresas listadas na pesquisa, buscou-se no site de cada organização os valores culturais e os benefícios oferecidos aos colaboradores, de modo a se tornar mais atrativa do que as demais existentes, em especial aos funcionários do gênero feminino.

A coleta dos dados a serem utilizados será realizada nos sites da empresa Love Mondays, os das 20 melhores empresas listadas, do IBGE e do DIEESE, bem como em revistas e periódicos científicos.

Os dados coletados serão analisados e separados por categorias: I) as empresas mais votadas pelas mulheres no site da Love Mondays, II) os setores de atuação preferidos por profissionais do gênero feminino, III) valores culturais mais atrativos às mulheres nas organizações indicadas.

Para Collis e Hussey (2005), a análise de dados qualitativos tem como desafio o fato de que “não há um conjunto claro e aceito de convenções para análise correspondendo àqueles observados com dados quantitativos. Dentre os principais métodos indicados para análise de dados qualitativos, os autores mencionam a redução dos dados, sua estruturação, redução antecipada e a apresentação gráfica dos dados. A quantificação informal dos dados no processo de redução e exame das coisas como comportamentos repetitivos ou padronizados.

A análise de conteúdo é um método formal para a análise de dados qualitativos, consistindo em uma maneira de converter sistematicamente texto em variáveis numéricas para análise de dados. Além disso, oferece muitas vantagens como um método para analisar dados qualitativos, isso porque se estivermos lidando com documentos públicos, não há problemas com acessos, sendo um método barato.

Feita a análise dos dados, os mesmos serão dispostos em tabelas e gráficos, indicativos das categorias já mencionadas e comparativo entre os critérios apresentados.

4 | ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados iniciou-se com a pesquisa bibliográfica e documental estabelecidas na etapa anterior. Portanto, nesta etapa da pesquisa, já se tem os instrumentos de coleta de dados elaborados, a população e amostras definida, a

partir das informações fornecidas no site da Empresa Love Mondays, que analisou a opinião de 25 mil profissionais do gênero feminino a respeito das empresas em que preferem trabalhar.

De acordo com a pesquisa divulgada pela Love Mondays (2017), a empresa preferida na opinião das mulheres recebeu a nota 4,79 em uma escala que vai de 1 a 5, na qual 1 representa “muito insatisfeita” e 5 corresponde a “muito satisfeita” com o empregador, sendo este um dos critérios adotados para coleta das informações a seguir dispostas.

Empresa	Nota	Avaliações no período (%)
Nubank	4,79	29
ClearSale	4,67	24
Monsanto	4,54	28
Rock Content	4,47	30
Takeda Brasil	4,39	31
Mercado Livre	4,33	49
BASF	4,32	28
Bayer	4,28	47
Porto Seguro	4,27	73
Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)	4,27	26
Dr. Emerson Laboratório e Imagem	4,25	32
Braskem	4,23	30
Globosat	4,22	27
GlaxoSmithKline (GSK)	4,21	28
Amaggi	4,19	21
Mondelez	4,19	21
Dell	4,18	22
Odebrecht	4,16	37
Kimberly Clark Brasil	4,14	21
General Electric (GE)	4,12	34

Tabela 1- Satisfação das mulheres em relação ao empregador

Fonte: Love Mondays (2016)

Além disso, a pesquisa da Love Mondays (2016) listou os setores de atuação preferidos por profissionais do gênero feminino. A 1ª posição do ranking ficou com o segmento de energia, mineração e saneamento, seguidos dos setores de serviços financeiros e manufatura industrial. Ressalta-se que somente aqueles com mais de 300 avaliações foram considerados elegíveis para o ranking.

Setor	Nota	Avaliações no período (%)
Energia, mineração e saneamento	3,81	703
Serviços financeiros	3,73	2057
Manufatura industrial	3,63	1551
Automotivo	3,58	599
Farmacêutica e saúde	3,57	1723
Tecnologia e telecomunicações	3,55	3262
Bens de consumo	3,54	2823
Construção e mercado imobiliário	3,53	917
Educação	3,5	1422
Logística e transporte	3,49	756

Tabela 2- Setores de atuação preferidos por profissionais do gênero feminino

Fonte: Love Mondays (2016)

Ainda de acordo com o estudo, de modo geral, a felicidade das mulheres com a carreira aumentou entre 2016 e 2017, tendo o índice de satisfação evoluído de 3,44 para 3,53 nesse período. A cultura organizacional é o que mais traz satisfação para as brasileiras (3,30), seguida por remuneração e benefícios (3,29), qualidade de vida (3,23) e oportunidades de carreira (2,89) (LOVE MONDAYS, 2016).

Ano	Satisfação geral	Remuneração e benefícios	Qualidade de vida	Cultura da Empresa	Oportunidades de carreira
2017	3,53	3,29	3,23	3,3	2,89
2016	3,44	3,13	3,13	3,3	2,97

Fonte: Love Mondays (2017)

Tabela 3 – Elementos geradores de satisfação das mulheres no ambiente de trabalho

Fonte: Love Mondays (2017)

Dessa forma, importante destacar os valores culturais mais atrativos em cada uma das empresas presentes no ranking da pesquisa Love Mondays. É o que se passa a demonstrar.

Eleita em 1º lugar no ranking da pesquisa Love Mondays (2016), a Nubank, empresa de tecnologia de serviços financeiros que mais cresce no Brasil, ganhou essa posição de destaque em virtude do foco na cultura, como ressalta David

Vélez, CEO e fundador do Nubank, em entrevista à Revista Época: *“cultura é algo que levamos muito a sério no Nubank. Trabalhamos em um ambiente dinâmico, inclusivo, informal e de alta confiança onde todos são incentivados a pensar e agir como donos do negócio”*. Ainda de acordo com a revista, hoje, o Nubank possui aproximadamente 350 colaboradores de mais de 25 nacionalidades, sendo que 37% do corpo de funcionários é composto por mulheres, o que, segundo o Nubank, é uma "alta representatividade feminina". (ÉPOCA, 2016).

Já a Clear Sale (2ª colocada) é uma empresa especializada na detecção e prevenção de fraudes a partir de soluções para diversos segmentos. Além de comprometimento, ética e excelência, buscam por profissionais que saibam obter prazer em suas atividades profissionais e aproveitar, com responsabilidade, a liberdade que lhes confiamos. Para tanto, oferecem um ambiente de trabalho agradável, onde as diferenças entre as pessoas são incentivadas, por meio da construção de relações horizontais com a equipe, trabalhando para que todas as opiniões sejam ouvidas. A empresa possui um programa interno chamado de UAH, para promoção de desenvolvimento pessoal dos colaboradores, porque acreditam que motivar e desenvolver aspectos pessoais dos profissionais é fundamental para a qualidade do trabalho. Por este motivo, a empresa dedica às terças-feiras para que os colaboradores troquem experiências de vida e se conheçam, além de oferecer uma série de benefícios pessoais aos funcionários, tais como auxílio-creche, dia dos filhos na empresa, auxílio para filhos com necessidades especiais, premiações por meritocracia/ bonificação por resultados, eventos esportivos, cursos internos com professores voluntários, bolsas de estudo, curso de inglês, ergonomia, sala de decompressão dentre outros (CLEARSALE, 2017).

A empresa Monsanto (3ª colocada) tem como compromisso a base de atuação, ou seja, considerar as ações e seu impacto futuro, de modo a conduzir o negócio de forma responsável. Enquanto valores organizacionais a empresa prioriza a integridade, assim considerada a honestidade, decência, consistência e coragem, além do diálogo (ouvir atentamente os diversos públicos e pontos de vista, promovendo o diálogo, ampliando a compreensão acerca das questões referentes à tecnologia agrícola para melhor atender às necessidades e preocupações da sociedade), transparência, benefícios, respeito (respeito às questões religiosas, culturais e éticas das pessoas em todo o mundo, sendo prioridade a segurança dos funcionários, da comunidade onde atuam, dos consumidores e do meio ambiente), agir como donos do negócio (transparência nas ações, estratégias e balanços financeiros), e criar um ótimo ambiente de trabalho (assegurar a diversidade de pessoas e de pensamentos, incentivar a inovação, a criatividade e o aprendizado, trabalho em equipe, reconhecimento e recompensa aos profissionais) (MONSANTO, 2017).

A Rock Content (4ª colocada) tem por orientação cinco princípios básicos:

aprender, ensinar, resolver, trabalhar em equipe e crescer, acreditando que uma equipe em sintonia é a chave para bons resultados, motivo pelo qual valorizam o trabalho em equipe: *“juntos, podemos pensar fora da caixa e trazer soluções inovadoras para os problemas dos nossos clientes”*. A empresa divide os funcionários em times, que trabalham sempre em conjunto (entre eles e com nossos clientes) para garantir que todos estejam sempre satisfeitos. Tem ainda enquanto valores, a confiança e a transparência (ROCK CONTENT, 2017).

Para a Takeda Brasil (5ª colocada) investir em pessoas é o primeiro passo para crescer de forma sustentável, superando metas desafiadoras sem abrir mão dos valores que regem o cotidiano da companhia. A atuação focada em ser uma empresa cada vez melhor aos olhos dos colaboradores é refletida no bom clima organizacional da empresa, que conta com 83% de favorabilidade na Pesquisa de Clima aplicada anualmente. Atualmente, a Takeda está presente nos rankings mais importantes de gestão de pessoas, por acreditarem que um excelente ambiente de trabalho traz ganhos de produtividade e, conseqüentemente constrói um ambiente cada vez mais estimulante e propício para a satisfação e desenvolvimento profissional dos colaboradores (TAKEDA BRASIL, 2017).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo procurou-se investigar quais as modificações quanto aos valores culturais, promovidas por vinte empresas brasileiras eleitas por um grupo de 25 mil pessoas do gênero feminino como as preferidas para trabalharem. A partir dos resultados obtidos com este estudo, destaca-se a relevância de promover mudanças na cultura organizacional pelas empresas, não só para conquistar o público feminino de funcionários, como também de despertar a satisfação em relação ao trabalho desempenhado em decorrência das alterações dos valores culturais da organização. Como afirma Fleury (1991), o estudo da cultura possibilita o entendimento das formas de gestão, das relações de trabalho, dos mecanismos de controle e de dominação adotados na organização.

No contexto das empresas analisadas, observou-se que os principais valores culturais voltados às mulheres foram os benefícios e remuneração ofertados, bem como a criação de um ambiente de trabalho harmônico e propício ao desenvolvimento/aprimoramento e crescimento profissional. Do ponto de vista prático, os resultados da pesquisa reforçam a importância da equidade nas políticas de recompensas praticadas para profissionais, a despeito do gênero, como fator determinante para melhoria das relações entre empregadores e suas colaboradoras.

Ressalta-se, por derradeiro, que o debate sobre questões sociais, como

as relativas ao gênero no mercado de trabalho, tornou-se indispensável para as organizações na atualidade, seja em razão da maior diversidade do perfil demográfico dos trabalhadores ou pela ação das forças do mercado que exigem e monitoram a responsabilidade social das corporações.

Nesta pesquisa, procura-se contribuir para a produção de conhecimento acerca da questão da mudança que algumas empresas têm realizado em sua cultura organizacional, de modo a atrair um número cada vez maior de trabalhadoras, o que vem acarretando não só o aumento da produção dessas empresas, como também um aumento na satisfação das funcionárias em relação ao ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **As lutas feministas por educação, igualdade e cidadania**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. Vol. 81, janeiro-abril 2000.

ASHFORT, B.; MAEL, F. Organizational identity and strategy as a context for the individual. In: BAUM, J. A. C.; DUTTON, J. E. (Ed.). *The embeddedness of strategy*. Greenwich: JAI Press, 1996. p.19-64. **Advances in Strategic Management**, v.13.

BARBOSA, L. Cultura administrativa das relações entre antropologia e administração. **Revista de Administração de Empresas**, 1996 36(4), 6-19.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial [da] União, República Federativa do Brasil.

BELLE, F. **Executivas**: quais as diferenças na diferença. In: CHANLAT, J. F. (coord) *O indivíduo nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1993.

BETIOL, M. I. S.; TONELLI, M. J. A mulher executiva e suas relações de trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 17-33, out/dez, 1991.

CAVERSAN, Luiz. **Mercado formal também segrega mulher**. Folha de São Paulo, caderno B12, 9 de julho de 2000.

CINTRA, Soraya Veloso. **As melhores empresas para as mulheres**: ações efetivas ou jogo de marketing? Disponível em: <http://docplayer.com.br/5221049-As-melhores-empresas-para-mulheres-acoes-efetivas-ou-jogo-de-marketing.html>. Consultado em 10 julho 2017.

CLEARSALE. Disponível em <http://portal.clearsale.com.br/nossa-cultura>. Consultado em 10 julho 2017.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIEESE, Boletim. **Mulheres definem estratégias para a luta pela igualdade de gênero**. São Paulo: Ano XVIII, nº 214, jul/ago. 1999.

ELSBACH, K.D.; KRAMER, R.M. Members' responses to organizational identity threats: encountering and countering the business week rankings. **Administrative Science Quarterly**, v.41, n.3, p. 442-476,

1996.

ENZ, C. A. The role of value congruity in intraorganizational power. **Administrative Science Quarterly**, v.33, n.2, p.284-304, June 1988.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo, SP: McGraw Hill, 1991.

HILLMAN, James. **O mito da análise: três ensaios de psicologia arquetípica**. Tradução Norma Abreu Telles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LODEN, M. **Liderança feminina: como ter sucesso nos negócios sendo você mesma**. São Bernardo do Campo, SP: bandeirante, 1988.

LOVE MONDAYS. Disponível em www.lovemondays.org.br. Consultado em 05 julho 2017.

PADILLA, Ivan. **O jeito feminino de mandar**. ISTO É. São Paulo, nº 1517, 102-108, 28/10/98.

MAEL, F.; ASHFORTH, B.E. Alumni and their alma mater: a partial test of the reformulated model of organizational identification. **Journal of Organization Behavior**, n.13, p.103-123, 1992.

MONSANTO. Disponível em www.monsantoglobal.com/global/br/pages/default.aspx. Consultado em 10 julho 2017.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo, SP: Atlas, 1996.

NUBANK. Disponível em <http://www.nubank.com.br>. Consultado em 10 julho 2017.

ROCK CONTENT. Disponível em <https://rockcontent.com>. Consultado em 10 julho 2017.

SCHEIN, E. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro, RJ: Prentice-Hall, 1992.

SCOTT, C. **Visão, valores e missão organizacional**. "Construindo a organização do futuro". Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 1998.

SPECTOR, P.E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

STEIL, A. V. **Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro**. RAUSP, v. 32, n. 3, 1997.

TEIXEIRA, Ib. A grande revolução feminina dos anos 90. **Conjuntura Econômica**. São Paulo: vol.52, nº 8, 120-122, ago.1998

TRABALHO PRECARIZADO: OS EFEITOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA

Data de aceite: 06/01/2020

Data de Submissão: 13/10/2019

Jéssica Pereira Cosmo da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa-PB

<http://lattes.cnpq.br/8298494948726143>

Larissa dos Santos Ferreira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa-PB

<http://lattes.cnpq.br/3103241935555327>

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa-PB

<http://lattes.cnpq.br/0411097768343762>

RESUMO: O referido estudo trata das transformações em curso no mundo trabalho e sua conseqüente precarização, analisa ainda os impactos deste processo para as condições de vida e saúde da classe trabalhadora, juntamente com a desproteção a qual esses trabalhadores se encontram frente a negação dos direitos sociais e trabalhista. Esse estudo se dá a partir da realidade dos usuários atendidos no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador de João Pessoa (CEREST/

JP), instituição pela qual se desenvolveu uma pesquisa comparativa entre os anos de 2014 e 2017. Em torno dessa realidade investigativa, adotou-se o método do materialismo histórico-dialético marxista por desenvolver a crítica à contradição basilar da sociedade burguesa: a exploração e a precarização da classe trabalhadora, como fontes de acumulação capitalista. Metodologicamente, tipifica-se como uma pesquisa documental de fontes secundárias (registros dos trabalhadores) e legislações (leis, portarias, normas) referentes à Saúde do Trabalhador, além da pesquisa bibliográfica. Os resultados demonstram que as precárias condições de trabalho impactam negativamente na saúde do trabalhador, enquanto fator gerador do crescente adoecimento dos trabalhadores, processo que cada vez mais se intensifica no atual contexto, caracterizado pelas inúmeras reformas, inclusive trabalhista, de negação de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Precarização do Trabalho; Saúde do Trabalhador; Negação de Direitos.

PRECARE WORK: THE EFFECTS ON WORKER CLASS HEALTH

ABSTRACT: This study deals with the transformations that are taking place in the world of work and its consequent precariousness. It

also analyzes the impacts of this process on the living and working conditions of the working class, together with the lack of protection to which these workers face the denial of rights social and labor. This study is based on the reality of users served at the Regional Reference Center on Occupational Health of João Pessoa (CEREST / JP), an institution for which a comparative research was carried out between 2014 and 2017. Around this investigative reality, the method of Marxist historical-dialectical materialism was adopted by developing a critique of the basic contradiction of bourgeois society: exploitation and precarization of the working class as sources of capitalist accumulation. Methodologically, it is typified as a documentary research of secondary sources (workers' registers) and laws (ordinances, ordinances, norms) referring to Worker's Health, in addition to bibliographical research. The results show that precarious working conditions have a negative impact on workers' health, as a factor that generates the increasing sickness of workers, a process that is intensifying in the current context, characterized by the numerous reforms, including labor reforms, of denial of rights.

KEYWORDS: Precariousness of Work; Worker's health; Denial of Rights.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo investigativo deriva-se das observações e estudos iniciado nos Estágios Obrigatórios I e II do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPB, realizados no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/JP), enquanto instituição que objetiva melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, desenvolve ações voltadas no âmbito da promoção, prevenção, vigilância, assistência e reabilitação em saúde dos trabalhadores urbanos e rurais.

Tem por objetivo analisar as mudanças ocorridas em torno do mundo do trabalho e sua atual configuração marcada pela precarização, bem como, analisar os reflexos das mudanças ocorridas em torno do trabalho para as condições de vida e saúde da classe trabalhadora, principalmente no contexto da negação dos direitos sociais e trabalhistas.

Historicamente, o atual contexto abaliza-se em profundas transformações no mundo do trabalho e nas consequências desse processo para as condições de vida e saúde da classe trabalhadora, sobretudo diante da intensificação da precarização e da exploração do trabalho. As estratégias de enfrentamento da crise do capitalismo na sociedade tardo-burguesa, expressa pela reestruturação produtiva e acumulação flexível, implicam em intensas metamorfoses na configuração do mundo do trabalho, que tem como característica principal a precarização.

Diante das características introduzidas no âmbito produtivo, com a reestruturação produtiva do capital de base flexível, o trabalho no decorrer das últimas décadas, mais precisamente a partir de 1970 aos dias atuais, desenvolve um processo de

transformação que determina sua consequente precarização.

O trabalho, sob a atual configuração, torna-se ainda mais desregulado e desprotegido por não assegurar aos trabalhadores, condições adequadas para o exercício do labor, além de haver a intensificação da exploração. Conforma-se como uma realidade que impacta negativamente na classe-que-vive-do-trabalho, não apenas em face da precarização das atuais condições do trabalho como na geração de processos de adoecimento do trabalhador.

Dentre as transformações advindas da crise do capitalismo na década de 1970 que produzem reajustes de várias ordens, evidencia-se à adesão ao neoliberalismo, causando sérias perdas e retrocessos no campo dos direitos sociais, principalmente para as Políticas Sociais. Ademais, com as políticas neoliberais têm-se cada vez mais a desregulamentação e a flexibilização das legislações trabalhistas, o que torna o trabalhador ainda mais desprotegido. (PINTO, 2013)

No conjunto de transformações impulsionadas pela crise do capitalismo, Netto (2012, p.417) assinala:

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríptico mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal).

Em razão das transformações em curso, o trabalhador por estar diretamente ligado ao setor produtivo, sofre a dualidade desse processo, são transformações que atingem a totalidade do viver social. Por um lado, têm-se as mudanças e a consequente intensificação da precarização das condições de trabalho, desregulado e desprotegido; por outro, o retrocesso no que tange às garantias sociais e à negação dos direitos.

Com a falta de garantia para o trabalho, ora precarizado, crescem as doenças advindas do exercício das atividades laborativas e, inclusive, crescem os índices de acidentes de trabalho, conforme assevera Abramides (2017, p. 226): “As medidas de precarização do trabalho atingem as condições de vida e saúde dos trabalhadores [...]”.

2 | AS ATUAIS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA ANÁLISE SOB O CONTEXTO DE NEGAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

As transformações no mundo do trabalho em curso, a debater derivam do processo de reestruturação econômica combinado de reajustes políticos e sociais, enquanto estratégias de recuperação do processo produtivo, enfraquecido pela crise de 1973.

Esse período demarcado pelo contexto da reestruturação do capital derivado da década de 1970 provoca a emergência de mecanismos flexíveis de acumulação e de parâmetros de precarização no mundo do trabalho que passam a incidir sobre a Saúde do Trabalhador.

Decerto, o processo de trabalho fundamentado nas relações capitalistas sob a forma de organização flexível ampliou o grau de exploração da força de trabalho, elevando a um patamar mais alto as formas de precariedade do trabalho por revelar como um processo que desestabiliza, fragiliza e vulnerabiliza a classe trabalhadora.

De acordo com Mézáros (2009), o modo de produção capitalista enfrenta atualmente uma “crise estrutural do sistema metabólico do capital” que afeta todas as esferas de produção e reprodução social. Assim, “[...] a crise estrutural do capital revela-se, certamente, como a verdadeira crise da dominação em geral”. (MÉSZÁROS, 2014, p.29) Diferente das crises cíclicas já enfrentadas pelo capitalismo desde o século XIX, a crise estrutural envolve toda a estrutura da ordem capitalista, da produtiva ao social, revelando o caráter destrutivo desse modo de produção.

[...] o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza. (MÉSZÁROS, 2009, p. 29)

Mészáros (2014) ratifica ainda que a crise estrutural do capitalismo, iniciada na década de 1970, define-se a partir de quatro características: seu caráter é universal; seu alcance é global – sem limitar-se a uma particularidade de países; sua escala temporal é extensa e de acordo com o autor, é permanente, diferente das cíclicas enfrentadas anteriormente pelo capital; e quanto à sua modalidade, é “sub-reptícia”.

As respostas engendradas pelo capital e a emergência da Terceira Revolução Industrial envolvem e transformam, sobretudo, o mundo do trabalho, ao “[...] desencadear um amplo processo de reestruturação produtiva que visava a recuperação de seu ciclo produtivo” (ANTUNES;DRUCK 2013, p.14).

Com a Terceira Revolução Industrial, o processo produtivo tornou-se ainda mais competitivo e acelerado, a partir da introdução da robótica e da informática. Trata-se da era informacional na busca pela recuperação e desenvolvimento econômico, estagnado com a crise dos anos de 1970.

A emergência da Terceira Revolução Industrial destruiu o anterior padrão de desenvolvimento e relocou problemas novos cujas respostas e caminhos permanecem abertos. Esta ausência de respostas e alternativas é expressão da emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo internacional nas condições de ruptura do compromisso Keynesiano, que gerou não apenas a desestruturação da ordem econômica internacional como também a maior desestruturação do mundo do trabalho[...] (MATTOSO, 1995, p. 117)

Associado à eclosão da Terceira Revolução Industrial, o modelo de Organização Toyotista, conhecido também como a “Acumulação Flexível” (HARVEY, 1992), demarca a terceira fase do Sistema Capitalista – Capitalismo Contemporâneo. A Acumulação Flexível,

[...]se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p.140).

São transformações no mundo do trabalho, objetivadas pelo capital a fim de recuperar seu ciclo produtivo e recuperar seu projeto de dominação societal. Diferente do Fordismo, o Toyotismo, fundamenta-se no estoque mínimo, se produz de acordo com a demanda de consumo, “[...] o melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*” (ANTUNES, 2014, p. 33)⁸.

O Toyotismo caracteriza-se “[...] pela implacável perseguição à eliminação do desperdício, representado pela economia da força de trabalho necessária pela ampliação do tempo excedente” (NETO, 2013, p. 131). Nesse sentido, busca encurtar o tempo de produção, com implementação de novo método da superexploração do trabalho associados à intensificação da jornada de trabalho e a introdução do trabalhador multifuncional.

Analisar o processo de flexibilização do processo de trabalho é verificar que as principais características do modelo Toyotista compreendem o conjunto de estratégias atuais do sistema capitalista de superexploração da força de trabalho, pois, nesse modelo de organização instituído, no processo de trabalho, o “[...] *kanban*⁹, *just in time*, flexibilização, terceirização, subcontratação, Círculos de Controle de Qualidade, Controle de Qualidade Total, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos[...]” (ANTUNES, 2014, p. 33).

São elementos que indicam o processo de destituição dos direitos dos trabalhadores, anteriormente conquistados durante o pacto social do *Welfare State*, isso significa que, o processo de flexibilização impacta diretamente nos direitos dos trabalhadores, estes, compreendidos como conquistas na luta pela garantia de melhores condições de trabalho e de vida.

Quanto à destituição dos direitos trabalhistas, esta deriva dos ideais neoliberais, incorporados ao modelo de acumulação flexível a fim de regular a intervenção estatal. De acordo com as afirmações de Pinto (2010, p. 49).

A conjunção dessas duas vias de transformações, a reestruturação produtiva e a flexibilização da ação estatal interventora no movimento de livre mercado têm resultado no aumento da segmentação da classe trabalhadora em dois grupos distintos. Num deles estão os trabalhadores mais escolarizados, dos quais se exige maior participação e polivalência. [...] No outro grupo estão os trabalhadores contratados temporariamente ou por tempo parcial, os subcontratados como “terceiros”, os vinculados à economia informal, dentre outras formas “predatórias de trabalho existentes”.

Para os trabalhadores essas transformações significam o desmantelamento e flexibilização dos seus direitos, anteriormente conquistados na Constituição de 1988. Pauta-se na precariedade do trabalho e com baixos salários, no desemprego, na desregulamentação das condições de trabalho – com a adoção do trabalho informal e terceirizado – além do enfraquecimento das suas formas de organização política com a desproteção sindical e sua fragmentação enquanto classe social.

O conjunto atual das mudanças no mundo do trabalho sob o capitalismo contemporâneo, que vem sendo discutido no decorrer deste estudo, tem penalizado significativamente a classe trabalhadora que se submete ainda mais às condições de exploração do sistema capitalista, com seus direitos negados e destituídos, além da ineficiência do sistema de proteção social que minimize os efeitos das condições precárias de trabalho e de vida, as quais os trabalhadores estão submetidos atualmente. Nesse sentido, o processo de flexibilização acarreta consequências desde os direitos dos trabalhadores à sua forma de organização enquanto classe.

Esses impactos consolidam-se na realidade brasileira a partir da Reforma Trabalhista, contida na Lei nº 13.467/2017, sancionada pelo governo Michel Temer, após votação e aprovação pelo Senado em julho de 2017, alterando a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Essas alterações expressam o avanço da flexibilização que atinge desde a jornada de trabalho, as relações contratuais, o FGTS e as férias à organização sindical. A Reforma Trabalhista passou a vigorar no país em 11 de novembro de 2017, com modificações destrutivas para a classe trabalhadora.

A flexibilização é a marca do atual mundo do trabalho brasileiro, com regras favoráveis à Terceirização e aos acordos entre o empresário e o empregado. O fato de o trabalhador e o empregador passarem a negociar através de acordos individuais desde a jornada de trabalho, o banco de horas, o horário de descanso, as férias, demissões, plano de cargos e salários, passam a flexibilizar as legislações trabalhistas com intuito de facilitar as contratações de forma que os acordos se sobrepõem ao legislado.

São reformas que desregulam os trabalhadores, os condicionam ao trabalho precário e desprotegem da ação social do Estado frente às suas necessidades de sobrevivência e reprodução social.

2.1 A relação Trabalho/Adoecimento dos trabalhadores atendidos no CEREST/ João Pessoa

Como forma de evidenciar as discussões desencadeadas neste estudo apresenta-se a seguir os resultados derivados dos estudos iniciados no Trabalho de Conclusão de Curso, dados advindos da realização dos Estágios I e II no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST/JP.

Os dados que seguem foram coletados de 60 (sessenta) fichas cadastrais dos trabalhadores atendidos no CEREST/JP, 30 (trinta) fichas correspondem aos atendimentos realizados no ano de 2014 e 30 (trinta) referente ao ano de 2017, nesse sentido a pesquisa desenvolvida contém um caráter comparativo entre os dados dos referidos anos.

No que tange ao perfil destes trabalhadores, demonstram a mesma incidência de homem e mulher nos dois períodos da pesquisa, com pequenas alterações percentuais: no ano de 2014, a maior incidência foi do sexo feminino, representado por um percentual de 26,7% do total de 60 trabalhadores; e no ano de 2017, esse mesmo percentual de 26,7% corresponde ao sexo masculino. Percebe-se nas incidências referentes aos dois períodos em discussão que os dados aproximam-se, embora se saliente a atual incidência da mulher no mercado de trabalho e o seu maior adoecimento em razão de duas ou mais jornadas de trabalho.

Sobre a faixa etária no ano de 2017 os dados sinalizam que a maior incidência recai na faixa etária entre os 41 e 50 anos, representado por 12 (20%) das 30 Fichas, em seguida, têm-se os trabalhadores entre 31 e 40 com 16,7% (10). Os percentuais de menor incidência ocorreram nas faixas etárias de 19 a 30 com 10% (6) e os trabalhadores com idade maior que 50 anos com 3,3% (3).

Em comparação com os dados no ano de 2014, a maior incidência sucede em torno dos trabalhadores com a faixa etária entre 31 a 40 anos representando com 25% (15) das 30 Fichas, enquanto no ano de 2017 a maior incidência incide nos trabalhadores com faixa etária entre 41 a 50 anos. Diante desses dados comparativos aponta-se para uma tendência de trabalhadores na faixa produtiva concentrada entre 31 a 50 anos de idade, inseridos no mercado de trabalho. Os dados também expressam outra tendência que é a baixa inserção de jovens no mercado de trabalho, trata-se do desemprego da população jovem no trabalho formal em relação a alta incidência de pessoas com mais idade, até mesmo acima de 50 anos, no mercado de trabalho.

Sobre as condições de trabalho a tabela que segue trata sobre a exigência de esforços físicos difíceis e cansativos durante a jornada de trabalho.

Exigência de Esforço Físico	2014		2017		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Sim	25	41,7	26	43,3	51	85
Não	5	8,3	04	6,7	09	15
Total	30	50	30	50	60	100

Tabela 01 - Exigência de esforços físicos durante o trabalho segundo os trabalhadores atendidos no CEREST/JP. João Pessoa-PB, 2014/2017. N=60

Fonte: CEREST/SMSJP

A leitura desses dados permite atestar, em ambas as pesquisas, que há uma prevalência expressiva quanto à exigência de esforços físicos difíceis e cansativos durante as atividades laborativas 2014 (41,7%) e 2017 (43,3%), cujas somas indicam uma prevalência significativa de 85% dentre os 60 trabalhadores, universo das duas pesquisas.

Dentre os esforços físicos mais recorrentes nos relatos dos trabalhadores estão: os movimentos repetitivos; ritmo de trabalho intenso; flexão e rotação de coluna; levantamento e carregamento de peso; jornada de trabalho em pé ou apenas sentado; elevação dos braços; pescoço fletido; posições ergonomicamente inadequadas; instrumentos de trabalhos inadequados; agachamento.

Na pesquisa do ano de 2017, evidencia que a maior parte dos trabalhadores que alegaram não realizar esforços físicos difíceis e cansativos durante a jornada de trabalho, o adoecimento não advém das questões físicas, mas de ordem psicológica, devido aos seguintes fatores: as pressões psicológicas; alto nível de estresse no ambiente de trabalho; e ainda, assédio moral. Esses fatores acarretam o desenvolvimento de doenças psicológicas ao trabalhador.

Situação atual no trabalho	2014		2017		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Afastados	25	41,7	20	33,3	45	75
Ativos na ocupação	5	8,3	6	10	11	18,3
Demitidos	-	-	4	6,6	04	6,6
Total	30	50	30	50	60	100

Tabela 02 - Situação atual no trabalho dos trabalhadores atendidos no CEREST/JP. João Pessoa-PB, 2014/2017. N=60

Fonte: CEREST/SMSJP

A leitura desses resultados infirma a situação atual de trabalho dos trabalhadores atendidos no CEREST/JP, de ambas as pesquisas, em que 75% do universo de 60 asseguraram estar afastados em decorrência da doença. Em 2014, 25 dos 30

trabalhadores encontram-se afastados, em virtude de problemas de saúde advindos das atividades do trabalho. Em 2017, 20 dos 30 trabalhadores encontravam-se afastados, também motivados pelo comprometimento da saúde.

Na pesquisa de 2017, os resultados apresentam uma nova realidade: 4 dos 30 trabalhadores, mesmo em processo de adoecimento, foram demitidos diante da capacidade laborativa comprometida. Conforma-se como uma tendência alarmante que passa a integrar a nova organização do trabalho, na qual os trabalhadores adoecidos pelas doenças ocupacionais, ou mesmo lesionados por acidentes de trabalho, são demitidos caracterizando, assim, uma desproteção total do trabalhador que adoecido não tem condições de trabalhar, de se manter, de se reproduzir.

Na análise dos registros de 2017, comprovou-se que mesmo os trabalhadores que estão ativos na mesma ocupação, se encontram acometidos de algum tipo de agravo à saúde. Esses trabalhadores vão ao CEREST/JP em busca do documento comprobatório donexo causal entre o adoecimento e as atividades do trabalho, bem como a comprovação dos casos de acidente de trabalho. Essa comprovação da relação do adoecimento com o trabalho se dá por meio de emissão da *Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)*, em que o trabalhador requer junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) os benefícios previdenciários e o devido afastamento da função.

A maior parte da causa do afastamento, em ambas as pesquisas (2014 e 2017), está ligada diretamente às LER (Lesões Por Esforços Repetitivos) e aos DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), além dos acidentes de trabalho. Lesões afetam músculos, nervos, articulações e tendões e alteram a capacidade funcional da região comprometida, impossibilitando o trabalhador ao exercício da sua ocupação por reduzir sua capacidade laborativa, conseqüentemente, precisa se afastar do trabalho para realizar os devidos tratamentos ou até mesmo para submeter-se a procedimentos cirúrgicos.

Diante dos dados expostos verifica-se a intensidade do trabalho face a precarização das condições deste, e o conseqüente comprometimento da saúde da classe trabalhadora dos mais diversos ramos produtivos. O quadro se agrava mais ainda diante da grande retração do Estado e das Políticas Sociais, sobretudo no que diz respeito à proteção social dos trabalhadores em processo de adoecimento. Durante a análise das Fichas Cadastrais dos Trabalhadores, verificou-se que embora os trabalhadores se encontrem adoecidos, os direitos são, comumente, negados.

3 | CONCLUSÃO

As transformações em curso têm como características principais a superexploração e a precarização do mundo do trabalho. Conseqüentemente,

os influxos desse processo afetam intensamente a classe trabalhadora frente ao trabalho precarizado, desprotegido e sem garantias. Nesse contexto, o trabalho se materializa, em maior parte, sob condições precárias que não asseguram ao trabalhador sua integridade física e psíquica.

Atualmente, é com a acumulação flexível que surgem e intensificam-se novas formas de exploração. A nova configuração demarcada pelo modelo flexível e precarizado de organização do setor produtivo traz para a classe trabalhadora, condições de vida e de trabalho degradantes.

As transformações infletem não apenas no âmbito físico e psicológico das condições de trabalho, espraiam-se sob diversas ordens, inclusive, provocam a negação no campo dos direitos sociais e da proteção social diante da ofensiva do neoliberalismo que impõe enormes restrições na vida em sociedade.

Decerto, o trabalho sob nova configuração é deteriorante para as condições de saúde dos trabalhadores, que adoecidos, encontram, ainda, dificuldades para o devido acesso de benefícios que garantem o afastamento das atividades laborais. Ademais, os dados da pesquisa revelam uma nova tendência: a desproteção total dos trabalhadores com a demissão destes, mesmo acometidos por agravos à saúde.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Trabalho, Sindicato, Saúde e Serviço Social: crise do capital e desafios para a classe trabalhadora. *In*: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (orgs). **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2017, p. 225-243.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Maria da Graça. A Terceirização como regra? *In*: **Revista TST**. Brasília, vol. 79, nº 4, out/dez 2013.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2014.
- BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 13.467 de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Brasília: Presidência da República, 2017.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo. Edições Loyola, 1992, p.140-141.
- MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Sritta, 1995, p. 117 – 119.
- MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009, p.14 -16
- MÉSZÁROS, István. Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 25-32.
- NETO, Artur Bispo dos Santos. **Trabalho e Tempo de Trabalho na Perspectiva Marxiana**. São Paulo. 2013, pág. 127 -138

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n111/a02.pdf> (Acesso em 07/10/17).

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. Expressão Popular. São Paulo. 2010. p.20-75

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: Taylorimo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA FABRIL EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USUÁRIOS DO CEREST/JP

Data de aceite: 06/01/2020

Data de submissão: 11/10/2019

Jéssica Pereira Cosmo da Silva

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – PB

<http://lattes.cnpq.br/8298494948726143>

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – PB

<http://lattes.cnpq.br/0411097768343762>

RESUMO: O presente estudo objetiva analisar criticamente as atuais condições de trabalho em tempo da nova organização do trabalho, marcada pela acumulação flexível e o consequente processo de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo da Indústria atendidos no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST) na cidade de João Pessoa/PB, no período de 2014 e 2017. O presente processo investigativo, fundamenta-se teórica e metodologicamente na perspectiva do materialismo histórico dialético marxista. Metodologicamente, tipifica-se como uma pesquisa documental de caráter analítico, crítico e comparativo dos dados de 100 fichas cadastrais dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP. Os resultados

evidenciaram que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras fabris são sexo feminino (66%), com idade entre 31 a 50 anos (84%), inseridos predominantemente nos ramos calçadista (26%) e têxtil (20%).

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Nova Organização. Adoecimento.

WORKERS 'AND MANUFACTURERS' ADOPTION IN TIME OF A NEW ORGANIZATION OF WORK: AN ANALYSIS FROM CEREST USERS / JP

ABSTRACT: This study aims to critically analyze the current working conditions in time of the new work organization, marked by the flexible accumulation and the consequent process of sickness of the workers of the Industry branch attended at the Regional Reference Center on Worker Health (CEREST) in the city of João Pessoa / PB, in the period of 2014 and 2017. The present investigative process, is based theoretically and methodologically from the perspective of Marxist dialectical historical materialism. Methodologically, it is typified as a documentary research of an analytical, critical and comparative character of the data of 100 cadastre records of the workers attending the CEREST / JP. The results showed that the majority of factory workers are female (66%),

aged between 31 and 50 years (84%), predominantly in the footwear (26%) and textile (20%) branches.

KEYWORDS: Work. New Organization. Sickness.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo investigativo analisa a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora a partir da categoria central o trabalho na nova organização, discutida à luz do processo de acumulação flexível e o conseqüente adoecimento da classe trabalhadora.

A proposta deste estudo decorreu do processo investigativo realizado na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (2015) que analisou as conseqüências das atuais transformações no mundo do trabalho sob a perspectiva do trabalho multifuncional, que incidem sobre os agravos à saúde do trabalhador e o comprometimento para o exercício do labor. Deriva da realização dos Estágios Supervisionados I e II, desenvolvidos no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador – CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador)/ João Pessoa, junto ao Núcleo de Acolhimento e Assistência.

Com o interesse investigativo de aprofundar e ampliar as análises em torno da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, optou-se em estudar a Nova Organização do Trabalho em torno de algumas categorias estratégicas de superexploração que compõem o Modelo de Organização Toyotista, a saber: a precarização, flexibilização, terceirização e multifuncionalidade do trabalho, e como esse atual processo de trabalho tem refletido negativamente na saúde da classe trabalhadora, ao provocar o adoecimento, com o comprometimento da capacidade laboral.

As atuais transformações no mundo do trabalho, que serão discutidas na construção deste estudo, decorrem da crise dos anos de 1970 que, conforme afirmam alguns autores, trata-se de uma crise sistêmica (NETTO, 2012), uma crise estrutural do capital (MÉSZAROS, 2009), pois afeta a totalidade do MPC que atinge desde o âmbito econômico, perpassando o político e social, além da destrutividade da natureza.

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. [...] esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. (MÉSZÁROS, 2009, p.13)

Suas respectivas respostas, como a reestruturação produtiva sob a égide da acumulação flexível, associada ao avanço tecnológico, com a eclosão da Terceira Revolução Industrial, a financeirização do capital e o aparato ideológico neoliberal determinam as bases do controle social, político e econômico do capitalismo

contemporâneo.

2 | O MUNDO DO TRABALHO EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO

No decorrer dos anos de 1970 e 1980, o capital desencadeou um processo de reestruturação econômica combinado de reajustes políticos e sociais, enquanto estratégias de recuperação do seu processo produtivo, enfraquecido pela crise do capitalismo de 1973. Como explanado neste estudo, esse período foi marcado pela crise do modelo de organização e acumulação taylorista-fordista, levando o sistema capitalista à adoção de um novo modelo de Organização de Trabalho, reestruturando o processo de acumulação de capital – o Toyotismo.

O que denominamos de toyotismo implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o just-in-time/kanban ou o kaizen, que pressupõem, por outro lado, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento prático do operário ou empregado. (ALVES, 2007, p.158).

As mudanças no mundo de trabalho em curso, que se instalaram desde a crise fordista da década de 1970 e com o advento das inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial, que se intensificaram com a crise de 2007/2008 a partir do setor imobiliário nos Estados Unidos, referem-se à flexibilização dos vínculos empregatícios, relações contratuais e jornada de trabalho; à precarização da saúde dos trabalhadores; à agudização do processo de alienação das relações sociais, à ofensiva aos direitos trabalhistas e à organização política (sindical) dos trabalhadores. Nesse sentido,

[...] a precarização das formas de organização do trabalho traduz as condições sócio-históricas atuais de reprodução do capital, fundamentado em uma organização mais complexa e flexível, substancial ao novo padrão de acumulação, no qual a força de trabalho, apesar de necessária ao capital, é por ela mesma desvalorizada e colocada em condições para que possa ser explorada ao máximo. (MARONEZE, 2011, p. 07)

Embora o trabalho precarizado seja um processo inerente ao modo de produção capitalista, cabe evidenciar que “[...] com o novo modelo de reorganização do capital, assumem uma forma mais ofensiva, principalmente com a retomada do pensamento neoliberal que prega o desmantelamento da legislação social e de políticas voltadas à defesa e proteção social do trabalhador.” (MARONEZE, 2011, p. 05)

A lógica flexibilizante se verifica, sobretudo, na jornada de trabalho, no tempo da produção (necessária e excedente) de valor. O tempo de trabalho é fator condicionante para o processo de acumulação do capital. A lei absoluta do

MPC é a busca pelo valor excedente produzido pela força de trabalho, cujo valor é extraído durante a jornada de trabalho, o mais-trabalho não pago que fundamenta a exploração do trabalho.

As formas como são organizadas as jornadas de trabalho dependem da necessidade do acúmulo do capital, de como o capitalismo organiza as formas de extrair o mais-valor. Rígida ou flexível o trabalhador é condicionado à exploração, mas, a “[...] distribuição flexível até mais do que a rígida, exerce um efeito de fetiche, no qual o trabalho não parece estar presente e o valor tem todo chame de uma criação do nada.” (DAL ROSSO, 2017, p.104)

A redução da jornada de trabalho na lógica da acumulação flexível significa a intensificação do processo de trabalho, “[...] a intensificação laboral ocorre em razão inversa a jornada de trabalho. Quanto mais longa ela for, menor a rapidez de trabalho; quanto menor ela for, maior a aceleração”. (DAL ROSSO, 2017, p.106) Trata-se de flexibilizar a jornada de trabalho para garantir maior produtividade em um curto espaço de tempo. Ademais, a criação do mais-valor relativo, na realidade atual conta com o grande avanço tecnológico, e da colocação do trabalhador operador de mais de uma máquina (DAL ROSSO, 2017), de forma que associado a horários flexíveis resulta em maior quantidade de trabalho – a superexploração do processo de trabalho sob a égide da reestruturação produtiva.

Decerto, o mundo do trabalho sob a nova organização comandada pela lógica produtiva que exige flexibilidade em todos os níveis, institui uma intensificação da exploração com altos níveis de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões, desde o tempo do trabalho a um cenário do processo produtivo caracterizado pela informalidade, contrato temporário, intensificação do ritmo de trabalho, aumento da taxa de desemprego, competitividade, rotatividade e multifuncionalidade no processo de trabalho.

O trabalho informal não é um fenômeno novo, porém o processo de inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial, bem como o processo de reestruturação produtiva, o evidencia como tendência no atual mundo do trabalho, “[...] fica mais fácil negar a produtividade de certos trabalhos realizados informalmente, mas diretamente articulados à produção capitalista. Essa forma de organizar a produção, ao mesmo tempo fragmenta o trabalho e obriga-o a assumir a condição que aparenta”. (TAVARES, 2002, p. 50)

A informalidade do trabalho apresenta-se como uma resposta ao crescimento do desemprego estrutural, enquanto demanda do próprio processo de reestruturação produtiva. Nesse sentido, “[...] é a própria estrutura capitalista que imprime esse caráter, pelo qual se explica a expansão do trabalho informal e o modo como parte dele, mediada pelos processos de terceirização, se articula diretamente ao capital”. (TAVARES, 2002, p. 51)

Revela-se também como um fenômeno que garante a “autonomia” do trabalhador com relação ao processo de trabalho no Modo de Produção Capitalista, porém, traduz como uma estratégia de exploração, pois além de negar o a produtividade, destitui o trabalhador dos direitos trabalhistas, como o assalariamento formal, configurando-se como um processo de precariedade das condições de trabalho, descaracterizando o processo de assalariamento.

Enquanto consequências para a classe trabalhadora com essa nova forma de organização do trabalho, outra tendência da dinâmica da acumulação flexível, que fortalece a precariedade do trabalho, é a Terceirização. De acordo com Antunes e Druck (2013, p. 16), “[...] ela institui um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação capital-trabalho em todas as suas dimensões.”

O trabalho terceirizado tende a precarizar o processo de trabalho, uma vez que nessa forma de contratação tem-se a redução do salário, a rotatividade dos trabalhadores, a intensificação do processo de trabalho, o aumento dos riscos de acidente de trabalho, além da redução ou negação dos benefícios. Segundo Antunes e Druck (2013, p. 220), essas novas formas de organização de trabalho,

[...] se evidencia(m), através da terceirização, condições de trabalho e salariais que definem trabalhadores de primeira e segunda categorias, como porta para o trabalho análogo ao de escravo, e em que a discriminação se dá não apenas por parte da empresa contratante, mas também entre os próprios trabalhadores contratados diretamente e os chamados “terceiros”, cuja denominação já revela a distinção ou a condição aparte, de fora, externa.

Com relação à realidade brasileira, o país encontra-se em um grande debate em torno do Projeto de Lei nº 4.330 de 2004 (agora PL 4.302/98), de autoria do deputado Sandro Mabel, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. “Art. 1º Esta Lei regula o contrato de prestação de serviço e as relações de trabalho dele decorrentes, quando o prestador for sociedade empresária que contrate empregados ou subcontrate outra empresa para a execução do serviço”. (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2004, p. 1).

Compreendida como um ameaça aos direitos trabalhistas, essa Lei significa para o trabalhador o desmonte dos seus direitos trabalhistas, reconhecidos constitucionalmente, uma vez que libera a terceirização para a atividade-fim - o que não era permitido – ou seja, a sua regulamentação reflete negativamente nos salários dos trabalhadores que passarão a trabalhar mais, pautados na flexibilização, e ganhar menos, já que cada empresa irá retirar seu lucro. Outros impactos que recaem nas condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados, referem-se aos serviços de refeições e ambulatoriais, que com a nova Lei de Terceirização, as empresas contratantes não são obrigadas a dispor de refeitórios e nem de serviços médicos aos trabalhadores terceirizados.

Outro fenômeno que imputa precarização ao processo de trabalho é a introdução do trabalhador multifuncional ou polivalente. De acordo com Dal Rosso (2017, p.117), “[...] a característica mais marcante do Toyotismo, e que o diferencia dos sistemas rígidos, é a aplicação prática do princípio da polivalência, pelo qual o trabalhador é flexível para realizar simultaneamente mais de uma tarefa.”

O trabalhador multifuncional é aquele que desempenha múltiplas funções, relativas à sua área de trabalho ou não; o trabalhador multifuncional não fica alocado em um posto de trabalho específico, já que o seu método de trabalho está baseado na polivalência e na rotação de tarefas.

Nesse entendimento, o trabalhador multifuncional garante a empresa não só o aumento da produtividade, mas a eficiência da mesma, além de diminuir o número de trabalhadores contratados formalmente e os custos gerados pelo salário.

Em contrapartida, o exercício da multifuncionalidade exige do trabalhador um ritmo de trabalho mais intenso, muita pressão mental e física, dentre outras consequências, o que acarreta grandes riscos e danos à saúde. Afora esses influxos na saúde do trabalhador, cita-se ainda a instabilidade da garantia de direitos, tendo em vista os desvios de funções, sem aparatos legais que protejam o trabalhador na busca da garantia dos direitos trabalhistas. A multifuncionalidade do trabalho, segundo Antunes (2002), desespecializa o trabalhador qualificado, a fim de intensificar o processo de trabalho e diminuir o controle produtivo que tinha o trabalhador qualificado no ciclo da produção.

Ademais, a multifuncionalidade do trabalho conforma-se como uma categoria da superexploração do trabalho inerente ao modo de produção capitalista, em que há um aumento do ritmo do trabalho, e o conseqüente aumento da produtividade e o rebaixamento salarial.

O conjunto atual das mudanças no mundo do trabalho sob o capitalismo contemporâneo, que vem sendo analisado no decorrer deste estudo, tem penalizado significativamente a classe trabalhadora que se submete ainda mais às condições de exploração do sistema capitalista, com seus direitos negados e destituídos, além da ineficiência do sistema de proteção social que minimize os efeitos das condições precárias de trabalho e de vida, as quais os trabalhadores estão submetidos atualmente. Nesse sentido, o processo de flexibilização acarreta consequências desde os direitos dos trabalhadores à sua forma de organização enquanto classe.

Conforme discutido, as implicações das mudanças no mundo do trabalho pautadas na flexibilização, terceirização, informalidade e polivalência refletem diretamente na saúde do trabalhador, que passa a ter sua capacidade laboral comprometida ao se inserir em condições precárias de trabalho. Ao adoecerem, os trabalhadores tornam-se disfuncionais ao mercado de trabalho, pois, conforme Abramides e Cabral afirmam (2003, p. 07), “[...] a força de trabalho, considerada

mercadoria básica no processo de produção capitalista, é requerida pelo mercado, mas lhe é exigido ter a saúde necessária para executar um processo de trabalho[...]”, e é consumida até o seu total desgaste

2.1 As condições de trabalho e o adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP

Passa-se a analisar criticamente como as atuais transformações no mundo do trabalho sob a Nova Organização do Trabalho, marcada pelo trabalho precário, flexível, terceirizado e polivalente têm incidido negativamente na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora a partir da análise das condições de trabalho e o processo de adoecimento de 100 (cem) trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP, em 2017 e 2014. Cabe registrar que a pesquisa tem caráter comparativo entre 2014 e 2017, sendo 50 (cinquenta) Fichas correspondentes a 2014 e 50 (cinquenta) a 2017.

Com relação ao perfil dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP, o gráfico abaixo indica uma significativa diferença percentual do sexo feminino nas duas pesquisas que pode ser explicada pelo aumento da figura feminina no mercado de trabalho. Os resultados da pesquisa de 2017 demonstraram a predominância do sexo feminino com 66% (33).

Em 2014, os resultados da pesquisa realizada no CEREST/JP despontaram também que dentre as 50 (cinquenta) fichas cadastrais do trabalhador de diversos ramos produtivos, 28 (56%) eram do sexo feminino.

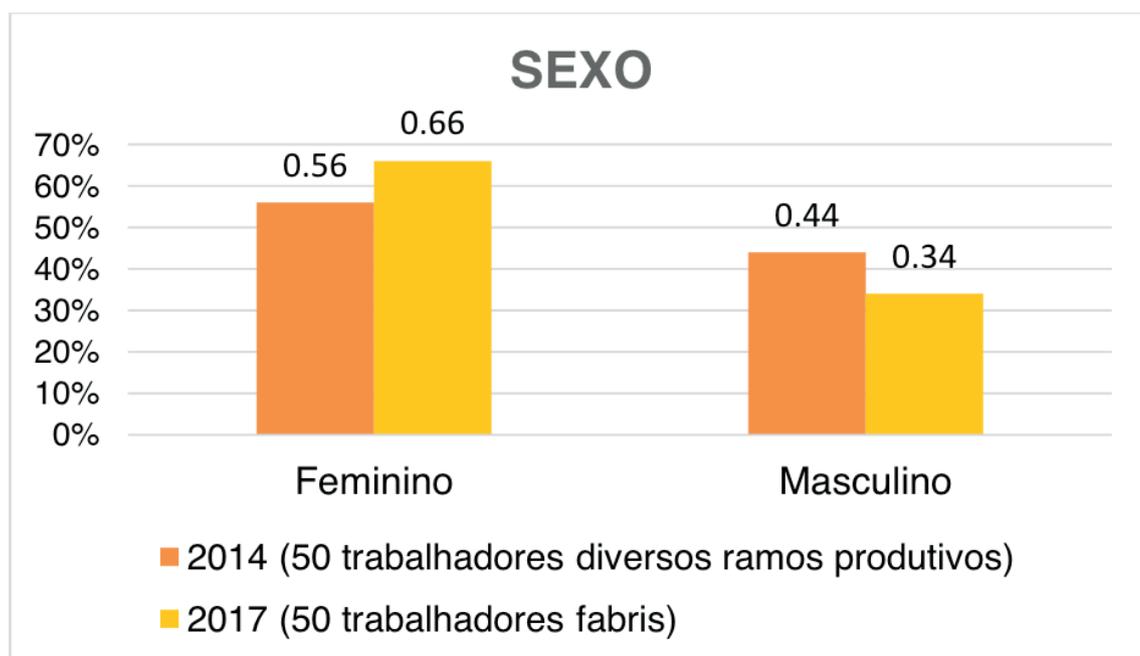


Gráfico 01- Sexo dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST.

João Pessoa, 2014/2017. N=100.

Fonte: CEREST/SMSJP

O aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho é motivado tanto pela realização profissional, ou mesmo a necessidade em assumir a responsabilidade, enquanto chefes de família, quanto pelo interesse do capital que se dá pela apropriação das habilidades para algumas funções no ciclo produtivo em que as mulheres desempenham com mais facilidades que os homens.

Por se tratarem de trabalhadores e trabalhadoras fabris, atendidos no CEREST/JP, portanto, trabalhadores adoecidos. Os dados desse perfil indicam que a frequência de ocorrências do processo de adoecimento é maior entre as mulheres. Esse quadro deriva, principalmente, da dupla jornada de trabalho feminino, na qual as mulheres exercem atividades laborais dentro e fora do lar.

No que se refere a estratificação por faixa etária dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP, nos dados referentes à pesquisa de 2017 expressam que a maioria (84%) dos trabalhadores e trabalhadoras fabris têm entre 31 e 50 anos de idade.

Os resultados da pesquisa de 2014 expressam também que o perfil etário da maioria (72%) dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP tinha entre 31 e 50 anos. Verifica-se, portanto, que predominante os trabalhadores e trabalhadoras atendidos no referido Centro entre 2014 a 2017 possuem entre 31 a 50 anos de idade.

Quanto à relação empregatícia dos trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP no mercado de trabalho assinala a predominância dos empregados, com 84% em 2017 e 80% em 2014. Por outro lado, os dados da pesquisa de 2017 sinalizam que 16% dos trabalhadores e trabalhadoras fabris encontram-se desempregados. Na pesquisa de 2014, 18% estavam desempregados.

A maioria das funções realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP relaciona-se com o ramo industrial calçadista, uma vez que 26% vincula-se a uma empresa da indústria de calçados da Paraíba; seguidos do ramo têxtil (20%), além dos ramos alimentícios (14%) e cerâmicas (6%), entre outros ramos das indústrias paraibanas.

No que tange a renda mensal dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP os dados indicaram que 76% (2017) e 70% (2014) dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP recebem o valor de 1 (um) salário mínimo.

O fato de a renda mensal dos trabalhadores e trabalhadoras ser em torno de 1 salário mínimo mostra o quanto é precário o salário pago a esses trabalhadores, que exercem funções laborais diretamente relacionadas à criação do valor excedente, realizam atividades com maquinaria pesada e responsáveis pelo aumento da produtividade e garantia da qualidade total dos produtos. É uma renda mensal

destinada a manutenção das suas condições de vida, e, por vezes, a única renda para o sustento familiar.

Com relação à carga horária, os resultados atestaram que, em 2017, a maioria (72%) dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP trabalha entre 44 e 48 horas. Na pesquisa realizada em 2014 os resultados confirmaram que a maioria (88%) dos trabalhadores usuários do CEREST/JP trabalhavam entre 40 e 48 horas.

A jornada de trabalho, especificamente do trabalhador do chão de fábrica, mostra diante dos resultados uma jornada intensa, ao considerar as funções realizadas e o setor produtivo que evidencia um alto grau de produtividade. São mais que 8 horas diárias, um tempo de dedicação integral, exclusiva aos postos de trabalho. Esse contexto de horas trabalhadas duplica em relação à realidade do trabalho feminino que, conforme se demonstrou neste estudo, as mulheres executam atividades dentro e fora do lar, dentro e fora do espaço produtivo, mas garante fora dele também a reprodução de força de trabalho no âmbito familiar.

Os dados das pesquisas de 2014-2017 também revelaram que os trabalhadores fabris atendidos no CEREST/JP se encontram submetidos a precárias condições de trabalho, submetidos à insalubridade, expostos a agentes danosos à saúde. São trabalhadores e trabalhadoras submetidos durante a execução do labor, à intensificação do trabalho (88%), esforços físicos com levantamento de pesos e em posições inadequadas, além do trabalho repetitivo (90%) e trabalhos multifuncionais (62%).

Sobre o processo de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP, elenca-se, a seguir, um quadro com os tipos de agravos à saúde mais frequentes.

Os agravos pertinentes ao grupo CID-10 das Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, as Lesões do ombro (CID-10 M75.0 – M75.9) atingiram a maioria dos trabalhadores fabris usuários do Centro, caracterizando o agravo mais incidente entre os trabalhadores.

AGRAVOS À SAÚDE	CID-10
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	M00-M99
Doenças do sistema nervoso	G00-G99
Doenças do aparelho respiratório	J00-J99
Acidentes no Trabalho	---

Quadro 01- Tipologia dos agravos/doenças segundo os trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP. João Pessoa, 2014/2017.

Fonte: CEREST/SMSJP

As Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjunto são agravos que relacionam com as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras inseridos em um contexto de transformações no mundo do trabalho, com inserção de novas tecnologias e nova organização do trabalho que submetem os trabalhadores a execução de movimentos repetitivos, ritmos intensos, esforços pesados, em posições inadequadas, favorecendo o desencadeamento do processo de adoecimento. (SILVA, 2014)

São agravos que, em 2017, levaram ao afastamento de 74% dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP; no ano de 2014, devido aos agravos, 82% afirmaram estar afastados do exercício laboral.

O afastamento é a materialidade do esgotamento laboral dos trabalhadores e das trabalhadoras. Demonstra que o adoecimento que acometeu não é um processo reestabelecido do dia para a noite. É o desgaste que se intensifica a cada jornada de trabalho, a cada rotina diária de esforços que comprometem cada vez a capacidade laboral, impossibilitando o trabalhador de exercer sua rotina de trabalho.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precariedade do trabalho na égide da acumulação flexível tem propiciado à classe trabalhadora, especificamente aos trabalhadores fabris, o desencadeamento de doenças que comprometem a capacidade laboral, haja vista que os agravos desenvolvidos a partir das condições precárias, são por vezes irreversíveis à saúde do trabalhador.

O adoecimento laboral é expressão, no plano da singularidade humana, do processo de desefetivação do ser genérico do homem, que, nas condições da crise estrutural do capital, assume dimensão ampla e intensificada com a superexploração da força de trabalho. (ALVES *apud* PRAUN, 2016, p.130)

A pesquisa confirmou que o processo do adoecimento se relaciona com o precário, flexibilizante e polivalente processo de trabalho, pois de acordo com os resultados, os tipos de agravos mais evidentes entre os trabalhadores trabalhadoras foram as LER/DORT que, conforme aludido neste estudo, têm como condicionantes o trabalho repetitivo realizado pela maioria, desenvolvido de forma predominante sob ritmo intenso. Ademais, as condições precárias, polivalentes e multifuncionais de trabalho e o conseqüente processo de adoecimento levaram ao afastamento de 74% dos trabalhadores e trabalhadoras fabris.

Os trabalhadores e trabalhadoras fabris enfrentam a descartabilidade e substituição da sua força de trabalho por estarem adoecidos, cujos agravos foram

acometidos durante o exercício laboral. O presente estudo observou ainda o desmantelamento dos direitos trabalhistas, com o advento das reformas trabalhistas e as estratégias da nova organização do trabalho que denegam a CLT e a negação do direito à saúde com o desencandeamento de agravos relacionados ao trabalho

Diante desse contexto, a luta de classes torna-se imprescindível para barrar as ameaças às condições de trabalho e vida dos trabalhadores, oriunda de um projeto de acumulação destrutivo sem precedentes, cujos enfrentamentos desdobram-se na busca pela intervenção estatal no trato das desigualdades sociais elevadas a um patamar mais alto no contexto atual. No campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora necessita ampliar as ações e disseminações voltadas a preservação e garantir a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras; pautar as reivindicações na efetivação dos direitos ao trabalho e a saúde; o fortalecimento do sindicalismo e a busca pelo reconhecimento da condição de humanidade, do ser de cada trabalhador que foi reduzido a mercadoria.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **Regime de Acumulação Flexível e Saúde do Trabalhador**. São Paulo, 2003.

ALVES, Giovanni. **As Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaio da Sociologia do Trabalho. 2ª Ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. O Fardo mórbido do tempo histórico do capital global. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.). **Saúde do trabalhador e da trabalhadora e Serviço Social**: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo. Campinas: Papel Social, 2016. p. 13-15

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Maria da Graça. A Terceirização como regra? In: **Revista TST**. Brasília, vol. 79, nº 4, out/dez 2013.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.330 de 2004**. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

DAL ROSSO, Sadi. **O Ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti. **O Trabalho Docente na Perspectiva das Organizações Internacionais - Banco Mundial, UNESCO e CEPAL**: uma análise das recomendações e das tendências a precarização do trabalho. Disponível em: <congressoalast.com/wp-content/uploads/2013/08/182.pdf>

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009, p.14 -16

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.p. 221-230.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. (Arquivo PDF)

SILVA. Kleber José. **Saúde, Trabalho e Direito Social**: uma análise a partir dos usuários do centro regional de referência em saúde do trabalhador – João pessoa/PB. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: 2014. UFPB.

TAVARES. Maria Augusta. **Trabalho informal**: os fios (in)visíveis da produção capitalista. São Paulo: Cortez, 2004.p.50-60.

COMPLIANCE: ENFRENTAMENTO DAS PATOLOGIAS CORRUPTIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS PELA CADEIA PRODUTIVA NO MUNDO DA MODA

Data de aceite: 06/01/2020

Maira Angélica Dal Conte Tonial

Doutoranda pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora no Curso de Direito da Universidade de Passo Fundo. Advogada. E-mail: mairatonial@upf.br - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/021234431520090>

Jacson Bacin Vicente

Doutorando em Direito (URI), Mestre em Direito (UNISC), Especialista em Processo Civil e Constitucional (UPF). Professor no Curso de Direito da Universidade de Passo Fundo. Advogado. E-mail: jacsonvicente@upf.br - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4712585551593875>.

RESUMO: A abordagem realizada no presente estudo, busca dirimir a aplicação da ferramenta *compliance* e sua utilização no mundo empresarial, demonstrando sua aplicabilidade nas relações laborais e suas vantagens, ao tempo em que analisa um segmento específico: a fabricação têxtil, onde denota-se a grande precarização das relações laborais, pela utilização de mão de obra análoga a condição de escravo. Almejando demonstrar a responsabilização na cadeia produtiva de grandes redes produtivas e como poderia a ferramenta, ser utilizada como alternativa no combate desta patologia. Logo, por meio

das técnicas adequadas e efetivas, aborda-se a fortificação das estratégias para a erradicação da precarização das relações sociais e a ampliação do desenvolvimento de aplicativos legais que possam combater a reificação humana e realizar uma função social do próprio trabalho digno e humano.

PALAVRAS-CHAVE: Cadeia produtiva. Compliance. Enfrentamento. Moda. Patologias. Responsabilização.

COMPLIANCE: FACING CORRUPTIVE PATHOLOGIES AND LIABILITY OF COMPANIES BY THE PRODUCTION CHAIN IN THE WORLD OF FASHION

ABSTRACT: The approach taken in the present study seeks to solve the application of the compliance tool and its use in the business world, demonstrating its applicability in industrial relations and its advantages, while analyzing a specific segment: textile manufacturing, where it is denoted the large precarization of labor relations, by the use of labor analogous to the condition of slave. Striving to demonstrate accountability in the production chain of large productive networks and how could the tool be used as an alternative in the fight against this pathology. Therefore, through appropriate and effective techniques, the fortification of strategies

for the eradication of the precariousness of social relations and the expansion of the development of legal applications that can combat human reification and carry out a social function of the proper and human work itself.

KEYWORDS: Accountability. Compliance. Confrontation. Fashion. Pathologies. Productive chain.

INTRODUÇÃO

Observa-se, realizando uma análise no mundo do trabalho, que o mesmo tem passado por uma série de transformações, muitas delas ocasionadas por fenômenos econômicos e políticos que têm forçado a mudança estrutural na relação laboral.

Nesse sentido, objetiva-se com a presente pesquisa realizar uma abordagem sobre a cadeia produtiva no mundo na moda, especialmente na realidade pátria e as patologias que alcançam esse setor.

Sugere-se para tanto, como alternativa de combate à exploração da mão de obra e outras mazelas, a utilização da ferramenta da *compliance* nas relações trabalhistas, em especial nesse setor, discorrendo sobre seus benefícios.

A UTILIZAÇÃO DA *COMPLIANCE* COMO FERRAMENTA NAS RELAÇÕES LABORAIS

Para que se possa iniciar a discorrer sobre a aplicação da *compliance* nas relações de trabalho, em especial, na responsabilização pela cadeia produtiva no mundo da moda, necessário se faz, dar uma definição do conceito.

Para tanto, etimologicamente a palavra que tem origem anglo saxônica pode ser compreendida grosseiramente como "se cumpra", visto que se traduz pelo verbo "*to comply*". Num sentido um pouco mais aprimorado, poder-se-ia traduzir por "executar" ou "cumprir", e em sentido mais estrito "realizar aquilo que fora determinado".

Desta forma, juridicamente interpretando a expressão, seria possível ampliar ainda mais o alcance da mesma para atribuir a "*compliance*" a ideia de que a empresa que a adotar deverá como pautar-se a todos os preceitos legais, emanados pelo Estado, ou ainda, ajustado por particulares. Também, a necessidade de adotar procedimentos éticos que imputem a empresa e seus colaboradores uma imagem e um ambiente corporativo com reputação ilibada.

Neste sentido poder-se-ia atribuir a expressão de significado de "um conjunto de regras, padrões, procedimentos éticos e legais, que, uma vez definido e implantado, será a linha mestra que orientará o comportamento da instituição no mercado em que atua, bem como a atitude dos seus funcionários" (CANDELORO; RIZZO; PINHO, 2012, p. 30).

Assim, numa empresa que demanda a utilização de colaboradores para atingir seus objetivos o *compliance* pode ser uma bela ferramenta para nortear práticas corriqueiras. Baseada em determinações legais e contratuais e pautados sobretudo pela ética que deve nortear as relações será possível resolver a gestão de pessoas, desde o início do contrato de trabalho, seu desenvolvimento e encerramento do mesmo.

Toda empresa almeja ter junto ao seu público consumidor uma reputação adequada, que lhe gere confiabilidade, e que permita alçar desenvolvimento econômico aliado a sustentabilidade de suas ações. Os consumidores são ávidos pela aquisição de produtos de empresas que agem eticamente na condução de suas atividades.

Assim, em nada agrega ao material incorpóreo (imagem) da pessoa jurídica a pechade transgressora. Ainda mais se o bem lesado for direitos e garantias fundamentais. Como por exemplos direitostrabalhistas.

Por esse motivo, embasados em documentos internacionais e recentemente documentos nacionais, as empresas brasileiras passaram a preocupar-se com a adoção de medidas para erradicação da corrupção e práticas fomentadoras de transparência no meio social (exemplo do que foi referido, é a edição da Lei 12.846/13, que fora nominada como "lei anticorrupção", que traz em seu bojo descrições sobre cooperação de empresas com o poder público¹). Também poder-se-ia trazer a Lei 13.303/2016, que em seu bojo trata do estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias, que abordam a temática.

Ainda, em termos nacionais, seriam exemplos do referido a Portaria de número 750, que instituiu o Programa de Integridade da Controladoria-Geral da União e a de número 784, trazendo Programa de Fomento à Integridade Pública (PROFIP), demonstrando a preocupação com a gestão de risco e a imagem dos órgãos governamentais. Da mesma forma em maio de 2016 agregou-se a mais esses instrumentos a Instrução Normativa Conjunta n.º 01, que trouxe em suas bases a necessidade de adoção de práticas sustentáveis de controles internos.

Desta forma iniciou-se uma caminhada que ganha cada vez mais adeptos no país, pois a necessidade de uma boa imagem, aliada a necessidade de redução de conflitos torna-se terreno fértil para o meio público atender seus ditames sociais e no meio privado para as empresas brasileiras que desejam expandir seus negócios para além-fronteiras.

Nesse sentido Oliveira e Rezende afirmam “programas “*compliance*” não são legalmente obrigatórios às empresas, mas servem para diminuir os riscos na responsabilidade das organizações comerciais dos atos praticados pelos seus

¹ Lei nº 12.846/2013 em seu artigo 7º [...] serão levados em consideração na aplicação das sanções: VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

funcionários ou dirigentes" (OLIVEIRA; REZENDE, 2016, p. 34). E no que tange a responsabilização social torna-se ferramenta de grande valia para minimização de conflitos.

Assim, tanto para as pessoas jurídicas de direito público, quanto para as empresas que necessitam boas técnicas de governança a *compliance* apresenta-se com uma faceta preventiva na formação de conflitos, pois a dotação de comportamentos adequados evita o desvio, bem como na faceta repressiva, que apoios instaurados a demanda atua diretamente na redução da complexidade. Assim Ferreira "Seu objetivo não é o de reprimir comportamentos desviados, mas de preveni-los e, quando já ocorridos, remediar os efeitos danosos de tanto."(2016, p. 12).

Da mesa forma, como objetivo "“O *compliance* possibilita o combate à corrupção, reduz o número de ações judiciais e processos administrativos, assim como os riscos de perdas financeiras decorrentes dos danos à imagem ou reputação da empresa” (COLOMBO; SCHWARTZ, 2015, p. 2).

Neste sentido, partindo-se do pressuposto de que em uma empresa seu maior patrimônio consiste nos colaboradores que nela laboram pode-se aquilatar quanto importante é a adoção de uma *compliance* que possibilite a minimização de conflitos. A adoção de práticas de condutas pautadas na ética auxilia a complexidade que ronda as relações interpessoais.

O *compliance* envolve questão estratégica e se aplica a todos os tipos de organização, visto que o mercado tende a exigir cada vez mais condutas legais e éticas, para a consolidação de um novo comportamento por parte das empresas, que devem buscar lucratividade de forma sustentável, focando no desenvolvimento econômico e socioambiental na condução dos seus negócios. (FERREIRA, 2016, p. 12).

Sabe-se que a rotina das empresas é permeada de pequenos conflitos envolvendo o setor pessoal. Assim que poderia ser uma boa alternativa a implementação de novos ditames em pratica rotineiras laborais.

Condutas inadequadas que geram desgastes pessoais e a imagem da empresa em anda agregam os mecanismos laborais, que devem desenhar-se em clima favorável para que a criatividade possa aflorar e para que para que o colaborador possa sentir-se motivado em prestar serviços à empresa, tornando-se assim cada vez mais produtivo no meio empresarial.

Somente assim a empresa demonstra uma relação sustentável com seus colaboradores e com a sociedade que está inserida. Assim, contextualizando um pouco a ideia:

Sustentabilidade é toda a ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres vivos, especialmente

a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (BOFF, 2012, p. 107).

Desta forma, a adoção de regras de *compliance*, como forma integrante das rotinas trabalhistas fariam com que o enfrentamento de problemas frequentes fossem minimizados. Pois ao disciplinar o comportamento esperado e ao adotar a aplicação de todas as medidas legais, a relação laboral tende a se tornar menos conflituosa. Assim pode-se afirmar que práticas reiteradas de condutas íntegras, honestas e legais, por parte de funcionários e gestores fazem com que a empresa possa agir com transparência junto ao seu entorno, irradiando assim credibilidade e evitando exposições negativas e reprováveis socialmente.

Assim "O descumprimento da legislação nacional e internacional pelas empresas pode trazer efeitos prejudiciais à imagem e reputação da empresa, especialmente quando a conduta violar padrões socialmente aceitos." (CORREIA, 2018, p. 2).

A manutenção da empresa do mercado consumidor e sua expansão ficará sempre atrelada a sua imagem de confiabilidade. Por esse motivo, o gestor não deve se limitar apenas a detectar o problema laboral, pois precisa agir preventivamente, por meio de instrumentos que evitem o conflito, facilitando e reduzindo as complexidades para resolução do mesmo.

No que tange as relações laborais, seria de grande valia as empresas, para proteção de seu patrimônio social a adoção de padrões de conduta e a criação de códigos de ética que possam atuar na prevenção de litígios. Mesmo porque, o trabalho deve ser sempre valorizado em sua essência, e não ser considerado mero objeto, passível de negociação irrestrita, assim

O trabalho humano passa a ser negociado como mercadoria, sujeito a lei da oferta e procura, a degradação ambiental passa a ser uma constante, fortunas imensas se acumulam, os extremos sociais se acirram, a violência cresce, a fome e a miséria e a morte rondam a sociedade. (GORCZEWSKI, 2012, p. 25).

Desta forma, necessário para esse contexto se faz que o colaborador ao adentrar na empresa esteja bem ciente do modo como aquela pessoa jurídica espera que as atividades técnicas sejam exercidas, bem como, qual o comportamento esperado para aquele colaborador que passa a integrar o quadro funcional.

Bem como, ao gestor, o devido cumprimento do ordenamento jurídico nacional e internacional e pactos firmados, aliados a padrões de honestidade e conduta adequada pautariam e evitariam mazelas nesta relação.

Ocorre, no entanto, que em algumas oportunidades a empresa opta por terceirizar serviços. Nesse momento permite que funcionários não contratados realizem atividades inerentes ao seu funcionamento, em detrimento de seus contratados.

Contemporaneamente o Brasil adotou a Lei 13.429/17 como marco para a possibilidade de as empresas terceirizarem sua atividade fim, derrotando assim a antiga sumula 331 do TST² que possibilitava a terceirização às atividades de suporte, tais como vigilância, limpeza e atividade-atividade.

Visando sobretudo reduzir custos e agilizar o processo produtivo as empresas optam por transferir parte de sua produção para outra pessoa jurídica, hipótese em que "joga para fora" parte da confecção de seu produto. Assim "Terceirização é um processo de transferência, dentro da firma (empresa-origem), de funções que podem ser executadas por outras empresas (empresa-destino)." (GUIMARÃES, 1993, p. 8).

Ocorre no entanto, que não raras as vezes, a empresa intermediadora de mão-de-obra não adota práticas sustentáveis de relações laborais, fugindo ao princípios constitucional que afigura a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado, agindo erroneamente, pois como afirma Fiorillo (2009, p. 393) que "se valoriza o trabalho humano, porquanto este é direito social fundamentador da ordem econômica e financeira."

Assim, tecendo críticas a adoção de tal sistemática "Uma das maneiras centrais de o capital repor suas taxas de lucro é por meio do aumento da exploração da força de trabalho. Tal aumento assume distintas formas. Percebemos, atualmente, uma dessas formas: a terceirização." (SOUSA; SOBRAL; MACAMBIRA, 2018. p. 91).

Da mesma forma, dos ditames internacionais que preconizam a necessidade de adoção de condutas que levem em consideração a concepção de trabalho decente, fugindo assim a da ideia de que a força laboral é uma mera mercadoria, mas apoiado nos princípios constitucionais de valorização do trabalho. Criticando o atual sistema de terceirização de mão de obra Fonseca (FONSECA, 2018, p. 96), assim define

Terceirizar atividade-fim não é terceirizar. É intermediar mão de obra, *merchandise*. É alugar ser humano, o que é repudiado em todos os cantos do planeta. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) não aceita a *merchandise*, como ficou explícito na Declaração de Filadélfia, pois o homem não é mercadoria.

2 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Assim que, a terceirização seria justificável, entende a autora, naquelas atividades onde a empresa não possui a expertise, daí sim contaria com o auxílio de uma terceira. Porém, em atividades finalísticas que compõe a essência da empresa não passaria de uma forma de precarizar as atividades laborais.

Agindo desta forma, leva-se em conta apenas o valor econômico, a redução de custos. Ocorre que, isso não interessa ao meio social, não sendo considerado como desenvolvimento, já que "O desenvolvimento diz respeito a transformar a vida das pessoas, não apenas as economias.". (STIGLITZ, 2007, p. 23).

Isso se justifica a medida em que dados trazidos pelo Dieese³ (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e MPT (Ministério Público do Trabalho), evidenciam a fragilização do empregado terceirizado.

Quando se prioriza o valor econômico, no caso a redução do custo, em prol da melhoria de condições de trabalho, está deflagrado um processo de crise civilizatória, como bem aquilatado por Dowbor, assim "Trata-se de uma disritmia sistêmica, um desajuste nos tempos. Este desafio tem sido corretamente conceituado como crise civilizatória." (2017, p. 09).

A fragilização do terceirizado (em relação ao contratado) denota-se em situações como: salário menor, piores condições de trabalho, ausência de representatividade (consequentemente pequeno poder negocial com o empregador) e sistema de saúde e proteção enfraquecidos (podendo gerar maior incidentes relacionados a acidentes de trabalho), dentre outros.

Assim que no próximo tópico, passar-se-á a abordar a responsabilização das empresas no trabalho terceirizado, valendo-se um segmento específico, qual seja, o da moda, e como a *compliance* pode ser uma ferramenta efetiva neste processo de proteção de direitos sociais.

RESPONSABILIZAÇÃO EMPREGADOR NA CADEIA PRODUTIVA DO MUNDO DA MODA

Como exposto acima, o mundo contemporâneo apresenta-se altamente complexo e com consumidores muito exigentes, que almejam consumir produtos que forma produzidos de forma sustentável com respeito aos preceitos fundamentais respeitados em sua cadeia produtiva.

Nesse sentido o dever de transparência é intrínseco ao processo consumerista, e a necessidade do gestor de ter ferramentas que lhe auxiliem nesse momento são primordiais. Por esse motivo passar-se-á a responsabilização do empregador que toma serviços terceirizados na confecção de suas atividades.

Assim, prevê a legislação que a responsabilidade no caso de terceirização (agora

3 Fonte: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>

permitida inclusive em atividade fim, conforme ratificado pelo STF) é subsidiária à empresa contratante. Ou seja, em caso de eventual reclamação trabalhista a empresa contratante pagará, somente, em caso de inadimplemento da empresa contratada, bem como, diante a inexistência de bens suficientes ao adimplemento da execução.

Da mesma forma, em homenagem ao princípio da primazia da realidade, em sendo detectada a presença dos requisitos: pessoalidade e subordinação, afigura-se possível ao magistrado o reconhecimento da ilicitude (terceirização), autorizando a declaração do vínculo empregatício direto entre o funcionário terceirizado e a empresa contratante.

A implantação de políticas flexibilizadoras e desregulamentadoras em ocasionado um desmonte no mundo do trabalho, pois como assevera Ribeiro: "É isso que vem ocorrendo com os processos de globalização neoliberal e de democratização restritiva: a lógica da acumulação do mercado anula o papel ativo das pessoas". (2007, p. 123).

Assim, tendo o Ministro Luiz Roberto Barroso em seu voto, favorável a terceirização na ADPF 324 e RE 958.252, que a mesma não precariza as relações de trabalho, somente o exercício abusivo de sua contratação. Para o mesmo "os princípios que amparam a constitucionalidade da terceirização devem ser compatibilizados com as normas constitucionais de tutela do trabalhador" devendo ser observado: "I) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e II) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias (art. 31 da Lei 8.212/1993)."⁴

Segundo o mesmo estariam compatibilizados os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência, bem como da dignidade humana do trabalhador, garantidos assim os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição o direito de acesso do trabalhador à previdência social à proteção à saúde e à segurança no trabalho.⁵

Ocorre, no entanto, que será possível rastrear a cadeia produtiva e em caso de inadimplência buscar o ressarcimento e a responsabilização por eventuais sonegações de direitos trabalhistas.

No Brasil, fenômeno lamentável, envolvendo processos de terceirização, tem chamado atenção do Ministério Público do Trabalho, qual seja: o resgate de trabalhadores em condições análogas a de escravos⁶, laborando no setor têxtil. A

4 Fonte: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2018/8/art20180823-04.pdf>

5 Entendimento do Ministro Barroso "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à tomadora do serviço: I) zelar pelo cumprimento de todas as normas trabalhistas, de seguridade social e de proteção à saúde e segurança do trabalho incidentes na relação entre a empresa terceirizada e o trabalhador terceirizado; bem como II) assumir a responsabilidade subsidiária pelo descumprimento de obrigações trabalhistas e pela indenização por acidente de trabalho, bem como a responsabilidade previdenciária, nos termos do art. 31 da Lei 8.212/1993". <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2018/8/art20180823-04.pdf>

6 Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restrin-

indústria da moda que mata!

Cumprido ressaltar que a escravidão de que se refere a contemporaneidade está associada a condições degradantes que comprometem a dignidade do trabalhador e afrontam qualquer similitude com a promoção do trabalho decente que tanto se preocupa a OIT (Organização Internacional do Trabalho) em suas campanhas.

O instituto Global Slavery Index divulgou recentemente dados atualizados sobre o processo de escravidão contemporânea enfrentado pelo mundo, destacando-se o Brasil⁷(denotando grande quantidade de ocorrências que envolvem o setor rural). Porém o foco do presente estudo é o setor têxtil e nesse contexto apurou-se que a moda é a segunda categoria de exportação que mais explora o trabalho forçado. Segundo dados do MPT esse segmento no Brasil, ensejou a abertura de 34 operações (de 2003 a 2014)⁸, sendo que dessas atividades foi possível a redenção de 452 costureiros que viviam em situação exploratória.

Na grande maioria dos casos apurados a situação era a mesma: trabalhadores estrangeiros que foram aliciados com promessas de uma vida melhor e vieram parar em locais insalubres, sujeitos a trabalhos forçados, cumprindo jornadas exaustivas, em condições degradantes e retidos por dívidas contraídas pelo transporte, habitação e alimentação.

Poder-se-ia destacar vários casos, mas opta-se por apenas mencionar o caso Zara (2011) no qual foram resgatados sessenta e sete trabalhadores (bolivianos e peruanos), em São Paulo. A escolha deste caso foi proposital a medida em que a marca tem renome internacional e deveria preocupar-se com sua cadeia produtiva⁹. Na oficina em que se realizou a operação os trabalhadores eram obrigados a confeccionar em média trinta peças por hora.

Relevante que destaque, que nesta oportunidade a empresa firmou TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), obrigando-se a melhorar suas condições de trabalho e assim propiciar um trabalho decente. Ocorre, no entanto, que o acordo foi descumprido e a empresa foi condenada ao pagamento de uma multa de cinco milhões de reais.

Por este fato, novamente Ministério Público do Trabalho e a empresa supracitada realizaram nova pactuação. Novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado em 2017, pois como referido houve a "efetiva constatação de trabalho em condições análogas à de escravo nos fornecedores e terceiros da empresa compromissada".¹⁰

gindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência

7 Fonte: <https://www.globalslaveryindex.org/2018/findings/country-studies/brazil/>

8 Fonte: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Fasc%C3%ADculo-Confec%C3%A7%C3%A3o-Textil_Final_Web_21.01.16.pdf

9 Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/mpt-amplia-responsabilidade-juridica-da-zara-sobre-cadeia-produtiva-da-marca>

10 Fonte: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/zara-vai-pagar-r-5-milhoes-por-descumprir-com-promisso-com-o-mpt.ghtml>

As empresas que se envolvem neste tipo de escândalo costumam alegar não ter responsabilidade alguma sobre o fato ocorrido. Segundo sustentam, por não serem empregados direitos não podem ser atribuídas a estas eventuais irregularidades cometidas.

Porém esse não parece ser o melhor entendimento, pois se a marca é beneficiária do resultado final (produto confeccionado) e vendido aos seus consumidores, deve a mesma ser responsabilizada por todo o processo produtivo do mesmo. Entendimento este compactuado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Justiça do Trabalho, inclusive de nosso estado, cuja ementa cita-se:

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇOS. Sendo o Direito do Trabalho protetivo, não se cogita que o trabalhador, que é o economicamente mais frágil, permaneça sem a contraprestação do trabalho executado, admitindo-se que ele busque seus direitos contra seu real empregador ou mesmo junto aos beneficiários de seu trabalho. Aplicável ao caso a Súmula 331, itens IV e VI, do TST.¹¹

A ementa serve como referência à medida que no caso analisado pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 4^o Região, discute a responsabilização da Lojas Renner no processo produtivo. A empresa, em outras ocasiões, também foi demandada junto ao Poder Judiciário e o resultado também foi similar assim:

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. LOJAS RENNER. Comprovada a ingerência da reclamada LOJAS RENNER S/A no processo produtivo da primeira reclamada (BRENDLER CONFECÇÕES LTDA.), não há como considerar que a relação mantida entre essas empresas constituía mera relação comercial. Evidenciada a terceirização de serviços, a tomadora responde, subsidiariamente, pelos créditos reconhecidos à reclamante, conforme entendimento firmado na Súmula 331, IV, do TST.¹²

Desta forma, fatos como estes que demonstram o desrespeito as relações laborais maculam a imagem da empresa, gerando situação desagradável a marca.

Assim, nas reflexões de Morin, a fragilidade nas relações laborais torna-se latente. “De maneira geral, trata-se de reinserir a economia no social, no cultural, no humano, o que significa, fundamentalmente, colocar a economia em seu devido lugar como meio, e não como fim último da atividade humana.” (2013, p. 155). Neste sentido, a fim de coibir tais mazelas, que se entende ser a *compliance* no direito laboral uma ferramenta apta a prevenir tais situações. E em caso de já ter ocorrido, poderá a mesma minimizar os impactos causados pelo indigno ato.

11 PROCESSO nº 0020346-04.2017.5.04.0304 (RO) RECORRENTE: VERA REGINA DA SILVEIRA CARVALHO, RECORRIDO: OPEN GR INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - EPP, LOJAS RENNER S.A. RELATOR: KARINA SARAIVA CUNHA, julgado em 16.08.2018, desembargadora KARINA SARAIVA CUNHA

12 Fonte: TRT da 4^a Região, 5^a Turma, 0020660-12.2016.5.04.0521 RO, em 24/05/2018, Desembargador Clovis Fernando Schuch Santos

CONCLUSÃO

O presente estudo teve por intuito realizar, inicialmente, uma abordagem a ferramenta da *compliance* e sua utilização no mundo empresarial, oportunidade em que se pode demonstrar sua aplicabilidade as relações laborais e suas vantagens.

Na sequência foi possível a análise de um segmento específico, qual seja, fabricação têxtil, onde denota-se a grande precarização das relações laborais, pela utilização de mão de obra análoga a condição de escravo.

Nesse sentidofoipossível discorrer sobre a responsabilização na cadeia produtiva as grandes redes ecomo forma alternativa no combate desta patologia foi ofertada a utilização da ferramenta da *compliance*.

Assim, por meio de técnicas adequadas e efetivas, busca-se a fortificação de estratégias para a erradicação da precarização das relações sociais, para que o desenvolvimento seja efetivamente sustentável e atenda aos anseios sociais.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL, Aroldo Guimarães. **A Empresa e a Estratégia da terceirização. ERA – Revista de Administração de Empresas**, V. 33, Nº 2, Pág. 6-11. São Paulo, março/abril. 1993.

CANDELORO, Ana Paula P.; RIZZO, Maria Balbina Martins de; PINHO, Vinícius. **Compliance 360º: riscos, estratégias, conflitos e vaidades no mundo corporativo**. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2012.

COLOMBO, Caroline Pennachi, SCHWARTZ, Gustavo. **Lei anticorrupção reafirma importância do compliance para a qualidade da imagem de uma empresa**. (Artigo) Publicado em: set. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/42719/lei-anticorruptao-reafirma-importancia-do-compliance-para-a-qualidade-da-imagem-de-uma-empresa>. Acesso em: 14/03/2019.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária,2017.

FERREIRA, Daniel. **A importância do controle cidadão nos programas de integridade (compliance) das empresas estatais com vistas ao desenvolvimento nacional**. Disponível em:http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Juridica-UNICURITIBA_n.45.07.pdf. Acesso em: 14/03/2019.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FONSECA, Vanessa Patriota da. **Terceirizar atividade-fim é alugar trabalhador**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180215_terc_do_trab_no_brasil_novas_e_dist_persp_para_o_debate_cap_05.pdf. Acesso em: 14/03/2019.

GORCZEWSKI, Clovis. **A Iniludível Necessidade de um Estado Interventivo para Garantir, através da educação, a plena concretização dos direitos humanos no imprescindível Estado Liberal**. Direitos Humanos e Participação Política, vol. 3, Porto Alegre: Imprensa livre, 2012.

MARTIN, Nuria Beloso. **Los Derechos Sociales en Tiempos de Crisis: un Nuevo Reto para el Estado Social.** Direitos Humanos e Participação Política, vol. 3, Porto Alegre: Imprensa livre, 2012.

MORIN, Edgar. **A Via: para o futuro da humanidade.** Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mara Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

OLIVEIRA, Anderson Nogueira; REZENDE, Tiago Antunes. **Programa “compliance” socioambiental pelas empresas brasileiras:** possibilidade jurídica deste instrumento para efetivação do princípio da fraternidade pelo capitalismo humanista. Direito, economia e desenvolvimento sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UdelaR/ Unisinos/URI/UFSM /Univali/UPF/FURG. 2016.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; DINIZ, Patrícia Dittrich Ferreira. **Compliance e Lei Anticorrupção.** Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf. Acesso em: 14/03/2019.

SOUSA, Fernando Pires de; SOBRAL, Fábio Maia; MACAMBIRA Júnior. **Terceirização no processo de acumulação capitalista, suas imbricações com as formas de trabalho produtivo e improdutivo e manifestações.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180215_terc_do_trab_no_brasil_novas_e_dist_persp_para_o_debate_cap_04.pdf. Acesso em: 14/03/2019.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização: como dar certo.** Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ: UM ESTUDO DE CASO

Data de aceite: 06/01/2020

Roberta Clélia Malaquias de Oliveira

Bacharel em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP). Email: robertacmoliveira5@gmail.com

Anarita de Souza Salvador

Graduada em Serviço Social pela UFPB, Mestre em Serviço Social pela UFPB, docente do Curso Bacharelado em Serviço Social da UNIFIP-Centro Universitário de Patos-PB; Email: anaritasalvador@fiponline.edu.br

Kátia Gerlânia Soares Batista

Graduada em Serviço Social pela UFPB, Mestre em Serviço Social pela UFPB, docente do Curso Bacharelado em Serviço Social da UNIFIP-Centro Universitário de Patos-PB; Email: kattiaagsb@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho apresenta as discussões sobre a análise da dimensão técnico-operativa do exercício profissional do Serviço Social, no Hospital Geral de Taperoá – PB, assim como a materialização das ações profissionais desenvolvidas neste âmbito, compreendendo as atribuições e competências privativas frente as demandas imediatas que se materializam neste serviço. Esta pesquisa busca também abordar o contexto em que pauta-se as condições de trabalho das/os assistentes sociais a partir da compreensão e implementação do

Sistema Unico de Saúde (SUS), instituído em lei desde a década de 90 tendo como referência o Movimento de Reforma Sanitária. Para atender os objetivos propostos, este artigo se configura enquanto produto de um estudo de caso, como procedimento metodológico trata-se de uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, a partir do método crítico dialético e a luz de referências teórico-metodológicas que elucidarão as categorias de análise. Para tanto, coletamos os dados desse estudo através da pesquisa com a profissional do Serviço Social, baseando-se também na observação participante do estágio supervisionado vivenciado na instituição supracitada, buscando assim, maior aprofundamento da realidade que se apresenta no cotidiano do HGT. A aplicação de entrevista semi-estruturada sobre o respaldo da análise crítica, vem a desvelar a importância da profissão para esta unidade pesquisada e a necessidade de mais profissionais assistentes sociais, a fim de fortalecer a categoria, proporcionando formas de viabilização de direitos mais efetivas, permitindo assim mais respaldo político, ideológico e material a esta profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Exercício Profissional. Política da Saúde. Serviço Social.

ABSTRACT: This study aims to analyze the technical dimension of the professional practice

of Social Work at Taperoá General Hospital - PB, as well as the materialization of the professional actions developed in this scope, including the privileged tasks and competences in front of the immediate demands that appear in this service. This research also seeks to address the context in which the working conditions of the social workers are based on the understanding and implementation of the Unified System of Health (SUS), instituted in law since the 1990s with reference to the Movement of Health Reform. In order to meet the proposed objectives, this article will be set up in a case study, as a methodological procedure it is a qualitative field research, based on the critical dialectical method and the light of theoretical and methodological references that will elucidate the categories of analysis. Therefore, we collected the data from this study through the research with the Social Work professional, based also on the participant observation of the supervised stage experienced in the aforementioned institution, thus seeking a deeper understanding of the reality that presents itself in the daily life of HGT. The application of a semi-structured interview on the backing of the critical analysis reveals the importance of the profession for this research unit and the need for more professional social workers in order to strengthen the category, providing more effective forms of rights, thus allowing more political, ideological and material support for this profession.

KEYWORDS: Social Work. Professional Exercise. Health Policy.

1 | INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado busca analisar a dimensão técnico-operativa do Serviço Social no âmbito hospitalar, para compreendermos a materialização da profissão frente a consolidação do exercício profissional, pautado nas dimensões teórico-metodológico e ético-política. Em decorrência de que o exercício profissional dos/as assistentes sociais diz respeito a determinantes históricos, estruturais, e conjunturais da sociedade e que possuem em sua gênese múltiplas determinações, ou seja, se constituem como elementos diversos, e por meio desses determinantes é que as ações profissionais irão se materializar cotidianamente.

Mediante os achados da pesquisa, oriundo da prática profissional no âmbito hospitalar, no que diz respeito a realização de um estudo de caso, assim como, a realização da entrevista semiestruturada com a profissional do lócus da pesquisa, observação participante, e do diário de campo, evidenciamos questões de análise crítico reflexível sobre a vivência cotidiana que perpassam neste serviço.

Como arcabouço teórico utilizamos os Parâmetros do CFESS para a atuação dos/as Assistentes Sociais na saúde, o Código de Ética Profissional (1993) e a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 07 de Junho de 1993, bem como, análises de autores renomados que discutam as temáticas debatidas.

A estrutura deste artigo encontra-se distribuída em três seções assim

compreendidas, na primeira abordarmos as dimensões do exercício profissional do assistente social, desvelando um olhar sobre a materialização da prática, e a prática profissional do/a assistente social na atenção hospitalar.

O segundo item diz respeito a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e o atendimento nos serviços de média e alta complexidade: desafios postos à categoria do serviço social, o Serviço Social diante da flexibilização/terceirização do trabalho no contexto hospitalar, e o direcionamento das demandas do Serviço Social diante da rede socioassistencial.

Na terceira e última seção, trataremos das reflexões sobre a prática profissional do serviço social no HGT a partir de um estudo de caso, e a dimensão técnico-operativa na unidade pesquisada.

E por fim, apresentamos as considerações finais as quais chegamos com a realização desse estudo, as referências que nortearam a sua formulação. Registrando-se que este trabalho não tem a pretensão de esgotar a temática, mas sim, de poder contribuir para as reflexões sobre a questão abordada. Buscamos fomentar discussões futuras sobre a temática aqui apresentada contribuindo assim, para a construção do conhecimento científico acerca do exercício profissional na saúde e dos desdobramentos frente às expressões da questão social, cuja materialização reflete diretamente no desenvolvimento das ações desenvolvidas no âmbito hospitalar, em especial para o Serviço Social.

2 | REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HGT, A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO¹

A atuação dos assistentes sociais na saúde é produto histórico, perpassado por todas as contradições inerentes a essa categoria, esta atuação também sofre influência direta das relações políticas e econômicas presentes em um determinado momento histórico.

Compreendendo esses elementos que subscrevem o significado social da profissão, o CFESS sistematiza e divulga os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde² que tem como objetivo referenciar a intervenção dos/as profissionais de Serviço Social na área da saúde.

As orientações presentes nesse instrumento para a saúde são norteadas e guiadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional (1993) e Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 07 de Junho de 1993.

1 Segundo (Yin 1989, p. 23 apud Bressan 2000) “O estudo de caso é uma aquisição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, o estudo de caso se caracteriza pela capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências documentais, artefatos, entrevistas e observação.”

2 Constitui-se como produto do Grupo de Trabalho “Serviço Social na Saúde”, instituído pelo CFESS em 2008, que incorporou nas suas discussões e sistematizações as deliberações do 36º e 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS. (CFESS, 2010)

(CFESS, 2010). Esse conjunto de documentos regulamentam a profissão e dão materialização para a efetivação de instrumentais para o exercício profissional de assistentes sociais, mas, não somente estes, a atuação de tais profissionais também são guiadas por meio de ações e atitudes refletidas da análise crítica posta na imediatidade da realidade dos serviços. A instrumentalidade perpassa todo um contexto de determinantes históricos e culturais, objetivos e subjetivos, em virtude da realidade a qual está inserida o profissional.

Guerra (2000) descreve que a instrumentalidade no Serviço Social,

[...] possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (Guerra, 2000, p.54).

Por meio da observação participante, nota-se que o setor de Serviço Social na instituição se materializa por meio de atendimentos diversos, tais como: acolhimento aos usuários, escuta qualificada, orientação aos usuários/as e aos seus familiares/acompanhantes; contato com familiares de internos que estejam sem acompanhantes; mediação entre usuários e equipe de funcionários; realizando diariamente visitas nas enfermarias para o repasse de informações sobre o HGT, direito e benefícios sociais, tais como seguros sociais, Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias terrestres (DPVAT), licenças trabalhistas, Benefício de Prestação Continuada (BPC). O acolhimento é um modo de operar os processos de trabalho em saúde de forma a atender a todos que procuram os serviços de saúde, ouvindo seus pedidos e assumindo uma postura capaz de acolher, escutar e dar respostas adequadas aos usuários. Ou seja, requer prestar um atendimento com responsabilidade e resolutividade, quando for o caso de orientar o usuário e a família para a continuidade da assistência em outros serviços, requer o estabelecimento de articulações com esses serviços para garantir a eficácia desses encaminhamentos.

Observa-se também articulação com a rede de saúde para transferências e liberação de ambulância para realização de exames de usuários internos fora da unidade hospitalar; orientação e apoio em casos de óbito; presta orientações educativas no processo de promoção, proteção, prevenção e recuperação da saúde, bem como, trabalha dentro da política de humanização; realizando palestras e orientações na “sala de espera” - com os pacientes do pré e pós cirúrgicos.

Para entendermos a legitimidade de tais ações e serviços, trouxemos uma citação de Guerra (2013, p. 26), que versa sobre os instrumentais do exercício profissional de um/a assistente social, a citar, “*O instrumental técnico-operativo ultrapassa as técnicas e os instrumentos, pois inclui o conjunto de ações e procedimentos adotados pelo profissional, visando alcançar uma dada finalidade*”. Em decorrência disto, as

ações profissionais deve-se pautar num viés propositivo, reflexivo e investigativo nas suas ações e serviços a serem desenvolvidos.

Mas, conforme o apreendido, tais instrumentais e técnicas esbarram em condições históricas, pessoais, subjetivas e culturais da região, cuja finalidade perpassa a hierarquização posta em decorrência da burocratização dos serviços, que são apresentadas como demandas institucionais aos profissionais, visto que na realidade o que se realiza segundo a entrevistada do estudo de caso são “[...] *as escutas qualificadas por meio do diálogo.*” (Assistente Social do HGT).

Percebe-se, diante da vivência de Estágio Supervisionado no HGT, que não apenas a escuta qualificada irá atender as demandas postas expressas no cotidiano profissional do Serviço Social, visto que, existem diversas expressões da questão social que se manifestam e demandam ações mais propositivas e investigativas, utilizando-se de outros aparatos instrumentais como documentações, encaminhamentos para a rede socioassistencial dentre outros, ampliando assim as formas de sanar as demandas que se apresentam de forma espontânea ou veladas.

É necessário compreendermos, que os instrumentais e técnicas são resultados da capacidade criativa e da compreensão da realidade social. Para que as intervenções possam ser realizadas com eficácia, responsabilidade e competência profissional, é indispensável uma atuação pautada nas três dimensões: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativa, frente à imediaticidade a qual este campo socioocupacional está submetido, no sentido de compreendê-lo para além do que se é posto como demanda pelos usuários/as.

A dimensão técnico-operativa diz respeito à forma como se apresenta e é reconhecida a profissão, de modo a expor o elo de ligação que une a articulação com as demais dimensões, ético-político e teórico-metodológico, ambas são indissociáveis e devem atuar em junção para a efetivação da materialização do exercício profissional, seja para quaisquer espaços sócio-ocupacionais, aqui especificamente sendo o da saúde, no âmbito hospitalar.

A dimensão técnico-operativa deve ser compreendida como um componente consciente e sistemático do trabalho do assistente social acerca do objeto a intervir, que diz respeito a questão social e suas expressões de modo a atingir os objetivos demandados no cotidiano. Para tanto, faz-se necessário uma interlocução com as dimensões teórico-metodológica e ético-política de forma a apreender o alcance e direcionamento dessa intervenção, como ressalta a ABEPSS a seguir, que

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para

Para tanto, é preciso ter clareza da necessidade ao articular as três dimensões, visto que tais ações irão implicar diretamente numa atuação profissional comprometida e eficiente, pois é na junção destas dimensões, juntamente com a formação, que são expressos a materialidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano, alinhadas diretamente com o Código de Ética que rege a profissão.

Contudo, ao analisarmos os dados da pesquisa na condição de um estudo de caso, por meio da interpretação dos achados em face da observação participante, desvelamos que a realidade se apresenta de modo mais amplo do que se apresenta na vivência,

“Entendendo que o trabalho deve-se posicionar politicamente diante da realidade, para que possamos intervir, sabendo a direção a ser seguida, e para tal necessitamos do conhecimento do nosso código de ética... Partindo desse princípio, o nosso trabalho tem que ter um embasamento teórico, metodológico e científico, para não correremos o risco de trabalharmos o senso comum mais a cientificidade, ou seja, criando formas efetivas de transformar a realidade do usuários/as respeitando sua especificidade.”

Diante do posicionamento da entrevistada, nota-se que há um conhecimento acerca do que é demandado ao exercício profissional, visto que, referencia-se o Código de Ética e os posicionamentos recorrentes ao cotidiano do serviço, porém, durante a vivência do estágio observou-se muitas das ações recorriam a práticas imediatistas, assistencialistas e focalistas, não permitindo viabilizar aos usuários uma possível emancipação sociopolítica ao que tange aos direitos sociais, bem como fugindo muitas vezes dos princípios organizativos e doutrinários do SUS, recorrendo ao fatalismo e ao esgotamento de ações, esbarrando também em limites hierárquicos e institucionais.

Estando não como um caso a ser analisado apenas a partir da fala de uma assistente social, mas para ser visto como questões macro estruturais oriundos de uma conjuntura política e econômica que se faz pertinente entender a importância do Serviço Social no âmbito hospitalar em circunstância que,

“É um trabalho essencial de grande importância, onde as ações e estratégias são direcionadas para um público que necessita dessas intervenções, e conseqüentemente torna-se uma referência para o usuário/a e familiares, como também um facilitador no sentido de viabilizar o acesso a informações, direitos e deveres dos usuários/as.”

Embora a fala diga respeito à importância da profissão para o âmbito hospitalar nota-se que tais serviços esbarram em condições objetivas institucionais e operacionais, visto que reflete em um conhecimento acerca das necessidades

coletivas que demandam ao profissional de Serviço Social nesse espaço, ocasionando por vezes que essa importância se resume ao discurso da profissional, mas não se materializa no cotidiano do serviço.

A atuação do/a assistente social no SUS, mas especificamente no âmbito hospitalar é indispensável a sua rotina, observando que este profissional trata das expressões da questão social que envolve o contexto saúde-doença, sendo responsável pelo enfrentamento dessas expressões, viabilizando direitos e promovendo assim a universalidade, equidade e integralidade que são princípios que norteiam o Sistema Único de Saúde.

As ações profissionais do assistente social devem-se pautar para além da imediatividade no que tange as demandas postas a serem executadas, uma vez que o caminho percorrido e os desdobramentos atuais são amplos e diversificados.

Segundo (CFESS 2010)

As ações que predominam no atendimento direto aos usuários/as são as ações socioassistenciais, as ações de articulação interdisciplinar e as ações socioeducativas. Essas ações não ocorrem de forma isolada, mas integram o processo coletivo do trabalho em saúde, sendo complementares e indissociáveis. (CFESS 2010, p. 42)

Reafirmando o entendimento de que as questões colocadas são possíveis em decorrência de uma trajetória histórica da profissão, por se considerar que as ações profissionais atuais incorporam e aprimoram práticas realizadas ao longo do tempo, é necessária a atualização constante num processo de formação continuada para que o conhecimento e a prática profissional não se tornem obsoletas.

As atribuições profissionais deveriam ocorrer em meio da interdisciplinaridade, para que haja o reconhecimento da profissão neste espaço socio-ocupacional, tornando-se assim sua atuação politizadora frente a outras categorias profissionais que estão inseridas no trabalho coletivo em saúde. Os demais profissionais precisam reconhecer a importância dos/as assistentes sociais, para que suas ações e serviços se legitimem de modo integrado e potencializado.

Outra demanda que se coloca, é a necessidade de articulação do exercício profissional com o que Guerra (2013, p. 49) se utiliza, “*na definição sobre o que e como fazer tem que ser articulada ao porque fazer, ao para que fazer e ao com o que fazer.*” Ou seja, diz respeito à compreensão de como se está posto as condições objetivas e de trabalho ao que cada problemática (individual ou coletiva) se insere mediante suas especificidades.

Devido à presença de apenas uma assistente social no quadro profissional do HGT, observa-se que não há condições de união de categoria do Serviço Social, ficando esta profissional isolada e condicionada a exercer funções que não condizem com as atribuições do assistente social na saúde. Diante de tal percepção, compreende-

se que há necessidade urgente de ampliação do número de profissionais do Serviço Social na instituição supracitada, ressaltando ainda que o plantão noturno, feriados e finais de semana ficam descobertos sem a presença de nenhum assistente social para atender as demandas diversas dos usuários que surgem nesses períodos referenciados.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção desse Artigo representa um contínuo desafio, diante do que envolve a discussão sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social no âmbito hospitalar mediante a materialização do estudo de caso exposto, ao qual se propõe discutir, em meio a um resgate histórico que permeia o exercício profissional de assistentes sociais na saúde desde Constituição Cidadã de 1988, legitimado com o SUS sobre as divergências que cercam a realidade objetiva desta política pública.

Contudo, este estudo torna-se importante pois possibilita assimilarmos como o exercício profissional de assistentes sociais se legitima no âmbito do Hospital Geral de Taperoá, sendo esta instituição um hospital de médio porte situado no cariri do Estado da Paraíba, com as particularidades que esse tipo de serviço a saúde possui. Visto que, as questões postas devem ser compreendidas dentro de uma conjuntura política e econômica macroestrutural, nunca isoladamente, entendendo quais são as demandas postas ao setor e as respostas imediatas ou não, produzidas pelo Serviço Social dessa instituição.

As condições objetivas a qual se pauta as possibilidades de trabalho de assistentes sociais inseridos no âmbito hospitalar deste porte nos direciona a compreendermos que as dificuldades ao exercício profissional são oriundas de questões permeáveis por todos os outros espaços sócios ocupacionais. Ressalta-se que embora tenhamos profissionais devidamente capacitados/as, emancipadas/os, as situações físicas e objetivas esbarram em condições políticas, institucionais e operacionais.

A vivência do estágio supervisionado no HGT possibilitou a ampliação da visão minuciosa acerca de uma atuação profissional enviesada que não possibilita a materialização dos Parâmetros do CFESS para atuação na saúde, devido a imposições administrativas, bem como de forte presença assistencialista da prática profissional, o que limita a efetivação de direitos emancipatórios dos usuários. Embora haja ciência por parte da profissional sobre tais questões, percebe-se um anseio de melhor atuar em favor dos usuários, porém isso é limitado pela hierarquização institucional.

A fragilidade percebida no tocante a prática profissional se dá também em função de a instituição só dispor de uma profissional do Serviço Social, não encontrando

apoio da categoria de assistentes sociais para fazer frente às determinações administrativas. E para tanto, faz-se necessário a presença de mais profissionais para unir-se neste serviço, assim como, uma ligação direta com os conjuntos CFESS/CRESS, sob um respaldo como órgãos fiscalizadores da profissão.

Embora se saiba do comprometimento de tais mecanismos de controle profissional, o conjunto CFESS/CRESS não consegue materializar sua fiscalização de forma efetiva, visto que, mesmo mediante denúncias realizadas em função do descumprimento dos parâmetros do CFESS, há uma dificuldade a mais no tocante de uma atuação presente e mais pontual dos referidos órgãos para estar acompanhando e fiscalizando instituições como o HGT, que é gerido por empresa terceirizada.

Inclui-se nessa visão a forma de gestão dos setores públicos onde surgem as organizações sociais, responsáveis por administrar os serviços de saúde, segundo respaldo da lei de nº 9.637 de 1998 no que tange a inserção de empresas privadas na administração da esfera pública sem fins lucrativos. Mas, o que é explícito no dia a dia dos serviços é que não se efetiva uma devida fiscalização dos recursos financeiros e humanos, visto que mesclam diretamente entre a esfera pública e privada.

Com base na observação participante, entende-se que as demandas que chegam aos profissionais assistentes sociais devem ser sanadas por ações propositivas, e conscientes em defesa do projeto ético-político que rege a profissão do Serviço Social, visto que, lhes cabe mostrar as demais categorias profissionais suas habilidades e importância frente as expressões da questão social, visando sempre a promoção do bem-estar dos usuários no processo saúde-doença. Salienta-se que é por meio da dimensão técnico-operativa que a profissão se materializa em suas ações, já que esta é a dimensão em que a profissão se faz reconhecer e se apresentar no cotidiano dos serviços, como uma profissão interventiva.

Evidenciamos com este estudo o que existe na realidade está para além do que deveria ser a atuação profissional do Serviço Social no HGT, e tais desafios acabam se tornando uma prática profissional fatalista, onde a instituição limita por vezes as ações desenvolvidas pela profissão do Serviço Social, considerando que diversas atividades desenvolvidas neste âmbito não são atribuições e competências privativas da profissão, o que as coloca num patamar subalternizado de autonomia fragilizada frente às demandas institucionais.

O presente trabalho de conclusão de curso possibilitou um conhecimento crítico-reflexivo da realidade profissional apresentada no cotidiano do Serviço Social no HGT através dos achados no estudo de caso realizado, maturando uma visão da profissão quanto a necessidade de seu fortalecimento de categoria para efetuar de forma potencializada o reclamo de seus direitos frente aos órgãos de fiscalização, a citar o conjunto CFESS/CRESS.

Com base na vivência do estágio supervisionado apura-se também que esta realidade profissional não ocorre apenas no HGT, e para tanto, a união e o fortalecimento da categoria é fundamental para que se tenha avanços quanto ao empoderamento profissional para que os/as assistentes sociais tenham mais possibilidades de atender as demandas dos usuários de forma viabilizadora de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

AGUIAR, Zenaide Neto. **SUS: Sistema Único de Saúde - antecedentes, percurso, perspectivas e desafios**. 2ed. São Paulo: Martinari, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, p. 29-105, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. IN: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sócias- Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta Continuada à distância, 2000.

MOTA, Ana Elizabete. **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MATOS, Maurílio Castro de/ **Serviço Social, ética e saúde**: reflexões para o exercício profissional / Maurílio Casto de Matos. – São Paulo: Cortez, 2013.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Ju- ris, 2012. (Coletânea Nova de **Serviço Social**).

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 4ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **O/A assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teóricos – práticas / Ana Maria Vasconcelos. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2015

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE JURÍDICA

Data de aceite: 06/01/2020

Edinilza da Silva Machado Medeiros

Mestre em Ciências Ambientais e Saúde (Puc-GO). Pós-Graduada em Enfermagem e Obstetrícia (UNINOVE). Aprimoramento Profissional em Epidemiologia Hospitalar (Instituto de Infectologia Emílio Ribas – SP). Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Professora substituta do Centro de Ciências Biológicas (CCBS) da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Endereço eletrônico: diu_md@yahoo.com.br

Andréia de Oliveira Silva

Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Técnica Administrativa da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Endereço eletrônico: andreiaosilva@hotmail.com

Carlana Faria Rocha

Licenciada em Letras: Língua Portuguesa e Literaturas (UNEB). Especialista em Estudos Linguísticos: Leitura e Produção Textual. Mestranda do Curso de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais - (PPGCHS) da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Produção Textual.

Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

Doutor em Direito (UERJ). Mestre em Direito (Puc-PR). Mestre em Economia (Unisinos-

RS). Especialista em Direito e Economia (UFRGS). Pesquisador e Professor Adjunto do Curso de Bacharelado em Direito, do Curso de Especialização em Gestão da Inovação Tecnológica e Social (Pós-GITS), e do Curso de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais - (PPGCHS). Coordenador de Ensino (CE) e Membro do Conselho Diretor (CONCEHU) do Centro das Humanidades (CEHU) da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).
Jurista.

* Originalmente esta pesquisa teve núcleo na Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, tendo a docente Carlana Faria Rocha como orientadora dos aspectos formais do trabalho. Posteriormente, foi objeto de aperfeiçoamento em pesquisas e levantamentos bibliográficos junto ao Observatório de Estudos do Direito Contemporâneo do mesmo curso, sob a orientação do docente Flávio Marcelo Rodrigues Bruno, tendo sido submetido, aprovado, apresentado, debatido e publicado nos Anais do 17º Congresso de Iniciação Científica (CIC) da Faculdade São Francisco de Barreiras - FASB: 20 anos de construção do saber científico, realizado entre 08 e 10 de maio de 2019 nas dependências da FASB e posteriormente teve sua apresentação em pôster no 28º Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI): constitucionalismo crítico, políticas públicas e desenvolvimento inclusivo, realizado entre 19 e 21 de junho de 2019 nas dependências da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás - UFG.

RESUMO: A violência obstétrica é classificada como um ato agressivo cometido durante o processo de assistência à gestante, à mulher em trabalho de parto e puerpério. As vítimas desse tipo de violência nem sempre sabem

que estão vivenciando essa condição, pois tal prática está institucionalizada nos serviços de saúde. A presente pesquisa trata-se de uma revisão de literatura, que teve como objetivo investigar se a violência obstétrica encontra-se tipificada no Direito Penal brasileiro, bem como avaliar o tratamento da ciência jurídica no tocante a essa temática. A violência obstétrica é uma realidade nas maternidades brasileiras; as vítimas são submetidas a atos agressivos e desumanos, os quais ferem a autonomia, a integridade física, moral e psíquica da mulher. Apesar disso, a violência obstétrica não está tipificada no Direito Penal brasileiro e a ciência jurídica caminha a passos lentos na discussão dessa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Violência obstétrica. Violência no parto. Direitos das mulheres. Direito Penal e violência obstétrica.

OBSTETRIC VIOLENCE: A LEGAL ANALYSIS

ABSTRACT: Obstetric violence is classified as an aggressive act committed during the process of assistance to pregnant women, women in labor and puerperium. Victims of this type of violence do not always know that they are experiencing this condition, as this practice is institutionalized in health services. This research is a literature review that aimed to investigate if obstetric violence is typified in Brazilian Criminal Law, as well as to evaluate the treatment of legal science regarding this theme. Obstetric violence is a reality in Brazilian materials; Victims are subjected to aggressive and inhuman acts that harm the autonomy, physical, moral and mental integrity of women. Despite this, obstetric violence is not typified in Brazilian Criminal Law and legal science is slow to discuss this issue.

KEYWORDS: Obstetric violence. Violence in childbirth. Women's rights. Criminal law and obstetric violence.

1 | INTRODUÇÃO

No curso da gestação, parto e pós-parto são recorrentes situações de maus tratos, abuso, desrespeito e negligência, as quais caracterizam a violência obstétrica. Esse tipo de violência é, portanto, resultado de tratamento desumanizado como xingamentos, humilhação, além de abuso de medicalização e patologização dos fenômenos naturais, durante o processo de assistência à gestante, à mulher em trabalho de parto, bem como em situação de abortamento e no puerpério. Esses atos podem ocasionar danos físicos, sexuais e psicológicos (SENA; TESSER, 2017; SAUAIA; SERRA, 2016), interferência direta na autonomia, liberdade sexual e reprodutiva da mulher (CIELLO, et al. 2012), com repercussão direta em sua qualidade de vida.

Além disso, a violência obstétrica é um tipo de violência de gênero, em que transforma diferenças como sexo, etnia, nível sociocultural, classe social e econômica,

em desigualdades. Nesse contexto, observa-se uma imposição hierárquica em que a mulher tem seu corpo apropriado como mero objeto de intervenção dos profissionais de saúde, em uma relação de subserviência e vulnerabilidade (AGUIAR; D'OLIVEIRA, 2011), em que pese o desrespeito aos princípios da bioética, autonomia e não maleficência.

Muitas vezes, as mulheres que sofrem violência obstétrica, não sabem que estão sendo vítimas, pois esse tipo de violência já constitui prática institucionalizada. Na maioria das vezes, o processo gestacional e especialmente o parturitivo estão associados a dor e sofrimento. Nesse ínterim, as mulheres não se veem enquanto vítimas, pois acreditam que os procedimentos fazem parte da rotina assistencial.

Ademais, a violência obstétrica não tem sido amplamente discutida pela esfera jurídica e é diante desse contexto que emergem os seguintes questionamentos: A violência obstétrica encontra-se tipificada no âmbito do Direito Penal brasileiro? Quais medidas o ordenamento jurídico tem buscado para combater tal tipo de violência?

Para analisar a violência obstétrica tornam-se necessários estudos do arcabouço histórico da assistência ao parto, bem como, do ordenamento jurídico pátrio no sentido de verificar a tipificação penal desse tipo de violência.

Dessa maneira, a pesquisa teve como objetivo investigar se a violência obstétrica encontra-se tipificada no Direito Penal brasileiro, bem como avaliar o tratamento da ciência jurídica no tocante a essa temática.

2 | METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se de uma revisão de literatura, realizada no primeiro semestre de 2019, utilizando bases de dados da área da saúde, como Biblioteca Virtual em Saúde, Scientific Electronic Library Online- SciELO, documentos do Ministério da Saúde e revistas da área jurídica. Utilizou-se, como palavras-chaves: “violência obstétrica”; “violência no parto”; “direitos das mulheres”; “Direito Penal e violência obstétrica”.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do processo de evolução das práticas assistenciais de saúde, no Brasil, o parto deixou de ser conduzido por parteiras, nas próprias residências das parturientes (DINIZ, 1997) para ser realizado em unidades de saúde (VENDRÚSCOLO; KRUE, 2015). Assim, houve fim ao processo de feminização do parto, que de eminentemente fisiológico, passa a ser objeto da assistência especializada de médicos, perdendo na maioria das vezes, suas características naturais para se tornar objeto de intervenções no âmbito hospitalar.

Nesse contexto, quanto às práticas de atenção obstétrica, o Brasil é considerado um país intervencionista. Os percentuais de partos cesarianas em relação aos partos normais, na realidade dos serviços de saúde, especialmente na rede suplementar, ultrapassam em mais de cinco vezes o recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), já que é orientado que o número de cesarianas não deve ser superior a 15% do total de partos. No entanto, essa cifra no Brasil é exorbitante, correspondendo, no geral, a mais de 84% (OMS, 2015; CIELLO, et al. 2012). Todavia, as mulheres que recebem assistência obstétrica intervencionista nem sempre compreendem o fenômeno como uma ação que fere seus direitos fundamentais. Elas se calam, porém, sofrem os reflexos danosos dessas práticas para o resto da vida.

Nesse sentido, procedimentos como episiotomia (incisão cirúrgica na região vaginal), tricotomia (retirada de pelos pubianos), uso de ocitocina (estimulador de contrações uterinas), lavagem intestinal (procedimento para “limpeza” do intestino), determinação inflexível de posição para o parto, manobra de kristeller (medida proscrita que consiste em realização de pressão no abdome, região de fundo do útero, para acelerar a “saída” do feto), toques repetitivos, dentre outras intervenções invasivas e danosas configuram-se como práticas rotineiras na assistência à mulher (PREVIATTI; SOUZA, 2007; AGUIAR, 2013; PEREIRA et al., 2016; WARMIS, 2018) e implicam aumento de risco de morbimortalidade materna.

Observa-se, no entanto, que ainda hoje não existe uma Lei Federal brasileira específica para os casos de violência obstétrica e sua tipificação penal como delito, apesar de estar claro que as mulheres sofrem esse tipo de violência. Situação contrária encontra-se em países latino-americanos como a Venezuela que sancionou, em 2007, a Lei orgânica “el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia”, tipificando a violência obstétrica como delito (VENEZUELA, 2007).

Além da ausência de tipificação, as vítimas enfrentam barreiras para denunciarem a violência sofrida. É preciso juntar provas nem sempre acessíveis, noticiar o fato às autoridades competentes, formalizar denúncia por escrito perante aos conselhos dos respectivos órgãos dos profissionais que cometeram tais atos. Sendo, portanto, necessário o enfrentamento do corporativismo de muitas profissões e instituições.

Nesse contexto, em maio de 2019, em um despacho, o Ministério da Saúde, contrariando o entendimento da Organização Mundial de Saúde acerca da violência obstétrica, posicionou-se contrário ao uso do termo (FEBRASGO, 2019) acompanhando o Conselho Federal de Medicina (CFM) no parecer 32/2018 (CFM, 2018). Entendeu o CFM que o termo violência obstétrica era uma agressão aos profissionais da medicina e especialidades de ginecologia e obstétrica. No parecer, a discussão gira em torno do “conhecimento científico consagrado”, e não dos direitos fundamentais defendidos pela Constituição Federal.

Já o Ministério da Saúde, instituiu uma orientação na qual solicitava que o termo violência obstétrica fosse “evitado” e possivelmente “abolido” em documentos de políticas públicas, sob o condão de que, no atendimento à mulher, os profissionais de saúde, bem como de demais áreas envolvidas, não agem com intenção de causar danos ou prejuízo à mulher (FEBRASGO, 2019).

Por conseguinte, em virtude de inquietações de vários seguimentos da sociedade que defendem a autonomia da mulher no processo de gestação, parto e puerpério, e que compreendem a lesão dessa autonomia como violência, é que o Ministério Público Federal (MPF, 2019) recomendou que fosse reconhecido a legitimidade para uso do termo, por entender que o Ministério da Saúde estava desconsiderando as orientações da Organização Mundial da Saúde sobre o tema. Posteriormente, o próprio Ministério da Saúde voltou atrás em sua decisão e reconheceu o direito legítimo das mulheres acerca da utilização do termo “violência obstétrica” em casos de maus tratos, desrespeito ou abusos no momento do parto.

É mister ressaltar, no entanto, que a cada dia surgem iniciativas nas esferas Federal, Estadual e Municipal com o objetivo de proteção, acolhimento da mulher durante a gravidez, nascimento, parto, puerpério e também em condição de abortamento. Nesse sentido, de norte a sul do Brasil percebe-se uma evolução acerca da discussão da temática, no sentido de promover ações de prevenção, sem tampouco mencionar as medidas a serem imputadas aos culpados. Estados como Minas Gerais, Paraíba, Acre, e Rio Grande do Sul incluíram em suas legislações normas que contemplam a proteção dessas mulheres através da implantação de medidas que promovem a humanização do cuidado e, conseqüentemente, previnem a violência obstétrica.

Em vigor desde dezembro de 2018, a Lei nº 23.175, de 21/12/2018, veio para garantir o atendimento humanizado à gestante, à parturiente e à mulher em situação de abortamento, bem como a prevenção da violência na assistência obstétrica no Estado de Minas Gerais (ALMG, 2018). Nesse caso, houve um cuidado do legislador para que tal garantia contemplasse as mulheres em situação de abortamento, momento esse que requer uma atenção especial de modo a evitar sequelas físicas e psíquicas.

A Lei nº 11.329 de 16/05/2019, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba, edição nº 16.871, em maio de 2019, dispõe sobre a garantia de atendimento humanizado à gestante, à parturiente e à mulher em situação de abortamento (AUNIÃO, 2019), sendo mais uma ferramenta para a proteção dessas mulheres em elevada condição de vulnerabilidade.

Em agosto de 2019, foi promulgada a Lei Municipal nº 2.324 que dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no município de Rio Branco e estabelece outras providências

(CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-AC, 2019). A lei visa a garantia de atendimento digno, tanto da gestante como da criança, e seu projeto inicial contou com o apoio do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), através da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde.

Em abril de 2019, no município de Pelotas-RS, foi criada a Lei Ordinária nº 6.681, publicada no Diário Oficial dos municípios de 18/04/2019. Essa norma dispõe acerca da criação da Semana da conscientização dos Direitos das Gestantes para combater a violência obstétrica, defender o pré-natal e o parto humanizado (SAPL, 2019).

O propósito da referida lei é a divulgação de direitos à saúde da gestante, dando enfoque à assistência humanizada à mulher durante a gestação, pré-parto e puerpério, e institui a possibilidade de ações de prevenção desenvolvidas em conjunto com os poderes Executivo, Legislativo, bem como empresas públicas, entidades parceiras, conselhos municipais, associações de bairro e demais órgãos interessados, além de pessoas físicas. O artigo 3º prevê a disponibilização de canais para reclamações e denúncias da ocorrência de violência obstétrica e a divulgação das ações de conscientização em hospitais, postos de saúde, unidades básicas de saúde, casas de parto e congêneres.

Por outro lado, o governo Federal implementou a Lei nº 11.108 de 7 de abril de 2005 para garantir às mulheres “o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS” (BRASIL, 2005), e em seguida, no sentido de proporcionar um novo modelo de atenção ao parto, implementou a Rede Cegonha, regulamentada pela Portaria Nº 1.459 de 24 de junho de 2011. Essa política prima pela humanização no atendimento à mulher e é voltada para a saúde e bem estar do binômio mãe-filho (BRASIL, 2011).

Convém ressaltar ainda que encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados Federais o Projeto de Lei nº 7.867 de 2017 que dispõe sobre medidas de proteção contra a violência obstétrica e de divulgação de boas práticas para a atenção à gravidez, parto, nascimento, abortamento e puerpério (BRASIL, 2017).

Todavia, apesar dessas medidas, de cada quatro mulheres, uma já sofreu algum tipo de violência obstétrica (POMPEU, 2014). Como o parto constitui-se em momento único para o binômio mãe e filho, com o envolvimento de aspectos psicológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, passar por um processo de dor e sofrimento, nesse período, incorre em reflexos negativos para a vida da mulher (MALDONATO, 2000). A ineficácia e inefetividade das medidas de proteção podem estar relacionadas a falta de punibilidade daqueles que violam os direitos das vítimas, já que o ato não possui tipificação penal.

Outrossim, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) apresenta dispositivos que protegem a autonomia e a capacidade de decidir

das pessoas em seu artigo 5º, inciso II e veda o tratamento desumano e a tortura em seu artigo 5º, inciso III. Portanto, a violência obstétrica caracteriza violação inquestionável aos Direitos e Garantias Fundamentais, com base na carta magna (VELLOSO; SILVA; CARMONA, 2014).

No contexto social, a violência obstétrica se materializa por meio de relatos de pacientes que demonstram que sofreram, durante a assistência à gestação, parto, pós-parto e abortamento, agressividade física e psíquica, ofensa à moral, desrespeito aos direitos e autonomia das vítimas. Entretanto, quando há ofensa aos direitos individuais e coletivos é papel do Estado exercer a função de coibir essas ações e punir aqueles que as cometeram.

Todavia, quando se fala em punição, a ausência de uma legislação específica que tipifique a violência obstétrica como crime dificulta a punição dos culpados (CARVALHO; SEVERI, 2015), uma vez que os atos praticados para serem punidos precisam de uma tipificação e, seguindo a regra, não há crime sem cominação legal.

Apesar disso, a violência obstétrica ainda é um problema recorrente nas práticas da atenção destinada à mulher, envolvendo questões sociais como gênero, raça e classe (SOARES et al., 2015) e tem-se tornado um grave problema de saúde pública.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas que caracterizam a violência obstétrica são antigas, retrógradas, abusivas e ferem a autonomia e dignidade humana das vítimas. Apesar disso, não possui tipificação no Direito Penal brasileiro, e a ciência jurídica nacional caminha lentamente na discussão da temática.

Destarte, observa-se que a normatização da temática no âmbito Municipal, Estadual e Federal teve destaque nos últimos anos. A priori tais normas permeiam as políticas de prevenção, no entanto não havendo tipificação no Direito Penal brasileiro, como ocorre na Venezuela. Assim, pouco há de se falar em punições aos responsáveis pelos danos relacionados à violência obstétrica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JM, D'OLIVEIRA AFPL. **Violência institucional em maternidades públicas sob a ótica das usuárias**. Interface, Botucatu, vol.15, n.36, Jan./Mar. 2011.

AGUIAR, JM. **Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero**. Disponível em: <http://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/JanainaMAguiar.pdf>. Acesso em: 02 jan 2018.

ALMG. Assembléia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 2.175 de 21 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a garantia de atendimento humanizado à gestante, à parturiente e à mulher

em situação de abortamento, para prevenção da violência na assistência obstétrica no Estado. Disponível em :<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2018&num=23175&tipo=LEI>>. Acesso: 05 out. 2019.

AUNIÃO. Diário Oficial do Estado da Paraíba, edição nº 16.871 de 17 de maio de 2019. **Lei nº11.329 de 16 de maio de 2019**. Dispõe sobre a garantia de atendimento humanizado à gestante, à parturiente e à mulher em situação de abortamento no Estado da Paraíba. Disponível em: <<https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/2019/maio/diario-oficial-17-05-2019.pdf>> Acesso: 02 out 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11108-7-abril-005536370publicacao-original-26874-pl.html>>. Acesso em 20 jan 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 7.867/2017. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2019. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2141402>> Acesso em: 04 out. 2019.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 20 jan 2019.

_____. **Portaria Nº 1.459, de 24 de junho de 2011**. Rede Cegonha. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-AC. **Lei nº 2.324 de 07 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Município de Rio Branco e estabelece outras providências, 7 ago 2019. Disponível em :<<https://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal/2019/LeiMunicipaln2.324de07deagostode2019..PDF>> Acesso em: 05 out. 2019.

CARVALHO, BN; SEVERI, FC. **Violência Obstétrica: análise das decisões proferidas pelos Tribunais de Justiça da região sudeste**. Monografia (conclusão de curso). Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto. São Paulo. 2015.

CFM. Conselho Federal de Medicina. **Processo-consulta CFM nº 22/2018 – Parecer CFM nº 32/2018**. Disponível em: http://www.portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2<8210:2019-05-09-18-50-35&catid=3>. Acesso: em 04 out.2019.

CIELLO, C. et al. **Parto do princípio–mulheres em rede pela maternidade ativa. Dossiê da violência Obstétrica “Parirás com dor”**. 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>> Acesso em: 15 out. 2017.

DINIZ, CSG. **Assistência ao parto e relações de gênero: elementos para uma releitura médico-social**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Medicina/USP, São Paulo, 1997.

FEBRASGO. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Despacho DAPES/SAS/MS. **Posicionamento do Ministério da Saúde quanto ao uso do termo “violência obstétrica”**. 3 mai 2019. Disponível em <<https://www.febRASGO.org.br/pt/noticias/item/797-posicionamento-oficial-do-ministerio-da-saude-sobre-o-termo-violencia-obstetrica>> Acesso em: 04 out. 2019.

MALDONADO, MT. **Psicologia da gravidez**. São Paulo (SP): Saraiva; 2000.

MPF. Ministério Público Federal. **Após recomendação do MPF, Ministério da Saúde reconhece liberdade do uso do termo violência obstétrica**. Disponível em: <<https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/719478851/apos-recomendacao-do-mpf-ministerio-da-saude-reconhece-liberdade-do-uso-do-termo-violencia-obstetrica>>. Acesso em: 04 out. 2019.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Declaração da OMS sobre Taxas de Cesáreas**. 2015. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/161442?jsessionid=27045D56665A91597951>>. Acesso em: 01 out 2018.

PEREIRA, JS. et al. **Violência obstétrica: ofensa à dignidade humana**. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research, v.15, n.1, 2016.

PREVIATTI, JF; SOUZA, KV. **Episiotomia: em foco a visão das mulheres**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 60, n. 2, p. 197-201, mar./abr. 2007.

POMPEO, C. **Uma em cada quatro mulheres sofre violência obstétrica o Brasil, 2014**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/uma-em-cadaquatro-mulheres-sofre-violencia-obstetrica-no-brasil-ee5jkxiutgeb18bwkud2ozhhq/>>. Acesso em: 23 jan 2019.

SAPL. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, Pelotas-RS. **Lei Ordinária nº 6.681 de 08 de Abril de 2019**. Dispõe sobre a criação da “Semana de Conscientização dos Direitos das Gestantes para combater a violência obstétrica e defesa do Pré-natal e o Parto Humanizado. Disponível em: <<https://sapl.pelotas.rs.leg.br/norma/2749>> Acesso: 1 out 2019.

SAUAIA ASS, SERRA MCM. **Uma dor além do parto: violência obstétrica em foco**. Revista de Direitos Humanos e Efetividade. Brasília, v. 2. n.128-147. 2016.

SENA, LM; TESSER, CD. **Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães**. Interface, v.21, n.60, 2017.

SOARES, BP. et al. **Violência obstétrica e suas implicações**. Revista Norte Mineira de Enfermagem, v.4, ed. especial, 2015.

VELLOSO AFP, SILVA RMC, CARMONA PAC. **Violência Obstétrica: Uma ofensa a direitos humanos ainda não reconhecida legalmente no Brasil**. [Monografia] Brasília: Centro Universitário de Brasília. 2014.

VENDRÚSCOLO, CT; KRUE, CS. **A história do parto: do domicílio ao hospital; das parteiras ao médico; de sujeito a objeto**. Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 16, n. 1, p. 95-107, 2015.

VENEZUELA. **Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia**. Gaceta Oficial de La República Bolivariana de Venezuela. Nº 38.668 [Acesso em 03 Outubro de 2019] Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6604.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2019.

WARMIS. **Manobra de Kristeller – Violência no parto**. Disponível em: <<http://www.warmismulheresbolivianas.com.br/blog/manobra-de-kristeller-violencianoparto/>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA AO LONGO DA VIDA E NOS ÚLTIMOS 12 MESES: ESTUDO EM UMA MATERNIDADE

Data de aceite: 06/01/2020

Bruna Venturin

Mestranda em Epidemiologia. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas – RS.

Franciéle Marabotti Costa Leite

Doutora em Epidemiologia (UFPel). Professora do Departamento de Enfermagem - UFES. Vitória, Espírito Santo.

Dherik Fraga Santos

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Edleusa Gomes Ferreira Cupertino

Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo. Vitória – ES.

Mariana Zoboli Ambrosim

Acadêmica de Enfermagem. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – ES.

Luíza Eduarda Portes Ribeiro

Acadêmica de Enfermagem. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – ES.

Jasmine Cristina Soares Xavier

Acadêmica de Enfermagem. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – ES.

Maria Luiza Cunha Santos

Acadêmica de Enfermagem. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – ES.

Joyce Ferreira Reis

Acadêmica de Enfermagem. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – ES.

Solange Drummond Lanna

Enfermeira. Especialista em Epidemiologia. Núcleo de Prevenção à Violência da Prefeitura Municipal de Vitória. Vitória – ES.

RESUMO: Introdução: A violência contra a mulher é considerada um grave problema de saúde pública e pode ocorrer em qualquer etapa da vida. Objetivo: Estimar as prevalências dos tipos de violência física contra mulheres, cometida por parceiro íntimo, ao longo da vida e nos últimos 12 meses. Metodologia: Estudo descritivo, realizado em uma maternidade municipal da Grande Vitória, Espírito Santo, no período de agosto a outubro de 2017. Foram entrevistadas 330 puérperas. A análise foi feita através do pacote estatístico Stata versão 15.0, apresentando frequências brutas e relativas com seus respectivos intervalos de confiança. Resultados: Os achados referentes à violência física ao longo da vida, cometida pelo parceiro íntimo contra a mulher, variou de 3,0% a 23,0%, enquanto nos últimos 12 meses a prevalência foi de 0,6% a 4,9%. Conclusão: A violência física, praticada pelo parceiro íntimo, pode apresentar-se de diferentes formas. Profissionais que assistem à mulher devem em seus atendimentos buscar rastrear esse fenômeno e romper com esse ciclo.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher. Violência por Parceiro Íntimo. Maus-

1 | INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher consiste em um fenômeno complexo e multicausal, que tem dentre seus principais pilares a dominação simbólica masculina. Nesse sentido, na perspectiva de gênero, se entende o fato da violência ocorrer motivada pelas demonstrações de desigualdades baseadas na categoria de sexo, a qual começa na família, onde as relações de gênero se constituem no padrão de relações hierárquicas (BANDEIRA, 2014). Dessa maneira, nesse cenário de relações desiguais, emergem as diversas situações de violência.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é classificada como o uso da força física ou do poder real e ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resultem ou possam causar lesões, óbito, dano psicológico, prejuízo no desenvolvimento ou privação (KRUG *et al.*, 2002). Sendo, a violência física o uso da força física de forma intencional, não acidental expressos em agressões de várias formas, com a finalidade de causar lesão, dor, ferimento, sofrimento ou destruir a pessoa, deixando ou não, marcas evidentes no seu corpo (BRASIL, 2016).

Estudo de base populacional realizado em mais de 40 países do mundo, aponta a prevalência de violência física pelo parceiro íntimo ao longo na vida no intervalo de 10% a 69% (KRUG *et al.*, 2002). No Brasil, a prevalência de violência física foi estimada em 58,6% ao longo da vida e para a ocorrência nos últimos 12 meses em 32,0% em Brasília (MOURA *et al.*, 2009). Em Vitória (ES) a prevalência de violência física entre mulheres usuárias da atenção primária foi de 39,3% ao longo da vida (SANTOS, 2017).

A experiência de vivenciar a violência é considerada um grave problema de saúde pública pela OMS. Esse evento pode ocorrer em qualquer etapa da vida da mulher e causar inúmeros impactos negativos em sua saúde (AUDI *et al.*, 2008), dentre as quais danos físicos e mental (GUEDES; DA SILVA; DA FONSECA, 2009; CASIQUE; FUREGATO, 2006; FRAZÃO *et al.*, 2019), levando mulheres em situação de violência à procurar pelos serviços de saúde (AUDI *et al.*, 2008).

Nesse contexto, é de suma importância que os profissionais que assistem a essas mulheres estejam capacitados para o reconhecimento da ocorrência da violência e suas repercussões, a fim de promover o adequado manejo e acompanhamento dos casos (AUDI *et al.*, 2008). Ainda, é importante destacar que políticas e ações voltadas aos profissionais para o atendimento e acompanhamento das mulheres em situação de violência devem ser alicerçadas em uma assistência integral, ética e qualidade, visando a resolutividade dos casos e a autonomia das

vítimas (BANDEIRA, 2014).

Desse modo, diante do exposto o presente estudo teve como objetivo de estimar as prevalências dos tipos de violência física contra mulheres, cometida por parceiro íntimo, ao longo da vida e nos últimos 12 meses.

2 | MÉTODO

Estudo descritivo, realizado em uma maternidade municipal da Grande Vitória, Espírito Santo (ES). Participaram do estudo 330 puérperas com, no mínimo, 24 horas de pós-parto e que tivessem tido, pelo menos um parceiro íntimo durante a gestação. Definiu-se parceiro íntimo como companheiro ou ex-companheiro, independente da união formal, e namorados atuais, desde que mantendo relações sexuais. A coleta de dados ocorreu no período de agosto a outubro de 2017, em local privativo, com presença apenas da entrevistada e da entrevistadora. Após a entrevista, um folder detalhado como um material educativo e de suporte, contendo os principais serviços de atendimento às mulheres em situação de violência.

A entrevista foi feita utilizando um formulário contendo variáveis sociodemográficas (faixa etária, raça/cor, escolaridade e situação conjugal) e para o rastreamento da violência física ao longo da vida e nos últimos 12 meses foi aplicado o instrumento da Organização Mundial de Saúde (OMS), validado para uso no Brasil, intitulado “*World Health Organization Violence Against Women (WHO VAW)*” (SCHRAIBER *et al.*, 2010).

As análises foram realizadas com o pacote estatístico *Stata* versão 15.0. Os dados obtidos são apresentados por meio de tabelas com frequências brutas, relativas e seus respectivos intervalos de confiança.

Conforme os preceitos éticos vigentes, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (Parecer nº 2.149.430). Foi assinado termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

3 | RESULTADOS

A tabela 1 apresenta a caracterização da amostra. Constata-se que mais da metade das participantes do estudo (58,5%) tinham até 24 anos de idade, 87,9% se declararam não brancas e 64,2% das mulheres tinham nove anos ou mais de estudo. Cerca de 52,0% viviam com o companheiro em união consensual, no entanto, não eram casadas (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica das puérperas internadas em uma maternidade pública. Espírito Santo, agosto a outubro de 2017. (N= 330)

Variáveis	n	%	IC 95%
Faixa Etária			
Até 24 anos	193	58,5	53,1 – 63,7
25 anos ou mais	137	41,5	36,3 – 46,9
Raça/Cor			
Branca	40	12,1	9,0 – 16,0
Não branca	290	87,9	83,9 – 91,0
Escolaridade (anos)			
0 a 8	118	35,8	30,7 – 41,1
9 ou mais	212	64,2	58,9 – 69,2
Situação Conjugal			
Casada	93	28,2	23,6 – 33,3
União Consensual	172	52,1	46,7 – 57,5
Solteira	65	19,7	15,7 – 24,4

A distribuição dos tipos de violência física é apresentada na Tabela 2. Do total de entrevistadas que relataram episódios de violência física ao longo da vida, 21,5% declararam que a agressão ocorreu por meio de tapa ou objeto que poderia ter lhe machucado; 23,0% foram empurradas pelo companheiro; 14,0% declararam terem sido machucadas por um soco ou objeto; 8,8% foram agredidas com chute ou surradas; 3,0% estranguladas ou queimadas e 9,4% foram ameaçadas ou já estiveram frente à arma, faca ou outro tipo de arma.

Nos últimos 12 meses, a violência física perpetrada pelo parceiro íntimo, foi apontada por 4,9% das mulheres que vivenciaram o tapa ou objeto que poderia ter lhe machucado; 4,6% foram empurradas; 3,9% machucadas por um soco ou objeto; 2,4% agredidas com chute ou surradas; 0,6% declararam que foram estranguladas ou queimadas e 2,1% foram ameaçadas ou já estiveram frente à arma, faca ou outro tipo de arma.

Tabela 2 – Prevalências dos tipos de violência física ao longo da vida e nos últimos 12 meses, praticada pelo parceiro íntimo. Espírito Santo, agosto a outubro de 2017. (N= 330)

Variáveis	Ao longo da vida			Nos últimos 12 meses		
	N	%	IC95%	N	%	IC95%
Deu-lhe um tapa ou jogou algo em você que poderia machucá-la?						
Não	259	78,5	73,5-82,6	314	95,1	92,2-97,0
Sim	71	21,5	17,4-26,3	16	4,9	3,0-7,8
Empurrou-a ou deu-lhe um tranco/chacoalhão?						
Não	254	77,0	72,1-81,2	315	95,4	92,6-97,2
Sim	76	23,0	18,8-27,9	15	4,6	2,8-7,4
Machucou-a com um soco ou com algum objeto?						
Não	284	86,0	81,9-89,4	317	96,1	93,3-97,7
Sim	46	14,0	10,6-18,1	13	3,9	2,3-6,7
Deu-lhe um chute, arrastou ou surrou você?						
Não	301	91,2	87,6-93,8	322	97,6	95,2-98,8
Sim	29	8,8	6,2-12,4	08	2,4	1,2-4,8
Estrangulou ou queimou você de propósito?						
Não	320	97,0	94,4-98,4	328	99,4	97,6-99,8
Sim	10	3,0	1,6-5,6	02	0,6	0,2-2,4
Ameaçou usar ou realmente usou arma de fogo, faca ou outro tipo de arma contra você?						
Não	299	90,6	88,9-93,3	323	97,9	95,6-98,9
Sim	31	9,4	6,7-13,1	07	2,1	1,0-4,4

4 | DISCUSSÃO

Os achados do presente estudo mostram a prevalência dos tipos de violência física, cometida pelo parceiro íntimo, contra a mulher variando de 0,6% a 23,0% entre as puérperas entrevistadas ao longo da vida e nos últimos 12 meses.

Ao analisar os achados referentes à violência física ao longo da vida, nota-se que variou de 3,0% a 23,0%. Esses achados corroboram os estudos desenvolvidos internacionalmente e nacionalmente (BRUSCHI; DE PAULA; BORDIN, 2006; MIRANDA; DE PAULA; BORDIN, 2010; VIZCARRA *et al.*, 2001; LEITE *et al.*, 2017), e, revelam a violência física como um fenômeno de alta frequência mesmo diante dos esforços para o seu enfrentamento (SCHRAIBER *et al.*, 2007).

Quanto aos dados da frequência desse abuso praticado pelo parceiro íntimo nos últimos 12 meses, o mesmo variou de 0,6% a 4,9%. Esses achados divergem aos encontrados em estudos nacionais onde os autores encontraram entre puérperas atendidas em uma maternidade de alto risco prevalência de 7,6% de violência física praticada pelo companheiro nos últimos 12 meses, e, estudo realizado em uma maternidade de Recife (PE) que encontrou percentual de 13,1% (FIOROTTI *et al.*, 2018; MENEZES *et al.*, 2003). Alguns estudos apresentam a gravidez como um fator de proteção à violência, principalmente a física devido a diminuição da prevalência desse fenômeno (SILVA *et al.*, 2011; MENEZES *et al.*, 2003), como no estudo

realizado em Recife (PE) com o objetivo de estimar a prevalência de violência por parceiro íntimo antes e durante a gestação e no pós-parto, a violência física diminuiu aproximadamente 50% durante a gestação. Apesar de ainda estar em discussão em muitos estudos, pois muitos revelam a não alteração da ocorrência durante a gestação (MARTIN *et al.*, 2001).

A violência contra as mulheres são manifestações da desigualdade de gênero da sociedade atual e influenciam na sobrevivência das mulheres e em suas questões de saúde. A violência contra a mulher é reflexo dos contextos de dominação do ser masculino que possui a visão de posse e dominação sob o corpo feminino utilizando-se da força como dominação (GUEDES; DA SILVA; DA FONSECA, 2009). Nesse cenário, é relevante destacar que agressões físicas cotidianamente repercutem negativamente nas condições de saúde das mulheres, tanto fisicamente com traumatismos (fraturas, hemorragias e deformidades), quanto na saúde psicológica (MIRANDA; DE PAULA; BORDIN, 2010).

Ainda, os resultados remetem a uma reflexão acerca da vivência da violência física conjugal, ou seja, aquela praticada pelo parceiro íntimo. A experiência desse fenômeno gera nas mulheres sentimentos de impotência, decepção, desamor e desesperança, uma vez que é no casamento que geralmente as mulheres idealizam e sonham concretizar o conceito de constituição do lar, família e sucesso amoroso (GUEDES; DA SILVA; DA FONSECA, 2009).

No presente estudo, nota-se que a forma mais frequente de violência física ao longo da vida praticada pelo parceiro foi o empurrão (23,0%) seguido do tapa (21,5%). Enquanto que a forma mais frequente de violência física nos últimos 12 meses foi primeiramente ter levado o tapa ou ter sido arremessado um objeto (4,9%) e em seguida ter sido empurrada (4,6%). Achados que estão em consonância com os dados revelados em pesquisa realizada em uma maternidade no Recife (MENEZES *et al.*, 2003). Conforme definição do protocolo utilizado em estudo multicêntrico pela OMS, tais resultados apontam para maiores prevalências de violências físicas de gravidade moderada (empurrão e o tapa). E, como afirmado por Anacleto *et al* (2009), estudos de cunho epidemiológico parecem detectar melhor os casos de violência física moderada, o que vai ao encontro do presente estudo, visto que a frequência da violência de gravidade moderada foi maior (GARCIA-MORENO *et al.*, 2005; ANACLETO *et al.*, 2009).

Em relação às violências de maior gravidade como o soco e o estrangulamento (GARCIA-MORENO *et al.*, 2005), o primeiro foi o mais prevalente, sejam ao longo da vida (14,0%) ou nos últimos 12 meses (3,9%). E o estrangulamento de menor frequência apresentando um percentual de 3,0% ao longo da vida e 0,6%, nos últimos 12 meses, resultados que são semelhantes ao encontrado por pesquisa realizada no Brasil por Moraes *et al* 2010 na cidade do Rio de Janeiro, em que se constata uma

prevalência de 14,0% de violência contra a mulher de maior gravidade (MORAES *et al.*, 2010).

Outra questão ao se discutir a violência física contra a mulher praticada pelo companheiro, é refletir a desigualdade social e de gênero no casamento, uma vez que se rotulam os papéis de homens e mulheres dentro dessa relação, onde a mulher é resultado da delicadeza, sensibilidade, subordinação e obediência enquanto o homem é o responsável, o corajoso, o agressivo e reprodutível (GOMES *et al.*, 2007; MENEGHEL *et al.*, 2000). O agressor, detentor da força física expõe à vítima à humilhação ferindo sua dignidade e perda de identidade (MENEGHEL *et al.*, 2000).

Continuando a reflexão, percebe-se que a violência enquanto fruto de uma desigualdade de gênero e da ameaça ao poder patriarcal, faz com que o agressor veja a mulher como sua propriedade e sinta o direito de punir a mesma (GOMES *et al.*, 2007; MENEGHEL *et al.*, 2000). A mulher fica exposta à diferentes formas de violência física, muitas vezes uma violência de certo modo invisível, visto que a ocorrência dos episódios se dá em ambiente privado (DESLANDES, 2002; DESLANDES, 1999).

Outra questão a ser destacada é que mulheres que vivenciam violência doméstica estão sob risco de femicídio. Por esse motivo, é fundamental sua proteção e a de seus filhos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2013). Assim, dentre os mecanismos para reduzir o risco de femicídio, está o investimento na avaliação do risco em vários pontos da rede de cuidado, a prevenção da violência íntima, a limitação da disponibilidade de armas de fogo e a oferta de suporte psicológico e econômico às mulheres em situação de risco (STOCKL *et al.*, 2013)

E tratando-se das armas de fogo, constata-se no presente estudo que a ao longo da vida, 9,4% das mulheres sofreram ameaça ou foram submetidas ao uso de arma de fogo pelo parceiro íntimo e nos últimos 12 meses a prevalência foi de 2,1%. O achado corrobora com estudo realizado em Zona da Mata de Pernambuco que aponta que 12,4% das mulheres que moravam na Zona da Mata de Pernambuco foram ameaçadas ou o parceiro íntimo utilizou arma de fogo ao longo da vida e 3,5% nos últimos 12 meses (SCHRAIBER *et al.*, 2007).

Enfim, vivenciar a violência doméstica traz consequências danosas para a vida da mulher, pois, impacta negativamente em sua saúde e qualidade de vida, bem como, reflete progressivamente na perda da rede de apoio, tornando as vítimas mais vulneráveis e com poucas formas de enfrentamento a esse agravo, sendo cada vez mais difícil romper este ciclo (RIBEIRO; COUTINHO, 2011). Nesse contexto, os serviços de atendimento às mulheres, como o serviço de saúde, devem estar atentos à promoção de um cuidado integral, além de instrumentalizados para o manejo dos casos de violência, atuando nas estratégias de prevenção à violência e notificação dos casos, de modo a contribuir com a interrupção do evento (COSTA *et al.*, 2013).

Cabe destacar a violência como um fenômeno social, sendo de relevância a

atuação de uma equipe interdisciplinar no atendimento individual, familiar ou grupal facilitando a orientação das mulheres à procura por assistência, assim como, na formulação, execução e gestão de políticas públicas e sociais no combate à violência contra a mulher (LISBOA; PINHEIRO, 2005). Ainda, vale ponderar que os profissionais que promovem esse cuidado à vítima devem prover a escuta das demandas e não se concentrarem apenas no cuidado biomédico, compreendendo a complexidade do evento (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999).

Como limitação do estudo é possível citar o viés de informação, todavia, é importante destacar que as entrevistas foram realizadas em ambiente privado, onde as entrevistadas ficavam face a face com a entrevistadora, minimizando assim este viés.

5 | CONCLUSÃO

O presente estudo revela a importância de pesquisas sobre violência contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo. Pode-se concluir que a violência física está presente ao longo da vida da mulher em suas diferentes formas e magnitude.

Profissionais de saúde, bem como, de outras áreas como assistência social, educação e segurança possuem um papel de suma importância não somente no rastreamento do agravo, mas no manejo de ruptura do ciclo de violência, bem como, nas ações de enfrentamento e prevenção. Assim, a formação e sensibilização desses profissionais, acerca da temática violência contra a mulher, é de suma importância de modo a instrumentalizá-los para uma assistência qualificada e integral a vítima.

6 | FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Edital FAPES/CNPq nº: 04/2017. Processo nº: 106/2017

REFERÊNCIAS

ANACLETO, A. J. et al. Prevalência e fatores associados à violência entre parceiros íntimos: um estudo de base populacional em Lages, Santa Catarina, Brasil, 2007. **Cad Saúde Pública**, v. 25, p. 800-808, 2009.

AUDI, C. A. F. et al. Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, p. 877-885, 2008.

ÂNGULO-TUESTA, A. J. Violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde [Dissertação]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública; 1997.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Viva: instrutivo de notificação de violência interpessoal e**

autoprovocada. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRUSCHI, A.; DE PAULA, C. S.; BORDIN, I. A. S. Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, p. 256-264, 2006.

CAICEDO-ROA, M. et al. Femicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n. 6, p. 1-11, 2019.

CARNEIRO, J. F. et al. Violência física pelo parceiro íntimo e uso inadequado do pré-natal entre mulheres do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 19, p. 243-255, 2016.

CASIQUE, L. C.; FUREGATO, A. R. F. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 6, 2006.

COSTA, D. A. C. et al. Assistência multiprofissional à mulher vítima de violência: atuação de profissionais e dificuldades encontradas. **Cogitare Enfermagem**, v. 18, n. 2, 2013.

DESLANDES, S. F. A violência como realidade e desafio aos serviços de saúde. **Frágeis deuses: profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, p. 11-26, 2002.

DESLANDES, S. F. O atendimento às vítimas de violência na emergência: "prevenção numa hora dessas?". **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 81-94, 1999.

D'AVOLIO, D. et al. Screening for abuse: Barriers and opportunities. **Health Care for Women International**, v. 22, n. 4, p. 349-362, 2001.

DE OLIVEIRA, B. G. et al. Responsabilidade dos profissionais de saúde na notificação dos casos de violência. **Revista Bioética**. Brasília, v.26, n.3. 2018.

FINNBOGADÓTTIR, H.; DYKES, A. K.; WANN-HANSSON, C. Prevalence of domestic violence during pregnancy and related risk factors: a cross-sectional study in southern Sweden. **BMC women's health**, v. 14, n. 1, p. 63, 2014.

FIOROTTI, K. F. et al. Prevalência e fatores associados à violência doméstica: estudo em uma maternidade de alto risco. **Texto Contexto Enferm**, v. 27, n. 3, p. 1-11.

FRAZÃO, M. C. L. de O. et al. Violência em mulheres com diagnóstico de depressão. **REME rev. min. enferm**, p. e-1174, 2019.

GARCIA-MORENO, C. et al. WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's response. Geneva: World Health Organization, 2005.

GARCIA-MORENO, C. Dilemmas and opportunities for an appropriate health-service response to violence against women. **The Lancet**, v. 359, n. 9316, p. 1509-1514, 2002.

GOMES, N. P. et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paul Enferm**, v. 20, n. 4, p. 504-8, 2007.

GUEDES, R. N.; DA SILVA, A. T. M. C.; DA FONSECA, R. M. G. S. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 625-631, 2009.

KRUG, E. G. et al. The world report on violence and health. **The lancet**, v. 360, n. 9339, p. 1083-1088, 2002.

LEITE, F. M. C. et al. Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 1-12, 2017.

- LISBOA, T. K.; PINHEIRO, E. A. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista Katálysis**, v. 8, n. 2, p. 199-210, 2005.
- MENEZES, T. C. et al. Violência física doméstica e gestação: resultados de um inquérito no puerpério. **RBGO**, v. 25, n. 5, p. 309-16, 2003.
- MIRANDA, M. P. de M.; DE PAULA, C. S.; BORDIN, I. A. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 27, p. 300-308, 2010.
- MORAES, C. L.; ARANA, F. D. N.; REICHENHEIM, M. E. Violência física entre parceiros íntimos na gestação como fator de risco para a má qualidade do pré-natal. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, p. 667-676, 2010.
- MOURA, L. B. A. et al. Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, p. 944-953, 2009.
- O'DOHERTY, L. et al. Screening women for intimate partner violence in healthcare settings. **Cochrane database of systematic reviews**, n. 7, 2015.
- RIBEIRO, C. G.; COUTINHO, M. da P. de L. Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 3, n. 1, 2011.
- SANTOS, I. B. **Violência Contra a Mulher ao Longo da Vida: Estudo Entre Usuárias da Atenção Primária**. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.
- SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 3, p. 13-26, 1999.
- SCHRAIBER, L. B. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, p. 470-477, 2002.
- SCHRAIBER, L. B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, p. 797-807, 2007.
- SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. s205-s216, 2009.
- SCHRAIBER, L. B. et al. Validity of the WHO VAW study instrument for estimating gender-based violence against women. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 4, p. 658-666, 2010.
- SILVA, E. P. et al. Frequência e padrão da violência por parceiro íntimo antes, durante e depois da gravidez. **Revista de saúde Pública**, v. 45, p. 1044-1053, 2011.
- SILVERMAN, J. G. et al. Intimate partner violence victimization prior to and during pregnancy among women residing in 26 US states: associations with maternal and neonatal health. **American journal of obstetrics and gynecology**, v. 195, n. 1, p. 140-148, 2006.
- STÖCKL, H. et al. The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. **The Lancet**, v. 382, n. 9895, p. 859-865, 2013.
- VIELLAS, E. F. et al. Fatores associados à agressão física em gestantes e os desfechos negativos no recém-nascido. **J. Pediatr.** Porto Alegre, v. 89, n. 1, p. 83-90, 2013.
- VIZCARRA, M. B. et al. Violencia conyugal en la ciudad de Temuco: Un estudio de prevalencia y factores asociados. **Revista médica de Chile**, v. 129, n. 12, p. 1405-1412, 2001.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Responding to intimate partner violence and sexual violence against women: WHO clinical and policy guidelines**. Geneva: World Health Organization, 2013.

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA CONTRA MULHER

Data de aceite: 06/01/2020

Mayara Alves Luis

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Franciéle Marabotti Costa Leite

Doutora em Epidemiologia (UFPel). Professora do Departamento de Enfermagem - UFES. Vitória, Espírito Santo.

Ranielle de Paula Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Karina Rosa Paiva

Acadêmica de Enfermagem – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Tamires Paulo Ceccon

Acadêmica de Enfermagem – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Karina Fardin Fiorotti

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Dherik Fraga Santos

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Odelle Mourão Alves

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Enfermagem – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Getúlio Sérgio Souza Pinto

Mestre em Psicologia institucional – UFES. Vitória, Espírito Santo.

RESUMO: Introdução: A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública presente em todos os ciclos de vida. O objetivo desse estudo foi identificar a prevalência dos tipos de violência sexual ao longo da vida e no último ano. Método: Estudo descritivo. A coleta de dados ocorreu em uma maternidade de baixo risco, da Grande Vitória, Espírito Santo, entre os meses de agosto e outubro de 2017. Foram entrevistadas 330 puérperas. Resultados: A maioria (58,5%) das mulheres tinha até 24 anos, não branca (87,9%), com nove ou mais anos de estudo (64,2%) e estava em união consensual (52,1%). Observa-se que a prevalência da violência sexual na vida, praticada pelo parceiro íntimo, variou de 3,0 a 9,1% e a frequência do evento nos últimos 12 meses variou de 0,3 a 1,8%. Conclusão: A violência sexual praticada pelo parceiro íntimo é um agravo presente entre as mulheres, que se manifesta de diferentes maneiras. São necessárias ações para o reconhecimento deste evento, bem como, o fortalecimento da rede de cuidados e proteção às vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Violência Doméstica; Violência de Gênero; Maus-Tratos Conjugais; Delitos Sexuais.

1 | INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres configura-

se como um agravo complexo, multideterminado, que dentre as suas categorizações apresenta a violência do tipo sexual, definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) como:

Todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho.

Nesse contexto, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, o crime de estupro é definido como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009).

Dados epidemiológicos de um importante estudo multicêntrico realizado pela OMS, em diversos países (GARCIA-MORENO *et al*, 2006), evidenciam prevalências de violência sexual perpetrada por parceiro íntimo ao longo da vida, em torno de 6,2 % no Japão e 58,6 % na Etiópia. Segundo dados desse mesmo estudo, no Brasil, na região da Zona da Mata, a prevalência de violência sexual foi de 14,3%. No estado do Espírito Santo, pesquisa realizada nos serviços de saúde de Vitória revelou prevalência de 5,7 % de violência sexual por parceiro íntimo ao longo da vida (LEITE *et al*, 2017).

Além dos dados de pesquisa de campo apresentados, é importante refletir que de modo geral, o abuso sexual, no âmbito da gestão pública, possui uma base de dados marcada pela subnotificação, não revelando a real dimensão do problema; haja vista que uma quantidade expressiva das vítimas não reporta o crime às autoridades (WASELFISZ, 2015). Segundo o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019) apenas 10 a 15% dos casos de estupros são registrados (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Quanto ao perfil das vítimas de violência sexual praticada pelo parceiro íntimo, nota-se conforme Passos, Gomes e Gonçalves (2018), que mulheres jovens, de baixa escolaridade e solteiras estão entre as mais susceptíveis ao abuso sexual por ainda não terem status profissional consolidado e menor suporte social o que favorece possível dependência financeira do parceiro e, com isto, uma dependência emocional e submissão ao perpetrador. Nesse mesmo sentido, estudo realizado por Leite (2017) aponta como mulheres mais vulneráveis à violência sexual aquelas com menor renda familiar e com história de violência sexual na infância.

Ainda, é importante considerar que a violência sexual contra a mulher traz consigo consequências severas à saúde das vítimas, como o aumento do número de gravidezes indesejadas, abortos, infecções sexualmente transmissíveis, complicações ginecológicas, físicas e psicológicas, além do uso de substâncias como

álcool e tabaco, ocasionando prejuízos no bem-estar físico, sexual, reprodutivo, psicológico e nas relações interpessoais por gerações ou uma vida inteira (REZA *et al*, 2009; OMS, 2012).

Nesse contexto, mulheres que vivenciam a violência, acabam por procurar mais o serviço de saúde, principalmente em associação com a gravidade e a reiteração desse tipo de violência (SCHRAIBER; BARROS; CASTILHO, 2010). Dessa forma, a violência contra a mulher passa a ser uma realidade recorrente dos profissionais de saúde, sobretudo na atenção básica (GUEDES; FONSECA; EGRY, 2013).

Logo, os profissionais de saúde são uma grande ferramenta para rastreio de mulheres em situação de violência, podendo oferecer atendimento imediato, redução de danos e garantindo encaminhamento para outros setores, incluindo serviços legais e sociais. O desafio é capacitar esses profissionais para que sejam capazes de identificar as vítimas que são assistidas nos estabelecimentos de saúde, para que possam fornecer um atendimento de qualidade e notificar a violência ((LEITE, 2016; ROSA. *et al.*, 2018; SILVA. *et al.*, 2018. Além da assistência prestada pelo setor da saúde, a atuação multidisciplinar formada por vários profissionais de diferentes especialidades, atuando como grupo, é importante para reconhecer à vítima de violência como um todo, com atitude humanizada (COSTA, *et al.* 2013)

Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo identificar as formas de violência sexual contra a mulher, perpetradas por parceiro íntimo ao longo da vida e nos últimos 12 meses.

2 | MÉTODO

Estudo epidemiológico, observacional do tipo descritivo. A pesquisa foi realizada em uma maternidade pública da grande Vitória, Espírito Santo. Foram convidadas a participar do estudo puérperas com no mínimo 24 horas de pós-parto. Além disso, as mesmas deveriam ter no momento da entrevista ou ter tido parceiro íntimo durante a gestação. Definiu-se parceiro íntimo como o companheiro ou ex-companheiro, independentemente da união formal, e namorados atuais desde que mantendo relações sexuais (SCHRAIBER, 2007). Foram excluídas mulheres com incapacidade de comunicação devido a déficit intelectual ou sensorial que impossibilitasse o entendimento adequado das questões.

Em caso de aceite para participação do estudo, as mulheres assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, e, posteriormente foi iniciada a coleta de dados, em um local privativo e de modo individual, somente com a presença da entrevista e entrevistadora e, se necessário, o recém-nascido.

O formulário de pesquisa teve questões para investigar as características sociodemográficas (faixa etária, raça/cor, escolaridade e situação conjugal). Para o

rastreamento da violência sexual ao longo da vida e nos últimos 12 meses, perpetrada pelo parceiro íntimo, foi utilizado o instrumento elaborado pela Organização Mundial de Saúde intitulado “World Health Organization Violence Against Women (WHO VAW)”. Esse instrumento foi validado e segundo Schraiber *et al* (2010b), os resultados da análise fatorial permitem afirmar que o instrumento em língua portuguesa se mostrou adequado e pode ser utilizado em pesquisas que estudem a violência contra a mulher por parceiros íntimos.

Ao final da entrevista, todas as mulheres receberam folhetos explicativos com os serviços de atendimento a mulher vítima de violência.

Foi feita uma análise univariada, de forma descritiva, e os dados apresentados em frequência bruta, relativa e seus intervalos de confiança. Os dados foram tratados de maneira sigilosa, sendo trabalhados através do pacote estatístico STATA 15.0.

A fim de atender às exigências éticas contempladas na resolução para pesquisas com seres humanos (Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012), esse projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo.

3 | RESULTADOS

A tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica das mulheres puérperas participantes do estudo. Observa-se que mais da metade tinham até 24 anos de idade (58,5%), se declararam não brancas (87,9%) e viviam com o companheiro em união consensual (52,1%), no entanto, não eram casadas. A maioria (64,2%) das mulheres tinham nove anos ou mais de estudo.

Variáveis	n	%	IC 95%
Faixa Etária			
Até 24 anos	193	58,5	53,1 – 63,7
25 anos ou mais	137	41,5	36,3 – 46,9
Raça/Cor			
Branca	40	12,1	9,0 – 16,1
Não branca	290	87,9	83,9 – 91,0
Escolaridade (anos)			
0 a 8	118	35,8	30,7 – 41,1
9 ou mais	212	64,2	58,9 – 69,2
Situação Conjugal			
Casada	93	28,2	23,6 – 33,3
União Consensual	172	52,1	46,7 – 57,5
Solteira	65	19,7	15,7 – 24,4

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica das mulheres internadas em uma maternidade pública do município de Cariacica, Espírito Santo, agosto a outubro de 2017. (N= 330)

No que tange as vivências de violência sexual na vida, verifica-se que 9,1% já tiveram relação sexual por medo do parceiro e 6,1% já foram forçadas fisicamente a ter relação sexual, enquanto, 3,0% foram forçadas a ter relação sexual degradante e/ou humilhante.

Ao observar as vivências de violência sexual no último ano, predominou-se a relação sexual por medo do parceiro (1,8%) seguidas da relação sexual forçada (1,2%) e a prática sexual degradante e/ou humilhante (0,3%) (Tabela 2).

Variáveis	Ao longo da vida			Nos últimos 12 meses		
	N	%	IC95%	N	%	IC95%
Ao longo da vida						
Foi forçada a ter relação sexual						
Não	310	93,9	90,8 – 96,1	326	98,8	96,8 – 99,5
Sim	20	6,1	3,9 – 92,3	04	1,2	0,4 – 3,2
Teve relação sexual por medo do parceiro						
Não	300	90,9	87,3 – 93,6	324	98,2	96,0 – 99,2
Sim	30	9,1	6,4 – 12,7	06	1,8	0,8 – 4,0
Forçada a prática sexual degradante e/ou humilhante						
Não	320	97,0	94,4 – 98,4	329	99,7	97,9 – 99,9
Sim	10	3,0	1,6 – 5,5	01	0,3	0,04 – 2,1

Tabela 2 – Prevalências dos tipos de violência sexual ao longo da vida e nos últimos 12 meses, praticada pelo parceiro íntimo. Cariacica, Espírito Santo, agosto a outubro de 2017. (N= 330).

4 | DISCUSSÃO

A violência sexual praticada pelo parceiro íntimo, segundo a Lei Maria da Penha, é uma violência doméstica e, ocorre com maior frequência em um lugar onde se espera ser seguro e protetor, a residência (KRUG *et al*, 2002; BRASIL, 2005). Vale conjecturar que as normas sociais historicamente construídas ditam a assimetria das relações quando designa ao homem o papel de dominador, assim como, coloca a mulher em um local de subordinação, contribuindo para que a mulher pense como dever conjugal a obrigatoriedade da relação sexual (BERGER, GIFFIN, 2005; GUEDES, SILVA, FONSECA, 2009).

Esse fenômeno é uma agressão impiedosa e persistente, classificada como uma violência de gênero, uma manifestação extrema de poder do homem sobre a mulher, na resignificação submissa do seu corpo tornado objeto (BANDEIRA, 2014). A assimetria de poder é símbolo característico das relações de gênero que no âmbito da violência assume diferentes práticas de dominação, entre estas a violência sexual (CHACHAM; JAYME, 2016).

No presente estudo os tipos de violência sexual mais prevalente foram o

de ter mantido relação sexual por medo do parceiro, seguido da relação sexual forçada. Esses achados se assemelham aos encontrados por Rosa *et al* (2018) e SCHRAIBER *et al* (2008). Importante refletir acerca desse resultado, uma vez que a recusa ao sexual com o parceiro pode ser compreendido pelo mesmo como uma possível traição e como um contrapoder, o que leva a discussões, agressões e a própria violência sexual (GOMES, DINIZ 2008). Além disso, o resultado pode ter relação com outros motivos, como a dependência financeira, a submissão, o sentimento de pena do marido, o tempo de vida juntos (DE SOUZA, DA ROS 2006), bem como, o medo da agressão física (BERGER, GIFFIN, 2005).

Outro achado da pesquisa mostra uma prevalência de vivência de relação sexual humilhante e/ degradante, ao longo da vida, de 3,0% entre as participantes. Dados semelhantes a estes também podem ser vistos em um estudo do Rio Grande do Sul que aborda o perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro mostrando uma prevalência de violência sexual de 9,0% entre as mulheres e desses, há uma prevalência de prática de relação sexual humilhante de 1,2% (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005). Além disso, um estudo realizado no Distrito Federal apresenta uma prevalência de 12% no decorrer da vida e de 6% no último ano com relação à prática sexual degradante e/ ou humilhante entre as mulheres (MOURA, VASCONCELOS, 2008).

A violência sexual se manifesta no poder do homem ao forçar a mulher a manter relação sexual independentemente da sua vontade, tratando-a como objeto sexual (ACOSTA, 2015). O estupro marital é confundido com o “débito conjugal” que tem suas raízes no machismo, em que é um dever da mulher de realizar ato sexual com seu marido, mesmo sem sua vontade, e com uso de violência ou ameaça para praticar tal ato. Muitas mulheres não denunciam esse tipo de agressão, pois entendem que sexo no casamento é uma obrigação, e, portanto, não usam de sua liberdade sexual e seu direito de escolha (DE VASCONCELOS; PONTES; SILVA 2015), e assim a maioria não procura ajuda, mantendo o ciclo da violência (MOURA, VASCONCELOS, 2008).

Outra questão a ser considerada são os danos que podem ser gerados pela vivência da violência sexual os quais podem subsistir a vida inteira e estar conectados ao bem-estar físico, a questões emocionais, mentais, sociais, sexuais e reprodutivas das mulheres agredidas. Entre as implicações desta agressão, abarcam-se gravidez e infecções sexualmente transmissíveis (IST), englobando HIV/Aids (OMS, 2012).

Desta maneira, o setor saúde, tem papel relevante na atenção às mulheres vitimadas sexualmente, a fim de minimizar os danos decorrentes desse evento (VERTAMATTI *et al*, 2013). O profissional de saúde deve além de promover o cuidado, realizar o encaminhamento intersetorial e notificar a violência (BRASIL, 2012), uma vez que as informações das violências vivenciadas contribuem como importantes

subsídios para intervenções de prevenção e proteção, podendo fortalecer ainda a estruturação, articulação e integração dos serviços em rede de atenção (DELZIOVO, 2018).

Nesse cenário, a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) precisa apropriar-se da responsabilidade tanto do direito de atendimento às vítimas de violência sexual como do registro dos dados. Nesta perspectiva as normatizações devem ser seguidas de processos de educação permanente, para os gestores e profissionais de saúde, com a finalidade de que o direito à saúde seja efetivo (DELZIOVO, 2018).

Para assegurar-las seus direitos e atenção a todos os seus aspectos biopsicossociais, outros profissionais, além da área da saúde, também apresentam papel relevante no atendimento multidisciplinar às vítimas de violência sexual. Sendo assim, a presença dos profissionais da área jurídica, da assistência social, da pedagogia, da segurança pública e dos gestores de políticas para as mulheres, é necessária a fim de garantir a capilaridade do atendimento, ampliando o acesso das mulheres aos serviços. Portanto, a formação permanente de agentes públicos, assegura um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência e evita a revitimização destas nos serviços (BRASIL, 2011).

Como limitação do estudo aponta-se a possibilidade de ocorrer um viés de informação, o que pode levar a prevalências de violência sexual subestimada. Isso pode ocorrer porque as mulheres vítimas de violência podem se sentir envergonhadas e, portanto, omitirem a violência sofrida. Todavia, para minimizar tal ocorrência, as mulheres foram entrevistadas individualmente, em um espaço privado e com a presença apenas de uma entrevistadora.

5 | CONCLUSÃO

Esse estudo possibilitou a identificação das prevalências dos tipos de violência sexual contra a mulher cometida pelo parceiro íntimo sendo constatada a vivência por parte das mulheres de relações sexuais por medo do parceiro; relações sexuais forçadas fisicamente e do tipo degradante e/ou humilhante.

Tal agravo muitas vezes não é reconhecido pela sociedade e pela própria mulher como uma violência, o que torna fundamental com que ações que visem à compreensão por parte da população sobre esse tipo de abuso, a ruptura com o modelo machista e o respeito à liberdade feminina sejam postos em debate.

Além disso, às mulheres é fundamental oferecer informações suficientes para que as mesmas reconheçam os relacionamentos do tipo abusivos, dando a elas possibilidades de romper com vínculos prejudiciais. Por fim, é primordial fortalecer a rede de cuidados às vítimas de violência, envolvendo os diferentes profissionais

em discussões e reflexões acerca do reconhecimento da violência e do seu manejo.

6 | FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Edital FAPES/CNPq nº: 04/2017. Processo nº: 106/2017.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, D.F. et al. **Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in) visibilidade do problema.** Rev Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 24 n. 1, p. 121-7, Jan-Mar. 2015.

BANDEIRA LM. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** Soc. estado. Brasília, v. 29 n. 2 p. 449-469, Ago. 2014.

BERGER, S. M. D., GIFFIN, K. **A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?** Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 417-425, mar/abr, 2005.

BRASIL. Lei no 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 10 de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 ago. 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.** Brasília: DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes:** Norma técnica. 3ª ed. Brasília: DF; 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública 2019.** São Paulo, 2019. (p. 114 – 119).

CHACHAM AS, JAYME JG. **Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade: As experiências de mulheres jovens em Belo Horizonte.** Civitas, Rev. Ciênc. Soc, Porto Alegre, v. 16, n.1, e1, Mar. 2016.

COSTA, et al. **Assistência multiprofissional à mulher vítima de violência: atuação de profissionais e dificuldades encontradas.** Cogitare Enferm, Paraná, v. 18, n. 2, p: 302-9. Abr/Jun. 2013.

DE SOUZA, P. A; DA ROS, M. A. **Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, n. 40, p. 509-527, jan. 2006.

DE VASCONCELOS, M. A .L; PONTES, I. O; SILVA, J.W.P. **Violência Sexual nas relações conjugais e a possibilidade de configurar-se crime de estupro marital.** Rev Cadernos De Graduação. v. 2, n. 3, 2015.

DELZIOVO, C. R. et al . **Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina – Brasil.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1687-1696, Mai 2018.

GARCIA-MORENO, C. et al. **Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence.** *Lancet*. v. 368, n. 9543, p. 1260-9. 2006.

GOMES, N. P, DINIZ, N. M. F. **Homens desvelando as formas da violência conjugal.** *Rev Acta Paul Enferm. São Paulo*, v. 21, n. 2, p.262-7. 2008.

GUEDES, R. N.; FONSECA R. M. G. S.; EGRY, E. Y. **Limites e possibilidades avaliativas da estratégia saúde da família para a violência de gênero.** *Rev. Esc. Enfermagem USP. São Paulo*, v. 47, n. 2, p. 304-11. Abr. 2013.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; FONSECA, R. M. G. S. **A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres.** *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem. Rio de Janeiro*, v.13, n.3, p. 625-631, jul./set., 2009.

KRONBAUER, J. F. D; MENEGHEL, S. N. **Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro.** *Revista de Saúde Pública, Porto Alegre*, v. 5, n. 39, p.695-701, jun. 2005.

KRUG EG, et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2002.

LEITE, F. M. C. **Violência contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo e suas implicações na prevenção do câncer de colo do útero. 2016.** 196f. Tese (Doutorado em Epidemiologia) – Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2016.

LEITE, F. M. C. et al. **Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil.** *Revista de Saúde Pública, São Paulo*, v. 51, n. 33, Abr. 2017.

MOURA, L. B. A; VASCONCELOS, A. M. N. **Violências contra mulheres por parceiros íntimos no Varjão, Distrito Federal.** In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu-MG. Anais, 2008. p. 1 – 16.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência.** Genebra: OMS; 2012.

PASSOS, A. I. M; GOMES, D. A. Y; GONCALVES, C. L. D. **Perfil do atendimento de vítimas de violência sexual em Campinas.** *Rev. Bioét. Brasília*, v. 26, n. 1, p. 67-76, Jan. 2018.

REZA, A. et al. **Sexual violence and its health consequences for female children in Swaziland: a cluster survey study.** *The Lancet*, v. 373, n. 9679, p. 1966–1972, Jun. 2009.

ROSA, D. O. A. et al. **Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados.** *Saúde em Debate*, v. 42, n. especial 4, p. 67-80, 2018.

SCHRAIBER, L.B et al. **Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil.** *Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v. 41, n. 5, p. 797-807, Out. 2007.

SCHRAIBER, L. B; BARROS, C. R. S; CASTILHO, E. A. **Violência contra as mulheres por parceiros íntimos: usos de serviços de saúde.** *Rev. bras. epidemiol. São Paulo*, v. 13, n. 2, p. 237-245, jun. 2010.

SCHRAIBER, L. B. et al. **Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher.** *Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v. 44, n. 4, p. 658-666, Ago. 2010b.

SCHRAIBER, L. B; D'OLIVEIRA, A. F. P. L; FRANCA JUNIOR, I. **Intimate partner sexual violence**

among men and women in urban Brazil, 2005. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 42, supl. 1, p. 127-137, Jun. 2008.

SILVA, T. M. et al. **Perfil reprodutivo e ginecológico de mulheres em situação de violência.** Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental, v. 10, n. 4 p. 986-990, 2018.

VERTAMATTI, M. A. F. et al. **Tempo decorrido entre agressão sexual e a chegada aos serviços de saúde no Brasil.** Rev. bras. crescimento desenvolv. Hum, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 46-51. 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.** Brasília (DF): FLACSO; 2015.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER PERPETRADA PELO PARCEIRO ÍNTIMO NA VIDA E NO ÚLTIMO ANO

Data de aceite: 06/01/2020

Fábio Lúcio Tavares

Doutor em Enfermagem (UFRJ). Professor do Departamento de Enfermagem – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Franciéle Marabotti Costa Leite

Doutora em Epidemiologia (UFPEL). Professora do Departamento de Enfermagem - UFES. Vitória, Espírito Santo.

Ranielle de Paula Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Mayara Alves Luis

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Odelle Mourão Alves

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Enfermagem – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Letícia Peisino Buleriano

Acadêmica de Enfermagem – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Sthéfanie da Penha Silva

Especialista em Gestão da Saúde, Saúde da Família e Atenção Integral a Família. Assistente Social da Prefeitura de Vila Velha e Serra, Espírito Santo.

Gracielle Pampolim

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Márcia Regina de Oliveira Pedroso

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES, Vitória, Espírito Santo. Professora do Centro das Ciências Biológicas e da Saúde – UFOB, Barreiras, Bahia.

RESUMO: Introdução: A violência perpetrada pelo parceiro íntimo é o tipo mais comum de violência contra a mulher, sendo a do tipo psicológica a mais difícil de ser identificada, porém a mais frequente. **Objetivo:** Identificar as prevalências dos tipos de violência psicológica contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo na vida e no último ano. **Método:** Estudo descritivo, realizado em uma maternidade de baixo risco, em um município da Grande Vitória, Espírito Santo. Foram entrevistadas 330 puérperas entre os meses de agosto e outubro de 2017. **Resultados:** Ao longo da vida e nos últimos 12 meses dentre os tipos de violência psicológica foram mais prevalentes o insulto ou o fato das mulheres sentirem-se mal sobre si mesmas pelo parceiro, a humilhação praticada pelo companheiro na frente de outras pessoas, assim como a intimidação de propósito. Menos prevalente foi a ocorrência de ameaça do parceiro à mulher ou alguém de quem ela gostasse. **Conclusão:** A mulher vivência diferentes tipos de violência psicológica por parceiro íntimo. Esse agravo é pouco visível, sendo necessárias ações de enfrentamento e de educação efetiva para as mulheres, bem

como, o fortalecimento da rede de cuidado visando prevenir, proteger e promover o rompimento da violência contra a mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Violência doméstica. Maus-tratos conjugais. Violência contra a mulher. Violência por parceiro íntimo.

1 | INTRODUÇÃO

A violência é uma questão sociocultural complexa, de grande magnitude e impactos sociais, reconhecida como um relevante problema de saúde pública, podendo ser perpetrada em múltiplos contextos, principalmente nos cenários de injustiças e discriminações (KRUG, *et al*, 2002). Dentre as várias configurações desse agravo, a violência contra a mulher tem recebido destaque em razão da sua magnitude e consequências devastadoras. Estima-se que 1/3 das mulheres já sofreram alguma forma de violência ao longo da vida, sendo comumente, o perpetrador do ato violento uma pessoa conhecida da vítima. (OMS, 2015)

Conceitualmente, a violência contra a mulher é definida como qualquer agressão que tenha como base o gênero e que cause ou tenha possibilidade de causar, por ato ou omissão, morte ou dano físico, sexual ou psicológico à mulher (FRANZOI; FONSECA; GUERRES, 2011). A violência de gênero ocorre a partir da superioridade dos homens imposta socialmente, por anos, sobre as mulheres, que resulta em uma relação desigual de poder e traduz a violência contra a mulher em um fenômeno multifatorial e completo que envolve a interação de aspectos individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais (SOUZA, *et al*, 2012; GARCIA; FREITAS; HÖFELMANN, 2013; OMS 2015).

Vale destacar que a violência doméstica, em especial a perpetrada pelo parceiro íntimo, constitui o tipo mais comum de violência contra a mulher, sendo responsável por quase 60% de todos os casos de agressão, segundo o Mapa da violência contra a mulher no Brasil, publicado em 2018 (BRASIL, 2018). Outro fato digno de nota, é que quando perpetrada pelo parceiro íntimo, a violência contra a mulher tende a apresentar um caráter ascendente em nível de gravidade e repetição (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2002).

No contexto das violências domésticas, define-se violência psicológica como toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa e inclui ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, provocando o afastamento de amigos e familiares (BRASIL, 2001). Esse tipo de violência é a mais difícil de ser identificada, apesar de ser bastante frequente (SOUSA, 2019).

No Brasil, as prevalências das violências variam de acordo com a região, sendo

que a maioria dos estudos aponta a violência psicológica como mais frequente (LEITE, *et al*, 2017; BARROS, *et al*, 2016; SCHRAIBER, *et al*, 2007; KRONBAUER; MENEGHEL, 2005). Estudo realizado em Recife, Pernambuco, foi encontrada a prevalência de 42,0% de violência psicológica (SILVA, *et al*, 2011). Já em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a prevalência de violência psicológica foi de 55,0% (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005). Na cidade de Vitória, Espírito Santo, estudo realizado em 26 unidades de saúde demonstrou a prevalência de 25,3% de violência psicológica entre as mulheres usuárias dos serviços de atenção primária de saúde, seguida da violência física e sexual (LEITE, *et al*, 2017).

A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública, em razão dos impactos que este evento apresenta sobre a saúde das vítimas. Vivenciar a violência pode levar a mulher a ter diversos agravos como estresse, ansiedade, incapacidades, traumatismos, abusos de substâncias químicas e até o óbito (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2008; MOZZAMBANI, *et al*, 2011; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013), sendo que tais repercussões, especialmente as psicológicas, podem se manter por muito tempo mesmo após a cessação dos episódios violentos (D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013).

Dessa maneira, os profissionais que atuam nos serviços de saúde, em seus variados níveis de atenção, têm um papel de grande relevância para a quebra do ciclo da violência, implicando na redução dos índices epidemiológicos, tanto no que se refere a identificação, acolhimento, escuta, atendimento humanizado às vítimas e articulação com a rede, quanto no que se refere ao levantamento de dados que venham a contribuir com os Sistemas de Informação de Saúde para melhor compreensão da violência em cada território (DELZIOVO; OLIVEIRA; LUIZ, 2014).

Neste sentido, considerando a importância do enfrentamento da violência contra a mulher e a necessidade de dados que possam melhor esclarecer a problemática da violência psicológica nessa população, o presente estudo teve por objetivo identificar as prevalências dos tipos de violência psicológica contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo na vida e no último ano.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa do tipo, epidemiológica descritiva, foi realizada de agosto a outubro de 2017, em uma maternidade pública da grande Vitória, Espírito Santo. Participaram 330 puérperas internadas na referida maternidade, que tiveram parceiro íntimo nos últimos 12 meses e que tinham no mínimo de 24 horas de pós-parto de feto vivo. Como parceiro íntimo, define-se o companheiro ou ex-companheiro, independente de união formal, e namorados atuais, desde que mantendo relações sexuais.

Após serem convidadas a participar as mulheres assinaram o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e a entrevista acontecia em local privativo da maternidade sendo a entrevistadora do sexo feminino, previamente treinada para a coleta de dados. Ao final de cada entrevista, as participantes recebiam um folder explicativo contendo os serviços de atendimento a mulher vítima de violência.

O formulário de coleta de dados apresentava informações sobre as características sociodemográficas das mulheres: faixa etária (14-20 anos, 21-30 anos e 31 anos ou mais); raça/cor (branca, preta/parda, amarela/índigena); escolaridade (0 a 4 anos, 5 a 11 anos, 12 anos ou mais) e situação conjugal (solteira, namorando e casada/união consensual). Características reprodutivas: menarca (Até 12 anos, 13 – 14 anos, 15 anos ou mais); coitarca (até 15 anos, 16 – 17 anos, 18 anos ou mais); número de filhos (1, 2, 3 ou mais); e, realização do pré-natal (não e sim).

A fim de investigar os tipos de violência psicológica perpetradas pelo parceiro íntimo ao longo da vida e nos últimos 12 meses foi aplicado o instrumento formulado pela Organização Mundial de Saúde e validado para uso no Brasil, intitulado: “World Health Organization Violence Against Women (WHO VAW)” (SCHRAIBER, 2010).

Através do pacote estatístico STATA 15.0, os dados foram analisados de forma descritiva em análise univariada, e apresentados em frequência bruta, relativa e seus intervalos de confiança.

Esse projeto aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo (Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012).

3 | RESULTADOS

A tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica e reprodutiva da amostra. Observa-se que 49,1% tinham entre 21 e 30 anos de idade e a grande maioria (81,8%). Aproximadamente 66,0% tinham de 5 a 11 anos de estudo e 80,3% vivia com o companheiro. Em relação às características reprodutivas, observa-se que metade das participantes teve a menarca antes dos 12 anos (50,0%) e, no que diz respeito à coitarca, em cerca de 54,0% das vezes aconteceu aos 15 anos de idade. Cerca de 44,0% das participantes tinham um filho e quase a totalidade (95,8%) fez o pré-natal.

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica e reprodutiva das 330 mulheres internadas em uma maternidade pública. Cariacica, Espírito Santo, agosto a outubro de 2017.

Variáveis	N	%	IC 95%
Faixa Etária			
14-20 anos	104	31,5	26,7 – 36,7
21-30 anos	162	49,1	43,7 – 54,5
31 anos ou mais	64	19,4	15,5 – 24,0
Raça/Cor			
Branco	40	12,1	9,0 – 16,1
Preto/Pardo	270	81,8	77,3 – 85,6
Amarela/Indígena	20	6,1	3,9 – 9,2
Escolaridade (anos)			
0 a 4 anos	89	26,9	22,4 – 32,0
5 a 11 anos	217	65,8	60,4 – 70,7
12 ou mais	24	7,3	4,9 – 10,6
Situação Conjugal			
Solteira	47	14,2	10,9 – 18,5
Namorando	18	5,5	3,5 – 8,5
Casada/União Consensual	265	80,3	75,6 – 84,3
Menarca			
Até 12 anos	165	50,0	44,6 – 55,4
13 – 14 anos	116	35,1	30,2 – 40,5
>= 15 anos	49	14,9	11,4 – 19,1
Coitarca			
Até 15 anos	178	53,9	48,5 – 59,3
16 – 17 anos	86	26,1	21,6 – 31,1
>=18 anos	66	20,0	16,0 – 24,7
Número de filhos			
1	144	43,6	38,3 – 49,1
2	96	29,1	24,4 – 34,2
3 ou mais	90	27,3	22,7 – 32,3
Prê-natal			
Não	14	4,2	2,5 – 7,0
Sim	316	95,8	92,9 – 97,5

Quanto aos tipos de violência psicológica por parceiro íntimo é possível observar o mesmo padrão de ocorrência ao longo da vida e nos últimos 12 meses sendo que o tipo mais prevalente nos dois períodos foi o fato de serem insultadas ou sentirem-se mal sobre si mesmas pelo parceiro, 29,1% e 10,6% respectivamente. (Tabela 2)

Em relação aos outros tipos ao longo da vida verifica-se que 25,2% foram humilhadas na frente de outras pessoas, 23,0% foram assustadas ou intimidadas de propósito e 20,3% dos parceiros ameaçaram machucá-la ou alguém de quem ela gostasse. Já nos últimos 12 meses, nota-se que 9,4% foram humilhadas na frente de outras pessoas, 6,4% sentiram-se assustadas ou intimidadas de propósito e 5,8% dos parceiros ameaçaram machuca-la ou alguém de quem gostasse (Tabela 2).

Tabela 2 – Prevalências dos tipos de violência psicológica ao longo da vida e nos últimos 12 meses, praticada pelo parceiro íntimo. Cariacica, Espírito Santo, agosto a outubro de 2017. (N= 330)

Variáveis	Ao longo da vida			Nos últimos 12 meses		
	N	%	IC95%	N	%	IC95%
Foi insultada ou fez com que se sentisse mal a respeito de si mesma						
Não	234	70,9	65,7 – 75,6	295	89,4	85,6 – 92,3
Sim	96	29,1	24,4 – 34,2	35	10,6	7,7 – 14,4
Foi humilhada diante outras pessoas						
Não	247	74,8	69,8 – 79,2	299	90,6	86,9 – 93,3
Sim	83	25,2	20,7 – 30,1	31	9,4	6,7 – 13,1
Fez coisas para assustá-la ou intimidá-la de propósito						
Não	254	77,0	72,1 – 81,2	309	93,6	90,4 – 95,8
Sim	76	23,0	18,8 – 27,9	21	6,4	4,2 – 9,8
Ameaçou machucá-la ou alguém de quem você gosta						
Não	263	79,7	75,0 – 83,7	311	94,2	91,1 – 96,3
Sim	67	20,3	16,3 – 25,0	19	5,8	3,7 – 8,9

4 | DISCUSSÃO

A ocorrência de violência psicológica pode ser considerada como o tipo mais cruel entre aquelas que ocorrem no ambiente doméstico, pois possui efeitos irreparáveis durante um longo período ou por toda a vida da mulher (SOUZA; CASSAB, 2010). Esse fenômeno deve ser entendido como um evento que gera grande sofrimento psíquico e, em longo prazo, pode levar a danos como baixa autoestima, traumas e depressão nas mulheres vitimizadas (SIQUEIRA *et al*, 2018; GOMES *et al*, 2015; FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

A prevalência dos tipos de violência psicológica ao longo da vida, nesse estudo, variou de 20,3% a 29,1%, sendo mais frequentes os insultos. Nesse mesmo sentido, nos últimos 12 meses, de 5,8 a 10,6% das mulheres foram insultadas ou sentiram-se mal sobre si mesmas pelo parceiro. Esses dados corroboram com os encontrados por Moura *et al* (2009) e Kronbauer e Meneguel (2005) em que a prevalência dos insultos foi a maior dentre as formas de violência psicológica (ROSA *et al*, 2018).

Esses dados chamam atenção, sobretudo pela dimensão do fenômeno a que essas mulheres estão expostas, pois a violência psicológica inicia o ciclo da violência doméstica (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012), com pequenos e sutis atos violentos que ao longo de um período vão mudando de intensidade e frequência, possibilitando ao homem o controle sobre a mulher. (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2006; SILVA; COELHO; CAPONI, 2007; FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

Destaca-se que dentro de uma sociedade patriarcal e marcada pela

desigualdade nas relações de gênero, as mulheres vítimas de violência tendem a naturalizar e relativizar os abusos sofridos (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005). Isso faz com que muitas mulheres percebam como não violentos atos como xingamentos, opressões e subordinações, dificultando a sua denúncia. (KRUG *et al.*, 2002). Nesse contexto, a violência psicológica é resultado da legitimação de uma dominação masculina sobre a mulher, e, acaba ocorrendo a naturalização e a flexibilização da aceitação das agressões não físicas como algo “natural” da relação, particularmente na relação conjugal (CUNHA, 2016). Além disso, o fato de não deixar marcas corporais leva esse tipo de abuso a ser considerado como uma violência negligenciada (SILVA; COELHO; CAPONI; 2007).

Quanto aos sentimentos vivenciados, observa-se que as vítimas de violência psicológica além do medo e sofrimento (GUIMARÃES *et al.*, 2018), devido as situações constantes de ameaças vivenciam a vergonha e a culpa. Além disso, vítimas de violência psicológica se tornam subestimadas pelo parceiro e por si mesmas assim como aumentam o padrão de submissão, pois temem a agressão física (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012; SILVA; COELHO; CAPONI; 2007; ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013).

No presente estudo, a prevalência das mulheres que receberam ameaças de serem machucadas ou ameaças de machucar alguém de quem elas gostassem, foi de 20,3% ao longo da vida e 5,8% nos últimos 12 meses. Estudo realizado em Montes Claros constatou que entre as mulheres que realizaram boletim de ocorrência contra o companheiro 41,3% delas foram ameaçadas verbalmente (LEITE *et al.*, 2014). Ainda, pesquisa realizada em Brasília encontrou entre os tipos de violência por parceiro íntimo maiores prevalências de ocorrência de insultos, intimidações e ameaças, 69%, 59% e 50% respectivamente (MOURA, 2009).

O medo da agressão funciona para o homem como estratégia de domínio e manipulação da mulher, mantendo silenciosamente a perpetração da violência. (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013; SILVA; COELHO; CAPONI; 2007). Nessa perspectiva, a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, criou mecanismos para proteger e amparar a mulher vítima de violência. Ampara-se na lei que nos casos em que o companheiro ameaça a integridade física da mulher pode ser preso em flagrante ou ser preso preventivamente (BRASIL, 2006).

Ainda, a literatura aponta por diversas vezes, a violência acontece na presença de entes queridos (GUIMARÃES *et al.*, 2018). Somando-se a isso, parceiros, frequentemente direcionam ameaças aos filhos causado medo e angústia nas mulheres (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2006; FONSECA; LUCAS, 2006). Esse cenário evidencia que mesmo após avanços para se reconhecer a violência doméstica como problema relacionado à sociedade em geral, o poder familiar ainda a silencia, dificultando seu enfrentamento. (BANDEIRA, 2014),

bem como, as ameaças e intimidações pelo parceiro, desencadeia o isolamento social da vítima, deixando-as mais vulneráveis e com limitada rede de apoio e suporte social, sendo cada vez mais difícil o reconhecimento da violência pela mulher assim como o rompimento do ciclo (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2006; FONSECA; LUCAS, 2006; RIBEIRO; COUTINHO, 2011).

Assim, o fato da maioria das mulheres procurarem os serviços de saúde em algum momento da sua vida traz em destaque à importância desse espaço na identificação e acompanhamento das mulheres em situação de violência (KRUG *et al.*, 2002). Muitas vezes as mulheres podem procurar atendimento por queixas clínicas que, na verdade, são decorrentes da agressão sofrida (SILVA, 2003).

Por isso, é necessário que ocorra a sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde no rastreamento e monitoramento das vítimas de violência, para que a assistência vá além da abordagem clínica, incluindo o acolhimento e a escuta qualificada (LEITE *et al.*, 2017). Schraiber *et al.* (2007) defende que a identificação de casos agudos ou de caráter mais individual nas unidades básicas de saúde é fundamental para prevenção de formas mais graves de abuso.

Enfim, para o enfrentamento à violência contra a mulher é necessário criar um ambiente social que permita e promova a igualdade de gênero. Assim, campanhas de conscientização são essenciais para o reconhecimento e combate ao problema para que haja uma mobilização nas comunidades para o apoio às vítimas e quebra do ciclo de violência (HEISE, 2011). O espaço escolar é um grande aliado na constituição desse ambiente social mais igualitário, debatendo e dando condições para que as crianças cresçam com melhor capacidade de lidar com os relacionamentos e conflitos, com noções mais adequadas sobre as relações de poder e gênero entre os sexos (KRUG *et al.*, 2002).

Vale pontuar as possíveis limitações deste estudo, dentre elas o viés de memória, por se tratar de dados do passado da mulher, o que pode subestimar as prevalências das violências encontradas. Outro fator é o viés de informação, que pode ocorrer pelo constrangimento das mulheres vítimas de violência relatarem suas experiências de vida. No entanto, a fim de minimizar esse fator as entrevistas ocorreram em local privativo e por entrevistadoras do sexo feminino.

5 | CONCLUSÃO

Conclui-se que nesta pesquisa foi possível conhecer as prevalências dos tipos violência psicológica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo sendo que ao longo da vida, a com maior frequência foi já ter sido insultada e sentir mal a respeito de si mesma (29,1%), seguida por ter sido humilhada diante outras pessoas (25,2%),

assustada ou intimidada de propósito (23,0%), e ameaçada de ser machucada ou alguém de quem gostasse (20,3).

A violência psicológica perpetrada pelo parceiro íntimo ainda é velada e pouco visível. Dessa forma, o reconhecimento desse agravo ainda é limitado, podendo levar uma incompreensão da gravidade dessa condição. Sendo assim, é importante estabelecer meios para identificação de vítimas violência psicológica nos serviços de saúde com o objetivo de estabelecer fluxo de cuidado à vítima de violência.

Torna-se necessária a reflexão sobre produzir ações de enfrentamento e de educação efetivas para essas mulheres, bem como o fortalecimento da rede de atenção às vítimas de violência visando prevenir, proteger e promover o rompimento da cíclica da violência contra a mulher.

6 | FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Edital FAPES/CNPq nº: 04/2017. Processo nº: 106/2017

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. M. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Soc. estado, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, ago., 2014.

BARROS, E. N. et al. **Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 591-598, fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota: estupros em mulheres** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2016. 16 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Diário Oficial da União. 2006.

CUNHA, M. L. G. **A percepção social da violência psicológica contra a mulher. Estudo aplicado de um instrumento de pesquisa**. 2016. 124 f. Monografia (Especialização em Pesquisa de Mercado Aplicada em Comunicações) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L.; QUEIROZ, S. S. **Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional**. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 10, n. 20, p. 227-243, dez. 2010.

DA FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 307-314, Ago. 2012.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. **Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção**. Revista de Medicina, v. 92, n. 2, 2013.

DELZIOVO, C. R.; OLIVEIRA, C. S.; LUIZ, C. L. (Coord.). **Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por parceiros íntimos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

FONSECA, P. M., LUCAS, T. N. S. **Violência Doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. 2006. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia) – Fundação Bahiana para o Desenvolvimento da Ciência, Salvador, 2006.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica**. Brasília, 2006.

FRANZOI, N. M.; FONSECA, R. M. G. S.; GUEDES, R. N. **Violência de gênero: Concepções de profissionais das equipes de saúde da família**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 19, n. 3, p. 589-597, 2011.

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S.; HÖFELMANN, D. A. **Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 22, n. 3, p. 383-394, 2013.

GOMES S. C., et al. **Análise de dados sociodemográficos de notificações de violência psicológica e moral**. S A N A R E, Sobral, v.14, n.02, p.51-58, jul./dez, 2015.

GUIMARÃES, R. C. S. et al. **Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil**. Rev Cuid v.9 n.1, Bucaramanga. Jan./Apr. 2018.

HEISE, L.L. **What works to prevent partner violence? An evidence overview**. London: London School of Hygiene and Tropical Medicine, 2011.

KRONBAUER, J. F. D; MENEGHEL, S. N. **Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 5, p. 695-701, Out. 2005.

KRUG, E. G. et al. **World report on violence and health**. Geneva: WHO; 2002.

LEITE, T. S. L., et al. **Ocorrência de violência contra a mulher nos diferentes ciclos de vida**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 22, n.1, p. 85-92, jan-fev.2014.

LEITE F. M. C., et al. **Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 51, n. 33, 2017.

LUCENA KDT, et al. **Analysis of the cycle of domestic violence against women**. J Hum Growth Dev. v. 26, n.1, p. 139-146, 2016.

MOURA, L. B. A. et al. **Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 43, n. 6, p. 944-953, Dez. 2009.

MOZZAMBANI, A. C. F. et al. **Gravidade psicopatológica em mulheres vítimas de violência doméstica**. Revista psiquiátrica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 43-47, 2011.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Violência contra a mulher: estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher**. Rio de Janeiro: WHO; 2015.

RIBEIRO, C. G., COUTINHO, M. P. L. **Representações Sociais de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica na Cidade de João Pessoa-PB**. Revista Psicologia e Saúde, Campo Grande, v. 3, n. 1, p. 52-59, jan – jun 2011.

ROSA, D. O. A. et al. **Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados.** Rev Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe4, p. 67-80, Dez. 2018

SCHRAIBER, L.B. et al. **Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil.** Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797-807, Oct. 2007.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. **Violência contra a mulher: pesquisa e intervenção.** Divulgação em Saúde para Debate, v. 3, n. 6, p. 80-83, 2002.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. **Violência contra mulheres e promoção dos direitos humanos: a contribuição do campo da saúde.** Divulgação em Saúde para Debate, n. 41, p. 47-55, 2008.

SILVA, I. V. **Violência contra mulheres: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia, Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, sup. 2, p. S263-S272, 2003.

SILVA, E. P., et al . **Freqüência e padrão da violência por parceiro íntimo antes, durante e depois da gravidez.** Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 45, n. 6, p. 1044-1053, Dec. 2011.

SIQUEIRA V. B., et al. **Violência psicológica contra mulheres usuárias da atenção primária à saúde.** Rev. APS. v. 21, n. 3, p. 437 - 449. jul/set, 2008.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica.** Interface, Botucatu , v. 11, n. 21, p. 93-103, abril, 2007.

SOUSA, T. C. C. et al. **Características de mulheres vítimas de violência sexual e abandono de seguimento de tratamento ambulatorial.** Cadernos de Saúde Coletiva, v. 27, n. 2, p.117-123, 2019.

SOUZA, H. L.; CASSAB, L. A. **Feridas que não se curam: A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro.** IN: I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas, 2010.

SOUZA, E. R. **Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina.** Ciência e Saúde Coletiva, v. 17, n. 12, p. 3183-3193, 2012.

ZANCAN, N.; WASSERMANN, V.; LIMA, G. Q. **A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas.** Pensando Famílias, Porto Alegre , v. 17, n. 1, p. 63-76, jul. 2013.

QUALIDADE DE VIDA DE ESTOMIZADOS: UMA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

Data de aceite: 06/01/2020

Data de submissão: 30/10/2019.

Maurício Almeida

Universidade Federal de Juiz de Fora,
Departamento de Educação Física, Governador
Valadares – MG.

<http://lattes.cnpq.br/5529470105987110>

Mauro Lúcio de Oliveira Júnior

Universidade Presidente Antônio Carlos,
Departamento de Enfermagem, Governador
Valadares – MG.

<http://lattes.cnpq.br/1989189139564036>

Rodrigo Silva Nascimento

Universidade Federal de Juiz de Fora,
Departamento de Educação Física, Governador
Valadares – MG.

<http://lattes.cnpq.br/0862173068797914>

Keveenrick Ferreira Costa

Universidade Federal de Juiz de Fora,
Departamento de Educação Física, Governador
Valadares – MG.

<http://lattes.cnpq.br/0677002524433629>

Priscila Figueiredo Campos

Universidade Federal de Juiz de Fora,
Departamento de Educação Física, Governador
Valadares – MG.

<http://lattes.cnpq.br/7136370940767572>

RESUMO: A qualidade de vida é um construto amplo e abrangente, caracterizado principalmente pela percepção dos sujeitos

sobre sua posição na vida dentro do contexto cultural em que vivem. Dessa forma, ela integra domínios físicos, sociais, espirituais, psicológicos e ambientais, estando diretamente associada a saúde física e mental da população. Pessoas estomizadas podem apresentar particularidades em relação a sua qualidade de vida. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo identificar as principais atitudes e percepções em relação a qualidade de vida e aspectos associados em pessoas deficientes (estomizados). Foi utilizado como técnica de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas e posterior análise por meio de categorias temáticas (análise de conteúdo). Em relação a qualidade de vida emergiram seis categorias temáticas, sendo: Satisfação/Insatisfação com a saúde; Locomoção; Qualidade do sono; Sexualidade; Sentimentos negativos; e Atividades físicas e de Lazer. Como hipotetizado, pacientes estomizados apresentam especificidades em relação a sua qualidade de vida. Portanto, profissionais que trabalham com esse público devem sempre buscar a reabilitação plena de seus beneficiários, em equipe interdisciplinar, na qual o exercício físico por meio do Profissional de Educação Física é indispensável.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de Vida. Estomizados. Ostomia. Pesquisa Qualitativa.

ABSTRACT: Quality of life is a broad and comprehensive construct, characterized mainly by the perception of subjects about their position in life within the cultural context they live. Therefore, it integrates physical, social, spiritual, psychological and environmental domains, being directly associated with the subjects' physical and mental health. Thus, the present study aimed to identify the main attitudes and perceptions regarding to quality of life and associated with aspects in disabled people (stomized). Semi-structured interviews following analysis using thematic categories (content analysis) were used as data collection technique. Regarding to quality of life, six thematic categories emerged: Satisfaction/Dissatisfaction with health; Locomotion; Quality of the sleep; Sexuality; Negative feelings; and Leisure and Physical activity. As hypothesized, stomized patients present specificities in relation to their quality of life. Thus, professionals who work with this public should always seek the full rehabilitation of their beneficiaries, in an interdisciplinary team, in which the physical exercise through the Physical Education Professional is indispensable.

KEYWORDS: Quality of Life. Stomized. Ostomy. Qualitative research.

1 | INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde define a qualidade de vida como “a percepção dos indivíduos sobre sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores em que vivem e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS, 1995). Dessa forma, a qualidade de vida assume um conceito amplo e abrangente que integra domínios físicos, aspectos sociais, espirituais e ambientais de cada indivíduo (KIMURA; KAMADA; GUILHEM, 2016). Assim, esse construto apresenta uma construção multidimensional, dinâmica e subjetiva.

Para Michelone e Santos (2004), a qualidade de vida tem componentes subjetivos e objetivos. A dimensão subjetiva é essencial porque o senso de satisfação pessoal é inerente à qualidade de vida. Contudo, o componente objetivo é também necessário, pois pessoas vivendo em situações de pobreza podem sentir-se satisfeitas enquanto outras vivendo momentos adversos à saúde podem avaliar sua qualidade de vida pior do que a desejada (MICHELONE; SANTOS, 2004).

Quando falamos de indivíduos estomizados inúmeras são as razões que geram preocupações nesse público e que contribuem diretamente para uma percepção alterada da sua própria qualidade de vida. Dentre elas, destacam-se: (a) a necessidade de manter a bolsa sempre limpa, protegida e escondida; (b) o odor e os barulhos desagradáveis e repentinos que provêm dos vazamentos e da incontinência; (c) modificações dietéticas; (d) alterações no estilo de vestir-se; e (e) busca constante por alternativas que ajudem no processo de adaptação física e psicológica da nova condição (COSTA *et al.*, 2017).

De modo complementar, fatores como as mudanças sociais e no estilo de vida em virtude das alterações fisiológicas podem gerar restrições nas práticas de lazer motivados pela timidez ou vergonha em relação a bolsa coletora. Além disso, dificuldades de higiene e irrigação desse dispositivo podem contribuir diretamente para o isolamento social (COELHO; SANTOS; POGGETTO, 2013). Em conjunto, esses problemas corroboram para não realização de práticas de lazer, como viagens mais longas devido ao fato de que a bolsa necessita de cuidados específicos, que exigem tempo e espaço adequado para essa finalidade (KIMURA; KAMADA; GUILHEM, 2016).

O medo da reação dos outros também se encontra relacionado à esfera subjetiva da qualidade de vida devido a preocupação com a mudança, com ênfase no quesito sexual (COSTA *et al.*, 2017). Alguns estudos têm revelado aflições dos indivíduos estomizados no âmbito da sua sexualidade (ALVES *et al.*, 2013; COELHO; SANTOS; POGGETTO, 2013; MICHELONE; SANTOS, 2004; SUN *et al.*, 2013). Esses autores destacam que o medo de não ser aceito pelo companheiro após as mudanças físicas, a vergonha de se expor e a insatisfação com a nova aparência, influenciam diretamente a adaptação sexual dos estomizados.

Por fim, a compreensão da qualidade de vida dos indivíduos estomizados envolve a consonância entre os fatores subjetivos e objetivos que refletem a satisfação, aceitação e adaptação a nova condição, que por sua vez, influenciam os estomizados em sua dimensão física, psicológica e social (COSTA *et al.*, 2017).

1.1 História e Conceitos da Estomia Enquanto Deficiência Física

Um dos primeiros registros em pacientes estomizados no Sistema Único de Saúde (SUS) data de 1993, através da portaria MS/GM nº 116. No mesmo ano, a portaria MS/GM nº 146 de 14 de outubro de 1993, estabeleceu a rotina de atendimento aos estomizados em regime ambulatorial (BRASIL, 2006). Segundo Moraes *et al.* (2014), o atendimento ao estomizado teve uma ascensão após a publicação do Decreto Lei 3.298 de 20 de dezembro de 1999, no qual passou a considerar a pessoa estomizada como deficiente físico. De acordo com os mesmos autores isso se consolidou com a instituição da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, por meio da portaria MS/GM nº 1.060 de 5 de junho de 2002.

Entende-se como serviços de atenção à pessoa estomizada, aqueles que fornecem assistência especializada de natureza interdisciplinar às pessoas com estoma. Essa abordagem objetiva sua reabilitação, orientação para o autocuidado, bem como para realização de suas atividades de vida diária, prevenção de complicações nas estomias e fornecimento de equipamentos coletores e outros de proteção e segurança (MORAES *et al.*, 2014). Além disso, todas essas ações devem

ser norteadas de acordo com a especificidade de cada beneficiário e de acordo com o impacto da deficiência sobre sua funcionalidade (BRASIL, 2006).

No ano de 2009 foi publicada a portaria nº 400, em 16 de novembro, na qual foram estabelecidas as Diretrizes Nacionais para Atenção a Saúde das Pessoas Estomizadas no âmbito do SUS, respeitando a tríade governamental: federação, estados e municípios (MORAES *et al.*, 2014). No estado de Minas Gerais, a Secretaria do Estado da Saúde (SES/MG), através da Resolução SES-MG nº 1.249 de 20 de julho de 2007, definiu critérios e normas para o atendimento e assistência as pessoas com derivação intestinal ou urinária no sistema ambulatorial e hospitalar, integrando a Rede Estadual de Assistência aos Pacientes Portadores de Derivação Intestinal ou Urinária. Essa última, fornece equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança para pessoas com estoma intestinal e/ou urinário, assim como atendimento por equipe interprofissional.

A realização das cirurgias de derivação acontece pelos mais variados fatores, tais como: traumas, anomalias congênitas, neoplasias e doenças inflamatórias. Destaca-se a ocorrência de câncer de cólon e reto como uma das principais indicações de realização da estomia (MOLS *et al.*, 2014).

Nesse cenário, se faz importante compreender as definições de estomia e ostomia, bem como, as suas tipologias. Trata-se de estomia um procedimento cirúrgico que consiste na exteriorização do sistema digestório, respiratório ou urinário, criando um orifício externo que se intitula estoma (MARQUES; MARTINI; ALMEIDA, 2007). Já a ostomia é uma intervenção cirúrgica que cria uma abertura ou ostilo na parede abdominal para adaptar a bolsa de fezes e/ou urina. Tal procedimento visa construir um caminho alternativo para a eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo (MARQUES; MARTINI; ALMEIDA, 2007).

A estomia se divide em quatro tipos, sendo: estomas respiratórios - abertura feita através de cirurgia na traquéia com o objetivo de estabelecer uma via respiratória, podendo ser temporária ou permanente; estomas alimentares – procedimento cirúrgico que estabelece o acesso ao estômago ou intestino através da parede abdominal, com a finalidade de administrar alimentos e líquidos; estomias intestinais – colostomia e ileostomia são intervenções realizadas pela abertura de segmento cólico e ileal na parede abdominal, objetivando o desvio do conteúdo fecal para o meio externo; estomas urinários – esse tipo é considerado toda forma de drenagem de urina fora dos condutos naturais, que envolve a pelve renal, ureteres, bexiga e uretra, em alguns casos justificados pela manutenção da filtração renal (SILVA; SHIMIZU, 2007).

A construção da estomia acarreta diversas consequências, tanto físicas quanto psicológicas para o indivíduo. Destacam-se fadiga, náuseas, vômitos, dor, constipação, diarreia, impacto financeiro, alterações na imagem corporal, função

sexual, entre outras (SILVA; SHIMIZU, 2007).

A grande maioria dos estudos realizados com estomizados tem sido desenvolvido em outros países, apresentam corte transversal e metodologia qualitativa (COSTA *et al.*, 2017). Assim, estudos que avaliem a qualidade de vida de estomizados de maneira genuína na realidade brasileira se fazem necessários. Ademais, este estudo poderá contribuir para futura implantação de programas de intervenção voltados para o desenvolvimento pleno e saudável da qualidade de vida de estomizados. Frente ao exposto, o presente estudo teve como objetivo identificar as principais atitudes e percepções em relação a qualidade de vida e aspectos associados em pessoas deficientes (estomizados).

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Método

Esse estudo caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, com corte transversal de natureza exploratória e descritiva (FLICK, 2008). Segundo GIL (2009) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com o problema estudado, com a finalidade de torná-lo mais explícito, possibilitando a construção de hipóteses. Descritiva porque tem como objetivo descrever as principais características da população estudada, além da utilização de uma técnica padronizada de coleta de dados (GIL, 2009).

2.2 Amostra e Procedimentos

A amostra desse estudo foi composta por pessoas que possuem deficiência física, caracterizada pelo uso de estomia de qualquer tipo, em caráter definitivo ou não. Foram incluídos sujeitos maiores de 18 anos e que consentiram em participar de maneira voluntária da pesquisa.

Os participantes foram convidados a participar da pesquisa por meio da divulgação junto no Centro de Apoio ao Deficiente Físico (CADEF) de Governador Valadares-MG. Para tanto, foram afixados cartazes nas dependências físicas desse local e folders foram entregues informando sobre a pesquisa. Além disso, convites verbais foram realizados em reuniões mensais do setor de estomizados. Os participantes que demonstraram interesse em participar forneceram seus dados de contato (telefone e e-mail) para que pudessemos informá-los do local, data e horário das entrevistas.

No primeiro encontro foram explicados os procedimentos da pesquisa, riscos e benefícios. Além disso, todos os procedimentos do estudo seguiram as orientações da Declaração de Helsinki e a Resolução de número 466/13 do Conselho Nacional

de Saúde, bem como da Norma Operacional N°001/2013. Todas as entrevistas foram realizadas de maneira individual e sem tempo limite. Ademais, foram gravadas com auxílio de dois gravadores de Voz Digital Sony ICD PX240 4GB.

2.3 Instrumentos

2.3.1 Questionário Sociodemográfico

Com o objetivo de caracterizar a amostra, foi utilizado um questionário sociodemográfico, que investiga questões relativas à idade, estatura e massa corporal autorreferidas. Analogamente, os participantes informaram cor/raça, sexo, prática regular de exercícios físicos, uso de suplementos alimentares e estado civil. Importa ressaltar, que em relação à classificação de cor/raça foram utilizadas as categorias sugeridas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

2.3.2 Entrevista Semiestruturada

Para identificação de fatores relevantes, bem como responder os objetivos da presente investigação, nós utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturado, construído pelos pesquisadores. As perguntas norteadoras foram: “Qual a sua percepção atual sobre sua saúde?”; “Após a cirurgia de estomia você apresenta dificuldade para se locomover?”; “Após a cirurgia de estomia você dorme bem, ou seja, está satisfeito com a qualidade do seu sono?”; “Após a cirurgia de estomia você está satisfeito ou insatisfeito com sua vida sexual? Porquê?”; “Você costuma ter sentimentos negativos, tais como mau humor, depressão, ansiedade, desespero ou outros?”; “Após a cirurgia de estomia você tem praticado atividade física ou outras atividades de lazer?”.

As questões foram construídas com base em um instrumento muito utilizado e implementado na literatura nacional e internacional nos estudos de qualidade de vida (World Health Organization Quality of Life brief - WHOQOL- brief; WHO, 1995).

2.4 Análise de Dados

Foi realizado a transcrição na íntegra dos dados do formato de áudio para software de redação e edição de textos. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo por meio de categorias temáticas (BARDIN, 2011). Inicialmente foi conduzida leitura dos dados transcritos por meio de uma função heurística, e em um momento posterior a leitura com objetivo de administração da prova. A primeira, segundo Bardin (2011), tem como objetivo explorar os dados, aumentando a propensão a novas descobertas; já a segunda, tem como objetivo uma análise sistemática dos dados para servir como confirmação de uma inferência.

O primeiro passo para uma análise de conteúdo válida segundo Bardin (2011) é a pré-análise, envolvendo as etapas de leitura flutuante, escolha de documentos, formulação de hipóteses, referenciação de índices, elaboração de indicadores e preparação do material. Em um segundo momento foi realizado a exploração do material e por fim o tratamento dos resultados obtidos (BARDIN, 2011). As regras para uma categorização válida foram adotadas, à saber, homogeneidade, exaustão, exclusividade, objetividade e pertinência (BARDIN, 2011).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns estudos internacionais já se propuseram avaliar a qualidade de vida em indivíduos estomizados (COELHO; SANTOS; POGGETTO, 2013; COSTA *et al.*, 2017). Contudo, este estudo, para o melhor do nosso conhecimento, foi o primeiro a investigar de maneira genuína, em nossa realidade, aspectos relacionados às atitudes, sentimentos, pensamentos, comportamentos e percepções da qualidade de vida de pessoas estomizadas. Nesse sentido, a presente pesquisa acrescenta importantes informações à literatura nacional, ao indicar informações inéditas e originais sobre a realidade desse público.

Foram entrevistadas 9 mulheres e 3 homens. A média de idade entre as mulheres foi de 54 anos, já entre os homens de 65 anos. Todos os homens se autodeclararam brancos. Entre as mulheres 5 se autodeclararam pardas, seguidas de 2 pretas e 2 brancas. Os dados de idade, sexo, IMC, motivo para realizar a cirurgia de estomia e qual o tipo de estoma podem ser visualizados na Tabela 1.

Em relação as entrevistas realizadas com os participantes no domínio de qualidade de vida, emergiram 6 categorias temáticas, sendo: (a) Satisfação/ Insatisfação com a saúde; (b) Locomoção; (c) Qualidade do sono; (d) Sexualidade; (e) Sentimentos negativos; e (f) Atividade física e de lazer.

Nome*	Idade (anos)	Sexo	IMC	Motivo para uso do estoma	Tipo de estomia
João	64	M	18,23	"Acidente de trânsito"	"Ileostomia"
Thiago	66	M	22,70	"Tumor no reto e intestino grosso"	"Colostomia"
Lucas	65	M	24,58	"Câncer na bexiga"	"Urostomia"
Maria	54	F	22,86	"Câncer no reto"	"Colostomia"
Marta	70	F	19,07	"Câncer no intestino"	"Colostomia"
Raquel	66	F	30,62	"Furúnculo nas nádegas"	"Colostomia"
Ester	70	F	19,05	"Câncer no intestino"	"Colostomia"
Luíza	38	F	12,88	"Câncer"	"Colostomia e Urostomia"
Sandra	55	F	20,93	"Câncer no intestino"	"Colostomia"
Juliana	52	F	20,62	"Mioma"	"Colostomia"
Ana	43	F	25,01	"Câncer no Colón infiltrante a bexiga"	"Urostomia"
Bruna	76	F	15,78	"Uma hemorragia repentina no intestino"	"Colostomia"

Tabela 1. Dados demográficos e descritivos

*Nomes fictícios foram criados para preservar o anonimato dos participantes; M = Masculino; F = Feminino; IMC = Índice de Massa Corporal (Peso/Altura²).

3.1 Satisfação/Insatisfação Com a Saúde

Ocorrem algumas modificações fisiológicas no paciente estomizado, desencadeando a necessidade de cuidados específicos com a bolsa coletora (ALVES *et al.*, 2013). Dessa forma, sentimentos diversos emergem advindos dessa nova situação, principalmente diante de conflitos, preocupações e dificuldades em relação as limitações impostas no seu dia a dia (ALVES *et al.*, 2013). Esses fatores podem ser vivenciados de maneira diferente por cada indivíduo, no qual, alguns apresentam maior dificuldade em aceitar a nova situação, em contrapartida a outros, que apresentam maior facilidade (ALVES *et al.*, 2013). No presente estudo, é possível perceber pelas falas que os entrevistados demonstram uma satisfação geral com a saúde:

"Eu até que to satisfeito com minha saúde, só que eu preciso de acompanhamento médico para levar minha vida [...] vou no médico umas três vezes por ano." (João)

"To satisfeita com minha saúde sim, não to sentindo dor desde que coloquei a bolsa [...] dói só as vezes quando eu esbarro em alguma coisa." (Ester)

"Eu to feliz com minha saúde, dei um mioma no reto, então só de tá viva tá bom [...] eu tenho que ir no médico direto pra consultar, mas graças a Deus é só pra prevenir, o pior já passou." (Juliana)

"Ah eu to satisfeita sim, tem coisa que não, mas no geral só de estar bem não posso reclamar [...] por causa da cirurgia tenho que ir muito no médico, quase todo mês." (Ana)

A satisfação dos entrevistados pode estar relacionada a superação de problemas anteriores que originaram a necessidade de usar a estomia, como cânceres e hemorragias. Costa *et al.* (2017), afirmam que a aceitação da estomia

pode estar relacionada a facilidade de acesso aos serviços de saúde, ao apoio especializado e apoio da família. Nesse caso, os indivíduos contam com apoio especializado o que pode justificar nossos achados.

3.2 Locomoção

As modificações fisiológicas ocasionadas pela estomia podem alterar o estilo de vida dos sujeitos, impondo alguns limites e restrições (COELHO; SANTOS; POGGETTO, 2013). Além disso, a locomoção está diretamente relacionada ao aspecto laboral desses sujeitos. Coelho, Santos e Poggetto (2013), afirmam que as alterações fisiológicas, anatômicas e o cuidado com a bolsa coletora, fazem com que o estomizado perceba algumas de suas limitações, impactando diretamente suas atividades cotidianas de acordo com a nova realidade. Em relação a locomoção, observa-se que os indivíduos entrevistados não apresentam dificuldades em se locomover:

“Eu ando até demais (risos) [...] faço esteira na academia e também caminho todo dia... vou deixar a bolsa me atrapalhar não, tem muita gente pior do que eu.” (Maria)

“Tenho problema nenhum pra andar, ando pra todo lado, vou no mercado municipal, na feira e venho aqui no CADEF tranquila [...] tinha era que andar até mais pra emagrecer (Risos).” (Luiza)

“Eu não tenho problema nenhum para andar, faço até caminhada na ilha (referente a um bairro da cidade de Governador Valadares-MG conhecido como Ilha dos Araújo, no qual, as pessoas praticam caminhada, corrida e outras atividades ao ar livre) com minha esposa [...] geralmente vamos três vezes por semana quando eu chego do serviço.” (João)

As falas estão relacionadas principalmente a locomoção dentro da própria cidade dos entrevistados. Entretanto, autores já tem destacado que a possibilidade de viagens, muitas vezes ficam limitadas para esse público, devido a necessidade de cuidados específicos com a bolsa, que exigem tempo e espaço adequados para essa finalidade (COSTA *et al.*, 2017). Isso pode ser confirmado nas falas de alguns entrevistados:

“Eu só ando quando minha filha me traz nessas reuniões porque eu sinto muita dor nas pernas... A bolsa nem me atrapalha andar não, só quando tá muito cheia.” (Ester)

“Eu nunca tive problema nenhum pra andar não graças a Deus, ando pra tudo quanto é lado (risos)... gosto de ir na feira aqui do bairro e bater perna no centro também... eu esvazio a bolsa e vou, não me atrapalha não.” (Bruna)

Ademais, estudos conduzidos em outras realidades apresentam relatos de sujeitos que deixam de se alimentar quando precisam sair de casa (COELHO; SANTOS; POGGETTO, 2013). Observe as falas retiradas do artigo de Coelho, Santos e Poggetto (2013), realizados com colostomizados de uma cidade do interior

de Minas Gerais:

“[...] ficava um período sem comer pra poder sair [...] (P18).”

“[...] a gente não pode fazer nada [...] [...] pra começar eu não saio [...] (P9).”

“[...] troco ou lavo a bolsa antes de sair de casa [...] (P12).”

“[...] agora não viajo mais [...] (P16).”

Nota-se, portanto, que quando a bolsa está cheia, pode haver uma dificuldade em se locomover, assim o esvaziamento e higienização é preciso. Contudo, essas ações em períodos de viagem para outras cidades, estados ou países podem ficar comprometidas, devido a falta dos recursos necessários (COSTA *et al.*, 2017).

3.3 Qualidade do Sono

Embora alguns estudos já tenham proposto avaliar a qualidade de vida de estomizados, nenhum deles deu enfoque a qualidade do sono dessas pessoas. Contudo, autores já tem destacado que a qualidade do sono é uma variável que pode impactar diretamente a qualidade de vida (MULLER; GUIMARÃES, 2007). Assim, percebe-se que na presente população os sujeitos demonstram certa insatisfação com a qualidade do seu sono:

“Ah! eu nem to satisfeito nem insatisfeito, tem dia que durmo bem e tem dia que mal consigo dormir... quando consigo é só de barriga pra cima” (Thiago)

“Depois que coloquei a bolsa meu sono ficou muito ruim, isso me atrapalha a fazer as coisas em casa... depois do almoço eu sempre tiro um cochilo porque senão, não dou conta.” (Lucas)

“Eu durmo muito mal, minha escadeira (termo usado para se referir a região das costas) dói quando fico de barriga pra cima, mas com a bolsa não posso deitar de barriga pra baixo... quando consigo dormir é só de lado.” (Marta)

“Pra dormir eu tomo remédio porque senão acordo a noite toda...o médico falou que é normal depois do que eu passei, mas que o remédio ia ajudar.” (Ana)

“Ah no geral eu durmo a noite toda, tenho insônia não... só esvaziar a bolsa que não atrapalha nada [...] mas só dá pra ficar de barriga pra cima ou de lado né.” (Bruna)

Em contrapartida as respostas acima, uma das participantes alegou não ter problemas para dormir devido, principalmente, a prática de exercícios físicos:

“Eu durmo igual pedra (Risos), acho que é porque faço academia, chego em casa morta... a melhor posição pra mim é de lado, aí a bolsa não atrapalha.” (Maria)

Não é nossa pretensão fazer generalizações. Contudo, percebe-se que em sujeitos sem estomia a prática de exercícios físicos tem sido uma alternativa aos problemas de insônia (PASSOS *et al.*, 2007). Ademais, a única mulher na presente amostra que faz exercícios físicos de maneira orientada não apresenta dificuldades para dormir. Isso nos permitiria inferir que talvez a prática regular de exercícios físicos

poderia ser uma alternativa para qualidade do sono dessas pessoas. Contudo, novos estudos são necessários para avaliar a efetividade de intervenções baseadas em exercícios físicos nos aspectos da qualidade de vida desse público.

3.4 Sexualidade

A percepção do corpo pelo estomizado gera medo e dor, esses aspectos fazem com que se afastem os desejos sexuais (ALVES *et al.*, 2013). Corroboram para isso a falta de conversas e orientações que não deixam a sexualidade voltar a fazer parte da vida do estomizado (ALVES *et al.*, 2013). Alves *et al.* (2013) destacam ainda que boa parte dos problemas sexuais são de origem psicológica, em maior parte por vergonha de estar frente ao seu parceiro. Nossos achados vão ao encontro desse estudo, é o que mostra as falas dos entrevistados:

“É, então! (Engasgo) Pra te ser bem sincero nem faço isso mais, a bolsa fica atrapalhando e tenho que ficar segurando pra não encostar na minha esposa... acho que ela me entende” (Thiago)

“(Risos, expressão facial de envergonhado) Não sei nem o que que é isso mais... depois que coloquei a colo, tenho vergonha de ficar pelado perto da minha mulher.” (Lucas)

“(Risos) Sou casado a muito tempo, antes era bem mais fácil de fazer qualquer coisa, hoje tem esse trem (Referindo a bolsa coletora) pendurado atrapalhando [...] minha esposa é até compreensiva, mas eu fico envergonhado mesmo assim.” (João)

“Depois que meu esposo faleceu eu nem me preocupo mais com isso [...] se encontrar outra pessoa ela já vai saber que tenho bolsa e se quiser vai ser assim.” (Maria)

“(Risos) Eu gostava de fazer isso enquanto tava nova, depois de velha a gente não faz isso não...depois que meu marido morreu eu nem penso nisso.” (Ester)

“(Risos) Eu não estou muito satisfeita não, porque sou solteira e conseguir alguém com essa bolsa é difícil, a pessoa tem que gostar muito de você.” (Ana)

Embora as dificuldades em relação a sexualidade desse público sejam aparentes, a experiência dos estomizados vai se transformando com o tempo. Assim, dependendo das possibilidades de adaptação encontradas, o estomizado desenvolve estratégias de enfrentamento, que possibilitam lidar com os problemas e alterações cotidianas ocorridos em virtude da estomia (ALVES *et al.*, 2013).

3.5 Sentimentos Negativos

“O estomizado sofre mudanças bruscas no seu estilo de vida, provocando desorganização emocional intensa e gerando períodos de sofrimento” (LAZARUS; FOLKMAN, 1984). Estes períodos podem ser permeados de sentimentos negativos, vejamos as falas dos entrevistados:

“Às vezes eu fico pensando porque isso foi acontecer comigo, mais por outro lado agradeço a Deus por tá vivo... no início era pior, ficava ansioso por causa do câncer,

depois que fiz a cirurgia estou mais tranquilo.” (Lucas)

“Olha eu tenho depressão e tomo remédio, fico muito pra baixo as vezes, mas meus filhos me ajudam muito e me incentivam a fazer as coisas que eu gosto.” (Maria)

“Eu até que não fico triste não porque penso que tem gente pior que eu... mas assim um pouquinho é normal porque atrapalha fazer as coisas que eu gosto as vezes, essa é a pior parte.” (Raquel)

“Se falar que não fico chateado as vezes to mentindo, mais meu acidente foi grave, então só de tá vivo já é um milagre... direto fico imaginando o dia de tirar a bolsa e voltar a ter uma vida normal” (João)

Nesse sentido é fundamental que familiares e parceiros forneçam apoio e incentivo ao estomizado, para que ele possa superar esses sentimentos negativos, bem como, para que desenvolvam sentimentos positivos frente a nova situação (COELHO; SANTOS; POGGETTO, 2013).

3.6 Atividade Física e de Lazer

Percebe-se que as atividades físicas e, principalmente, as atividades de lazer dos sujeitos são adaptadas por eles para sua nova situação. “O processo de adaptação ocorre com o ajuste de toda uma vida, em um novo contexto, em que fatores importantes têm, muitas vezes, que serem abandonados, substituídos ou reduzidos” (MENEZES, QUINTANA, 2008).

Destaca-se que a faixa etária da nossa amostra é constituída, em sua maioria, por uma população idosa. Assim, a justificativa da inatividade física por essas pessoas foi em relação a idade e não em virtude da estomia. Vejamos algumas respostas:

“Exercício eu não faço não (Risos) já passei da idade... agora eu gosto é de ir pra roça pescar, pego cada tilápia enorme (Risos) e olha que não é história de pescador não (Risos).” (Thiago)

“Eu não faço quase nada, só a caminhada que já tinha te falado mesmo.” (João)

“Eu não faço nada não... gosto só de sentar no banco da praça perto de casa e bater-papo com as vizinhas... na quarta-feira e no domingo eu vou pra igreja, não perco um culto.” (Raquel)

Não faço nada, as moças lá da rua vão tudo pra academia ou vão caminhar na lagoa do pérola (referindo a um bairro da cidade que é comum a prática de caminhada e exercícios ao ar livre) [...] minhas amigas até me chamam...eu não tenho mais segurança pra isso.” (Luiza)

Dificuldades semelhantes relacionadas as atividades de lazer, foram encontradas nos estudos de Cassero e Aguiar (2009) e Coelho, Santos e Poggetto (2013). Entretanto, ao contrário das respostas anteriores uma única participante destacou que participa frequentemente de corridas organizadas na cidade, além de ir à academia frequentemente:

“Eu ando até demais (risos) [...] faço esteira na academia e também caminho todo dia [...] vou deixar a bolsa me atrapalhar não, tem muita gente pior que eu.” (Maria)

“Toda corrida que tem aqui na cidade eu vô, to nem aí (risos) [...] meus filhos sempre vão me assistir e minhas amigas também.” (Maria)

Em outro trecho da entrevista realizada com a mesma participante ela destaca que o apoio dos filhos é fundamental:

“[...] mas meus filhos me ajudam muito e me incentivam a fazer as coisas que eu gosto.” (Maria)

Diante do exposto, torna-se relevante ressaltar que escores maiores de qualidade de vida são observados em estomizados que enfrentaram de maneira positiva e ativa a nova condição (COELHO; SANTOS; POGGETTO, 2013). A aceitação pode refletir comportamentos físicos e psicológicos que amenizam o desconforto ocasionado pela bolsa coletora (COELHO; SANTOS; POGGETTO, 2013). Além disso, estudos de metanálise já tem relacionado a prática de atividade física a melhora da qualidade de vida, autoestima e sintomas depressivos em diversas populações (BASSETT-GUNTER; MCEWAN; KAMARHIE, 2017).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visou investigar as principais percepções da qualidade de vida e aspectos associados em pessoas estomizadas. Bem como, forneceu dados e *insight* para possível implementação de programas destinados a promover uma melhora da qualidade de vida e bem-estar nessa população.

Os dados desse estudo nos permitem discutir que a cirurgia de estomia acarretou bruscas alterações em diversos aspectos da qualidade de vida dos estomizados, destacando-se a sexualidade, a prevalência de sentimentos negativos e a redução de atividades físicas e de lazer. Além disso, as mudanças fisiológicas e corporais, como a utilização da bolsa coletora, levaram ao aumento do sentimento de vergonha em relação ao corpo. Essa, por sua vez, alterou bruscamente a maneira de vestir dessa população, priorizando sempre a ocultação da bolsa.

A natureza desse estudo não nos permite fazer generalizações. Entretanto, após ampla análise das entrevistas, maior sentimento de aceitação com a nova situação foi vivenciada na única participante que pratica exercício físico regularmente. Ademais, estudos de metanálise já comprovaram a eficácia da atividade física para melhoria de vários desfechos negativos para saúde e qualidade de vida de outras populações, como, por exemplo, depressão, ansiedade, baixa autoestima e insatisfação corporal (BASSETT-GUNTER; MCEWAN; KAMARHIE, 2017). Dessa forma, estudos que avaliem a eficácia de intervenções baseadas em métodos variados de atividade física poderiam ser uma alternativa para manutenção e melhoria da qualidade de

vida nessa população.

Os profissionais que trabalham com sujeitos estomizados devem sempre buscar a reabilitação plena de seus beneficiários, em equipe interprofissional, na qual o exercício físico, por meio do Profissional de Educação Física, é indispensável. Dessa forma, para uma atuação ética e consciente, se faz necessário conhecer as principais percepções de saúde e qualidade de vida dessa população.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. C. P. et al. A percepção do paciente portador de ostomia com relação a sua sexualidade. **Revista Interdisciplinar**, v. 6, n. 3, p. 26-35, 2013.
- BASSETT-GUNTER, R.; MCEWAN, D.; KAMARHIE, A. Physical activity and body image among men and boys: A meta-analysis. **Body image**, v. 22, p. 114-128, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência**. 2 ed. rev. atual. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. 346 p.
- CASSERO, P. A. S.; AGUIAR, J. E. Percepções Emocionais Influenciadas por uma Ostomia. **Saúde e Pesquisa**, v. 2, n. 2, p. 163-169, 2009.
- COELHO, A. R.; SANTOS, F. S.; POGGETTO, M. T. D. A estomia mudando a vida: enfrentar para viver. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 17, n. 2, p. 258-277, 2013.
- COSTA, I. K. F. et al. Distúrbio en la imagen corporal: diagnóstico de enfermería y características definidoras en pacientes ostomizados. **Aquichan**, v. 17, n. 3, p. 270 – 283, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo (1ª ed.)**. Tradução de Luís Antero Retos e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- FLICK, U. X. **Introdução à pesquisa qualitativa (3ª ed.)**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa (6ª ed.)**. São Paulo: Atlas, 2009.
- IBGE, IBGE Censo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013). **Anuário Estatístico do Brasil**. v. 74, 2013. Acesso em: 19/10/2019.
- KIMURA, C. A.; KAMADA, I.; GUILHEM, D. B. Quality of life in stomized oncological patients: an approach of integrality from Brazilian Unified Health System. **Journal of Coloproctology (Rio de Janeiro)**, v. 36, n. 1, p. 34-39, 2016.
- LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. **Stress, appraisal, and coping**. New York: Springer publishing company, 1984.
- MARQUES V. C.; MARTINI, J.; DOS SANTOS ALMEIDA, P. J. O impacto da ostomia no processo de viver humano. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 16, n. 1, p. 163 - 167, 2007.
- MENEZES, A. P. S; QUINTANA, J. F. The perception of the ostomate individual regarding his/her situation. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 21, n. 1, p. 13 - 18, 2008.
- MOLS, F. et al. Living with the physical and mental consequences of an ostomy: a study among 1–10-

year rectal cancer survivors from the population-based PROFILES registry. **Psycho-Oncology**, v. 23, n. 9, p. 998-1004, 2014.

MORAES, J. T. et al. Serviços de atenção ao estomizado: análise diagnóstica no Estado de Minas Gerais, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 101 - 108, 2014.

MICHELONE, A. P. C.; SANTOS, V. L. C. G. Qualidade de vida de adultos com câncer colorretal com e sem ostomia. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. 6, p. 875-883, 2004.

MÜLLER, M. R.; GUIMARÃES, S. S. Impacto dos transtornos do sono sobre o funcionamento diário e a qualidade de vida. **Estudos de psicologia**, v. 24, n. 4, p. 519-528, 2007.

PASSOS, G. S. et al. Tratamento não farmacológico para a insônia crônica. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 29, n. 3, p. 279 – 282, 2007.

SILVA, A. L.; SHIMIZU, H. E. A relevância da rede de apoio ao estomizado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 3, p. 307 - 311, 2007.

SUN, V. et al. Surviving colorectal cancer: long-term, persistent ostomy-specific concerns and adaptations. **Journal of wound, ostomy, and continence nursing: official publication of The Wound, Ostomy and Continence Nurses Society/WOCN**, v. 40, n. 1, p. 61 - 72, 2013.

WHOQOL GROUP et al. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social science & medicine**, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, 1995.

MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA OPÇÃO À AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Data de aceite: 06/01/2020

Fernanda Schuhli Bourges

Doutoranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR; Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar; Professora de Direito Administrativo do curso de Direito e Membro do Conselho de Administração da Faculdade de Educação Superior do Paraná – FESP/PR; Membro da Comissão de Gestão Pública, Controle e Transparência junto à OAB/PR desde 2007; Advogada. E-mails: ferbourges@yahoo.com.br, fernanda@bourges.adv.br

RESUMO: As concepções de Estado e Administração Pública vêm se modificando, especialmente a partir da metade do século XX. No Brasil, esta modificação se destaca a partir da Constituição da República de 1988, que estabeleceu o Estado Democrático de Direito, e da EC. n. 19/98, que consagrou expressamente o princípio da eficiência, contudo, não há como interpretá-lo e aplicá-lo senão em consonância com o ordenamento jurídico, especialmente com as normas Constitucionais e sob a perspectiva do Estado Democrático de Direito. Não obstante, observa-se que no controle das ações e omissões administrativas são ajuizadas, desnecessariamente, inúmeras ações judiciais,

que demandam recursos financeiros, humanos e tempo, em muitos casos como consequência de um modelo Administrativo unilateral, imperativo, e ineficiente. Em vista deste diagnóstico, tem-se que o Direito Administrativo precisa se transformar e neste propósito se destaca a mediação, instituída pela Lei n. 13.140/2015, com a possibilidade de abrir uma “nova porta” para evitar e resolver conflitos e, assim, ampliar a eficiência administrativa. Desse modo, o estudo que se propõe, mediante o método hipotético-dedutivo, tem por objetivo demonstrar a necessidade de transformação do direito administrativo com o instituto da mediação, o qual pode ser adotado como possibilidade de propiciar ganhos de eficiência administrativa.

PALAVRAS-CHAVE: eficiência; consenso; administração pública; mediação; participação.

MEDIATION IN PUBLIC ADMINISTRATION: AN OPTION TO ADMINISTRATIVE EFFICIENCY ENLARGEMENT

ABSTRACT: Conceptions about the State and the Public Administration have been changing, especially since the mid-twentieth century. In Brazil, this modification stands out from the Constitution of the Republic of 1988, which established the Democratic State of Law, and the EC. n. 19/98, which explicitly enshrined

the principle of efficiency, however, there is no way to interpret and apply it except in accordance with the legal system, especially with the Constitutional norms and from the perspective of the Democratic State of Law. Nevertheless, numerous lawsuits are unnecessarily proposed to control administrative actions and omissions, what demand time and financial and human resources, in many cases as a consequence of a unilateral Administrative model, imperative, and inefficient. In view of this diagnosis, the Administrative Law needs to be transformed and, in this purpose, the mediation, established by Law n. 13.140/2015, presents the possibility to open a “new door” to avoid and resolve conflicts and increase administrative efficiency. Thus, the present study, based on hypothetical-deductive method, aims at demonstrating the need to transform Administrative Law with the mediation institute, which can be adopted as a possibility to improve administrative efficiency.

KEYWORDS: efficiency; consensus; public administration; mediation; participation.

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição da República de 1988 estabeleceu o Estado brasileiro como Democrático de Direito e um Estado como tal requer uma Administração Pública eficiente e comprometida com a efetivação deste Estado.

O Estado Brasileiro, não obstante, possui origens patrimonialistas, as quais permanecem arraigadas na cultura administrativa brasileira, cujas práticas afastam a eficiência e a coletividade da Administração Pública.

A burocracia, em sua forma deturpada – burocratização – aliada às práticas administrativas patrimonialistas são contrárias à democracia, não oportunizam a participação da coletividade da esfera pública, propiciam mais conflitos e inviabilizam diálogos para sua solução.

Visualiza-se a necessidade de transformação da Administração Pública brasileira a fim de se coadunar com o Estado Democrático de Direito estabelecido na Constituição de 1988, de modo que a Administração possibilite a realização de direitos e a segurança jurídica e não seja um entrave à democracia e à realização de direitos, mas seu meio de concretização, razão pela qual deve ser eficiente.

Não se trata de eficiência em termos mercadológicos e quantitativos, mas a eficiência na implementação de direitos, tendo em vista um dos aspectos da eficiência que é a celeridade.

Desse modo, uma vez que o Poder Público costuma figurar no polo passivo de milhares de demandas, muitas vezes idênticas, o estudo proposto, a partir do método hipotético-dedutivo, volta-se à demonstração da necessidade de transformação da organização administrativa com a utilização da mediação extrajudicial, que tem o condão de aproximar a coletividade do Poder Público e democratizá-lo, com soluções mais céleres e legítimas aos conflitos, para aprimorar a eficiência administrativa.

2 | EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA A PARTIR DA ABERTURA DIALÓGICA E CONSENSUAL NA GESTÃO PÚBLICA

As origens da Administração Pública brasileira são marcadas pela insuficiente distinção entre o público e o privado. O poder e o espaço público no Brasil tradicionalmente foram utilizados por aqueles próximos da Coroa e dos Governantes, em constantes troca de favores, o público confundia-se com o privado, portanto, a Administração Pública brasileira sempre foi marcada por um caráter patrimonialista. (FAORO, p. 822-823, 825).

A Administração Pública possui sua formação a partir de relações pessoais, marcada pelo coronelismo, com características contrapostas à democratização do espaço público, eis que o público acabou por se restringir a alguns, com certas condições pessoais o que também conduz à sua ineficiência.

Ultrapassar barreiras históricas e culturais, a fim de democratizar e ampliar a participação da coletividade na esfera pública, bem como aprimorar a eficiência, dependem não apenas de alterações em modelos jurídico-normativos, mas também de modificações culturais. (NOHARA, p. 55)

A partir da Constituição de 1988, em especial, da Emenda Constitucional 19/1998, a Administração Pública brasileira tem o dever ser democrática e eficiente. A eficiência, interpretada em consonância com a Constituição, demanda uma atuação estatal democrática e voltada às finalidades essenciais de justiça social, como instrumento de realização dos princípios e objetivos fundamentais da República e dos direitos e garantias fundamentais.

Desse modo, a implementação da eficiência administrativa não tem como ser dissociada da democracia, eis que a Constituição de 1988 estabelece um Estado Social e Democrático de Direito. A legitimação do Estado pressupõe a valorização da democracia, especialmente no Estado brasileiro em que o princípio democrático ocupa local de destaque na opção ética do constitucionalismo. (GABARDO, 2003, p. 155)

Não obstante, diagnostica-se um descompasso entre a Constituição Democrática e Social e o modo de gestão pública ainda adotado, com profundas raízes no modelo administrativo do século XIX, uma vez que a Administração atua unilateralmente, muitas vezes, arbitrariamente, razão pela qual os indivíduos ainda necessitam de instrumentos de defesa, porém, esse Direito Administrativo oitocentista “já não é mais capaz de dar conta de todas as exigências da sociedade contemporânea, suscitadas com o advento do Estado Social e Democrático de Direito.” (HACHEM, 2014, p. 214)

Diogo de Figueiredo Moreira Neto (2001, p. 8-12) aponta que o Poder Executivo e a Administração Pública, diferentemente dos demais poderes, sofreram menos

influências das Revoluções Liberais e se mantiveram conservadores. A abertura administrativa deu-se a partir do diálogo democrático com a sociedade e da afirmação do constitucionalismo.

Em busca da concretização do Estado Democrático de Direito, consagrado pela Constituição da República de 1988, defende-se a democratização da Administração Pública e na implementação, desse modo, de uma Administração Pública Dialógica, Consensual, Concertada, que atua mediante contratos, segundo alguns autores, mediante atos bilaterais ou acordos. (OLIVEIRA; SCHWANKA, 2009, p. 320)

A consensualidade é uma decorrência do Estado pluriclasse e instrumento da sociedade, uma vez que esta precisou retomar o espaço público e o protagonismo. Acredita-se que o diálogo, a negociação e a concertação são mais aptos a gerar comportamentos éticos elevados e fecundos. (MOREIRA NETO, 2001, p. 2, 21-22,40)

Atinge-se a legitimidade democrática quando a atuação estatal provém a partir do diálogo com os integrantes da sociedade, pois serão diretamente afetados pelo exercício do Poder Público, e pressupõe as deliberações, as discussões e decisões dos seus membros. (BITENCOURT, 2013, p. 85) A transformação da Administração Pública busca ampliar as formas de participação administrativa, inclusive das decisões, de modo a legitimá-las e assim, serão mais facilmente aceitas e cumpridas. (MOREIRA NETO, 2001, p. 22)

A Administração, destarte, é compelida a rever seu modelo autoritário de gestão da coisa pública, assim, a Administração Consensual atua mediante procedimentos negociais, “visando atingir resultados que normalmente poderiam ser alcançados por meio da ação impositiva e unilateral da Administração Pública.” (OLIVEIRA; SCHWANKA, 2009, p. 314)

A gestão pública, segundo Diogo de Figueiredo Moreira Neto, tradicionalmente burocrática, monolítica e imperativa, cede para uma concepção criativa, flexível, orientada pela consensualidade, visibilidade e controle dos resultados. Os diálogos político e administrativo tornam-se mais democráticos e processualizados, de modo a modificar uma decisão imposta em composta e o governo, próprio das sociedades fechadas, também, aos poucos, se torna governança, das sociedades abertas, com soluções negociadas e dialogadas. (MOREIRA NETO, 2011, p. 30)

A estrutura burocrática estatal deve tornar-se menos autoritária, sem abandonar o modelo burocrático. “A Administração Pública do Estado Pós-Providência pode optar por um modelo de atuação administrativa negociada, concertada”, nesta o administrado é “coparticipante da atuação administrativa”, respeitando-se o regime jurídico público. (Batista Júnior; Campos, 2014, p. 15)

A participação administrativa possibilita a identificação do interesse público de forma compartilhada com a população e, desse modo, reduz a discricionariedade,

assim como a unilateralidade e viabiliza a adoção de práticas contratuais baseadas no consenso, negociação e conciliação de interesses. (MEDAUAR, 2003, p. 230)

Destarte, o direito administrativo passou a buscar procedimentos democráticos que possibilitam a participação na Administração Pública. (FUNGHI, 2011, p. 2) A partir do aprimoramento do diálogo entre a coletividade e a Administração pode-se alcançar mais estabilidade nas relações jurídicas e solucionar conflitos que, em regra, demoram anos e postergam a realização do interesse público. (SCHWANKA, 2011)

Ademais, a Administração dialógica é mais condizente com a sociedade moderna, pluralista e complexa para que se possa filtrar as demandas e investigar as possíveis soluções por intermédio dos mais variados segmentos sociais, com a riqueza da diversidade de conhecimentos e experiências.

A esfera pública abre-se para a identificação das necessidades da sociedade e para o estabelecimento das soluções. A participação social torna-se um parâmetro de legitimação da atuação administrativa; a imperatividade e a coerção cedem espaço à consensualidade e à participação social a partir de canais de comunicação e de mecanismos consensuais. (FUNGHI, 2011, p. 8, 66.)

Na proposta de adoção do modelo de gestão administrativa dialógico e consensual possibilita-se que a Administração deixe de se valer de alguns dogmas e mude sua forma de atuação no sentido que esta poderá resolver demandas com o cidadão, com a coletividade de forma consensual e negociada, judicial ou extrajudicialmente. (HACHEM, 2014, p. 259) Desse modo, a Administração tornar-se-á mais eficiente e eficaz na concretização de direitos, até porque, o reconhecimento tardio de um direito pode ser inútil ou pouco satisfatório.

Neste sentido é a tese de Daniel Hachem (2014, p. 291, 297, 318), segundo a qual o cidadão possui direito fundamental à tutela administrativa efetiva, “*espontânea, integral e igualitária*” dos seus direitos e, para tanto, a Administração deve utilizar todas as técnicas e procedimentos necessários, inclusive, mediante ferramentas consensuais de solução de controvérsias, como a negociação, a mediação e a conciliação, eis que possibilitam um diálogo em prol do consenso, práticas estas que ainda contribuem à redução de ações judiciais desnecessárias.

Não satisfaz o interesse público o envolvimento do Poder Público em demandas judiciais infundáveis, que absorvem tempo e recursos, sendo que sua “*existência somente se justifica para a realização dos interesses de seus cidadãos*” e, principalmente, tendo em vista que os custos de uma condenação são superiores àqueles necessários ao cumprimento espontâneo de suas obrigações, sendo que o diálogo, com o uso da conciliação e da mediação podem ser mecanismos de grande utilidade. (SOUZA, 2008, p. 143)

3 | A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO ADMINISTRATIVO-CONSENSUAL DE AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

A participação dialogada e consensual administrativa pode ocorrer, contudo, em diversos momentos da atuação administrativa: decisão, execução ou função judicante administrativa.

O consenso na função judicante foca a prevenção e a resolução de conflitos e pode ocorrer por intermédio das comissões de conflito, dos acordos substitutivos, bem como por conciliação, mediação, arbitragem e similares. (Moreira Neto, 2003, p. 129-156)

A utilização dos mecanismos de participação estabelece “*espaços de efetiva Negociação*”, nos quais as decisões administrativas são estabelecidas a partir da ponderação e, especialmente, mediante a “*reciprocidade de concessões*”, uma vez que todos os partícipes cedem em alguns aspectos para que se obtenha a harmonização de interesses até então contrapostos. (OLIVEIRA, 2008, p. 8)

No intuito de aprimorar o consenso e reduzir o número de demandas judiciais, houve avanços legislativos significativos com a edição da Lei 13.129/2015, que trouxe novas luzes à arbitragem na Administração Pública, da Lei 13.140/2015 Lei de Mediação e do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015, ao primar pela solução consensual dos conflitos e estabelecer diversos mecanismos neste sentido. Nesta proposta também adveio a Lei 13.655/2018 com alterações à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Além de o Conselho Nacional de Justiça apresentar como meta a redução de demandas repetitivas e de grandes demandados, como o Poder Público.

A legislação vem efetivar a proposta constitucional, eis que a Constituição da República, em seu preâmbulo, ressalta que o ordenamento se funda na harmonia social e prima pela solução pacífica das controvérsias. O Constituinte Reformador, ademais, consagrou expressamente o princípio da eficiência e estabeleceu a garantia fundamental à razoável duração do processo e sua celeridade.

Até então, a insuficiente democratização do espaço público, verificada em especial pela falta de mecanismos de diálogo entre a Administração e a coletividade, calcada em uma visão oitocentista de gestão pública, faz com que o controle dos atos e omissões administrativas ocorra, em grande parte, mediante provocação e pelo processo judicial. Ocorre que, em uma sociedade de massas, os processos se multiplicam progressivamente. É comum nos tribunais processos de massa, relacionados aos mesmos fatos e com os mesmos pedidos contra o Poder Público, cujo resultado é previamente conhecido, mas, sem ponderação, tais processos seguem até as instâncias superiores. O próprio processo civil, com o modelo da

ação individual, do paradigma liberal, não atende mais a sociedade. (MORAES, 2012, p. 17-19)

Para analisar a relevância da discussão sobre a necessidade de se aprimorar e tornar mais eficiente a solução de conflitos com a Administração Pública, a partir de levantamento do Conselho Nacional de Justiça, verifica-se que o Poder Público, em 2010, representou 51,1% dos processos dos 100 maiores litigantes do país, mais que o setor bancário e telefônico. O Poder Público Federal representou 38,5%, o Poder Público Estadual 7,8% e o Municipal 5,2%, em um total de 51,5%. (MORAES, 2012, p. 20)

Grande parte dos atos e omissões administrativas produzem efeitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, de modo a propiciar demandas de massa. O elevado número de ações iguais é contrário aos princípios da isonomia, da tutela judicial efetiva, segurança jurídica, razoável duração do processo e enfraquece a legitimidade do Estado Democrático de Direito. (MORAES, 2012, p. 23)

É possível vislumbrar o dispêndio desnecessário de recursos públicos, a morosidade na satisfação de direitos e, portanto, a ineficiência administrativa na solução de conflitos a partir de pesquisa estatística realizada no TRF1, de 15/07/2005 a 15/07/2010, que detectou um elevado número de demandas idênticas contra o Poder Público versando sobre o índice de reajuste de remuneração dos servidores públicos (28,86%), tema, à época, já sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, súmula 672, publicada no DJ de 09/10/2003. (MORAES, 2012, p. 25-27)

Apesar de existir desde 2003 súmula reconhecendo o direito dos servidores federais ao reajuste de sua remuneração, a seção do TRF1a Região recebeu, de 2005 a 2006, 13.268 ações e 4.558 recursos, de 2006 a 2007, 6.597 ações e 3.807 recursos, de 2007 a 2008, 2.142 ações e 1.150 recursos, de 2008 a 2009, 2.622 ações e 1.201 recursos e, por fim, de 2009 a 2010, 1.049 ações e 396 recursos (MORAES, 2012, p. 25-27), totalizando cerca de 25.000 ações e 10.000 recursos, todos sobre o mesmo tema do reajuste de remuneração já sumulado. Quantas pessoas em busca de um direito já reconhecido e quantos servidores e recursos públicos utilizados em vão para movimentar essas demandas?

A Administração, se estivesse dotada de instrumentos dialógicos e consensuais, voltada à eficiência, poderia efetivar prontamente o direito destes servidores e evitar o elevado número de demandas judiciais desnecessárias.

Não se trata de analisar pragmaticamente apenas os resultados, como por exemplo, menos ações judiciais, comum no contexto pós-moderno, que, inclusive, alavancou o princípio da eficiência. A eficiência administrativa não se restringe a números, nem apenas à economia de recursos, ela é multifacetada, devem ser considerados aspectos axiológicos e garantísticos (BATISTA JÚNIOR, 2012, p. 167), ela se refere à efetivação de direitos, que, em um Estado Social e Democrático de

Direito também ocorre de acordo com a melhoria do padrão de vida da sociedade e implementação de participações democráticas. (GABARDO, 2003, p. 122)

A eficiência *stricto sensu* se refere à melhor maneira pela qual as atividades podem ser executadas, com otimização do resultado. Trata da articulação finalística dos meios; “os resultados devem ser maximizados no que diz respeito à produtividade dos meios escassos empregados; as necessidades sociais devem ser atendidas da forma mais célere e rápida possível”. (BATISTA JÚNIOR, 2012, p. 182)

A eficiência envolve diversos parâmetros, como produtividade, economicidade, celeridade e presteza, qualidade, continuidade e desburocratização. A produtividade não trata apenas da identificação dos meios disponíveis e necessários, mas do seu melhor aproveitamento face aos fins, que pode se dar tanto pela minimização dos recursos como pela maximização dos resultados. A eficiência pressupõe otimização da “relação tempo x custo x benefício” na atuação administrativa”, assim, requer celeridade, informalismo, simplicidade e economia processual, que se contrapõem com prazos dilatados e burocracia excessiva. (BATISTA JÚNIOR, 2012, p. 182-183, 197)

Depreende-se que um aspecto da eficiência é a desburocratização, que se refere à estrutura e ao procedimento e, assim, devem ser alterados procedimentos excessivamente longos e lentos, que não permitem decisões céleres. (BOBBIO, 1998, p. 130). Ainda, a Administração deve se aproximar dos administrados, com ampliação de legitimidade das decisões e de controle sobre a Administração e por exigências de eficiência para que as necessidades sejam mais satisfeitas. (BATISTA JÚNIOR, 2012, p. 200-201)

Desse modo, ao se defender a eficiência administrativa na solução de controvérsias se está a combater a burocratização, que é a deturpação e o excesso de burocracia, inadequada, desarrazoada e desproporcional aos fins.

A burocracia weberiana pode ser um formato de busca de eficiência administrativa na medida em que propõe a adequação dos meios em vista da máxima eficiência. (NOHARA, 2012, p. 28) A Administração burocrática proposta por Weber (1999, 143, 147) funda-se na separação entre o que é público e privado, representa uma forma de dominação em razão do conhecimento, eis o seu caráter racional e, sob o aspecto social, impessoal. De tal modo, como reconhece Bresser Pereira (1998, p. 48), é efetiva para combater o patrimonialismo e garantir a execução das leis.

O problema é que mesmo a burocracia weberiana pode gerar o distanciamento da coletividade da esfera pública em razão de exacerbada qualificação e especialização (NOHARA, 2012, p. 33)

A utilização indevida de garantias pode ocasionar o que se denomina “advocacia protelatória” e demonstra a perversidade da burocracia ao transformar-se em um

“fim em si mesma”. A razoável duração do processo é um dos aspectos da eficiência no tocante à celeridade. (NOHARA, 2012, p. 172, 175)

Apesar de avanços, ainda é evidente a desatualização do Direito Administrativo e sua necessidade de transformação, eis que não se utiliza dos mais variados instrumentos que possibilitem alcançar a eficiência administrativa. (HACHEM, 2014, p. 257-258) O Direito Administrativo deve adotar formas que permitam a concretização do Estado Social e Democrático de Direito. (RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ, 2015, p. 30)

A sociedade se torna cada vez mais complexa e é visível a incapacidade do Estado em dirimir os conflitos mediante processos judiciais. É necessário aprimoramento dos órgãos estatais decisórios e, nesta empreitada, ganham destaque princípios como a participação decisória dos cidadãos. (BATISTA JÚNIOR, 2012, p. 58-59)

A eficiência administrativa, desse modo, requer a previsão de mecanismos de diálogos e solução de conflitos com a coletividade, para que seja efetiva na realização de direitos, célere e deixe de utilizar recursos humanos e materiais desnecessariamente em milhares de demandas judiciais.

A mediação, regulamentada pela Lei 13.140/2015, se revela um instrumento com potencialidade de, simultaneamente, aprimorar a democracia e a legitimidade da atuação administrativa, por ser um mecanismo de diálogo e consenso, e ampliar a eficiência administrativa.

A mediação é um “processo pacífico e não adversarial de ajuste de conflitos”, que tem como objetivo ajustar as pessoas na estrutura do direito, construindo uma estrutura própria a partir de normas relevantes para os envolvidos. (SERPA, 2017, p. 156) Ela tem como propósito o (re)estabelecimento da comunicação, para que as partes que ocupam posições antagônicas, por meio do diálogo, possam solucionar o conflito. (SPENGLER; MARCANTÔNIO, 2014)

Na mediação, a partir do diálogo, é realizada uma troca consensual com vistas à formação de um consenso a respeito de questões controvertidas, que pressupõe, conforme a teoria habermasiana, um agir comunicativo. Assim, requer um mútuo reconhecimento e compreensão das pretensões, além de verdade, sinceridade e justiça. (SPENGLER; MARCANTÔNIO, 2014)

O mediador age para encorajar e facilitar que as partes alcancem uma solução, sem decidir por elas, no que difere da arbitragem. As questões da disputa são isoladas e analisadas as opções para uma decisão consensual. (SERPA, 2017, p. 158)

Segundo Maria de Nazareth Serpa (2017, p. 38-39), todos os meios de resolução de conflitos exigem investimentos de diversas ordens, mas a mediação é o que demanda menos tempo e dinheiro, gera menos stress e ansiedade entre os envolvidos, maior controle da situação e menor agravo às relações jurídicas,

especialmente se comparada aos processos judiciais.

Ao se propor a eficiência não se pode almejar apenas números, como menos tempo, maior número de acordos, menos ações, estes são um dos aspectos. Como ressalta Nohara (2012, p. 199), não se trata de eficiência em uma perspectiva estreita de “qualidade total”.

Destaca-se, portanto, que a eficiência da mediação não se refere apenas aos custos e à celeridade. A celeridade não se confunde com a eficiência, mas pode ser um aspecto desta pois em alguns casos o resultado tardio pode ser inútil. (GABARDO, 2002, p. 29)

A indisponibilidade do interesse público não deve configurar um óbice à utilização da mediação pelo Poder Público. A tradicional separação entre interesses públicos supostamente indisponíveis e privados disponíveis não é adequada, nem segura. Há interesses públicos e privados tanto indisponíveis, como preliminarmente indisponíveis, mas que admitem transação. (GUEDES, 2009, p. 249)

Luciane Moessa de Souza (2012, p. 75) ressalta que, tendo em vista o relacionamento constante entre os cidadãos e entes privados com o Estado, a mediação é um método de solução de conflitos relevante para o Poder Público, ela é pedagógica e transformativa, que possibilita um aprendizado com os conflitos e, assim, modificações positivas diante de novos conflitos que podem surgir do relacionamento.

As decisões provenientes das práticas comunicativas podem ser mais vantajosas para os envolvidos, pois, primeiramente, é comum a insatisfação com as decisões impostas pelo Judiciário quando a ele é transferida a resolução do conflito, ainda, o Judiciário convive com um acúmulo de demandas que se renovam e, principalmente porque há maior probabilidade de se alcançar soluções que melhor atendam as partes, além de o fato de poder tratar diretamente de questões conflituosas é mais vantajoso e racional em um Estado Democrático de Direito. (SPENGLER; MARCANTÔNIO, 2014)

A inserção de mecanismos de abertura e participação da coletividade na Administração Pública, no caso, pela mediação, como forma de evitar e solucionar controvérsias é um modo de desburocratizar a Administração e obter eficiência.

Os mecanismos consensuais possibilitam economicidade, racionalidade e eficiência, que justifica uma administração coordenativa ao invés de subordinativa e, desse modo, a mediação com a Administração Pública pode contribuir. A “consensualidade é um enriquecimento do direito administrativo”. (MOREIRA NETO, p. 42-43, 48)

Vislumbra-se que a consensualidade propiciada pela mediação como solução de controvérsias pode contribuir à eficiência administrativa, esta compreendida em termos de realização da Constituição. O êxito das democracias requer participação

e consensualidade, pois possibilitam decisões mais sábias e prudentes, fomentam a responsabilidade das pessoas e aprimoram a aceitabilidade e obediência aos comandos estatais. (MOREIRA NETO, 2001, p. 41) A relação fundada no consenso tem maior probabilidade de ser duradoura que aquela fundada na coerção. (MOREIRA NETO, 2011, p. 56, 143).

A eficiência determina à Administração uma atuação otimizada, considerando os resultados da atividade e a adequação entre os meios e os fins. Na promoção do bem comum, tanto os meios como os fins são relevantes e a eficiência é bipotencial, no sentido que se volta para a ação instrumental e para o resultado. A eficiência se refere ao melhor caminho para atender ao bem comum. (BATISTA JÚNIOR, 2012, p. 99, 172)

Em termos de evitar e solucionar antecipada e ativamente demandas, há que se considerar que a eficiência da mediação não se restringe às partes, estas se beneficiarão imediatamente, e a coletividade, em diferentes perspectivas, também se beneficiará da eficiência administrativa obtida pela solução de controvérsias.

Desse modo, a mediação, não apenas preocupada com o resultado das controvérsias, mas como um meio democrático, mais célere e econômico de autocomposição e, portanto, mais legítimo, se demonstra uma forma eficiente para a solução de alguns conflitos existentes com a Administração Pública. Não se olvida que não há garantia de resultado, pode não existir consenso e sim dissenso, mas o meio – a mediação – tende a ser mais eficiente para se atender os resultados – maior celeridade na solução de controvérsias, com participação dos envolvidos, e efetivação antecipada de direitos.

De acordo com Robert Dahl (2001, p. 67-68), o “consenso perfeito e duradouro é um objetivo inatingível”, contudo, a partir das considerações de participação democrática do autor acerca do processo legislativo, depreende-se que é relevante o fato de todos poderem apresentar seu ponto de vista; todos poderem discutir e negociar e, apesar de existir a possibilidade daquilo que se defende não ser acolhido, terá havido ampla autodeterminação. Jurgen Habermas (2004, p. 326-327, 334) também reconhece o dissenso permanente, mas as decisões devem ser tomadas e de modo legítimo, que é o que defende a “legitimação por meio de procedimentos”, que neutraliza os dissensos inevitáveis, no que denomina concordar em discordar.

Não se olvida que poderá haver óbices na implementação da mediação na esfera administrativa, que ainda é incipiente, mas é inevitável sua utilização, já prevista em termos normativos e cujos efeitos podem contribuir à democratização do espaço público, conferir maior legitimidade e eficiência à atuação administrativa e, assim, efetivar a Constituição da República.

Um dos rumos da cidadania a partir de um Estado pós-moderno é a modificação do papel das pessoas, de súditos para cidadãos, mediante a implementação da

democracia substantiva com a ampliação da participação, que não se restringe às eleições, de modo a legitimar as atuações do Poder Público. A democracia substantiva representa um diálogo constante da sociedade com o aparelho governante e desta interação as decisões, além de legais, serão legítimas, praticadas de acordo com os anseios da coletividade. (MOREIRA NETO, 2011, p. 69, 142)

Segundo Fernando Dias Menezes de Almeida (2008, p. 335-349, p. 349), dentre as vantagens que podem ser identificadas a partir da “Administração consensual” tem-se a modificação de uma característica autoritária para uma democrática, contribuição e incremento de controle pela coletividade e ganhos de eficiência e governança, contudo, o autor também aponta riscos, como a eficiência deturpar a justiça e a “*res publica* ser progressivamente substituída pelas formas difusas de uma cidadania privada”. Não obstante, ainda acredita que as virtudes democráticas podem resgatar valores cívicos que contribuirão para a Administração e ao Estado.

O Estado que lograr substituir a imperatividade pela consensualidade na condução da sociedade obterá eficiência em sua governança pública e a possibilitará também na esfera privada. (MOREIRA NETO, 2011, p. 143)

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se que a formação da Administração Pública brasileira está atrelada a origens patrimonialistas, de relações fundadas na pessoalidade e confusas entre o público e o privado, o que afasta a coletividade da esfera pública, das decisões públicas e gera ineficiência pois há grande tendência de aqueles que estão no Poder, ou próximos deste, se utilizarem da estrutura pública para interesses próprios.

A burocratização também dificulta o diálogo com a coletividade, adota regras formais que acabam deturpadas e se transformam em um fim em si mesmas e, cada vez mais, a coletividade se afasta da esfera pública. A deturpação da burocracia, somada à complexidade da sociedade, que almeja a concretização de inúmeros direitos ainda não realizados pelo Estado ou, realizados de forma ineficiente, propiciou o aumento significativo de demandas judiciais, muitas vezes idênticas, contra o Poder Público.

Passados trinta anos da Constituição da República de 1988 a Administração Pública e, conseqüentemente, o direito administrativo brasileiro ainda necessitam de transformações para efetivar o Estado Democrático de Direitos.

O sistema administrativo para a resolução de conflitos tem se mostrado inadequado e ineficiente pois não reconhece direitos das partes, é moroso, são interpostos recursos e medidas protelatórias que demandam tempo, recursos financeiros e humanos públicos, com a agravante que as partes deixam de usufruir

direitos ou os usufrui tardiamente. Desse modo, a Administração Pública ao adotar a mediação, poderá abrir mais uma porta à justiça, contribuir à democratização do espaço público, com a ampliação da participação da coletividade na solução de controvérsias, com decisões mais legítimas e mais facilmente cumpridas e, assim, a mediação na Administração Pública se apresenta como um instrumento com aptidão à ampliar a eficiência administrativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. Mecanismos de consenso no direito administrativo. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. (Coord.) **Direito administrativo e seus novos paradigmas**. Belo Horizonte: Forum, 2008.
- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **Princípio constitucional da eficiência administrativa**. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- BINENBOJM, Gustavo. **Uma teoria do direito administrativo. Direitos fundamentais, Democracia e Constitucionalização**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- BITENCOURT, Caroline Müller. **Controle jurisdicional de políticas públicas**. Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2013.
- BITENCOURT, Caroline Müller; BEBER, Augusto Carlos de Menezes. O controle social a partir do modelo da gestão pública compartilhada: da insuficiência da representação parlamentar à atuação dos conselhos populares como espaços públicos de interação comunicativa. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 232-253, jul./dez. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.7213/rev.dir.econ.socioambienta.06.002.AO09>
- BITENCOURT NETO, Eurico. Transformações do Estado e a Administração Pública no século XXI. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 207-225, jan./abr. 2017. DOI: 10.5380/rinc.v4i1.49773
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 253885/MG. Relatora Min. ELLEN GRACIE, Primeira Turma, julgado em 04/06/2002, DJ 21-06-2002 PP-00118 EMENT VOL-02074-04 PP-00796.
- Conselho Nacional de Justiça. **JUSTIÇA EM NÚMEROS 2015** (ano base 2014). Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-justica-em-numeros>, acesso em 09 de outubro de 2016.
- DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 47-74.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed., São Paulo: Globo, 2001, p. 819 a 838 e 897 a 898.
- FREITAS, Juarez. **Discrecionabilidade administrativa e o direito fundamental à boa administração pública**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- FUNGHI, Luís Henrique Baeta. Da dogmática autoritária à administração pública democrática. RDA - **Revista de Direito Administrativo**. Belo Horizonte, ano 2011, n. 257, maio/ago. 2011.

GABARDO, Emerson. **Eficiência e legitimidade do Estado: uma análise das estruturas simbólicas do direito público**. São Paulo: Manole, 2003.

GABARDO, Emerson. **Princípio constitucional da eficiência administrativa**. São Paulo: Dialética, 2002.

GUEDES, Jefferson Carús. Transigibilidade de interesses públicos: prevenção e abreviação de demandas da Fazenda Pública, p. 243-272. In: GUEDES, Jefferson Carús; SOUZA, Luciane Moessa. (Coord.) **Advocacia de Estado: questões institucionais para a construção de um Estado de Justiça**: estudos em homenagem a Diogo de Figueiredo Moreira Neto e José Antonio Dias Toffoli. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 310-336.

HACHEM, Daniel Wunder. **Tutela administrativa efetiva dos direitos fundamentais sociais: por uma implementação espontânea, integral e igualitária**. Curitiba, 2014. 614 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná.

LEAL, Rogério Gesta. **Estado, Administração Pública e Sociedade: novos paradigmas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

MAIA, Taciana Mara Corrêa. A administração pública consensual e a democratização da atividade administrativa. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados, MS | v. 16 | n. 31 | Jan./Jun. 2014.

MORAES, Vânia Cardoso André de. **Demandas repetitivas decorrentes de ações ou omissões da administração pública**: hipóteses de soluções e a necessidade de um direito processual público fundamentado na Constituição. Brasília: CJF, 2012.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Poder, Direito e Estado: o direito administrativo em tempos de globalização**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Mutações do direito administrativo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Novos institutos consensuais da ação administrativa. **Revista de Direito Administrativo**, 231, Rio de Janeiro, Jan/Mar, 2003.

NOHARA, Irene. **Reforma administrativa e burocracia: impacto da eficiência na configuração do direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de; SCHWANKA, Cristiane. A administração consensual como a nova face da administração pública no séc. XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação, **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 104, p. 303 – 322, jan./dez. 2009.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A arbitragem nos contratos da Administração Pública e a Lei nº 13.129/2015: novos desafios. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, Belo Horizonte, ano 13, n. 51, p. 59-79, out./dez. 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 31 a 162.

PIVETTA, Saulo Lindorfer. Políticas públicas e a construção do conteúdo material do direito à saúde: desafio à Administração Pública brasileira. **A & C Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 10, n. 41, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdicntd=69224>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ, Jaime. El Derecho Administrativo ante la crisis (el Derecho Administrativo Social). **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**, Santa Fe, vol. 2, n. 2, p. 7-30, jul./dic. 2015. DOI: www.dx.doi.org/10.14409/rr.v2i2.5161.

SCHWANKA, Christiane. A processualidade administrativa como instrumento de densificação da administração pública democrática: a conformação da administração pública consensual. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, julho | agosto | setembro 2011 | v. 80 — n. 3 — ano XXIX.

SERPA, Maria de Nazareth. **Mediação uma solução judiciosa para conflitos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

SOUZA, Luciane Moessa de. **Meios consensuais de solução de conflitos envolvendo entes públicos: negociação, mediação e conciliação na esfera administrativa e judicial**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SOUZA, Luciane Moessa de. O papel da advocacia pública no Estado Democrático de Direito: da necessidade de sua contribuição para o acesso à justiça e o desenvolvimento institucional. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, nº 34, Belo Horizonte, Fórum, p. 141-174, out./dez. 2008.

SPENGLER, Fabiana Marion; MARCANTÔNIO, Roberta. Considerações sobre a teoria da ação comunicativa de Habermas e a mediação como forma de promover a comunicação para o tratamento de conflitos. **Revista de Arbitragem e Mediação** | vol. 41/2014 | p. 313 - 329 | Abr - Jun / 2014.

CAPÍTULO 21

GESTÃO ESTRATÉGICA E ORGANIZACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE EMPRESAS DOS SETORES FINANCEIRO E CERÂMICO

Data de aceite: 06/01/2020

Andrey Teixeira

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

César Niero

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

Eduardo de Sousa Gaspar

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

Eduardo Pavan Rodrigues

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

Hildebrando da Rocha de Souza Neto

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

Ian Nunes

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

Jean Bergmam

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

João Vitor Correa Bressan

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

Larissa Pereira

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

Lucas Buratto

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

Marcelo Henrique Antonin

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

Richardy Willian Felisberto

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Bacharelado em Engenharia de Produção

Criciúma-SC

RESUMO: No âmbito dos estudos e discussões interdisciplinares provenientes do campo das ciências sociais aplicadas, a gestão estratégica e organizacional é um dos saberes que propicia maior interface, desde estudos teóricos até os setoriais aplicados. Tendo em vista estas considerações, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar conceitos e definições deste saber, seguido de exemplos aplicados a

organizações de dois setores distintos. Metodologicamente, foi promovida, no primeiro semestre de 2019, revisão de literatura, seguida de levantamento documental. Foram pesquisadas seis empresas: sendo três representantes do setor financeiro, com gestão estratégica focada no desempenho; e outras três representantes do setor cerâmico, com foco no planejamento estratégico. Quanto às empresas cerâmicas, foram averiguados os elementos do planejamento como missão, missão e valores e quanto os mesmos estão alinhados aos propósitos. No caso das Instituições Financeiras, observou-se que, apesar de estarem inseridas em um mesmo mercado, possuem posicionamentos e estratégias diferentes, abrangendo diferentes nichos de clientes.

PALAVRAS-CHAVE: Engenharia de produção; Ciências Sociais Aplicadas, Estratégia, Mercado Financeiro, Industria cerâmica.

STRATEGIC AND ORGANIZATIONAL MANAGEMENT: AN OVERVIEW IN COMPANIES FROM FINANCIAL AND CERAMIC SECTOR

ABSTRACT: In the context of interdisciplinary studies and discussions from the applied social sciences field, strategic and organizational management is one of the most knowledgeable ways to provide a better interface, from theoretical studies to applied sectors. In view of these considerations, this study was developed in order to present concepts and definitions of this knowledge, followed by examples applied to organizations from two different sectors. Methodologically, a literature review was promoted during the first semester of 2019, followed by a documentary survey. Six companies were surveyed: three from the financial sector, with strategic management focused on performance; and three representatives from the ceramic sector, with focus on strategic planning. As for ceramic companies, the elements of planning such as mission, mission and values were investigated and how much they are aligned with the purposes. In the case of Financial Institutions, it was observed that, despite being inserted in the same market, they have different positions and strategies, covering different customer niches.

KEYWORDS: Industrial engineering; Applied Social Sciences; Strategy; Financial Market; Ceramics Industry.

1 | INTRODUÇÃO

No âmbito dos estudos e discussões interdisciplinares provenientes do campo das ciências sociais aplicadas, a gestão estratégica e organizacional é um dos saberes que propicia maior interface, desde estudos teóricos até os setoriais aplicados.

Segundo Igor Ansoff no livro *Estratégia Empresarial*, a gestão estratégica é uma técnica, que tem como base estruturante a administração estratégica e o planejamento estratégico, adicionando, na sua implementação, a perspectiva administrativa da mudança organizacional.

Por conseguinte, conforme descrito no livro *Introdução à Administração*

por Peter Drucker, gestão estratégica é transformar uma ideia de negócio em um valor real para a sociedade, mediante um plano de ação com objetivos e metas estabelecidas que conduzam a empresa à lucratividade, competitividade e sobrevivência no mercado.

Tendo em vista estas considerações, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar conceitos e definições deste saber, seguido de exemplos aplicados a organizações de dois setores distintos.

Foram pesquisadas seis empresas: sendo três representantes do setor financeiro, com gestão estratégica focada no desempenho; e outras três representantes do setor cerâmico, com foco no planejamento estratégico.

2 | CONCEITOS, DEFINIÇÕES E REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Estratégias Corporativas, de Negócio e Funcionais

O conceito de estratégia empresarial é o ponto principal onde os setores se reúnem como um grupo, utilizando estratégias para cada setor, elas devem ser implementadas com aspectos que influenciam no crescimento e organização.

As estratégias apresentadas são as corporativas, funcionais e de Negócio. Isso engloba todos os processos da empresa onde pode-se ter um planejamento parcial de cada um, tendo uma visão ampla de todos os setores. Consistindo em análises de mercado, tendo a aplicação focada no aumento dos lucros, vendas, participação do mercado, valor agregado do produto oferecido pela empresa, consciência ambiental e social.

A estratégia de Negócio contém o mapeamento de objetivos e comportamento do próprio negócio em si e sua identidade no mercado global. Sua aplicação funcional é o gerenciamento das operações utilizadas com extensas possibilidades de melhoria com custos, tempo operacional e até mesmo a cultura da corporação.

2.2 Estratégia Competitiva

Há algumas décadas a estratégia para a concorrência eram diferentes. Na década de 1990 era valorizado o inovador e criativo, na década de 1980 apenas se importavam com qualidade e custos baixos, sendo que no cotidiano essas estratégias são vistas como requisitos simples.

Nas indústrias (caso das empresas do setor cerâmico) a competitividade está focada em novas tecnologias, novos produtos no mercado assim atendendo as especificações dos clientes. Atualmente para se desenvolver no mercado não basta apenas desenvolver um produto e comercializá-lo, deve-se saber quais são as exigências dos clientes e consumidores, pois, em tempos os critérios podem variar.

De fato, as mudanças que estão ocorrendo atualmente não são meras tendências, mas sim transformações radicais guiadas pela globalização dos mercados, tais como o uso cada vez maior da tecnologia da informação (caso das empresas do setor financeiro).

A empresa terá que assimilar muito bem o significado da expressão flexibilidade. Diante de mudança no mercado, ela deverá ser capaz de reconfigurar-se anual, mensal ou até mesmo diariamente, para conhecer seu potencial e até mesmo da sua concorrência.

É muito importante que a empresa conheça claramente as forças que a cercam, para poder, após análise detalhada dessas forças, escolher efetivamente a sua estratégia competitiva. As regras da concorrência que determinam a atratividade do segmento de mercado na qual a empresa está inserida - tal como em qualquer indústria, seja ela local ou multinacional, produzindo um produto ou um serviço.

Segundo Porter (1980) há a estratégia de liderança em custos, estratégia de diferenciação e estratégia de foco.

A primeira visa obter vantagens competitivas pela oferta de produtos e serviços (em geral padronizados) a custos mais baixos do que os concorrentes. A segunda busca alcançar vantagens pela introdução de um ou mais elementos de diferenciação nos produtos e serviços, que justifiquem preços mais elevados. E o terceiro tipo de estratégia objetiva obter vantagens competitivas ou pela oferta de produtos e serviços com menores custos, ou pela diferenciação dos mesmos, mas em um segmento de mercado mais localizado ou restrito.

As empresas de um mesmo grupo estratégico, além de possuírem estratégias gerais parecidas, ainda se assemelham pelos seguintes fatos: tendem a ter fatias de mercado semelhantes, são afetadas e reagem de maneira similar aos acontecimentos ocorridos no âmbito da indústria a que pertencem.

2.3 Estratégia Corporativa

A estratégia corporativa justifica-se em situações naturais e inevitáveis, características da diversificação empresarial, as quais, se ignoradas, podem levar ao fracasso toda a estratégia de uma organização. Essas situações têm como premissas: a competição ocorre no nível das Unidades de Negócio (UN); a diversificação, inevitavelmente, acarreta custos e limitações para as UN; e os acionistas são capazes de diversificar seus investimentos a qualquer momento (PORTER, 1999).

Essa estratégia é o nível mais elevado da estratégia empresarial e abrange questões de vulto, como a determinação da forma de competição e diversificação, englobando assim os outros dois níveis da estratégia. Gupta (1999: 100) define a estratégia corporativa como sendo o nível mais elevado da estratégia que trata de

questões mais amplas, como que negócios atuar e como explorar as sinergias entre as unidades de negócio.

A diversificação no contexto da estratégia corporativa representa a presença empresarial em mais de um setor, com o intuito de reduzir as incertezas e dificuldades enfrentadas por empresas que atuam em um único setor. Quando se dá em negócios não relacionados – conglomerado –, é motivada pelo desejo de capitalização das oportunidades de lucro em qualquer setor. Já a diversificação em negócios relacionados implica a atuação em negócios com semelhanças ou complementaridades entre si, em importantes dimensões estratégicas, resultando geralmente em ganhos sinérgicos e em riscos e incertezas menores (WRIGHT, KROLL e PARNELL, 2000).

A estratégia corporativa, dependendo das condições da empresa – porte, setor, estrutura, etc. –, pode ser considerada como a mais importante no âmbito empresarial, em razão da abrangência das decisões estratégicas que a compõem, entre as quais determinar o rumo e os objetivos da organização, com impactos em todas as suas UNs e áreas funcionais.

Apesar de sua importância, Porter (1999) afirma que não existem evidências disponíveis que comprovem de forma satisfatória o êxito ou o fracasso das estratégias corporativas, uma vez que a maioria dos estudos que abordam essa questão o faz por meio da análise e avaliação das fusões e aquisições no mercado acionário. O autor destaca que o mercado avalia essas negociações como neutras ou levemente negativas. Para ele, uma forma correta de avaliar as estratégias corporativas seria pelos programas de diversificação.

Segundo Christensen (1999), grande parte dos estudos sobre diversificação corporativa demonstram que, em geral, as diversificações produziram muito menos valor do que o previsto, salvo algumas exceções, e que boa parte das empresas que adotaram a diversificação não criou valor econômico, ao contrário, o destruiu.

A estratégia corporativa apresenta, como conteúdo, decisões abrangentes, como a definição das fronteiras da corporação – decisões sobre o escopo, o direcionamento das decisões da corporação para os relacionamentos entre as unidades de negócio, e a determinação dos métodos que definem o grau e a forma de diversificação da corporação. Entre esses métodos estão as fusões, aquisições, incorporações, cisões e outros. (CHRISTENSEN, 1999).

2.4 Estratégia Funcional

Dentro das Estratégias funcionais é preciso arcar e viabilizar as vantagens competitivas desejadas pela unidade de negócios e evidenciar como a unidade funcional, em questão, irá inteirar as estratégias das outras áreas funcionais para

que haja total integração entre elas. (CARIDADE e TORKOMIAN 2001)

A estratégia competitiva de uma empresa será dividida de forma geral em estratégias funcionais como as estratégias de marketing/vendas, pesquisa e desenvolvimento, financeira, recursos humanos e operação, procurando harmonizar os planos e ações que disponibilizem a aquisição de vantagens competitivas para a melhoria dos processos de negócios. Por fim, a estratégia funcional procura orientar o desempenho de cada função dentro da unidade de negócios visando que alcance os objetivos estratégicos.

As estratégias funcionais possuem uma característica de gerenciar a curto prazo as ações realizadas dentro de uma organização e também têm de ser coordenadas uma com as outras, para minimizar conflitos inevitáveis de interesses individuais e aumentar as chances de alcançar os objetivos da organização (GAIDZINSKI, 2018). São três objetivos e são simples o primeiro objetivo é comunicar metas de curto prazo, o segundo é descrever as ações necessárias para o alcance das metas e o terceiro é criar um ambiente que estimule o alcance das metas.

De acordo do estudo de Gaidzinski (2018), as estratégias funcionais das finanças de uma empresa apresentam respeito à aquisição e alocação de capital e à administração de capital de giro e dividendos. Contrário das outras estratégias funcionais aqui citadas, a função finanças apresenta não somente estratégias de curto prazo, mas também de médio e longo prazo, com o fim de estruturar, planejar e fortificar a empresa ao longo dos anos.

Por fim, cabe reiterar que as estratégias funcionais colaboram para fortalecer a estratégia de negócios e a estratégia competitiva da empresa e determinam as atividades e processos que estabelecem as condições para que a empresa conquiste os benefícios da sua posição competitiva.

2.5 Desempenho Organizacional e Estratégico

Para além dos níveis hierárquico, entende-se que o desempenho organizacional é outro saber fundamental na gestão estratégica e organizacional. Este tipo de desenvolvimento se dá por meio de indicadores, onde assim se consegue avaliar e monitorar a performance da empresa como um todo garantindo o alinhamento entre o capital humano e as estratégias definidas.

É por meio da gestão do desempenho organizacional que os diretores, gestores e coordenadores conseguem tomar as decisões preventivas e corretivas com mais precisão. Ademais “O desempenho organizacional é mensurado comparando-se os resultados obtidos pela organização com as metas previamente estipuladas para cada indicador” (BRANDÃO e GUIMARÃES, 2001). Ainda sobre desempenho, pode-se mencionar que o mesmo constitui conceito associado à consecução de resultados

(SONNENTAG e FRESE, 2002), bem como que expressa a ideia de ação para alcance de objetivos, passível de julgamento em termos de adequação, eficiência e eficácia (ABBAD, 1999).

Olhando para os níveis hierárquicos, Santos (1998) aponta que é necessário reduzi-los, aumentar as responsabilidades funcionais, atribuindo maior delegação, bem como estimular a descentralização nas áreas mais congestionadas, promover a integração e a rapidez de informações. Para ele esses são caminhos permitem à empresa envolver mais seus funcionários num processo de participação nas decisões. O autor reconhece que o processo pode ser demorado, tendo em vista a diversidade das empresas em termos de porte, tecnologia, estágio de evolução burocrática, além de práticas e política de gestão de recursos humanos e cultura gerencial (SANTOS, 1998)

Segundo Carneiro (2005) a comparabilidade entre diferentes empresas torna-se ainda mais difícil se o desempenho for medido relativamente por objetivos predefinidos, a menos que o pesquisador inclua controles relativos aos diferentes tipos de objetivos.

Por fim, cabe a citação de Kotler (1992, p. 63) um dos principais referenciais da área, para quem “planejamento estratégico é definido como o processo gerencial de desenvolver e manter uma adequação razoável entre os objetivos e recursos da empresa e as mudanças e oportunidades de mercado”.

Na seção a seguir é apresentada a metodologia, o planejamento para a obtenção dos resultados esperados de forma qualitativa, definindo assim os cases referentes ao desempenho organizacional e estratégico abordado.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada foi qualitativa com fins descritivos com meio de revisão de literatura e pesquisa documental. De acordo com Polit, Becker e Hungler (2004, p. 201), a pesquisa qualitativa “tende a acentuar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno”.

Por conseguinte, ao considerara os casos das organizações, optou-se por estudos de caso, análise documental, ex-post-facto e descritiva. Segundo Triviños (1987, p. 112), “os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação”.

Quanto a pesquisa documental, Fonseca (2002) esclarece:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica,

não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Durante a segunda quinzena de março se estendendo ao final do mês de abril de 2019, foram pesquisadas seis empresas: sendo três representantes do setor financeiro, com gestão estratégica focada no desempenho; e outras três representantes do setor cerâmico, com foco no planejamento estratégico. Buscou-se em forma de pesquisas de artigos acadêmicos a seleção de materiais relacionados ao assunto em questão.

Na sequência, a pesquisa foi então dividida em duas etapas: A primeira foi realizada pesquisas e leituras dos sites oficiais tanto das empresas cerâmicas quando das instituições financeiras consideradas neste artigo e de documentos desenvolvidos para relação com os investidores onde mostram o desempenho e indicadores, a partir de teorias, base de dados e análises realizadas pelas próprias instituições, cruzando os dados dos indicadores.

A segunda etapa englobou a análise de artigos, jornais e demais publicações elaboradas por diferentes organizações para complementar e ter uma melhor compreensão do posicionamento de mercado das empresas financeiras e seus planejamentos estratégicos, bem como de organizações do setor cerâmico.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Estratégia e Desempenho Organizacional e Diferentes Posicionamentos de Mercado de Empresas Financeiras

O objeto de estudo em questão nesta seção está ligado direta e indiretamente ao dia a dia da sociedade e população geral, o que diz respeito: investimentos, financiamentos, empréstimos, transações financeiras e investimentos.

Em relação ao objeto, se classifica como instituição financeira: são bancos (que aqui foram nominados como A, B e C), que estão migrando para o mercado digital ou nasceram neste novo segmento de mercado, configurando-se então três instituições financeiras distintas que estão inseridas no mercado financeiro nacional e internacional.

Com base no referencial estudados e dados coletados, nesta seção são apresentados resultados e retratadas as estratégias de três instituições financeiras, sendo: uma digital (Banco C) na qual contas correntes dos usuários podem ser acessadas apenas de forma digital sem a presença de caixas eletrônicos ou

instituições físicas; e duas com existência física (Bancos A e B).

Banco A	Banco B	Banco C
Gestão de pessoas utilizando modelos de incentivo	Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez	Manter a Estrutura de capital de forma sustentável
Satisfação de clientes através de experiências diferenciadas	Priorizar crescimento com relação próxima e duradoura com os clientes	Foco em Inovação e Experiência do Cliente
Acelerar o Processo de Transformação Digital, eficiência e melhoria	Vinculação de clientes através de plataforma multicanal com inovação e tecnologia	Facilitar o acesso a Plataforma Digital Banking a todas as linhas de serviços e produtos
Rentabilidade Sustentável reduzindo custos, gerenciar investimentos e gestão eficiente	Gerar resultados de forma sustentável e rentável	Crescimento Sustentável dos ativos financeiros
Gestão de Riscos administrando os mesmos	Prevenção de riscos e controle de despesas	Gerenciamento de riscos garantindo a solidez e rentabilidade
Melhorar a qualidade de gestão em outros países se igualando com o Brasil	Ganhar participação de mercado e lançar novos negócios	Eficiência Operacional através de gestão moderna e meritocracia
		Buscar ser o principal player de Crédito Imobiliário no Brasil
		Incrementar base de investidores de forma sólida e duradoura

Quadro 1 - Estratégias das Instituições Financeiras Estudadas

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em análise aos dados da tabela é possível identificar que em grande parte de seus planejamentos estratégicos seus objetivos são semelhantes. Todas buscam bom relacionamento com o cliente oferecendo inovação e facilidade aos usuários através da tecnologia, além disso, ter uma boa gestão de risco garantindo solidez e rentabilidade.

Apesar de ser identificado essa base estratégica entre elas, pode-se também observar que as mesmas têm propósitos diferentes.

O Banco B possui um perfil de banco mais conservador na qual se busca manter sólido no mercado por meio de vínculo quase que familiar com seus clientes assim priorizando o crescimento com uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas, bem como o alinhamento com a agenda de desenvolvimento econômico e social do país.

O Banco A por muitos anos vinculou a sua imagem como sendo um banco tradicional e conservador, hoje é o maior banco brasileiro e um dos maiores no mundo, se diferencia pelo seu posicionamento robusto de mercado, onde contem grande fatia de clientes e vem se posicionando como uma plataforma cada vez mais tecnológica e ágil, assim conseguindo atrair e manter seus clientes, sabendo o mercado vem sofrendo grande transformação por meio das *fintechs*.

Já com relação ao Banco C pode-se dizer que é a nova cara mercado financeiro, um banco 100% digital onde se posiciona com a estratégia de ser um banco moderno com pouca burocracia em seus serviços e de grande agilidade em seus processos. Por ser digital consegue abranger todo território nacional assim não precisa ter unidades em cidades para atingir novos clientes.

Dos exemplos estudados, observa-se estratégias que vão desde o conservadorismo financeiro, onde busca-se manter uma carteira fiel e solida de clientes, indo para uma transição de empresa consolidada onde vem buscando um posicionamento tecnológico e ágil em seus processos e chega-se ao extremo da ponta, onde se vê uma organização totalmente digital e ágil, possibilitando clientes a terem acesso aos seus serviços por meio totalmente digital.

Por fim percebeu-se que mesmo em um mercado sólido no Brasil, que é o financeiro, são perceptíveis diferentes posicionamentos de mercado que refletem as estratégias adotadas pelas organizações, que com mesmos serviços prestados, o modo como são oferecidos podem ter grande impacto no tipo de cliente a qual vão atingir.

4.2 Gestão Estratégica em Organizações do Setor Cerâmico

O Brasil é o segundo maior produtor de revestimentos cerâmicos e também o segundo maior mercado consumidor do mundo, ficando atrás apenas da China. A China é um dos países que mais “rouba os clientes” do mercado nacional brasileiro, por conta do seu baixo custo de produção. Ao final do ano de 2018, era possível afirmar que a maioria das cerâmicas tiveram um déficit de rendimentos, e para suprir esse déficit, algumas dessas empresas cortaram gastos e outras até foram vendidas.

As estratégias para continuar neste mercado são então importantes e o planejamento estratégico precisa estar explícito na visão, missão e demais itens dessas organizações, uma vez que as estratégias competitivas e de produção contribuem para a competitividade das empresas (GUPTA e LONIAL, 1998).

O desafio enfrentado pela gerência consiste em escolher ou criar um contexto ambiental em que as competências e recursos da empresa possam produzir vantagens competitivas.

Sendo assim, nesta seção são apresentados os resultados bibliográficos

obtidos e relação com as informações de três organizações do setor cerâmico, de forma a realizar um comparativo do assunto estudado com uma situação alcançada de planejamento e estratégia das empresas.

4.2.1 Considerações sobre a Empresa A

Primeiramente apresenta-se a missão, visão e valores da empresa A.



Figura 01 – Missão da Empresa A

Fonte: Site Institucional

Na missão da empresa, que é representada pelas funções internas de produção em nível direto ou indireto de produção observa-se que o principal objetivo é a produção de revestimentos cerâmicos com diferenciais que moldam o ambiente de seus clientes da melhor e mais aconchegante maneira possível.



Figura 02 – Visão empresa A

Fonte: Site Institucional

A visão da cerâmica A que é a principal função das primeiras posições do nível hierárquico da empresa está relacionada com a rentabilidade e crescimento garantindo a sustentabilidade da organização, sendo perceptível ao nível dos seus clientes quanto ao reflexo na qualidade dos produtos propostos ao mercado.



VALORES

Ética e transparência.
Responsabilidade social e ambiental.
Obstinação em resultados.
Paixão pela empresa.
Calor humano.
Criatividade e inovação.
Excelência no atendimento ao cliente.
Valorização da arte.
Inconformismo construtivo.

Figura 03 – Missão empresa A

Fonte: Site Institucional

Os valores da empresa deixam claro que esta possui uma organização que se preocupa com todas as atividades diretas e indiretas que cercam o meio de trabalho de modo a garantir a melhor condição para seus funcionários e clientes.

A seguir foi elaborada então uma comparação com o que a empresa propôs alcançar com seu modelo estratégico de desempenho em relação aos resultados obtidos por ela de acordo com o seu demonstrativo de resultados disponibilizado no site da empresa.



Figura 4 – Demonstrativo de resultado – Receita Líquida

No gráfico 01 é percebe-se que os números obtidos com relação a receita líquida da empresa, que tem como visão já citado acima, manter a rentabilidade e crescimento. A partir de 2016 volta a crescer em relação aos anos anteriores. Esta queda observada de 2013 a 2015 reflete perfeitamente o cenário econômico que o país enfrentou nestes anos em destaque.

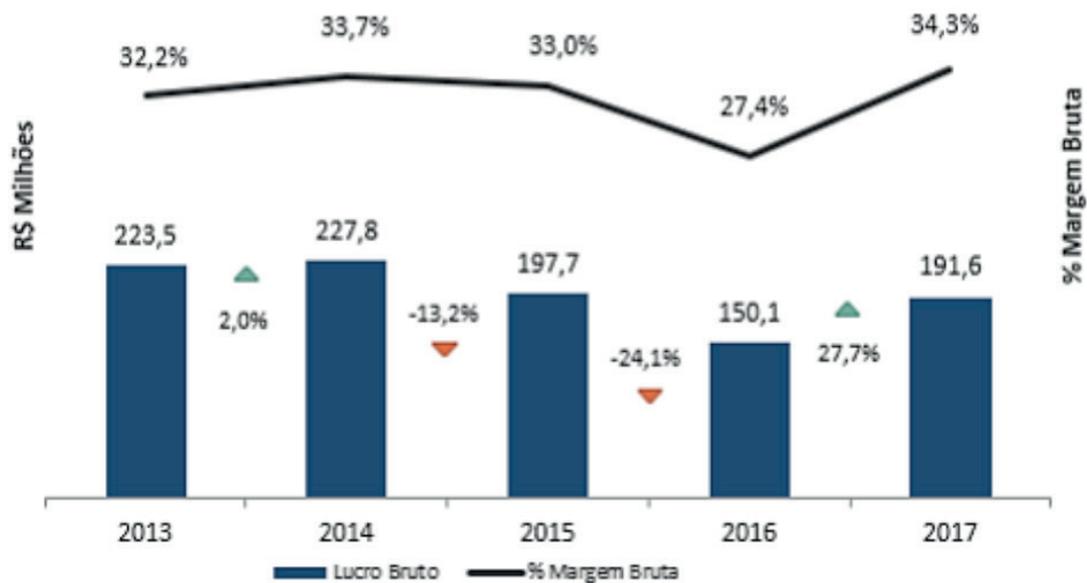


Figura 5 – Demonstrativo de resultado – Lucro Bruto

No gráfico 02 é apresentada a comparação de lucro bruto nos anos de 2013 até 2017. A tendência da curva não está diretamente equivalente aos números obtidos com o lucro líquido, principalmente no ano de 2016 que apresentou praticamente os mesmos resultados, mas com receitas diferentes.

Este resultado pode ser explicado por diversas estratégias que a empresa tomou para que mesmo obtendo receitas menores aos anos anteriores, conseguiu inverter a queda de lucro líquido.

Estes podendo ser por alterações de processos internos, redução de custos que não agregam valor, redução de quadro de funcionários, entre outros. Cabe ressaltar que estes exemplos citados acima são estratégias que as empresas utilizam, mas no caso da Empresa A, nenhum detalhamento foi relatado sobre o tema.

4.2.2 Considerações sobre a Empresa B

A Empresa B teve início com a fundação da Portobello em 1979 no município de Tijucas, em Santa Catarina. Em 2015 com o início das operações em Alagoas, foi concretizado o Grupo, que atualmente conta com duas plantas no Brasil: Tijucas (SC) e Marechal Deodoro (AL).

A Companhia possui mais de 2.600 colaboradores e é hoje um dos maiores grupos do setor cerâmico brasileiro. Atualmente, a empresa B é uma grande exportadora, contando com uma área abrangente com cerca de 60 países distribuídos pelo mundo. O grupo também tem o título de Maior rede de franquias especializadas em revestimentos cerâmicos do Brasil.

Missão

O ambiente em que vivemos é a essência do nosso negócio.

Acreditamos que o design pode transformar ambientes e emocionar pessoas.

A inovação é o que nos move. Criar e distribuir produtos e serviços que levem o design a um número de pessoas cada vez maior.

Acreditamos que crescer juntos é o melhor indicador do nosso desempenho, comprometidos com a excelência em resultados, desenvolvemos nosso negócio em harmonia com o meio ambiente e com responsabilidade social.

Respeitamos a individualidade, entendemos que o erro faz parte, compartilhamos desafios, valorizamos talentos e incentivamos o desenvolvimento das pessoas.

Visão

Crescer juntos, inovando e construindo um ambiente melhor pra se viver.

Valores

- Sustentabilidade: Crescer Juntos. Construir um ambiente melhor para se viver.
- Inovação: Evolução constante. Diferenciação que gera valor.
- Design: Transformar ambientes e emocionar pessoas.

Figura 6 – Missão, Visão e Valores da Empresa B.

Fonte: Site institucional, Empresa B, 2018

Data Inicial: Data Final: Valor Nominal

DATA	ABE	MAX	MIN	FEC	MED	VAR%	# NEG	VOLFIN	QUANT
16/05/19	4,40	4,43	4,15	4,30	4,24	-2,05%	1.628	2.135.604	503.300
15/05/19	4,57	4,57	4,37	4,39	4,43	-3,93%	1.029	1.876.274	423.500
14/05/19	4,69	4,73	4,55	4,57	4,59	-2,35%	508	854.831	186.100
13/05/19	4,68	4,68	4,54	4,68	4,59	-1,47%	684	1.487.197	323.800
10/05/19	4,80	4,85	4,71	4,75	4,75	-0,83%	544	683.064	143.600
09/05/19	4,89	4,89	4,78	4,79	4,81	-2,04%	568	765.562	159.100
08/05/19	4,75	4,89	4,71	4,89	4,78	3,38%	400	738.601	154.400
07/05/19	4,80	4,85	4,69	4,73	4,75	-1,04%	411	851.692	179.300
06/05/19	4,71	4,80	4,65	4,78	4,73	1,05%	390	877.574	185.300
03/05/19	4,76	4,80	4,71	4,73	4,76	-0,63%	497	700.199	146.800
02/05/19	4,84	4,84	4,76	4,76	4,79	-1,44%	386	750.151	156.600
30/04/19	4,85	4,89	4,83	4,83	4,83	-0,41%	246	1.145.363	236.700
29/04/19	4,85	4,94	4,85	4,85	4,89	0,00%	304	727.151	148.600
26/04/19	4,80	4,89	4,78	4,85	4,84	0,00%	384	955.784	197.400
25/04/19	4,79	4,85	4,75	4,85	4,80	0,62%	323	712.191	148.200
24/04/19	4,84	4,84	4,75	4,82	4,77	0,00%	287	686.922	143.800
23/04/19	4,80	4,85	4,78	4,82	4,81	0,41%	392	774.527	160.700

Figura 7 – Histórico de cotações da Empresa B.

Fonte: Site institucional, Empresa B, 2019.

Nesta subseção, foram apresentados os quesitos pregados pela empresa B, demonstrando seus objetivos e valores. A empresa é de capital aberto. Em seu site é possível e está disponível todas as informações sobre a empresa, valores, cotações, relatórios, dados e informativos tudo disponível ao público e investidores.

4.2.3 Considerações sobre a Empresa C

Fundada em 1960, após seu fundador adquirir uma falida cerâmica e um desafio pela frente, começa fabricação de azulejos a empresa foi crescendo e tempos depois começou-se uma nova linha de pisos.

The image shows a screenshot of the corporate website for Empresa C. The top navigation bar is red with white text for 'INSTITUCIONAL', 'PRODUTOS', 'ELIANE TEC', 'BLOG', 'DOWNLOADS', 'CONTATO', a search icon, and 'BR'. Below the navigation bar, the page is divided into two columns. The left column is titled 'MISSÃO' and contains the text: 'Desenvolver, produzir e comercializar produtos cerâmicos com tecnologia avançada, qualidade e beleza; garantindo a satisfação de nossos clientes e todo o público envolvido, respeitando os princípios da ética, transparência e disciplina.' The right column is titled 'VALORES' and lists five values: '+ Ética', '+ Disciplina', '+ Simplicidade', '+ Crescimento Sustentável', and '+ Inovação'. Below these columns, there is a section titled 'CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA' with two paragraphs of text and a bulleted list of ethical principles. The list includes: '• Idoneidade e cumprimento das leis vigentes;', '• Não proporcionar vantagens pessoais aos funcionários da [Empresa C];', '• Evitar a doação de presentes, à exceção de brindes promocionais e institucionais - isto é, sem valor comercial;', '• Não efetuar pagamentos de despesas de qualquer natureza a funcionários da Eliane;', and '• Manter sigilo sobre todas as informações do negócio da empresa.'

Figura 8 – Missão, Visão e Valores da Empresa C.

Fonte: Site institucional, Empresa C, 2019.

Em 1980 a Empresa C era a principal comerciante de cerâmica na região Sul de Santa Catarina, em 1984 com participação fora do país sendo uma exportadora na maior feira do mundo (Cersaie) na Itália. Na década de 1990 inaugura “C” tiles no Texas, ao final dos anos 1990 abre-se um novo nicho de produtos as massas de argamassa.

Em 2005 teve recorde de vendas em mais de 80 países. Em 2011, sendo a primeira empresa a fabricar porcelanato com impressão digital.

Atualmente a Empresa C tem mais de 2.500 funcionários trabalhando em suas empresas em todo estado de Santa Catarina.

4.2.4 Considerações acerca das organizações do setor cerâmico

Do ponto de vista da estratégia competitiva, o posicionamento estratégico das organizações – e, portanto, suas decisões e ações – é que irá definir o impacto de oportunidades e ameaças do ambiente externo em seu desempenho.

As empresas que melhor definirem o seu posicionamento no mercado e que conseguirem desenvolver uma política para a manufatura adequada a esse posicionamento serão mais competitivas e, por consequência, poderão aumentar

sua participação no mercado e melhorar sua lucratividade.

Demanda reprimida por habitação no mercado interno e as possibilidades de maior exploração do mercado externo (este último favorecido atualmente pela taxa de câmbio) oferecem boas perspectivas de desenvolvimento para o setor de revestimentos cerâmicos nos próximos anos.

Os efeitos da globalização na economia e os desafios gerados para a busca da competitividade fazem com que as indústrias procurem atingir padrões de qualidade e produtividade compatíveis com o mercado, através de estratégias competitivas, a exemplo do modelo genérico de Porter (1986): liderança no custo total, refletida pelo menor preço; diferenciação de produto e/ou serviço, oferecendo maior valor agregado; ou ainda, o enfoque, que atinge um alvo particular.

Cada marca possui sua característica que a identifica no mercado, como exemplo tem a empresa A que se qualifica no mercado com a atuação de peças de grande porte, com seus logo ambientes com emoção. Mesmo assim ela tem sua concorrente (Empresa C) que se compara ainda mais por ter sido pioneira na produção de polidos.

Cada um acrescenta a cadeia de valor que seu produto “merece”, porém, a fatia do mercado que ocupam é a mesma. Onde seus clientes buscam a melhor peça para compor sua parede ou chão.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estudo propiciou reforçar a assertiva de que o desempenho organizacional e estratégico de uma empresa é muito importante, pois por meio dele que se consegue analisar e monitorar os indicadores e em qual situação a empresa se encontra no mercado.

O planejamento estratégico e a mensuração de desempenho complementam isso. Tendo-os bem organizados e definidos se consegue definir, por fim, a estratégia que será usada para a empresa alcançar seus objetivos e quais caminhos devem ser seguidos e mantidos, quais metas serão traçadas e quais decisões tomar para que a organização cumpra com a sua missão, visão e seus valores, crescendo gradativamente respeitando esses itens principais e não perdendo sua essência.

Na construção do estudo, esclareceu-se as bases de estratégias e se entende que mesmo com essa base ainda é possível decorrer para caminhos diferentes como mostrado nos resultados e discussões, assim organizações de um mesmo seguimento de mercado, podem optar por se diferenciar em suas estruturas de estratégias, assim criando sua própria identidade.

Quanto às Empresas Cerâmicas, foram averiguados os elementos do

planejamento como missão, missão e valores e quanto os mesmos estão alinhados aos propósitos. E no caso das Instituições Financeiras, observou-se que, apesar de estarem inseridas em um mesmo mercado, possuem posicionamentos e estratégias diferentes, podendo abranger distintos nichos de clientes.

Para estudo futuro sugere-se comparar as estratégias e posicionamentos em relação ao mercado de cada uma dessas instituições, fazer as análises das estratégias adotadas pelas empresas guiada por uma questão norteadora focada na diferença entre elas perante a dinâmica dos respectivos mercados.

Nota: Estudo resultante do Projeto de Ensino “Oficina de Produção”, desenvolvido no curso de Engenharia de Produção, sob orientação do Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC.

REFERÊNCIAS

ABBAD-OC, G.; PILATI, R.; BORGES-ANDRADE, J.E. Percepção de suporte organizacional: desenvolvimento e validação de um questionário. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, v.3, n.2, p.29-51, 1999.

ANSOFF, H. I.; SANVICENTE, A. Z. **Estratégia empresarial**. 1977.

BRANDÃO, H.P.; GUIMARÃES, T.A. Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo constructo? **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v.41, n.1, p.08-15, jan./mar. 2001.

CAMARGOS, M. A.; DIAS, A. T. Estratégia, Administração estratégica e estratégia corporativa: uma síntese teórica. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.10, jan./mar., 2003.

CARNEIRO, J. et al. Mensuração do desempenho organizacional: questões conceituais e metodológicas. **Estudos em negócios IV**, p. 145-175, 2005.

DRUCKER, P. F. **Introdução à administração**. Pioneira, 1998.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MOTTA, R. A busca da competitividade nas empresas. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 2, p.12-16, 1995.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Avaliação da mensuração e da qualidade dos dados. **Fundamento da pesquisa em enfermagem**: métodos, avaliação e utilização. Porto Alegre (RS): Artmed, 2004.

PORTER, M.: **Competitive advantage**: Creating and Sustaining Superior Performance. New York, Free Press, 557p., 1985.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2: A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa**, v.1, 2009.

SONNENTAG, S.; FRESE, M. Performance concepts and performance theory. In: SONNENTAG, S. (Org.). **Psychological management of individual performance**. Chichester, UK: John Wiley & Sons,

p.03-25, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto NS. A pesquisa qualitativa em educação. **São Paulo: Atlas**, 1987.

Websites das Instituições Financeiras consultados:

Banco C. Disponível em: <<https://www.bancointer.com.br>> Acesso em: 27 jun. 2019.

Banco A. Disponível em: <<https://www.itau.com.br/>> Acesso em: 27 jun. 2019.

Banco B. Disponível em: <<https://www.santander.com.br>> Acesso em: 27 jun. 2019.

GUIA ELETRÔNICO DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA CURITIBA/PR

Data de aceite: 06/01/2020

Patricia de Matos

Uninter Faculdade

Orientador: Prof. Vanderleia Estece de Oliveira

RESUMO: O estudo foi realizado em uma Instituição Pública, localizada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, que atende usuários e funcionários públicos em questão relacionadas com trabalhadores rurais e reforma agrária. Trata-se da elaboração de um Guia Descritivo das atividades e atribuições executadas em tal instituição, identificadas a partir da realização do mapeamento dos processos de cada setor e do diagnóstico organizacional. Enquanto problema de pesquisa, a falta de clareza sobre a responsabilidade de cada setor impactava, principalmente, os colaboradores terceirizados, considerando, em especial a significativa rotatividade de pessoas que trabalham sob esse regime de contratação, bem como o período de tempo em que a Instituição não contou com a colaboração dessa mão de obra terceirizada, triplicando a quantidade de trabalho e atrasando o encaminhamento de muitos processos. Com isso, a dificuldade, por parte daqueles que lá trabalham, em acolher os novos colaboradores ficou ainda maior. Vale também destacar que é prática na instituição a adoção de siglas

para representar cada setor, as quais na maioria das vezes, não eram compreendidas por todos, dificultando significativamente o encaminhamento de uma informação. A ausência de clareza sobre o fluxo de tais informações, bem como sobre os responsáveis por cada atividade, vinha acarretando dúvidas, principalmente no momento do atendimento ao cidadão. Ao se tratar da administração pública, sabe-se que uma comunicação clara aproxima a sociedade dos serviços prestados, e que para tanto, a preparação dos colaboradores que trabalham diretamente com atendimento ao público é fator primordial para que isso ocorra. **PALAVRAS-CHAVE:** Guia descritivo de atividades, comunicação, organizacional, gestão e mapeamento de processos.

DESCRIPTIVE ELECTRONIC GUIDE OF
DUTIES AND ACTIVITIES IN A PUBLIC
INSTITUTION CURITIBA/PR

1 | INTRODUÇÃO

As informações têm um papel muito importante na organização. Para que possamos repassar as informações, temos que primeiro conhecer a empresa saber qual o seu ramo de atividade, o que ela faz, quem ela atende e

quais são as atribuições de cada setor, com estas informações podemos começar a trabalhar e teremos muito mais confiança no repasse de informação

Como a instituição ficou um ano sem mão de obra terceirizada, a quantidade de trabalho triplicou, atrasando assim as demandas. Para que conseguíssemos colocar tudo em ordem, não foi possível acolher os novos colaboradores e as dificuldades para entender o que é este órgão ficou cada vez mais maior.

Começando a trabalhar, como terceirizada, percebi falta de informação, pois não tínhamos noção do que era o órgão, quais as suas atividades e a importância do seu trabalho para o cidadão. Fomos designadas para cada setor sem integração ou explicação da organização.

Ao enxergar a possibilidade de descrever as atividades de cada setor, para que assim facilite os atendimentos tanto pessoal como por telefone, conseguiríamos entender e repassar as informações com mais agilidade e segurança.

Este trabalho teve como objetivo criar um guia eletrônico descritivo das atividades realizadas na instituição pública de Curitiba/PR, voltada para os colaboradores terceirizados. Utilizei primeiramente a observação ao problema, apresentei ao meu gestor o interesse para a criação desse guia, foi-me dada total liberdade para a sua produção, fiz pesquisas diretas no site e alguns documentos que me foi fornecido para a elaboração do guia.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa é necessário compreender a importância do processo de comunicação nas organizações. A forma como as informações são passadas ao público nas empresas, sejam elas privadas ou públicas, pode abalar a imagem e a confiança das pessoas nos serviços prestados.

De acordo com Moraes e Oliveira,

As informações constituem em recursos importantes para o funcionamento organizacional e compõem elementos ou recursos de entrada. O processo ocorre com base nelas, tanto as internas quanto as externas, e o produto ou serviços que constituem elementos de saída certamente representam fontes de dados, com os quais a empresa se retroalimenta. As informações podem privilegiar a organização, tanto no seu funcionamento quanto no atendimento das necessidades que o ambiente interno apresenta e que ele pretende atender (2015, p.29).

De acordo com os autores, informação é um recurso importante para o bom funcionamento da organização, pois sem ela o atendimento prestado ao público pode sofrer com interferências, prejudicando o fluxo de trabalho e a satisfação dos clientes.

Ao se tratar da administração pública, uma boa comunicação aproxima a

sociedade dos serviços prestados. Para tanto a preparação dos colaboradores que trabalham diretamente com o atendimento ao público é fator primordial para que isso ocorra. Ações como atividades de integração e repasse das informações sobre deveres e obrigações na prestação de serviços aos cidadãos, garantem mais clareza nas informações, minimizando possíveis ruídos.

De acordo com Tavares

A comunicação institucional é o conjunto de ações que visa divulgar informações aos públicos de interesse sobre os objetivos, as práticas, as políticas e ações institucionais da organização. O objetivo principal é construir, manter ou melhorar a imagem da empresa no mercado perante esses públicos (2016, p.64).

Para Restreppo, a comunicação pode ser entendida como um composto que dá forma à organização, fazendo-a ser o que é. Considerando essa perspectiva, o autor estabelece quatro dimensões do processo de comunicação organizacional:

- a) como a informação (o que dá forma), enquanto configurador das operações próprias de cada organização. São transações estáveis que necessitam ocorrer para que o negócio se viabilize, o sistema normativo (missão, valores, principais, políticos...) que sustenta a prática organizacional e suas formas de controle;
- b) como divulgação, no sentido de “dar a conhecer”, tornar público;
- c) como gerador de relações voltadas para a formação, a socialização e/ou o reforço de processos culturais. Atividades recreativas, cerimônias e celebração são alguns dos processos de comunicação utilizados nessa dimensão;
- d) como participação, ação de comunicação do “outro”. Nesse ponto se completa o ciclo da comunicação, no qual explicitamente se dá a palavra ao outro, escutando-o e reconhecendo-o. São os trabalhos em equipe, os programas de sugestão, enfim, todas as práticas organizacionais que oportunizem a efetiva participação, estabelecendo vínculos de pertinência e compromisso com a organização (RESTREPPPO *apud*, BÍSCOLI E LOTTE 1995, p.6).

Neste sentido, entende-se que para melhorar o processo de comunicação dentro de um órgão público, o guia com as informações sobre o que cada setor realiza, possibilitará melhor compreensão sobre as atividades. Desta forma, os terceirizados saberão como encaminhar de maneira efetiva as situações recebidas, uma vez que terão clareza do processo como um todo.

Para tanto, mapear o que cada setor faz contribuirá para que a informação repassada para o público externo esteja alinhada com realidade das atividades desempenhadas por setor.

Segundo Laje Júnior, “o mapeamento dos processos identifica de maneira simples o funcionamento da operação, permitindo, por um lado, uma visão comum do sistema produtivo para todos os colaboradores e, por outro, um ponto de partida para diversas possibilidades de melhoria (2016, p.47)”.

Além do mapeamento de cada setor, o compartilhamento de informações contribui para a integração dos novos colaboradores, pois cumpre um papel

importante no tange o fluxo das informações. Ao apresentar a empresa, o histórico da organização, visão, missão e valores, políticas, código de ética e o que cada setor faz, deixa claro o que esse colaborador pode esperar da empresa e o que a empresa espera do colaborador.

De acordo com Knapik,

As empresas precisam socializar seus novos colaboradores, proporcionando-lhes um ambiente receptivo e agradável. O programa de integração oferece-lhes em grande volume de informação de forma rápida e intensiva. Geralmente é desenvolvido e elaborado pela área de gestão de pessoas, mas a condução do programa pode envolver profissionais de outras áreas de atuação (2012, p.217).

Entende-se que realizar a integração dos novos colaboradores demonstra a preocupação da empresa em gerar envolvimento e comprometimento. Esse é o momento oportuno para demonstrar como essa instituição se relaciona com a sociedade e qual a postura se espera desse colaborador ao agir como um representante institucional junto ao público externo.

Na demonstração da organização para os novos colaboradores, podemos usar o funcionograma.

De acordo com Moraes e Oliveira,

Para além da representação gráfica da distribuição do trabalho no âmbito pessoal de uma instituição, essa estrutura organizacional estabelece as atribuições, os deveres e as responsabilidades de cargos ou posições institucionais. Graficamente o funcionograma é muito similar a um organograma. (2015, p.80)

O funcionograma ajudará a entender de forma mais rápida e clara o que cada setor faz na organização. Será um complemento para o entendimento de como funciona o órgão, pois também possibilita a padronização e a sequência de desenvolvimento do fluxo de trabalho.

Por fim, esse guia ficará disponível para que seja consultado a qualquer momento, podendo sanar dúvidas e contribuir para que a informação seja passada com confiança.

Espera-se do colaborador em uma atuação individual ou coletiva, que entenda o que cada setor faz e suas atribuições, diante de diversas situações.

3 | INSTRUMENTOS METODOLÓGICAS

“A pesquisa científica pode ser definida como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL,1996 p.19 *apud* CASSARIN, 2012 p.29)”

De acordo com Casarin e Casarin,

Para chegar à solução de um problema, o cientista ou pesquisador deve partir do conhecimento existente tente sobre o tema, adotar procedimentos sistematizado e seguir uma rigorosa metodologia científica. Os resultados devem ser analisados criteriosamente, de forma a indicar possíveis soluções para a questão. (2012, p.29)

A pesquisa científica aqui aplicada pretende solucionar um problema existente e assim padronizar o atendimento, aqui seria uma possível solução para o problema encontrado, podem ser alterados ou modificados a qualquer momento.

Inicialmente foi realizado, através da observação, um levantamento da importância de uma padronização no atendimento. Com isso conclua-se a importância de um guia, para que assim abstivéssemos uma melhora na distribuição de informação.

Foi realizada uma reunião como supervisor de estágio, com a ajuda dele foi feito todo mapeamento dos setores, nessa reunião decidimos como seria o guia, e como faria as pesquisas para obter mais informação, ainda utilizamos o regimento interno da instituição, para esclarecer algumas dúvidas referentes as atribuições dos setores, foi pesquisado no site da organização a onde encontramos também a “Carta ao Cidadão” que explicava sobre as atribuições dos setores muito resumidamente, foram feitas mais pesquisas para definir qual caminho a se seguir para chegar a um bom resultado.

Foi feita uma pesquisa não estruturada com as secretárias, mais antigas, depois com pesquisas aos documentos que me foi fornecido, ainda fui nos setores confirmar as atribuições de cada setor para que não houvesse erro, do mesmo modo com todas as informações colhidas comecei a elaborar o guia.

4 | CONCLUSÃO

Com a ideia inicial de facilitar as informações e a melhora na comunicação com o atendimento ao cidadão em um órgão público, assim podendo ser tomadas decisões mais assertivas e sem ruídos na demanda de serviços, o estágio teve como objetivo de elaborar um guia descrevendo as atividades, aos colaboradores novos e também aos que começaram a pouco tempo e ainda restava dúvidas sobre o que era esse órgão.

Destacaram a falta de padronização no atendimento e informações desconstruídas, isso gerou a necessidade da elaboração de algum documento aonde pudéssemos estabelecer essa qualidade no serviço prestado. Assim reduzindo os ruídos da comunicação e as informações desconstruídas, essa necessidade de melhoria não cabe somente nessa instituição mas também em muitas outras que hoje tem a mão de obra terceirizadas, em se preocupar em não somente com a evacuação de trabalhos administrativos que toma muito tempo de um servidor, mas

também em se preocupar com o cidadão que depende daquela informação mais exata e clara.

Nessa elaboração consegui enxergar um outro órgão público onde, não somente e regido por um governo, mas que também se preocupa o atendimento ao cidadão e na procura pela melhoria desse atendimento e uma padronização. Pois hoje notamos muito o descaso nessa importância da integração desses trabalhadores, isso não acontece somente em órgãos públicos e sim em grandes empresas, é para que todos vistam a camisa da organização e trabalhem com o objetivo de crescimento de ambas as partes.

REFERÊNCIAS

BISCOLI, Fabiana Regina Veloso e LOTTE, Roseli Immig. artigo de **Reflexão Teórica sobre a importância da comunicação na profissão de secretariado executivo**, Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/91/300>> Acesso em: 25 jun. 2018.

CASARIN, Helena De Castro Silva e CASARIN, Samuel José. **Pesquisa Científica da teoria à prática** – Curitiba: Intersaberes, 2012

LAGE JUNIOR, Murís. **Mapeamento de Processos de Gestão Empresarial** – Curitiba: Intersaberes, 2016. (Série Administração da Produção)

Moraes, Paulo Eduardo Sobreira; Oliveira, Vanderleia Stece. **Gestão da Informação e Arquivística no Contexto Secretarial** - Curitiba: Intersaberes, 2015

TAVARES, Maurício. **Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática**- 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016

KNAPIK, Janete. **Gestão de Pessoas e talentos** – Curitiba: Intersaberes, 2012

CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE CAPITAL PSICOLÓGICO (PSYCAP)

Data de aceite: 06/01/2020

Valeria Araujo Furtado

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo mapear as produções em periódicos internacionais sobre capital psicológico (*psycap*), no período de 2007 a 2017, no que diz respeito à identificação do perfil de autoria, às temáticas correlatas, às tipologias metodológicas, ao perfil das organizações estudadas, bem como à evolução da temática. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, exploratória e descritiva, com uso do método bibliométrico. A coleta de dados foi realizada em periódicos internacionais classificados nos estratos A1, A2, B1 e B2 por meio do portal de periódicos CAPES. Dentre os resultados obtidos observou-se que as produções têm dois, três ou quatro autores e os que mais publicaram foram Fred Luthans, James B. Avey e Osman M. Karatepe; acerca dos eixos temáticos pesquisados, sobressaem os temas relacionados às quatro dimensões do capital psicológico, *burnout*, liderança e assuntos relacionados à liderança autêntica; sobre as tipologias metodológicas percebeu-se que quanto à natureza da pesquisa há predominância de estudos teórico-empíricos, já em relação ao objetivo e processo de pesquisa percebeu-se que é uma característica dos

artigos internacionais analisados a ausência da identificação total ou parcial desta construção metodológica; por fim, quanto à análise do perfil das organizações estudadas, grande parcela das pesquisas não especificam o tipo e o porte da instituição, porém, pode-se dizer que há relevante procura por organizações privadas de grande porte, bem como percebeu-se que os setores de educação, serviços e hoteleiro predominam nos estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Positiva. Comportamento Organizacional Positivo. Capital Psicológico. *Psycap*. Bibliometria.

ABSTRACT: The goal of this study is to map the outputs in international journals about *Psycap*, within the period from 2007 to 2017, regarding the identification of the authorship profile, related thematic, methodological typologies, profile of the studied organizations, as well as the evolution of the thematic. It is a quantitative, exploratory and descriptive survey, using the Bibliometric method. The data collection was carried out in international journals classified in the strata A1, A2, B1 and B2 through the portal of periodicals CAPES. Among the results obtained, it was noted that much of the outputs have two, three or four authors, and the most published were Fred Luthans, James B. Avey and Osman M. Karatepe. About the thematic axes surveyed, the themes related to the four

dimensions of psychological capital, burnout, leadership and subjects related to authentic leadership stand out. On the methodological typologies it's noticed that as to the nature of the research there is predominance of theoretical-empirical studies, yet in relation to the research objective and process, it was realized that the absence of total or partial identification of this methodological construction is a characteristic of the international articles analyzed; Finally, as to the analysis of the studied organizations' profile, a large portion of the research does not specify the type and the size of the institution, however, according to the surveys in which such criteria are identified, it can be said there is substantial demand for large private organizations, and it was realized that education, services and hospitality sectors predominate in the studies as well.

KEYWORDS: Positive Psychology. Positive Organizational Behavior. Psychological Capital. Psycap. Bibliometrics.

1 | INTRODUÇÃO

Não é de hoje que as organizações vislumbram estratégias de adquirir vantagem competitiva por meio de seus recursos humanos, tendo em vista que a busca dessa competitividade já não pode mais ser embasada somente em recursos tradicionalmente escassos como, por exemplo, recursos físicos, financeiros ou tecnológicos. Muitos são os meios investidos pelas organizações para o desenvolvimento de pessoas, porém estes tendem aos modismos gerenciais e à disponibilidade de recursos. O que se percebe é que líderes em todos os níveis organizacionais tendem a concentrar os esforços somente na correção de fraquezas e problemas (LUTHANS; YOUSSEF; AVOLIO, 2007) e pouco se tem investido nos fenômenos positivos encontrados nas organizações.

Com o desenvolvimento de pesquisas no campo da psicologia positiva e as devidas adaptações voltadas ao universo organizacional, pesquisadores e estudiosos em recursos humanos começaram um esforço na construção e incorporação da abordagem positiva também no ambiente das empresas (GARCEA; HARRINGTON; LINLEY, 2013). A psicologia positiva “oferece um *framework* para uma abordagem de questões organizacionais que esteja focada no que há de melhor, ajudando na criação de condições que favoreçam o florescimento” (CORRÊA, 2017, p.19).

Em decorrência do desenvolvimento desse olhar positivo nas organizações surgem os termos Comportamento Organizacional Positivo (POB) e Capital Psicológico que abordam essa aplicação das forças dos recursos humanos e de suas capacidades lógicas que podem ser medidas e desenvolvidas para a melhoria do desempenho no local de trabalho.

O capital psicológico ou *psycap* tanto pode ser investido como desenvolvido na forma de vantagem competitiva sustentável. Sua estrutura, diferentemente das encontradas até então sobre desenvolvimento pessoal orientado positivamente,

destaca-se pelo embasamento de conclusões científicas em rica teoria, metodologias sólidas e resultados de pesquisas. Pesquisas estas voltadas para o entendimento da excelência humana e da *performance* institucional, visando trazer para o ambiente das organizações os benefícios identificados na vida das pessoas (CORRÊA, 2017).

A pesquisa bibliométrica é um dos métodos utilizados para o mapeamento de trabalhos acadêmicos objetivando avaliar a produção científica e incentivar a reflexão de tais trabalhos e da área em questão (CARDOSO et al., 2005). Desta forma, desenvolver este tipo de pesquisa sobre capital psicológico favorece o mapeamento necessário para que pesquisadores possam construir consistente embasamento teórico para o desenvolvimento de novos estudos nessa temática, considerando que a *psycap* ainda é um assunto recente e necessita de maiores colaborações, tendo em vista sua importância para a Gestão de Pessoas e os inúmeros resultados que pesquisas nessa área podem contribuir para os indivíduos, bem como às organizações. A partir dessa análise, pode-se observar como o conhecimento sobre capital psicológico é difundido e quais os rumos de pesquisa que a temática tende a seguir.

Desta forma, esse estudo procura responder a seguinte questão de pesquisa: “Como se caracteriza a produção científica sobre capital psicológico?” Para resposta a esse questionamento tem-se por objetivo geral mapear a produção científica sobre capital psicológico entre os anos de 2007 a 2017. Para atingir a esta meta tem-se como objetivos específicos: (I) Identificar o perfil de autoria das publicações mapeadas; (II) Identificar os principais eixos temáticos; (III) Identificar as tipologias metodológicas mais utilizados; (IV) Analisar o perfil das organizações estudadas e; (V) Analisar evolução das publicações referentes à temática.

Nesta pesquisa foram elencadas as seguintes hipóteses: (H1) Grande parcela das produções são provenientes de instituições de ensino de países da América do Norte e Europa, por pesquisadores em coautoria; (H2) os eixos temáticos mais abordados na pesquisa de capital psicológico são bem-estar, qualidade de vida no trabalho e liderança; (H3) há predominância de abordagens teórico-empíricas, descritivas e quantitativas; (H4) grande parcela das organizações estudadas são de origem privada, de grande porte, pertencentes à indústria manufatureira, localizados em países da América do Norte e Europa; (H5) está havendo uma evolução na produção de artigos na temática capital psicológico.

A metodologia da pesquisa deste trabalho é do tipo descritiva, por meio de pesquisa bibliométrica e abordagem quantitativa descritiva dos dados. As fontes de dados são artigos publicados em revistas de alto impacto na área de administração pública e de empresas, contabilidade e turismo no quadriênio 2013 a 2016.

Esta pesquisa inicia-se com uma introdução, seguida do segundo tópico onde será apresentada sua fundamentação teórica. No terceiro tópico será descrita

a metodologia da pesquisa. Já no quarto tópico são apresentados os resultados seguidos das considerações finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta estudos teóricos e empíricos que serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente apresentam-se considerações sobre o Comportamento Organizacional Positivo. Na sequência trazem-se informações sobre o Capital Psicológico e, por último, são apresentados alguns estudos anteriores que abordaram a temática em análise.

2.1 Contextualização

Antes do pós-guerra a Psicologia tinha como missão a cura de doenças mentais, aumentar a plenitude e satisfação das pessoas e identificar e desenvolver talentos. Porém, após a Segunda Guerra Mundial e o grande volume de problemas traumáticos dos combatentes que ali estiveram, as pesquisas foram concentradas aos estudos para distúrbios do pós-guerra (CSIKSZENTMIHALYI ; SELIGMAN, 2000 *apud* CORRÊA, 2017).

Com o decorrer das décadas, a Psicologia tenta, por meio de suas pesquisas, tirar o estigma de uma ciência voltada para a correção de fraquezas e danos, levando em consideração que tratar o indivíduo não deve significar apenas corrigir o que está errado, mas nutrir o que há de melhor em cada pessoa. (SELIGMAN, 1998).

Desta forma, na virada do século XXI, pesquisadores liderados por Martin Seligman redirecionaram a pesquisa em psicologia a também ajudar pessoas saudáveis a tornarem-se mais felizes e mais produtivas, o que hoje é chamado de psicologia positiva (LUTHANS; YOUSSEF; AVOLIO, 2007).

Há de se destacar que essa negatividade estigmatizada na Psicologia também penetrou no comportamento organizacional e nas áreas de Gestão de Pessoas. Tal negatividade coloca os indivíduos e organizações em um modo de fuga, onde o tempo, a energia e demais recursos são utilizados em mecanismos básicos de sobrevivência.

Dadas as devidas adaptações, a Psicologia encontrou também no ambiente organizacional uma maneira de observar o indivíduo por meio de uma lente positiva proporcionando à organização uma nova abordagem de vantagem competitiva: o capital psicológico ou *psycap* de seus colaboradores.

Esta abordagem levantada pelo *psycap* é baseada sobre o fato de que grande parte das organizações não investe em toda a potencialidade do seu capital humano (AVOLIO, 2005). A maioria das estratégias de desenvolvimento de pessoal é adequada para atrair e manter talentos, mas não com o objetivo de gerenciar e

desenvolver os indivíduos com o objetivo de obter vantagem competitiva a longo prazo (LUTHANS; YOUSSEF; AVOLIO, 2007).

A psicologia positiva quando aplicada ao contexto organizacional é compreendida como o estudo das dinâmicas promotoras dos estados psicológicos positivos e das potencialidades do indivíduo, demarcando os diferentes níveis de análise das organizações: micro (indivíduos), meso (equipes e grupos de trabalho) e macro (organização como um todo) (LUTHANS; YOUSSEF, 2007 *apud* CERVO, 2016).

2.2 Comportamento Organizacional Positivo (POB)

O estudo sobre comportamento organizacional positivo (POB) teve início com as pesquisas de Fred Luthans que percebeu ao longo dos seus estudos uma clara relação entre as emoções positivas dos empregados e o seu desempenho no trabalho (CORRÊA, 2017).

A definição de comportamento organizacional positivo deu-se em princípio como o estudo e aplicação de forças de pessoas orientadas positivamente e capacidades psicológicas que podem ser medidas, desenvolvidas para melhoria de desempenho no local de trabalho (LUTHANS, 2002a).

Conforme Luthans (2002b), o POB incorpora diversos conceitos do comportamento organizacional. Ainda assim, a principal distinção entre o POB e as outras teorias sobre comportamento organizacional e a positividade está na inclusão de critérios específicos. Para que possa ser incluída como critério do POB a capacidade psicológica precisa atender a alguns critérios como, por exemplo: ser positivamente orientada; ser baseada na teoria e na investigação; ser mensurável; ser suscetível de desenvolvimento e melhoria; ter impacto positivo no desenvolvimento organizacional (LUTHANS; YOUSSEF; AVOLIO, 2007).

A construção teórica, pesquisa e aplicações do POB focam-se em quatro capacidades psicológicas, classificadas por Luthans, Youssef e Avolio (2007) como as que melhor cumpriam os critérios do comportamento organizacional positivo: autoconfiança ou auto-eficácia; esperança; otimismo e resiliência.

“Ao identificarem estas quatro capacidades psicológicas como as que melhor se coadunam com os critérios POB, os autores deste movimento consideraram que estas capacidades constituem uma construção de ordem superior que designaram de capital psicológico positivo (*psycap*)” (MACHADO, 2008, p. 22).

2.3 Capital Psicológico (*PsyCap*)

O termo capital psicológico positivo foi lançado pela primeira vez no artigo

Positive psychological capital: beyond human and social capital, por Luthans, Luthans e Luthans (2004). Nesta publicação os autores definem as capacidades humanas positivas compostas por quatro facetas: autoconfiança ou auto-eficácia, esperança, otimismo e resiliência. Os quais estão mantidos até hoje nos estudos sobre o tema (CORRÊA, 2017).

Segundo Luthans, Yousef e Avolio (2007), o capital psicológico é definido como fator psicológico de positividade, composto com um conjunto de diversas capacidades psicológicas positivas integradas entre si, chamado também de capital psicológico positivo.

O *psycap* vai além do capital humano, ou seja, “o que você sabe” e do capital social “quem você conhece”, focando em “quem você é” e considera o permanente desenvolvimento individual “quem você está se tornando” (LUTHANS; YOUSSEF; AVOLIO, 2007).

Em lugar de apresentar mais um conjunto de competências ou práticas ideais, o *psycap* propõe uma estrutura conceitual mais abrangente e de maior ordem para entender e capitalizar o desenvolvimento humano nas atuais organizações.

O capital psicológico tem como característica produzir um estado de acréscimo psicológico no qual o indivíduo apresenta uma elevada confiança para despende o esforço necessário para ser bem-sucedido em tarefas desafiantes. Além disso, o *psycap* faz atribuições positivas sobre os acontecimentos presentes e futuro, manifesta perseverança em relação aos objetivos definidos e, quando necessário, tem a capacidade de redirecionar os meios para atingir os fins, revelando, desta forma, sua capacidade para recuperar e lidar com as adversidades (LUTHANS; YOUSSEF; AVOLIO, 2007).

2.4 Estudos Anteriores sobre Capital Psicológico

Além da presente pesquisa caracterizada como bibliométrica, estudos empíricos foram realizados por estudiosos da área. Neste tópico serão analisados alguns destes estudos quanto aos seus objetivos e resultados alcançados.

A pesquisa de Wang et al. (2014) investigou o capital psicológico positivo e o papel do líder na relação entre liderança autêntica e desempenho de seus seguidores em uma empresa chinesa de logística de grande porte. Os resultados evidenciaram que a liderança autêntica está positivamente relacionada com o desempenho dos seguidores da organização.

O estudo de Schulz, Luthans e Messersmith (2014) objetivou testar se e como as atitudes de motoristas de caminhão norte americanos e o *psycap* se relacionam com suas intenções de desistência da profissão, desta forma, analisando a rotatividade organizacional da categoria. Os resultados deste estudo indicam fortes relações

positivas entre o *psycap* e a satisfação e comprometimento organizacional e uma forte correlação negativa com as intenções de desistência.

Karetape e Karadas (2014) desenvolveram e testaram um modelo de pesquisa que investigou o impacto do capital psicológico sobre conflitos entre trabalho e família e intenções de rotatividade e ausência em funcionários de linha de frente no setor hoteleiro da Romênia. Os resultados sugerem que o *psycap* mitiga conflitos entre trabalho e família, conflitos entre família e trabalho e intenções de rotatividade e ausência. Também foi revelado que o capital psicológico influencia os resultados dos empregados indiretamente por meio do conflito trabalho-família, porém o conflito entre trabalho e família não afeta esses resultados.

Lu et al. (2015) examinou as associações de estresse e satisfação no trabalho entre oficiais da polícia chinesa e o papel mediador do capital psicológico nesses constructos. Tais resultados revelaram que o estresse no trabalho foi negativamente associado à satisfação no trabalho, enquanto a identificação organizacional e o *psycap* foram positivamente associados à satisfação no trabalho entre os policiais chineses.

Kan e Yu (2016) examinaram os efeitos do estresse ocupacional e do conflito entre sintomas depressivos e o papel mediador do capital psicológico em funcionários do setor bancário estatal chinês. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o *psycap* é parcialmente mediador nos efeitos do esforço extrínseco e da recompensa nos sintomas depressivos. Conforme os autores, investir no capital psicológico pode fornecer novas abordagens para melhorar a saúde mental entre os funcionários dos bancos chineses.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo classifica-se como uma pesquisa quantitativa; exploratória, uma vez que seu objetivo é procurar padrões, ideias ou hipóteses e descritiva; realizada por meio de análise bibliométrica (COLLINS; HUSSEY, 2005).

Conforme Fontelles et al. (2009), a pesquisa quantitativa caracteriza-se por trabalhar com variáveis expressas sob a forma de dados numéricos empregando rígidos recursos e técnicas estatísticas para classificação e análise como, por exemplo, porcentagem, média, desvio padrão, regressão, entre outros.

Segundo Vergara (2014), a pesquisa descritiva expõe características de uma dada população ou de determinado fenômeno, podendo assim estabelecer correlações entre variáveis e definir a sua natureza. Caracteriza-se por não possuir compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora seja usada também como base para tal explicação.

Já pesquisa bibliográfica trata-se do processo de busca e identificação de dados

secundários como livros, artigos em periódicos, relatórios, arquivos, jornais, bancos de dados eletrônicos, entre outros, com o fim de explorar a literatura existente para mapeamento do que já foi escrito e publicado sobre o assunto escolhido (COLLINS; HUSSEY, 2005).

O objetivo geral deste trabalho é mapear a produção científica internacional sobre o capital psicológico. Diante do objetivo, a pesquisa será dividida em três fases, a primeira de levantamento bibliográfico, a segunda de catalogação das produções encontradas na base e a terceira de estudo dos resultados encontrados.

A catalogação das produções foi realizada no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sua escolha deu-se pela possibilidade de filtragem dos artigos conforme critérios específicos e por tratar-se da biblioteca virtual que disponibiliza o melhor da produção científica internacional.

A coleta de dados foi realizada no mês de maio e junho de 2018, respeitando as seguintes etapas. Primeiro realizou-se uma seleção na busca avançada da plataforma de periódicos CAPES utilizando-se a palavra-chave “*psychological capital*” com operador de busca booleano para títulos que contenham a exata palavra-chave e que possuam-na também no assunto. Foram selecionadas as publicações dos últimos dez anos, considerando ser 2007 o ano da publicação da primeira obra especificamente sobre a temática capital psicológico: *Psychological Capital: Developing the Human Competitive Edge* (LUTHANS; YOUSSEF; AVOLIO, 2007). Foram consideradas as revistas de estratos A1, A2, B1 e B2, na área administração pública e de empresas, contabilidade e turismo no quadriênio 2013 a 2016.

A partir da seleção de busca avançada do portal de periódicos CAPES foram apresentados 200 artigos que atendiam às categorias escolhidas (tipo de material e período). Após, foram excluídos os artigos os quais não se encontram nas revistas da classificação QUALIS da área administração pública e de empresas, contabilidade e turismo no quadriênio 2013 a 2016. Desta forma, foram selecionados 71 artigos os quais atendiam a todos os critérios e se enquadravam na proposta de análise.

Os 71 artigos selecionados são provenientes de 36 revistas, sendo o *Journal of Leadership & Organizational Studies* o periódico com a maior quantidade de artigos (14), seguido do *Journal of Organizational Behavior* com 6 artigos selecionados. Do total de artigos, 33 são de estratos A1, 33 de estratos A2, 3 de estratos B1 e 2 publicados em periódicos de estratos B2. Quando ao idioma, 70 são de língua inglesa e 1 de língua espanhola.

O tratamento dos dados foi conduzido por meio de análise de conteúdo que, conforme Freitas, Cunha e Moscarola (1997) entende-se pelo conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aprimoramento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não-verbais).

Após a análise do conteúdo dos artigos, foram identificados o número de autores por publicação; os autores que mais publicaram; as instituições mais prolíficas; as temáticas abordadas; as tipologias metodológicas tendo como base as definições e classificações de Vergara (2014) e Collins e Hussey (2005); o tipo, porte, setor e localização das organizações pesquisadas e a quantidade de artigos publicados por ano.

A avaliação dos artigos selecionados foi feita a partir da leitura dos seus resumos, introduções, métodos e conclusões. Vale salientar que nem todos os artigos citam total ou parcialmente sua construção metodológica.

4 | ANÁLISE DOS DADOS

Conforme descrito na coleta de dados, foram examinados 71 artigos provenientes de revistas de estratos A1, A2, B1 e B2, na área administração pública e de empresas, contabilidade e turismo no quadriênio 2013 a 2016 a partir de uma busca avançada da plataforma de periódicos CAPES utilizando-se a palavra-chave “*psychological capital*”.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos autores por artigo, indicando que geralmente publicam-se artigos com dois, três ou quatro autores, num total de 81,69%. Somente um artigo de toda a amostra teve sete autores e somente um teve a colaboração de nove autores.

Número de Autores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
1 Autor (a)	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	3	4,23
2 Autores	-	-	-	1	-	4	-	3	7	3	5	23	32,39
3 Autores	-	-	1	-	2	-	1	6	5	3	2	20	28,17
4 Autores	-	-	-	1	3	1	-	1	4	1	4	15	21,13
5 Autores	-	-	1	-	-	2	-	1	2	-	1	7	9,86
6 Autores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1,41
7 Autores	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1,41
8 Autores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
9 Autores	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1,41
Total	0	0	2	2	5	7	2	14	19	7	13	71	100

Tabela 1: Número de autores por publicação.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A Tabela 2 mostra os dez autores mais prolíficos dentre 183 identificados no período pesquisado. Os autores que mais publicaram no período em tela foram Fred Luthans e James B. Avey com seis publicações cada, representando 2,83% dos artigos. Em seguida, com cinco publicações, encontra-se Osman M. Karatepe. Os outros autores expressos na tabela apresentam de três a quatro publicações. Os demais autores que publicaram um ou dois não foram inclusos na tabela.

Autor (a)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Fred Luthans	-	-	-	-	2	1	-	2	1	-	-	6	15,38
James B. Avey	-	-	1	1	2	-	-	2	-	-	-	6	15,38
Osman M. Karatepe	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	2	5	12,82
Li Liu	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4	10,26
Brett C. Luthans	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	3	7,69
Carolyn M. Youssef-Morgan	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	3	7,69
Hui Wu	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3	7,69
Jarle Eid	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	3	7,69
Kathryn Mearns	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	3	7,69
Rachel Clapp-Smith	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	3	7,69
Total	0	0	2	1	5	3	3	9	13	1	2	39	100

Tabela 2: Autores mais prolíficos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Já a Tabela 3 apresenta as instituições de ensino mais prolíficas. Foram identificadas 102 instituições de ensino distintas. Dentre estas as que mais contribuíram em pesquisas no período foram a Universidade de Nebraska com sete publicações, representando 5,22%. Em seguida tem-se a Universidade Médica da China com seis publicações e representatividade de 4,48%. As demais instituições de ensino expressas na tabela colaboraram com três ou quatro publicações. As demais instituições que apresentaram publicações de um ou dois artigos foram enquadradas na categoria “outros” e representam 80,60% do total.

Instituições mais prolíficas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Universidade de Nebraska	-	-	-	-	2	1	-	2	2	-	-	7	5,22
Universidade Médica da China	-	-	-	-	-	1	-	-	4	1	-	6	4,48
Universidade Central de Washington	-	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	4	2,99
Bellevue Universidade	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	3	2,24
Universidade de Bergen	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	3	2,24
Universidade do Mediterrâneo Oriental	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	3	2,24
Outros	0	0	4	3	10	9	5	23	22	11	21	108	80,60

Tabela 3: Universidades mais prolíficas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quanto aos eixos temáticos mais abordados, foram identificadas 90 temáticas distintas. A que se evidenciou das demais devido sua recorrência foi “As 4 dimensões do capital psicológico”, aparecendo em 24 artigos, representando 15,29% das 71 publicações. Em seguida “*Burnout*”, “Liderança” e “Liderança autêntica” aparecem em seis artigos, representando 3,82% cada. “Conflito trabalho-família” e “Satisfação no trabalho” aparecem em seguida com frequência em 5 artigos cada, representando 3,18% do total. Por fim, “Comportamento organizacional positivo”, “Desempenho” e “Desempenho no emprego” apareceram em 3 publicações, com representatividade de 1,91% cada. As demais temáticas que tiveram frequência em um ou dois artigos se enquadraram na categoria “outros” representando um total de 61,15% (Tabela 4).

Temática	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
As 4 dimensões do capital psicológico	-	-	-	1	2	2	1	3	9	2	4	24	15,29
<i>Burnout</i>	-	-	-	-	-	1	-	-	2	1	2	6	3,82
Liderança	-	-	-	1	-	1	-	2	-	-	2	6	3,82
Liderança autêntica	-	-	1	-	3	-	-	1	-	1	-	6	3,82
Conflito trabalho-família	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	1	5	3,18
Satisfação no trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	1	5	3,18
Comportamento organizacional positivo	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	3	1,91
Desempenho	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	3	1,91
Desempenho no emprego	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	3	1,91
Outros	0	0	2	2	9	8	3	15	22	14	21	96	61,15
Total	0	0	5	4	15	14	4	24	40	19	32	157	100

Tabela 4: Principais eixos temáticos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A Tabela 5 apresenta a caracterização da tipologia da pesquisa quanto à natureza. 90,14% das pesquisas são identificadas como teórico-empíricas, já 9,86% trazem características empíricas.

Natureza	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Teórico-empírico	-	-	2	2	4	5	1	12	17	8	13	64	90,14
Teórico	-	-	-	-	-	2	1	2	2	-	-	7	9,86
Total	0	0	2	2	4	7	2	14	19	8	13	71	100

Tabela 5: Natureza da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Outro aspecto observado quanto à tipologia da pesquisa foi em relação aos seus objetivos. Com a análise da tipologia em tela pôde-se perceber que a grande maioria das publicações não evidenciam esta informação. Ou seja, como mostrado na Tabela 6, 91,55% dos artigos não informaram a natureza da pesquisa. Desta forma, foi criada a categoria “Não informado”. Somente 2,82% das pesquisas caracterizam-

se como descritivas, 4,23% como exploratórias e 1,41% como explicativas.

Objetivo	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Descritiva	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	2,82
Exploratória	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	3	4,23
Análítica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Preditiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Explicativa	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1,41
Não informado	-	-	2	2	4	6	2	13	17	6	13	65	91,55
Total	0	0	2	2	4	6	2	13	18	6	13	71	100

Tabela 6: Objetivo da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A Tabela 7 mostra a tipologia da pesquisa quanto ao seu processo de pesquisa. Desta forma, após a análise, percebeu-se que os artigos internacionais não explicitar esse aspecto. 91,55% das publicações não informaram seu processo de pesquisa, 2,82% caracterizam-se como qualitativas e 5,63% informaram ser quantitativas.

Processo	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Qualitativa	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	2	2,82
Quantitativa	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	1	4	5,63
Não informado	-	-	1	2	4	3	2	14	20	7	12	65	91,55
Total	0	0	1	2	4	5	2	14	21	9	13	71	100

Tabela 7: Processo de pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quanto ao perfil das organizações pesquisadas pôde-se verificar que nem todas as pesquisas evidenciam o tipo de organização estudada. Algumas estudaram somente instituições privadas; outras, somente estatais e houve estudos que optaram por pesquisar ambas as categorias. Desta forma, conforme apresentado na Tabela 8, observou-se que 15,38% das organizações pesquisadas são de origem estatal, 23,08% são de origem privada e 61,54% não informaram o tipo de instituição estudada.

Tipo de Organização	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Estatual	-	-	-	-	-	2	-	2	4	3	1	12	15,38
Privada	-	-	1	-	-	2	-	3	6	3	3	18	23,08
Não informado	-	-	1	2	4	5	2	10	11	3	10	48	61,54
Total	0	0	2	2	4	9	2	15	21	9	14	78	100

Tabela 8: Tipos de organizações pesquisadas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A Tabela 9 apresenta o porte das organizações estudadas. Nenhuma das pesquisas explicitou a organização analisada como de pequeno porte, 4,23% são de médio porte e 22,54% são consideradas de grande porte. 73,24% não informaram o porte da instituição em pesquisa.

Porte da Organização	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Pequeno Porte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio Porte	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	3	4,23
Grande Porte	-	-	-	-	1	1	-	4	6	2	2	16	22,54
Não informado	-	-	1	2	4	6	2	9	13	5	10	52	73,24
Total	0	0	2	2	5	7	2	14	20	7	12	71	100

Tabela 9: Porte das organizações pesquisadas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A Tabela 10 mostra os setores organizacionais que apareceram em maior frequência nos estudos. No todo foram identificados 34 setores. As pesquisas, em sua maioria, optaram por estudar somente um tipo de setor, porém houve exemplos de estudos em que dois ou mais tipos de organizações de setores variados foram pesquisados.

O setor organizacional que mais evidenciou-se foi o da educação representando 12,20% das pesquisas. Em seguida veio o setor de serviços e o hoteleiro, com representatividade de 8,54% cada. O setor bancário e a indústria seguem cada um com 4,88% de frequência nas pesquisas. Por fim, os setores de telecomunicação, financeiro e manufatureiro representando 3,66% da amostra cada. Observou-se

que 14,63% das pesquisas não informaram os setores as quais as organizações pesquisadas pertencem. Os outros 35,37% representam o quantitativo de setores identificados em um ou dois estudos.

Setor da Organização	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Educação	-	-	-	-	1	-	-	3	3	1	2	10	12,20
Serviço	-	-	-	-	1	-	-	1	1	1	3	7	8,54
Hoteleiro	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	2	7	8,54
Bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	4	4,88
Indústria	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	4	4,88
Telecomunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3	3,66
Financeiro	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	3	3,66
Manufatureiro	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	3	3,66
Não informado	-	-	-	-	1	2	-	3	-	1	5	12	14,63
Outros	0	0	2	1	2	2	1	4	14	2	1	29	35,37
Total	0	0	2	2	8	4	1	14	29	7	15	82	100

Tabela 10: Setor das organizações pesquisadas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

As organizações pesquisadas são provenientes dos mais diversos locais. Foram identificados 21 diferentes países nas pesquisas em tela. A Tabela 11 apresenta os países com maior evidência nos estudos. Em destaque verificou-se que 18,31% das organizações estudadas são pertencentes aos Estados Unidos, 14,08% à China e 5,63% à Coréia do Sul. África do Sul, Espanha, Índia, Irã, Noruega, Paquistão e Romênia possuem frequência de 2,82% cada. As demais pesquisas tratam de organizações provenientes de países com frequência de 1,41% cada, representando um total de 14,08% dos estudos. Além disso, 28,17% das pesquisas não informaram a origem da organização estudada.

Localização da Organização	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Estados Unidos	-	-	2	1	2	-	-	5	2	-	1	13	18,31
China	-	-	-	-	-	1	-	1	4	2	2	10	14,08
Coréia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	-	4	5,63
África do Sul	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	2,82
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	2,82
Índia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	2,82
Irã	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	2,82
Noruega	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2	2,82
Paquistão	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	2,82
Romênia	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	2,82
Não Informado	-	-	-	-	3	3	1	4	4	1	4	20	28,17
Outros	0	0	0	1	0	1	0	1	3	1	3	10	14,08
Total	0	0	2	2	5	6	2	14	20	7	13	71	100

Tabela 11: Localização das organizações pesquisadas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Por fim, a Tabela 12 apresenta a evolução da produção científica no período de 2007 a 2017. Evidenciou-se que nos anos de 2007 e 2008 não houveram pesquisas na temática abordada. Os anos de 2009 e 2010 representam 2,82% de representatividade cada, em 2011 percebeu-se um considerável aumento na pesquisa elevando-se para 7,04%, aumentando em 2012 para 9,86%. No ano de 2013 há um decréscimo na produção na área, retomando em 2014 com 19,72% de representação, chegando em 2015 ao pico de 26,76% de pesquisas. No ano de 2016 houve novamente uma queda em frequência de pesquisas e 2017 apresenta representatividade de 18,31% de estudos.

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Total	-	-	2	2	5	7	2	14	19	7	13	71
%	0	0	2,82	2,82	7,04	9,86	2,82	19,72	26,76	9,86	18,31	100

Tabela 12: Quantitativo de artigos por ano.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi mapear a produção científica sobre capital psicológico entre os anos de 2007 a 2017 na área de administração pública e de empresas, contabilidade e turismo no quadriênio 2013 a 2016 e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento de estudos posteriores nesta área. Para tanto, realizou-se um estudo bibliométrico com 71 artigos internacionais publicados na plataforma CAPES.

Em relação ao primeiro objetivo específico, identificar o perfil de autoria das publicações mapeadas, no qual analisou-se o número de autores por produção, os autores que mais publicaram e as instituições mais prolíficas, verificou-se que grande parte das produções têm dois, três ou quatro autores. Os autores que mais publicaram foram Fred Luthans, James B. Avey e Osman M. Karatepe. Ressalta-se que Fred Luthans é um dos principais autores a abordar o comportamento organizacional positivo e as forças positivamente orientadas das capacidades psicológicas de recursos humanos para melhorar o desempenho no local de trabalho (NUNES, 2015). Já as instituições mais prolíficas são a Universidade de Nebraska na qual Fred Luthans é membro e desenvolve suas pesquisas na área e a Universidade Médica da China.

Quanto ao segundo objetivo específico, identificar os principais eixos temáticos abordados, sobressaem os temas relacionados às quatro dimensões do capital psicológico: auto-eficácia, esperança, otimismo e resiliência. Em seguida tem-se *burnout*, liderança e assuntos relacionados à liderança autêntica. Desta forma, pode-se dizer que a hipótese associada foi parcialmente corroborada pelos resultados.

Em relação ao terceiro objetivo específico, identificar as tipologias metodológicas mais utilizadas. Quanto à natureza da pesquisa percebe-se a predominância de estudos teórico-empíricos. Já em relação ao objetivo e processo de pesquisa percebeu-se que é uma característica dos artigos internacionais analisados nesta pesquisa a ausência da identificação total ou parcial desta construção metodológica. Diante do exposto, pode-se dizer que a hipótese associada foi parcialmente confirmada.

Quanto ao quarto objetivo específico, analisar o perfil das organizações estudadas, grande parcela das pesquisas não especificam o tipo e o porte da instituição. Porém, de acordo com as pesquisas as quais tais critérios são identificados, pode-se dizer que há relevante procura por organizações privadas de grande porte, bem como percebeu-se que os setores de educação, serviços e hoteleiro predominam nos estudos. Grande parte das organizações estudadas são pertencentes aos Estados Unidos, China e Coréia do Sul. Assim, pode-se dizer que a hipótese foi parcialmente aceita, pois esperava-se que as organizações pesquisadas

fossem pertencentes à indústria manufatureira, localizados em países da América do Norte e Europa.

Por fim, em relação ao quinto objetivo específico, analisar evolução das publicações, constatou-se que não houve crescimento linear da produção, havendo picos de maior publicação como 2014, 2015 e 2017. A hipótese associada também foi parcialmente aceita, tendo em vista que houve uma certa evolução da pesquisa, porém com decréscimos consideráveis em 2013 e 2016.

Destaca-se que o estudo em tela apresenta limitações, principalmente relacionadas às metodologias utilizadas, restringindo, desta forma, as conclusões obtidas. Os critérios de busca existentes na plataforma CAPES também foram outra limitação verificada, desta forma, em pesquisas bibliométricas futuras sugere-se a ampliar para outras bases de dados, incluindo as internacionais.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para a ampliação do tema, servindo como ponto de partida para demais estudos.

REFERÊNCIAS

AVOLIO, B. J. **Leadership development in balance: made/born**. Mahwah: Lawrence Earlbaum Associates, 2005.

CARDOSO, R. L.; MENDONÇA NETO, O. C.; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n.2, p.35-45, 2005.

CERVO, C. S. **Relações entre liderança autêntica, capital psicológico e engajamento no trabalho**: análise da influência da estrutura organizacional. Tese. (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2016.

COLLINS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORRÊA, A. P. **Capital psicológico positivo**: um estudo sobre a psicologia positiva no contexto organizacional. 2017. Dissertação. (Mestrado em Sistemas de Gestão) - Escola de Engenharia Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

FONTELLES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELLES, R. G. S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, p. 69-76, 2009.

FREITAS, H. M. R.; CUNHA, M. V. M.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de administração da USP**. v. 32, n. 3, p. 97-109, 1997.

GARCEA, N.; HARRINGTON, S.; LINLEY, P. A. Building positive organizations. In: LINLEY, P. A.; HARRINGTON, S.; GARCEA, N. **The Oxford Handbook of Positive Psychology and Work**. New York: Oxford University Press, 2013.

KAN, D.; YU, X. Occupational stress, work-family conflict and depressive symptoms among Chinese Bank employees: The role of psychological capital. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 13, n. 1, 2016.

- KARATEPE, O. M.; KARADAS, G. The effect of psychological capital on conflicts in the work-family interface, turnover and absence intentions. **International Journal of Hospitality Management**, v. 43, p. 132–143, 2014.
- LU, L.; LIU, L.; SUI, G.; WANG, L. The associations of job stress and organizational identification with job satisfaction among Chinese police officers: The mediating role of psychological capital. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 12, n. 12, p. 15088–15099, 2015.
- LUTHANS et al., Capital psicológico positivo: mensuração e relacionamento com desempenho e satisfação. **Personal Psychology**, v. 60, n. 3, p. 541-572, 2007.
- LUTHANS, F. **Organizational Behavior**. An evidence-based approach. New York: McGraw-Hill Irwin, 2011.
- LUTHANS, F. Positive organizational behavior: developing and managing psychological strengths. **Academy Management Executive**, v. 16, n.1, p. 57-72, 2002a.
- LUTHANS, F. The need for and meaning of positive organizational behavior. **Journal of Organizational Behavior**, v. 23, p. 695-706, 2002b.
- LUTHANS, F.; YOUSSEF, C. M.; AVOLIO, B. J. **Psychological capital**: developing the human competitive edge. New York, NY: Oxford University Press, 2007.
- MACHADO, F. O. M. P. **Capital psicológico positivo e criatividade dos colaboradores**: um estudo exploratório em organizações I&DT. 2008. Dissertação. (Mestrado em Gestão da Inovação e do Conhecimento) – Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Portugal, 2008.
- NUNES, C. A. P. P. S. **A relação entre capital psicológico e bem-estar no trabalho**. Dissertação. (Mestrado em Gestão de Recursos Humanos) – Universidade de Lisboa, Portugal, 2015.
- SCHULZ, S. A.; LUTHANS, K. W.; MESSERSMITH, J. G. Psychological capital. A new toll for driver retention. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 44, p.621-634, 2014.
- SELIGMAN, M. E. P. **Building human strength**: psychology's forgotten mission. American Psychological Association, 1998.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

Carlos Antonio de Souza Moraes - Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP - 2016); Mestre em Política Social pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF - 2009); Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF - 2006); Professor permanente do Programa de Estudos Pós - Graduados em Política Social (UFF/Niterói); Professor Adjunto na Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social de Campos/ Campos dos Goytacazes/ RJ/ Brasil, na área de Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social; Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES - CNPQ), com coordenação de projeto de pesquisa com aprovação, no mérito, pelo Edital Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ, 2019), além de aprovação de auxílio financeiro (FOPESQ/PROPPI/UFF, 2017), bolsas de iniciação científica (PIBIC/UFF; 2017-2018; CNPq/UFF 2018 - 2019; 2019 - 2020) e projeto de extensão com financiamento (PROEX/UFF, 2017). Subchefe de Departamento do Curso de Serviço Social de Campos/Universidade Federal Fluminense (2017-2019); Coordenador de Pesquisa do Departamento de Serviço Social de Campos (2017-2018); Membro suplente do Comitê Assessor de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação da UFF (PROPPI - UFF; 2019); Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE 2017-2021) do Departamento de Serviço Social de Campos – Universidade Federal Fluminense; Autor de artigos completos publicados e apresentados em eventos acadêmicos nacionais, na América Latina e Europa; Autor de artigos publicados nas principais revistas acadêmico-científicas do Serviço Social no Brasil. Tem atuado no ensino, pesquisa e extensão com temáticas inseridas, prioritariamente, nas seguintes áreas: Serviço Social, formação, trabalho e mercado de trabalho profissional; Serviço Social e trabalho profissional na política de saúde.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acm Neto 46, 65

Administração pública 27, 34, 179, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 284, 285, 292, 297, 298, 306

Amazônia legal 14, 16, 20, 23, 24, 25

B

Bibliometria 290

C

Capital psicológico 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 306, 307, 308

Ciências sociais aplicadas 88, 266, 267

Comportamento organizacional positivo 290, 291, 293, 294, 300, 306

Comunicação 10, 111, 159, 214, 217, 255, 259, 265, 284, 285, 286, 288, 289

Consenso 52, 54, 71, 251, 255, 256, 259, 261, 263

Crescimento 15, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 59, 67, 68, 69, 73, 143, 148, 165, 224, 268, 274, 276, 277, 289, 307

D

Delitos sexuais 215

Desenvolvimento 1, 4, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33, 37, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 61, 63, 65, 69, 72, 86, 89, 95, 97, 98, 99, 101, 128, 141, 147, 148, 154, 158, 174, 176, 177, 180, 184, 185, 188, 196, 206, 226, 234, 240, 251, 265, 271, 274, 281, 282, 287, 291, 292, 293, 294, 295, 306

Desigualdade 5, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 38, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 128, 129, 131, 134, 210, 211, 222, 231

Direito penal e violência obstétrica 197, 198

Direitos das mulheres 197, 198

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 30, 43, 46, 49, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 91, 95, 99, 100, 109, 111, 130, 133, 134, 140, 146, 149, 184, 195, 212, 214, 221, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 249, 251, 283, 290, 303, 306

Eficiência 9, 30, 35, 39, 43, 49, 167, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272

Empresas atrativas 137

Enfrentamento da pobreza 46, 48

Engenharia de produção 266, 267, 282

Epidemiologia 196, 205, 206, 213, 215, 223, 225, 234

Estomizados 236, 237, 238, 240, 242, 245, 246, 248, 249

Estratégia 25, 52, 53, 55, 64, 83, 166, 184, 223, 231, 234, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 280, 281, 282

Exercício profiíssional 186

G

Gestão e mapeamento de processos 284

Guia descritivo de atividades 284

I

Industria cerâmica 267

L

Legalização 112, 113, 119, 122, 123

Longevidade 14, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24

M

Maus-tratos conjugais 205, 215, 226

Mediação 189, 251, 252, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 265

Mercado financeiro 267, 273, 275

Mulheres no mercado de trabalho 137, 140, 143

N

Negação de direitos 135, 151

O

Organizacional 49, 137, 138, 141, 142, 146, 148, 149, 150, 155, 266, 267, 271, 272, 273, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 300, 303, 306, 307

Ostomia 236, 239, 249, 250

P

Participação 9, 26, 27, 34, 49, 91, 92, 110, 138, 140, 156, 184, 185, 217, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 272, 280, 281, 286

Patriarcalismo 112

Pesquisa qualitativa 53, 102, 143, 236, 240, 249, 272, 283

Pobreza 16, 17, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 129, 133, 135, 136, 237

Política da saúde 186

Precarização do trabalho 151, 153, 172

Psicologia positiva 290, 291, 293, 294, 307

Psycap 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296

Q

Qualidade de vida 15, 17, 18, 32, 138, 146, 197, 211, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 250, 292

R

Renda 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 62, 63, 73, 79, 92, 134, 169, 170, 216

S

Saúde do trabalhador 151, 152, 153, 154, 157, 162, 163, 167, 168, 171, 172, 173

Serviço social 64, 126, 127, 136, 152, 160, 172, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 214, 309

U

União homoafetiva 112, 113, 114, 115, 117, 124, 125

V

Valores culturais 137, 138, 139, 141, 142, 144, 146, 148

Violência 95, 131, 134, 135, 136, 178, 182, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235

Violência contra a mulher 205, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 225, 226, 227, 232, 233, 234, 235

Violência de gênero 131, 197, 212, 213, 215, 219, 220, 222, 223, 226, 233, 234

Violência doméstica 206, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 226, 230, 231, 233, 234, 235

Violência no parto 197, 198, 204

Violência obstétrica 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Violência por parceiro íntimo 205, 210, 214, 226, 231, 233, 235

 **Atena**
Editora

2 0 2 0